

Isabelle Guérin

As mulheres
e a economia solidária



As mulheres e a economia solidária

ISABELLE GUÉRIN

As mulheres e a economia solidária

TRADUÇÃO

Nicolás Nyimi Campanário



Título original:

Femmes et économie solidaire

© Éditions La Découverte, Paris, 2003

9 bis, rue Abel-Hovelacque, 75013

ISBN: 2-7071-3941-6

PREPARAÇÃO: Maurício B. Leal

DIAGRAMAÇÃO: Flávio Santana

REVISÃO: Carlos Alberto Bárbaro

Edições Loyola

Rua 1822 nº 347 – Ipiranga

04216-000 São Paulo, SP

Caixa Postal 42.335 – 04218-970 – São Paulo, SP

(11) 6914-1922

(11) 6163-4275

Home page e vendas: www.loyola.com.br

Editorial: loyola@loyola.com.br

Vendas: vendas@loyola.com.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Editora.

ISBN: 85-15-03052-7

© EDIÇÕES LOYOLA, São Paulo, Brasil, 2005

Agradecimentos

Este trabalho retoma alguns elementos de uma tese de doutorado defendida em dezembro de 2000 na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Lyon-2.

Meus primeiros agradecimentos se dirigem a todas as mulheres com as quais me encontrei durante o trabalho de campo que serviu de base para a tese. Sem seu acolhimento, sua estreita cooperação, sua paciência e sua benevolência, ela não poderia ter sido concluída. Elas aceitaram me ouvir e responder às minhas perguntas, entregar uma parte de sua própria história — eu lhes sou infinitamente agradecida por isso. Espero que este trabalho possa, se não aliviar seu sofrimento, ao menos valorizar a coragem e a sagacidade com as quais elas enfrentam o cotidiano.

A tese foi fruto de uma série de pesquisas de campo conduzidas em parceria com várias instituições, cuja colaboração foi essencial: a Associação Francesa dos Voluntários do Progresso, o Escritório Internacional do Trabalho, o CIPCRE (ONG camaronesa [Cercle International pour la Promotion de la Création]), o Crédit Mutuel du Sénégal, a missão-pesquisa de La Poste e a Caisse des Dépôts et Consignations.

A tese também deveu muito às discussões e reflexões coletivas conduzidas no quadro da oficina *Finance, exclusion et activité*, do centro Walras, dirigido então por Jean-Michel Servet e agora por Jérôme Blanc. Outros intercâmbios foram muito estimulantes, particularmente os estabelecidos com o Instituto Karl Polanyi, de Montreal, e com a Rede Universitária Francesa de Economia Social e Solidária.

Agradeço também a Jean-Louis Laille, que me incitou a retomar o manuscrito da tese para transformá-lo em livro, assim como a Michel Baffray, por seu minucioso trabalho de releitura. Por fim, sem o apoio incessante dos que me são mais próximos, particularmente o de minha mãe, este trabalho provavelmente não teria sido efetuado.

Sumário

Introdução geral	11
A economia solidária: detalhamento de um conceito	13
A economia solidária diante das desigualdades entre os sexos	16
<i>O caráter multidimensional da pobreza e a necessidade de uma justiça de proximidade</i>	18
<i>A inadequação das instituições e a necessidade do diálogo social</i>	19
<i>A desigual divisão das obrigações familiares e a necessidade de revalorizar as práticas recíprocitárias</i>	20
Economia solidária e espaços de mediação	23
<i>No Sul: facilitar o acesso aos direitos econômicos e sociais básicos</i>	23
<i>No Norte: favorecer um acesso ao emprego que não seja fonte de novas desigualdades</i>	24
Uma abordagem empírica e comparativa	26
Plano do trabalho	29

Primeira parte

A questão das desigualdades entre os sexos e a resposta da economia solidária

Introdução	33
1. A construção social do altruísmo feminino	37
O altruísmo feminino: uma constatação	38
Reconhecer a pluralidade dos móveis de ação	43
Reconhecer a construção social das esferas mercantil e não-mercantil	46
O papel do saber econômico na construção da dependência e do altruísmo femininos	51

<i>A dependência feminina</i>	52
<i>O dever feminino</i>	54
<i>Moralização dos pobres e previdência</i>	57
<i>A institucionalização da dependência e do dever social feminino</i>	59
2. O saber econômico contemporâneo em face das desigualdades entre os sexos	63
Conciliar liberdade individual e eficiência coletiva	64
Avaliar as desigualdades em termos de liberdade real	66
<i>O critério das capacidades</i>	67
<i>Levar em consideração as desigualdades intrafamiliares</i>	70
Redefinir a noção de escolha social	71
<i>Multiplicar a coleta de dados empíricos e a construção de indicadores</i>	74
<i>Promover o diálogo social, mas como?</i>	76
A resposta da economia solidária	79
<i>Revalorizar as práticas recíprocitárias apostando em uma hibridação dos recursos</i>	80
<i>Os espaços públicos de proximidade</i>	83

Segunda parte

O caráter multidimensional da pobreza feminina: entre
gestão da incerteza no cotidiano
e obrigações sociais

Introdução	89
Metodologia	90
3. Viver da assistência comunitária	93
Sobreviver ao cotidiano	94
<i>O peso das obrigações...</i>	97
<i>... Mas uma certa vontade de distanciamento</i>	99
Conciliar atividades mercantis e obrigações comunitárias: a emergência de compromissos	101
<i>Uma primeira forma de compromisso: a instrumentalização das cerimônias familiares</i>	101
<i>Uma segunda forma de compromisso: a instrumentalização das relações religiosas</i>	103
Um reforço das atividades coletivas	105
<i>Os grupos femininos</i>	105

<i>As práticas financeiras coletivas</i>	107
A heterogeneidade das trajetórias	112
<i>Assalariadas e esposas de assalariados: uma renda de situação</i>	114
<i>As “dependentes”: a dívida como espada de Dâmoques</i>	116
<i>Criar uma clientela de pessoas gratas</i>	120
4. Viver da assistência pública	125
Fazer valer seus direitos	126
<i>Um ambiente institucional complexo</i>	126
<i>Uma mulher pobre pode ser assistida em nome de sua função de mãe? ...</i>	129
A heterogeneidade das trajetórias	133
<i>O círculo vicioso da vergonha</i>	135
<i>A reivindicação: uma forma de tomar a palavra?</i>	140

Terceira parte

Um exemplo de economia solidária: os espaços de mediação

Introdução	147
Uma interpretação em termos de justiça de proximidade e de mediação	148
5. Espaços de mediação feminina	
na França	151
A emergência de espaços intermediários entre vida privada-doméstica e vida pública	152
Ganhar novamente confiança em si e adquirir uma capacidade de julgamento prático	154
Fazer valer seus direitos	158
<i>A reaprendizagem da reciprocidade</i>	158
<i>Familiarizar-se com o ambiente institucional</i>	159
<i>A autogestão coletiva dos problemas particulares</i>	161
Que legitimidade?	162
<i>Individualizar sem moralizar</i>	163
<i>Suscitar dinâmicas coletivas femininas sem produzir um gueto</i>	164
<i>Encontrar parceiros sem se deixar instrumentalizar</i>	166
Que papel social?	167
<i>Um papel social balbuciante e frágil</i>	168
<i>O que está em jogo atualmente: um acesso ao emprego que não seja uma fonte de desigualdades suplementares</i>	171

6. A mediação feminina no Senegal. O exemplo do microcrédito	179
Os efeitos contrastados do microcrédito	182
<i>Melhorar o cotidiano</i>	183
<i>Limitar a dependência...</i>	184
<i>... e estabilizar as atividades comerciais</i>	186
<i>... mas também aumentar o peso das obrigações</i>	187
A ambivalência da abordagem coletiva	189
<i>A heterogeneidade dos agrupamentos femininos: dos “assistidos” aos “corretores do desenvolvimento”</i>	190
<i>Os custos sociais da pressão social</i>	194
<i>A ambivalência da liderança e da hierarquia</i>	197
A questão da perenidade: uma abordagem em termos de economia solidária	198
<i>Para uma hibridação dos recursos e uma repartição das responsabilidades entre autoridade pública, mercado e sociedade civil</i>	199
<i>Unir a ação econômica a uma ação política</i>	203
Conclusão	211
Referências bibliográficas	221

Introdução geral

Tanto no Norte como no Sul, a pobreza se feminiza e as desigualdades entre os sexos persistem. No Norte, as mulheres são mais fortemente atingidas pelo desemprego; elas também ocupam mais empregos precários e mal pagos; elas estão mais expostas à pobreza monetária e ao risco de superendividamento. Nos dois últimos casos, sobretudo as mães solteiras. No Sul, as mulheres são as primeiras a pagar os custos sociais dos planos de ajuste estrutural, das restrições orçamentárias públicas e de uma crise que nunca acaba. Cada vez mais elas assumem o estatuto de “chefe de família”, e no entanto têm as maiores dificuldades em ocupar empregos assalariados; a única solução possível, o trabalho autônomo, não é menos delicada, pois elas têm também um acesso limitado à propriedade, às terras e ao crédito.

Essa feminização da pobreza obriga a reconsiderar a questão com base em duas exigências essenciais: a necessidade de encontrar novas formas de solidariedade; e também a de elaborar instrumentos conceituais que permitam pensar a dimensão sexual das desigualdades e da pobreza. Em primeiro lugar, como levar em consideração essa especificidade sexual? São necessários indicadores especificamente adaptados à pobreza feminina? Em

segundo lugar, como lutar contra essa forma de pobreza? Em nome das particularidades femininas, especialmente as que estão vinculadas às obrigações familiares, será preciso incentivar modos de intervenção estritamente femininos? Por fim, a despeito da diversidade dos contextos, é possível obter respostas comuns? Se se admite que a feminidade — como a masculinidade — não é dada naturalmente mas, pelo contrário, é uma construção social e cultural, a própria idéia de “pobreza feminina” tem algum sentido? Enquanto na França a igualdade formal é praticamente algo evidente, em outros lugares o fato de considerar a idéia de igualdade permanece amplamente letra morta. A diversidade das respostas dadas à questão da igualdade entre os sexos é tal que um questionamento global pode parecer absurdo.

No entanto, acreditamos que uma reflexão comum é não apenas possível, mas sobretudo desejável. Além da disparidade dos contextos, tanto econômicos, sociais e culturais como políticos, certas preocupações são, em última análise, similares e merecem ser pensadas conjuntamente. A solidariedade institucionalizada dos Estados-providência, assim como a solidariedade de proximidade dos modos de organização comunitários tendem a se esgotar. No Norte, as disfunções atuais do mercado de emprego e do dispositivo de proteção social, a obsolescência dos princípios de solidariedade e dos direitos sociais em vigor mostram os limites de um sistema universal de proteção. No Sul, a pulverização das solidariedades de proximidade e a emergência de comportamentos mais individualistas anunciam o fim dos sistemas de proteção comunitários. Simultaneamente, a interdependência das economias nacionais, através do que se convencionou chamar de “mundialização”, modifica a natureza e a territorialidade da questão social. Aparecem novos atores que combinam uma dinâmica mundializada, por meio de organismos multilaterais, com uma dinâmica local, por meio de associações, organizações não-governamentais ou ainda coletividades locais. Depois de ter sido abordada separadamente no Norte e no Sul, a questão social suscita agora interrogações comuns.

A hipótese defendida aqui é a seguinte: a economia solidária é uma resposta possível, tanto do ponto de vista conceitual como do operacional.

Até agora a economia solidária foi considerada sobretudo um meio para reformular a articulação entre “mercado”, autoridades públicas¹ e sociedade civil — a idéia seria “reinsrer” o econômico no social e no político (LAVILLE, 1994). Se se deseja realmente avançar rumo a uma sociedade mais justa e mais democrática, o lugar da família e o das obrigações familiares — assim como sua articulação no tríptico precedente — também merecem ser repensados. As mulheres são freqüentemente as primeiras atrizes das práticas da economia solidária; mas o que é mais importante que isso é que essas experimentações, sob a condição de que sejam reconhecidas por seu justo valor, oferecem uma oportunidade inédita para avançar na luta contra as desigualdades entre os sexos.

A economia solidária: detalhamento de um conceito

A economia solidária foi progressivamente definida de um modo empírico, a partir das práticas dos atores. Em seu sentido mais amplo, ela agrupa o conjunto das iniciativas econômicas privadas (isto é, autônomas em relação ao Estado) que apostam mais no interesse coletivo e na solidariedade que na busca do lucro.

Querer fazer da economia não um instrumento de lucro e sim um instrumento a serviço da liberdade e da dignidade humana não é algo completamente original. A economia solidária, surgida há três décadas, se junta ao movimento da economia social, iniciado durante o século XIX na América do Norte e na Europa e depois exportado para os países do Sul, logo após as independências. No entanto, ela se distingue deste último movimento em vários aspectos, particularmente pelo tipo de atores que estão por trás de seu surgimento. A primeira geração foi constituída inicialmente pelos pequenos produtores agrícolas e pelos meios operários, ambos conduzidos pela necessidade de se organizar diante da precarização de suas condições e da escalada da mercantilização. Do pós-guerra até os anos 1970, o movimento

1. O termo “autoridades públicas” visa dar conta das diversas formas de ação estatal (nacional, mas também descentralizada e supranacional). Na seqüência do texto, o termo “Estado”, contudo, será empregado por questões de simplificação.

operário (sobretudo sindical), o dos consumidores — organizado em grandes empresas de economia social (cooperativas no setor poupança-crédito e na distribuição em geral) —, assim como o dos “pobres” — por meio de associações de auxílio e de auxílio mútuo — constituíram o âmago da mobilização social.

As mulheres jamais estiveram ausentes desses modos de organização. Na França, por exemplo, tende-se excessivamente a negligenciar ou até mesmo a esquecer o papel decisivo dos grupos de mulheres no movimento associativo francês do século XIX e da primeira metade do século XX. Fosse elas de inspiração laica ou religiosa, essas práticas associativas animadas por mulheres visavam freqüentemente “educar” o povo, mas sobretudo responder de modo muito pragmático às necessidades básicas dos mais desfavorecidos: tuberculose, moradias operárias insalubres, analfabetismo, falta de educação (higiênica, cultural, social etc.); além disso, algumas delas tinham um verdadeiro projeto coletivo de sociedade. Na ação, as experimentações e as exigências femininas “inventaram” as profissões do trabalho social (educador e assistência social); elas estiveram na origem das primeiras escolas profissionais e dos primeiros centros sociais, e inspiraram várias reformas sociais francesas (especialmente nos domínios das alocações familiares, das licenças-maternidade, das férias remuneradas, do trabalho infantil), que foram adotadas em parte sob a pressão das reivindicações das associações (ARCHAMBAULT, 1996; FAYET-SCRIBE, 1990).

Há algumas décadas assistiu-se à eclosão de uma nova onda de economia social. Ela emergiu sobretudo a partir dos anos 1970 sob o impulso de novas demandas sociais e de novos movimentos sociais (DEFOURNY et al., 1999; FAVREAU, 1997). No âmago de uma mobilização social cada vez mais difusa — com a tendência de pulverização da filiação profissional e da nação como espaço de referência —, alguns grupos, às vezes substituídos por redes, desempenharam um papel particularmente ativo: organizações populares e comunitárias, grupos ecológicos, grupos de jovens, mas também grupos de mulheres.

Essas iniciativas procuravam primeiramente responder a novas necessidades (particularmente os serviços de proximidade) e resolver problemas para

os quais nem o mercado nem a ação pública podiam — ou não podiam mais — responder de modo satisfatório: desemprego, exclusão e crise dos Estados-providência nos países do Norte; insegurança alimentar, não-satisfação das necessidades elementares em termos de saúde, de educação, de moradia e de serviços financeiros nos países do Sul (DEFOURNY et al., 1999). Mas elas também desempenharam um papel social que precisa ser levado em consideração com o fim de compreender as implicações que tiveram e de melhor pensar o seu futuro. Historicamente, as sociedades de socorro mútuo foram uma prefiguração dos sistemas de previdência coletiva e de seguridade social que marcaram o surgimento dos Estados-providência. As cooperativas de consumo, ao mesmo tempo que o sindicalismo nascente, foram um instrumento importante da emancipação operária. No meio rural, as cooperativas de produção, de compra, de comercialização ou ainda de crédito favoreceram amplamente o desenvolvimento dos trabalhadores rurais. As experiências associativas femininas (casas sociais, centros sociais) estiveram na origem da profissionalização e do reconhecimento de certas profissões femininas.

Hoje em dia, tanto no Norte como no Sul, que papel social se pode esperar das práticas de economia solidária? Algumas pessoas vêem nela apenas um setor com papel secundário, certamente acessível e apto a resolver problemas locais, mas bom unicamente para remediar as chagas da economia liberal. Outras pessoas vêem nas iniciativas da economia solidária uma oportunidade inesperada para amenizar as falhas de um serviço público decadente ou inexistente. Com efeito, como são mais flexíveis, mais criativas, mais próximas da população, as iniciativas associativas e cooperativistas parecem capazes, em alguns domínios, de oferecer melhores serviços que o Estado, e a um custo menor, enquanto em outros elas podem conseguir concorrer com o mercado ao mesmo tempo em que asseguram a integração social das pessoas². Embora seu exercício seja tentador, essas duas visões não se sustentam. A primeira delas, miserabilista, subestima as potencialidades de desenvolvimento e o papel político das práticas da economia solidária. A segunda atribui virtudes excessivas a elas. Ainda que as iniciati-

2. Sobre essa capacidade de concorrer com o mercado ao mesmo tempo em que assegura uma certa equidade, ver a análise recente de B. Enjolras (2002).

vas de economia solidária consigam conciliar equidade e eficiência, o objetivo não é substituir o mercado e menos ainda o Estado, mas agir em uma estreita complementaridade.

A análise empírica dessas experiências e dos mecanismos a elas subjacentes mostra que a economia solidária não se limita a práticas microlocais e efêmeras; ela é realmente um meio de enfrentar o esgotamento dos modos de regulação anteriores. A hibridação dos recursos (comerciais, não-comerciais e não-monetários) e a construção conjunta da oferta e da demanda a partir de espaços públicos de proximidade permitem rearticular o econômico ao social e ao político (EME e LAVILLE, 1994). Esses dois mecanismos contribuem de algum modo para a “democratização” da economia, e essa democratização assume diversas vias: a transformação de necessidades coletivas em demandas sociais ou de problemas em projetos coletivos, reformulando com isso a noção de interesse geral (BOUCHARD et al., 2000); a implementação de formas inéditas de parcerias público/privado, reforçando assim o nascimento de uma proteção social pluralista (EVERS, 2000); a aprendizagem da cidadania no âmago da sociedade civil (DEMOUSTIER, 2001), assim como na empresa (LÉVESQUE, 1997); a emergência da pluriatividade e a recomposição dos tempos sociais (EME e LAVILLE, 1994; LAVILLE, 1999; ROUSTANG et al., 1996); e, por fim, a criação de redes de solidariedade internacional e de novas formas de cooperação Norte/Sul (FAVREAU, 1999).

Propomos aqui que nos concentremos nas apostas da economia solidária em relação às desigualdades entre os sexos, questão crucial e curiosamente pouco estudada até agora. É urgente analisar o lugar e o papel das mulheres nesse movimento que está em pleno desenvolvimento, as oportunidades e as perspectivas assim oferecidas, mas também os possíveis perigos e obstáculos.

A economia solidária diante das desigualdades entre os sexos

Começemos com uma primeira constatação. Tanto no Norte como no Sul, muitas dessas experiências são animadas por mulheres e destinadas a mulheres. Em face da delicada conciliação entre vida familiar e vida profissional, de responsabilidades materiais crescentes (devido ao aumento do

“custo” dos filhos, de um celibato cada vez maior e da persistência do desemprego masculino), das dificuldades de acesso à propriedade e ao crédito, as mulheres freqüentemente são as primeiras a se mobilizar e a se auto-organizar. Isso ocorre especialmente nos domínios da alimentação e da nutrição (grupos de compra, mercearias sociais, restaurantes, produção de pratos prontos, cozinhas coletivas, bancos de cereais), da costura e da manutenção de roupas e panos (lavar roupas, retocar, passar a ferro, lojas de roupas), da saúde e dos serviços de tratamento de outrem (creches, tratamento de idosos), das relações com as administrações e o ambiente institucional (serviços de mediação) do comércio, da produção e do artesanato, da poupança, do crédito e da seguridade, da educação e da formação (alfabetização, transferência de conhecimentos e de saber prático) e, por fim, da cultura e da comunicação (espaços de expressão política e cultural).

Essas diferentes experiências se apresentam em primeiro lugar como um meio de aliviar o cotidiano das mulheres que as animam. Essas mulheres são conduzidas a essas experiências sobretudo devido às suas necessidades. O alívio de suas obrigações por meio de seu compartilhamento e da melhora de seu cotidiano são um primeiro resultado em si. No entanto, parece-nos que o que é realmente importante está além disso. Todos os estudos convergem nesse aspecto: facilitar o acesso das mulheres a atividades geradoras de renda não basta para garantir uma igualdade real. Esta enfrenta três obstáculos principais: o caráter multidimensional da pobreza, a inadequação das instituições e, por fim, a desigualdade na divisão das obrigações familiares. Ora, as iniciativas de economia solidária, que criam espaços intermediários entre o privado/doméstico e a vida pública, entre o monetário e o não-monetário, preenchem, de fato, três funções intersticiais importantes que podem favorecer a eliminação desses bloqueios. Em primeiro lugar, elas desempenham um papel de justiça de proximidade; ora, esta é essencial diante do caráter multidimensional da pobreza. Em segundo lugar, elas constituem espaços de discussão, de reflexão e de deliberação coletivas; elas se apresentam nesse aspecto como modos de acesso à fala pública para pessoas que geralmente não o têm. E, por meio da expressão e da reivindicação coletivas, elas podem participar da transformação das instituições, quer se trate da legislação ou das normas

sociais. Em terceiro lugar, elas contribuem com a redefinição da articulação entre família, autoridades públicas, mercado e sociedade civil, e participam da revalorização das práticas recíprocitárias; ora, essa redefinição e essa revalorização devem tornar possível que se lute contra as desigualdades intrafamiliares ao permitir que as mulheres, mas também os homens, conciliem melhor vida familiar e vida profissional.

O caráter multidimensional da pobreza e a necessidade de uma justiça de proximidade

O primeiro obstáculo com o qual a marcha rumo a uma igualdade real se depara reside na complexidade das trajetórias da pobreza e em seu caráter multidimensional. Reabilitando a idéia de liberdade substantiva, cara a Marx, trabalhos recentes, particularmente os de Amartya Sen, defendem um critério de avaliação das desigualdades e da pobreza capaz de avaliar a liberdade real das pessoas, em outras palavras, o que elas realmente podem fazer e ser. De fato, a liberdade real não poderia se resumir a uma questão de direitos formais, de recursos monetários ou ainda de preferências pessoais. Os recursos monetários não garantem o acesso à dignidade e ao respeito de si mesmo. Os direitos formais não bastam se não se tem meios ou até mesmo vontade de fazê-los valer. Por fim, as preferências não têm qualquer sentido, na medida em que resultam de uma construção social e cultural. A pobreza deve então ser apreendida em termos de insuficiência de direitos e de incapacidade de fazê-los valer ou de tomar consciência deles. Algumas categorias de pessoas, especialmente as mulheres (mas também os portadores de deficiências, as minorias étnicas) têm mais dificuldade em “converter” seus direitos formais em reais potencialidades, tanto por razões biológicas como pelo efeito de fatores socioculturais como a existência de normas sociais que lhes são desfavoráveis. Mesmo dentro da categoria “mulher”, as trajetórias são de uma grande heterogeneidade. Independentemente das diferenças de desenvolvimento entre os países e entre os meios sociais, para um contexto socioeconômico dado e para um nível de renda igual, pode-se observar uma grande disparidade de situações, vinculada à histó-

ria pessoal das mulheres. A questão do acesso à liberdade real suscita, finalmente, duas questões: a da avaliação do déficit de liberdade e a da incompletude dos direitos formais.

Por isso uma *justiça de proximidade*, que vise diminuir as lacunas de uma justiça centralizada e padronizada e completá-la, mostra-se necessária para garantir o acesso à liberdade real. Essa complementaridade se exerce de duas maneiras. Ela consiste em primeiro lugar em corrigir as desigualdades provenientes de um acionamento deficiente dos direitos, em auxiliar as mulheres a melhor converter seus direitos formais em direitos reais. Em segundo lugar, ela consiste em completar esses direitos, cuja neutralidade se mostra insuficiente para abrandar as desigualdades provenientes de sua trajetória pessoal, de seu pertencimento de sexo, de seu pertencimento a um grupo social ou a um bairro desfavorecidos.

Em certas situações, um direito neutro e assexuado não pode senão encorajar os processos de diferenciação justamente naqueles lugares em que comportamentos e estereótipos mantêm lógicas de dominação. Será preciso, por causa disso, defender políticas de discriminação positiva? Ao se aceitar e defender as diferenças, não se correrá o risco de incentivar a formação de entidades separadas, que podem assim reforçar a segregação do grupo cuja emancipação, aliás, se procura promover? Não se correrá o risco, também, de acentuar ainda mais as diferenças econômicas e sociais? Aqui, neste caso, não será este o melhor meio para afirmar uma “inferioridade” feminina e reforçar assim as obrigações das mulheres? Nossa resposta é a seguinte: uma justiça de proximidade só é legítima sob a condição de que seja articulada a uma justiça *global*, única que pode garantir o interesse geral e uma abertura à sociedade civil; e mais que isso: sob a condição de que ela participe da definição desse interesse geral, isto é, de que ela seja acompanhada por reflexões e intervenções mais gerais sobre a natureza e as causas das desigualdades.

A inadequação das instituições e a necessidade do diálogo social

O segundo obstáculo com o qual se depara a marcha rumo à igualdade real refere-se à inadequação das instituições, quer se trate do direito ou

das normas sociais. Em alguns países, as mulheres exigem primeiramente seu reconhecimento jurídico como pessoas humanas que têm direitos. Onde as legislações existem, elas reivindicam o respeito aos direitos e aos meios que buscam garantir sua aplicação efetiva. Qualquer que seja o caminho a ser percorrido, quer se trate de fazer evoluir a legislação ou de favorecer sua aplicação, contar apenas com a ação pública não é suficiente. Impõem-se duas condições: uma participação maior das mulheres na gestão dos assuntos públicos e uma intervenção pública em harmonia com o conjunto dos atores da sociedade civil. Tudo aquilo que está relacionado à divisão sexual dos papéis não pode ser imposto e depende de escolhas da sociedade. Qualquer que seja o contexto, mesmo que as autoridades públicas tenham capacidade de intervir, quer seja pelo viés da regulamentação, quer pelo de programas públicos, somente um diálogo social pode transformar os sistemas de representações e o imaginário coletivo. É o único meio de lutar contra a inércia das normas relativas à divisão sexual dos papéis, cuja resistência à mudança é bem conhecida. Contar com uma mobilização maciça em formas tradicionais de engajamento de tipo sindical, político ou puramente ideológico é algo ilusório. As pessoas, e especialmente as mulheres, têm necessidade de engajamentos mais breves, voltados para a solução de problemas concretos. Por isso os espaços públicos de proximidade, nos quais cada um — e cada uma — é levado a discutir e a debater problemas que o afetam em sua vida cotidiana, podem ser o vetor desse diálogo social.

A desigual divisão das obrigações familiares e a necessidade de revalorizar as práticas recíprocitárias

O terceiro obstáculo diz respeito às desigualdades intrafamiliares e mais especificamente à desigual divisão das obrigações familiares, quer se trate do cuidado de pessoas dependentes (crianças e idosos) ou dos trabalhos domésticos. As obrigações familiares foram consideradas durante muito tempo — e ainda o são em muitos países — ligadas a uma responsabilidade exclusivamente familiar e, de fato, exclusivamente feminina. É em nome dessa responsabilidade, erigida como um verdadeiro dever, que a liberdade individual das mulhe-

res foi sacrificada — e continua a sê-lo — em nome da eficiência coletiva, sendo a sua contribuição ao capital humano considerada prioritária em relação a toda perspectiva de projeto pessoal. Apesar de certos avanços notáveis nesse domínio e quaisquer que sejam os modelos sociais, inclusive os dos países escandinavos, a divisão das tarefas continua igual: as mulheres ainda assumem a quase totalidade das responsabilidades pelas pessoas dependentes, mesmo quando o Estado cobre uma parte das necessidades. Se se reconhece que a liberdade feminina tem tanto valor quanto a liberdade masculina, então é preciso concordar que uma parte das obrigações familiares, particularmente cuidar das pessoas dependentes, é um bem público, pois beneficia o conjunto dos contribuintes (FOLBRE, 1997). Se esse reconhecimento é recusado, corre-se o risco de ficar preso aos limites de uma liberdade proclamada certamente, mas abstrata. Assumir esse bem público pressupõe uma divisão das responsabilidades entre a família, as autoridades públicas, mas também o mercado e a sociedade civil, por um lado, e, por outro lado, uma divisão das responsabilidades intrafamiliares, já que o envolvimento dos homens é quase inexistente. A revalorização das práticas recíprocitárias é um meio de avançar nesse caminho.

Revalorizar as práticas recíprocitárias significa ultrapassar sua especificidade sexual; significa também corrigir a maneira de apreendê-las e libertar-se de uma certa quantidade de categorias mentais, forjadas pelo pensamento dito moderno, isto é, o que conheceram as sociedades ocidentais entre os séculos XVII e XIX, que mistura racionalismo científico e progresso técnico, reconhecimento das liberdades pessoais, emergência do indivíduo e construção de Estados de direito. Esse pensamento moderno se construiu com base em uma série de oposições que se recortam e confirmam-se mutuamente: mercantil/não-mercantil, público/privado, produção/reprodução, egoísmo/altruísmo, masculino/feminino. Esse pensamento moderno descreve-nos um mundo trinitário, organizado em três esferas relativamente estanques. A primeira, mercantil, é composta por indivíduos movidos pelo estímulo do ganho e preocupados exclusivamente consigo mesmos; o uso da moeda é precisamente o instrumento que lhes permite libertar-se de todo vínculo de subordinação e de toda afetividade, supostamente incompatível com o exercício da razão. A segunda, a esfera cívica, reúne cidadãos capazes de superar sua própria condição e animados

pela preocupação com a solidariedade coletiva e com o bem comum. A terceira, a esfera privada, a da família, é a de indivíduos preocupados sobretudo com o bem-estar familiar; nela, o uso da moeda é banido, pois se supõe que ameaça a preservação da intimidade. É relativamente fácil mostrar até que ponto a construção dessas três esferas se deu de uma maneira sexuada, sendo as mulheres responsabilizadas pela garantia do espaço privado-doméstico e, em nome de seu dever familiar, excluídas das esferas mercantil e cívica.

Essa compartimentação padece de dois defeitos importantes. O primeiro resulta da atitude que consiste em encerrar os comportamentos individuais em modelos padronizados e em explicá-los por um móbil de ação único, em função do sexo e do espaço em que ocorrem. Em geral, os comportamentos são animados por uma pluralidade de móveis: as pessoas, homens ou mulheres, não são motivadas apenas pela busca de seu interesse pessoal, e não são nem marionetes manipuladas pela tradição ou pelos grupos dominantes, nem as ovelhas de Panurgo. Qualquer que seja seu pertencimento de sexo, qualquer que seja o espaço em que evoluem, as pessoas almejam plenamente controlar o seu próprio destino, mas também demonstram um certo senso de responsabilidade, o que às vezes as conduz a adaptar suas preferências às obrigações que lhes são impostas; do mesmo modo, elas são capazes de ser altruístas, no sentido em que a preocupação com outrem influencia diretamente seu próprio bem-estar; elas são capazes, por fim, de engajamento, isto é, de assumir atos que ultrapassam sua própria situação e estão voltados para o interesse coletivo ou o interesse geral.

O segundo problema consiste em atribuir à moeda virtudes que ela não possui. Georg Simmel, e outros antes dele, como Karl Marx ou ainda Max Weber, descreveram com intensidade e previsão como o uso da moeda, ao medir tudo segundo seu critério, abole certas hierarquias e privilégios estatutários, mas também dissolve vínculos sociais e lança as bases de uma sociedade baseada no cálculo e na racionalidade fria. Ora, a análise das práticas monetárias mostra até que ponto esse caráter impessoal e anônimo da moeda, afinal de contas, é nada mais que uma ilusão. Isso é evidente nas sociedades que não viveram o que se convencionou chamar de modernidade: a distinção mercantil/não-mercantil não tem qualquer sen-

tido, não mais que a que é estabelecida entre comportamentos “afetivos” e comportamentos “interessados”. Mas isso é verdade também nas sociedades impregnadas por esse pensamento moderno: uma análise atenta dos comportamentos de troca evidencia o quanto o uso da moeda depende de considerações sociais, e mostra que solidariedade e troca monetária não são necessariamente antinômicos (ZELIZER, 2002). O que está em jogo não diz respeito somente à ordem teórica: reconhecer a dimensão social e cultural dos usos da moeda oferece novas pistas para pensar a questão da monetarização e da mercantilização do cuidar de outrem.

Economia solidária e espaços de mediação

Diante dessas três exigências — justiça de proximidade, diálogo social, redefinição da divisão das tarefas entre família, autoridades públicas, mercado e sociedade civil —, parece inevitável ultrapassar as fronteiras usuais entre os domínios monetário e não-monetário, e entre os domínios do interesse particular (domínio privado-doméstico e domínio mercantil) e o do interesse geral (domínio público). É nesse sentido que a economia solidária pode ser uma verdadeira mola do processo de igualdade entre os sexos: por um lado, ao favorecer a emergência de espaços locais de mediação entre os diferentes domínios evocados há pouco, tornando assim possível uma melhor articulação entre vida familiar e vida profissional; por outro lado, ao basear-se nesses espaços de discussão para expressar reivindicações e fazer pressão sobre as autoridades públicas.

No Sul: facilitar o acesso aos direitos econômicos e sociais básicos

No Sul, esses espaços de mediação muito freqüentemente fazem parte do cotidiano das mulheres, acostumadas desde jovens a se reunir e a se auxiliar mutuamente com o fim de assumir suas obrigações domésticas, agrícolas, rituais ou ainda religiosas. Ao longo do tempo, as atividades coletivas se transformaram e se diversificaram. O enraizamento social e religioso dos agrupamentos persiste, ao mesmo tempo em que se amplia cada vez mais

para atividades geradoras de renda. Assiste-se ao estabelecimento de circuitos de financiamento especificamente femininos, assim como de verdadeiras redes comerciais em que as mulheres reinam. O pertencimento ao grupo permite que as mulheres consigam um capital de partida, efetuem compras em grupo, negociem preços e limitem os deslocamentos. Os grupos também desempenham o papel de intermediários com o ambiente institucional: com as autoridades locais, junto às quais as mulheres às vezes chegam a reivindicar direitos, e às vezes alguns meios; mas também e sobretudo com o meio do auxílio ao desenvolvimento, particularmente no domínio do acesso ao crédito: ao se organizar em grupos de caução mútua, as mulheres conseguem ter acesso a financiamentos inacessíveis de outra forma e dar assim mais amplitude às suas atividades comerciais. Espaços privilegiados de intimidade e de sociabilidade, e portanto de existência feminina, os grupos femininos aparecem doravante como suportes da emancipação individual, até mesmo como verdadeiros modos de acumulação econômica e de acesso ao poder.

É importante apoiar seu desenvolvimento reconhecendo plenamente suas potencialidades mas também seus limites. Não apenas esses grupos podem ser antidemocráticos e exclusivos, mas, além disso, sua ação, por mais justa e eficiente que seja, não seria suficiente para atenuar a fragilidade e as carências, e em certos casos a ausência de Estados de direito. Ela tampouco seria suficiente para justificar a diminuição do auxílio público internacional ou ainda para ocultar o caráter desigual das trocas internacionais. Ao mesmo tempo, a aposta da economia solidária é decisiva: para as mulheres, é o único meio de ter acesso a direitos fundamentais em termos de saúde, de educação e de atividades geradoras de renda, especialmente pelo caminho do acesso ao crédito.

No Norte: favorecer um acesso ao emprego que não seja fonte de novas desigualdades

No Norte, esses espaços intermediários estão apenas emergindo, sob a forma, por exemplo, de serviços coletivos de proximidade, de restaurantes de bairro, de círculos de tomadoras de empréstimos e de criadoras de

empresas, ou simplesmente como lugares de troca em torno de temas da vida cotidiana. Nossas observações mostram que, muito além de ações pontuais, esses espaços auxiliam as mulheres a ser mais responsáveis por suas vidas e a reencontrar uma certa dignidade. Eles permitem a construção de uma identidade, não herdada e imposta pela norma e pelas tradições, mas escolhida e reivindicada. A mediação se mostra particularmente necessária diante das tensões encontradas pela construção da identidade feminina: o estatuto de indivíduo autônomo, decidindo sua vida assim como o homem, ao qual as mulheres têm doravante o direito de ter acesso é compatível com o de mãe altruísta, fornecedora de felicidade e conforto, imposto às mulheres durante milênios? É legítimo que uma mãe solteira seja “assistida” para criar seus filhos? Em face das questões postas pela existência cada vez maior de formas familiares “atípicas”, esses espaços se apresentam como locais de discussão e de diálogo; o encontro e a troca permitem apaziguar os sentimentos de vergonha e de culpa. Esses espaços também permitem uma familiarização ou uma refamiliarização com a reciprocidade, sem a qual nenhuma vida em grupo ou em sociedade é possível. O pertencimento a uma coletividade que aprova e valida as escolhas permite a adoção de normas compatíveis com a elaboração de projetos pessoais e, por conseguinte, atenua os conflitos internos que as mulheres enfrentam. Por fim, esses espaços permitem dar sentido a um ambiente institucional cada vez mais complexo. Eles restabelecem um vínculo entre esse ambiente e o “mundo vivido” das mulheres. As informações necessárias para os procedimentos da vida de todos os dias adquirem sentido e também uma certa legitimidade.

Além da melhora do cotidiano, a economia solidária é um caminho possível para pensar a divisão do trabalho e a redução do tempo de trabalho — apresentadas hoje em dia como uma das chaves para o pleno emprego — sem reforçar as desigualdades preexistentes. E, por meio dos serviços de proximidade, a economia solidária oferece especialmente uma oportunidade inédita de redefinir a divisão das obrigações familiares, sem reavivar as formas de servilismo das quais as mulheres conseguiram sair com muita dificuldade.

Uma abordagem empírica e comparativa

Toda esta reflexão proveio de observações empíricas, coletadas principalmente em dois locais: as regiões lionesas e do norte da França, junto a mulheres beneficiárias de *minima* sociais, e a região de Thiès, no Senegal, junto a mulheres que sobrevivem graças a uma atividade de “pequeno comércio”. Durante um período de aproximadamente três anos, entramos em contato com cerca de 150 mulheres. Nós as seguimos em seu cotidiano, tanto familiar como profissional. A escolha dos locais pode ser desconcertante. Na aparência, é simplesmente o fato de estarem confrontadas com a precariedade, no sentido de uma incerteza cotidiana, que aproxima essas mulheres. O fenômeno da pobreza, evidentemente, é complexo, múltiplo, específico, quer se trate das sociedades do Norte ou das sociedades do Sul, e dentro de cada uma delas. Esse procedimento, portanto, pode parecer *a priori* ambicioso. A análise comparativa não poderia ser uma comparação termo a termo de duas realidades distintas; trata-se apenas de confrontar essas realidades com as mesmas interpretações teóricas. Desde que mantido esse objetivo, a análise comparativa se torna um meio de esclarecer a reflexão.

Nosso projeto se inscreve explicitamente em um estudo de *gênero*, o qual consiste em pensar a criação inteiramente social das idéias e dos papéis próprios dos homens e das mulheres. Nessa perspectiva, a comparação é um meio para destacar os processos recursivos e ao mesmo tempo para evidenciar os processos de *construção social*. Uma infinidade de variáveis distinguem os dois locais escolhidos. Entretanto, observa-se uma diferença essencial, que implica muitas outras: trata-se dos *sistemas de representações*. A autonomização do econômico, a tentativa recorrente de pensar uma ordem puramente contratual, a separação entre uma ordem privada e uma ordem pública são alguns dos elementos que constituem a base do pensamento moderno, e depois a do saber econômico que se inspirou nele e ao mesmo tempo o validou graças a argumentos de ordem científica. O saber econômico, ao menos em sua versão ortodoxa mas que ainda hoje é a mais difundida, consagra a separação de dois universos considerados estanques: e econômico e o não-econômico, o mercantil e o não-mercantil. A despeito

de uma pretensa neutralidade, essa separação se baseia, além disso, na divisão sexual dos papéis. Essa série de oposições não é nem uma constatação empírica, nem uma simplificação da realidade: trata-se antes de tudo de *ficções*, provenientes de uma reconstrução normativa da realidade social. Isso não impede que essas ficções tenham tido conseqüências decisivas sobre essa realidade social, pois institucionalizaram uma certa quantidade de separações, tanto jurídicas e burocráticas como cognitivas. É essa dimensão normativa e suas implicações práticas que convém examinar, o que permite um desvio pelas sociedades que conhecem um outro quadro de referência. Assim se justifica a escolha dos dois termos da comparação, que designamos aqui como *sociedades do Norte* e *sociedades do Sul*³.

A confrontação revela a inadequação das categorias do saber econômico em face da compreensão de certos objetos e nos obriga a reformulá-las. Mais que isso, é uma maneira de evidenciar fenômenos dificilmente perceptíveis quando nos encerramos em nossas próprias práticas. Eles são difíceis de apreender e analisar porque os mecanismos que estão em ação vão de encontro à nossa representação do mundo. Esta é profundamente modelada pelas hipóteses subjacentes da teoria econômica padrão que se impuseram progressivamente no imaginário ocidental⁴. A especificidade do pensamento moderno, escreve Louis Dumont, é ter compartimentado o mundo em disciplinas especializadas, e especialmente ter “construído” o econômico: “Deveria ser evidente que não há nada que se assemelhe a uma economia na realidade exterior, até o momento em que construímos tal ob-

3. As oposições do tipo sociedades “holistas”/sociedades “individualistas”, ou ainda sociedades “tradicionais”/sociedades “modernas”, se prestam a confusões. Nós nos contentamos em retomar a classificação proposta pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. A partir do montante do produto interno bruto por habitante e do nível de infraestruturas coletivas, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento distingue os “países em desenvolvimento” e os “países industrializados”. Com efeito, de um ponto de vista geográfico, os dois grupos correspondem, *grosso modo*, ao hemisfério Sul e ao hemisfério Norte. Mesmo que seja um tanto abusivo, o emprego destes dois termos tem o mérito de evitar, nas culturas ditas ocidentais, todo julgamento de valor.

4. O processo, evidentemente, tem duplo sentido: os preconceitos do senso comum participaram muito amplamente — e continuam a participar — da elaboração das disciplinas científicas, quaisquer que elas sejam.

jeto” (DUMONT, 1985, p. 33). Toda a dificuldade consiste em tomar consciência dessa construção e em distanciar-se dela. Nós somos uma “ciência em devir”, escreve Louis Dumont, e o progresso científico consiste em substituir pouco a pouco nossos conceitos por outros mais adequados, “isto é, em livrá-los de suas origens modernas e [em torná-los] mais capazes de abarcar dados que no início havíamos desfigurado” (ibid., p. 17). O “desvio”, para retomar a expressão de Georges Balandier (1985), facilita o distanciamento, permite tomar distância e tornar alguns fenômenos mais inteligíveis, no Norte mas também no Sul, já que as análises do Sul que propomos são, elas também, enviesadas por nossas representações.

Foi por meio de um procedimento comparativo que Karl Polanyi contribuiu com a renovação do saber econômico, ao superar a dicotomia real/monetário e ao propor um tríptico dos modos de troca (redistribuição, reciprocidade e troca mercantil) que permite ir além de uma visão puramente mercantil das sociedades do Norte. Ao interrogar a história e a antropologia os economistas descobriram o que havia de não-econômico na moeda⁵. Foi por meio de um desvio pela tradição cabila que Pierre Bourdieu evidenciou os mecanismos do que ele denomina dominação masculina. “Esse desvio por uma tradição exótica”, diz ele, “é indispensável para quebrar a enganosa relação de familiaridade que nos une à nossa própria tradição” (BOURDIEU, 1998, p. 9). Ele considera esse desvio uma “estratégia prática”, uma “espécie de experiência de laboratório”, que deve permitir a desvinculação de “modos de pensamento que são, eles próprios, o produto dessa dominação [masculina]” (ibid., p. 11). Muito mais modestamente, nosso projeto visa simplesmente esclarecer o percurso de mulheres confrontadas com a pobreza, aproveitando a comparação para mostrar certos mecanismos pouco compreensíveis à primeira vista.

Embora a abordagem comparativa tenha seus adeptos, tem também seus detratores. Os partidários do formalismo consideram que ela se resume em “contar histórias”; é fácil verificar, mas “virtualmente impossível contestar” (BLAUG, 1994, p. 110). Os historiadores a acusam de produzir

5. Ver, por exemplo, M. Aglietta e A. Orléan (1998).

generalizações apressadas; são conhecidas, por exemplo, as reticências de Fernand Braudel a respeito do procedimento de Polanyi (DOCKÊS, 1990). A essas críticas, objetaremos primeiramente que se interessar pelos quadros locais da consciência não é o mesmo que virar as costas para a razão. A objetividade se constrói de outro modo. Ela obedece a modalidades diferentes das dos métodos quantitativos. A objetivação se constrói pouco a pouco, graças aos instrumentos conceituais evidenciados e organizados entre si. Além disso, o procedimento comparativo só se justifica sob uma condição: adotar um método de coleta de dados fundamentalmente qualitativo, baseado no vivido e nas trajetórias pessoais; foi o que fizemos aqui ao conduzir pesquisas do tipo *narrativas de vida*. Voltaremos mais tarde a tratar da justificação desse método.

Plano do trabalho

Em relação à questão das desigualdades entre os sexos, parece-nos que o saber econômico tem ao menos três responsabilidades, que ele só pode assumir por meio das idas e vindas permanentes entre observação e teorização. Renovar os instrumentos conceituais reconhecendo seu caráter fundamentalmente normativo é uma primeira prioridade. Trata-se ao mesmo tempo de desconstruir uma certa quantidade de conceitos e categorias que se mostram inadequados e de construir indicadores adequados de avaliação da pobreza, das desigualdades e de seu caráter sexual. Esse é o objeto da primeira parte: ela passa em revista os principais desafios aos quais a questão das desigualdades entre os sexos é confrontada e mostra como a economia solidária pode responder a eles.

A seguir, procuramos analisar os processos de pobreza debruçando-nos sobre as trajetórias pessoais e sobre a vivência das pessoas. Esse é o objeto da segunda parte: a partir de dois estudos de caso, ela procura descrever a vivência da pobreza feminina e evidenciar seu caráter multidimensional, e especialmente a tensão permanente entre gestão da incerteza e obrigações familiares.

Procurou-se, por fim, descobrir as práticas econômicas inovadoras e anunciadoras de transformações sociais, e propor para elas um quadro de

leitura. Esse é o objeto da terceira parte, consagrada às formas de auto-organização femininas. Aqui também foram escolhidos dois estudos de caso que ilustram o dinamismo dessas práticas, mas também os limites e as implicações aos quais elas são confrontadas hoje.

**A questão das desigualdades entre os
sexos e a resposta da economia
solidária**

Introdução

O que é a igualdade? Ela deve ser medida *ex ante* (igualdade de oportunidades) ou *ex post* (igualdade de resultados)? Deve levar em consideração o consumo, as necessidades, os direitos ou ainda os esforços de cada um? Quando se fala em igualdade, fala-se dela na família, na faixa etária, no grupo, na empresa, na nação, em uma comunidade transnacional? Em nome do que o combate pela igualdade deve ser conduzido: é uma questão de utilidade coletiva, de equidade, de respeito às dignidades pessoais? Por fim, são necessários critérios específicos que permitam dar conta das desigualdades sexuais? As respostas dadas a essas diferentes perguntas ao longo da história pelas teorias da justiça social, fortemente inspiradas pelo saber econômico, não foram nem um pouco favoráveis às mulheres. A despeito de uma declarada vontade de neutralidade, esse saber se construiu a partir de uma visão fundamentalmente sexuada do mundo econômico e social que ele, aliás, contribuiu amplamente para reforçar. Um rápido olhar para o lugar atribuído às mulheres na história mostra até que ponto esse saber é um processo social: ele não apenas emerge do meio social, do qual ele é em última instância apenas um pro-

duto, mas *age* sobre esse ambiente. A conotação fortemente sexuada da série de oposições mercantil/não-mercantil, profissional/familiar, produção/reprodução, egoísmo/altruísmo é uma ilustração disso.

Pretender apreender a questão das desigualdades entre os sexos pressupõe restabelecer os vínculos com as origens da disciplina, quando ela ainda era concebida como um instrumento explicitamente político e a serviço da liberdade individual, e ao mesmo tempo renovando-a com o fim de adaptá-la às exigências de nossa época. A luta contra as desigualdades sexuais não é sua única aposta; também sua aptidão para responder aos problemas econômicos e sociais contemporâneos é questionada. Vários autores já se entregaram a esse esforço de renovação. Propomos expor as contribuições que nos parecem mais aptas a responder às questões suscitadas pelas desigualdades sexuais.

Uma primeira etapa consiste em se desfazer de uma concepção positivista da economia segundo a qual essa forma de saber seria uma ciência liberta de todo valor e capaz de lançar um olhar objetivo sobre o mundo. Reabilitar a disciplina como saber normativo e reconhecer seus efeitos práticos implica redefinir uma certa quantidade de conceitos que sofreram particularmente dessa obsessão da objetivação. Primeiramente, a noção de comportamento humano deve ser reformulada. A figura desumanizada, associal e assexuada do *Homo oeconomicus*, embora tenha servido em certos domínios graças aos progressos da modelização, se mostra perigosa quando tratamos de justiça social. Adotar uma concepção mais realista da ação também permite apreender melhor a especificidade sexuada das atividades de proximidade, que geralmente se tem a tendência de associar a uma certa propensão feminina à abnegação e à renúncia de si. Também o conceito de moeda precisa ser inteiramente revisitado. Assim que se presta atenção em sua dimensão social e construída, percebe-se que as práticas mercantis, não-mercantis e não-monetárias não se opõem tão facilmente quanto dá a entender uma interpretação economicista da moeda, que só guarda suas funções instrumentais e funcionais.

Por fim, é a própria idéia de justiça social que precisa ser revista, e particularmente o dilema equidade/eficiência, que constitui o seu âmbito.

Se se admite a dimensão complexa e eminentemente plural dos comportamentos, se se reconhece o caráter multidimensional da pobreza e se se fixa como ideal normativo o de uma liberdade real, isto é, a capacidade de escolher entre várias formas de vida, então é preciso aceitar que não existe um arquétipo de sociedade justa. Contra todo dogmatismo científico ou ideológico, e mesmo que isso pareça decepcionante e pessimista, precisamos admitir que os problemas da injustiça nunca estarão solucionados de uma vez por todas e que sua resolução tem de ser o fruto de um compromisso em perpétua renovação. A conceitualização das necessidades e dos problemas econômicos e sociais, assim como sua solução dependem da existência de um debate público e aberto. Democracia participativa, debate público e eficiência econômica são indissociáveis pois se alimentam mutuamente. Essa é uma das conclusões mais importantes do economista e filósofo indiano Amartya Sen, que ganhou o Nobel em 1998 por seus trabalhos sobre justiça social. Admitido esse quadro conceitual, é preciso em seguida dar-lhe corpo. A economia solidária, que reúne “o conjunto das atividades que contribuem para a democratização da economia a partir de engajamentos cidadãos” (LAVILLE, 1999, p. 127), é uma resposta possível. O desvio teórico proposto nesta primeira parte permite apreender plenamente as potencialidades e as implicações de que a economia solidária é portadora.

A construção social do altruísmo feminino

Em muitas culturas ser mulher é ocupar-se naturalmente de outrem. Espera-se geralmente das mulheres que elas assumam mais responsabilidades familiares que os homens (BADGETT e FOLBRE, 1999). Jacques Godbout e Alain Caillé, em seu livro *L'Esprit du don*, dedicam um capítulo específico às mulheres. “Evidentemente”, dizem eles, “há algo de particular, um vínculo especial entre as mulheres e o dom, comum a todas as sociedades” (GODBOUT e CAILLÉ, 1992, p. 54). Eles nos recordam que a mulher sempre foi um símbolo do dom. Por exemplo, na mitologia grega, a primeira mulher se chama Pandora, a que “dá tudo” (ibid.). Hoje em dia, a predominância das mulheres em funções não-remuneradas e em atividades de *cuidados de outrem* parece dar crédito à idéia de uma certa inclinação feminina à doação de si. Mas pode-se realmente falar em “preferências sexuadas” e há algum sentido em evocar a idéia de um “altruísmo feminino”, altruísmo entendido como a disposição de se dedicar a outrem?

Até agora, essas questões ficaram limitadas sobretudo às reflexões feministas, com eternas controvérsias que opõem as defensoras do universalismo às do essencialismo: há especificidade ou isso é simplesmente o resul-

tado de projeções sexistas? Se há especificidades, são elas de natureza biológica, são fruto de uma relação de força ou ainda de uma construção social ou cultural? Para além das particularidades de cada abordagem, a maior parte delas sofre de um problema comum que consiste em opor motivações “interessadas” e “desinteressadas”. A especialização das mulheres nas atividades de proximidade não pode ser interpretada a partir de um fator único. Ela resulta de uma pluralidade de fatores em que as aspirações pessoais e a preocupação com outrem se entrecruzam com pressões de diversos graus, desde o imperativo da sobrevivência até o simples respeito às normas sociais em vigor, passando pela interiorização de um senso do dever e da dedicação. Devido à interação entre práticas e representações, devido a mecanismos de adaptação das preferências e dos efeitos de “hierarquia sobreposta” que delas decorrem, determinar o que cabe a cada parte desses diferentes fatores torna-se algo muito delicado. Contudo, impõe-se uma primeira conclusão: a oposição entre motivos interessados e desinteressados aparece sobretudo como uma *reconstrução normativa da realidade*. Além disso, a questão do altruísmo merece que sejam apreendidas realmente suas implicações: não se trata apenas de perguntar pela natureza e pelo reconhecimento de hipotéticas particularidades femininas, mas também de questionar o lugar das práticas recíprocitárias no âmago das sociedades atuais.

O altruísmo feminino: uma constatação

Para designar o envolvimento das mulheres no cuidar de outras pessoas, e com o fim de evitar qualquer mal-entendido sobre as razões que justificam essa particularidade feminina, Nancy Folbre propõe que seja empregado o termo *atividade de proximidade*, que ela define como “um trabalho executado por afeição ou por senso das responsabilidades perante outrem, sem a espera de uma contrapartida imediata” (FOLBRE, 1997, p. 138).

As atividades de proximidade abarcam primeiramente as atividades qualificadas de “domésticas” (compras, cozinhar, lavar a louça, a roupa, cuidar materialmente das pessoas dependentes, principalmente das crianças e dos idosos). Esse domínio, como se sabe, ainda é uma

exclusividade das mulheres¹. Essas atividades freqüentemente se estendem à família ampliada. A atribuição do trabalho doméstico às mulheres não se limita a um período da vida nem a uma categoria de mulheres, as que são casadas ou que têm filhos. Quaisquer que sejam sua idade e sua situação matrimonial, todas as mulheres se encontram em um circuito de troca com as outras mulheres da família. Há uma verdadeira “intercambiabilidade” das mulheres a serviço da família conjugal (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 1994). Os homens estão mais envolvidos em atividades que exigem colaboração e reciprocidade imediatas. Sua participação é pontual e especializada em atividades bem circunscritas, relacionadas com seu pertencimento social ou com a profissão exercida. Em compensação, as trocas femininas obedecem a uma reciprocidade diferida. Observa-se, por fim, que as mulheres dos meios com maior renda tentam se subtrair dessas relações de troca, enquanto no caso das mulheres mais pobres a ausência de entajuda familiar é “a marca do risco de exclusão social” (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 1994, p. 71).

O envolvimento das mulheres na criação e na manutenção de redes relacionais é uma outra figura dessa dimensão feminina da sociabilidade de proximidade. Troca de cartas, conversas por telefone, organização de jantares, de cerimônias e de convites são atividades essencialmente assumidas pelas mulheres, quer seja na família (PITROU, 1992), quer no círculo de amizades (BOURDIEU, 1998). Em um “mercado do emprego personalizado”, a esposa assegura em grande parte a manutenção e a consolidação — se não a criação — da rede relacional, determinante no acesso à informação que permite as possibilidades de promoção e de mobilidade (SINGLY, 1989, p. 39 ss.). Vários trabalhos mostraram a que ponto o ritual dos presentes também é uma prerrogativa feminina². A exploração da *vivência* do ato de oferecer, no entanto, revela sua ambigüidade e atrai a atenção para o aspecto às

1. Na França, por exemplo, a pesquisa do INSEE, *Emploi du temps* (1999), mostra por um lado que as mulheres são responsáveis por 80% do “núcleo duro” do trabalho doméstico (compras, cozinhar, lavar louça e roupa, faxina, cuidar materialmente das crianças), e, por outro lado, que elas dedicam a seus filhos duas vezes mais tempo que os homens (BROUSSE, 1999).

2. Ver, por exemplo, Th. Caplow (1982), D. Cheal (1987), E. Fischer e S. J. Arnold (1990).

vezes obrigatório e constrangedor do ritual. Mesmo que ele as agrade, muitas delas definem esse ritual como uma “tarefa”, ao mesmo título que o conjunto de suas responsabilidades familiares (FISCHER e ARNOLD, 1990). Essa “generosidade” feminina também parece se manifestar nas doações para caridade: as mulheres não necessariamente dão mais que os homens, mas elas são menos sensíveis às deduções fiscais (sua doação seria, portanto, menos “interessada”), e até mesmo em períodos de recessão elas continuam a dar a mesma quantidade, ao contrário dos homens, que tendem a limitar esse gasto (ANDREONI e VERSTELUND, 2001).

Essa especialização das mulheres no domínio das atividades de proximidade não foi modificada por sua participação cada vez maior na vida ativa. A construção progressiva de um “mercado sexuado do emprego” (MARUANI, 1998) e a existência de uma “verdadeira segregação profissional” em relação às mulheres (SILVERA, 1996) teriam antes a tendência de reforçá-la. As mulheres estão concentradas nos empregos ditos “femininos” no sentido de que se baseiam em uma responsabilidade em relação a outrem. Elas ocupam maciçamente profissões que reproduzem, no universo profissional, as tarefas do serviço que assumem na família: cuidam de crianças, são auxiliares de enfermagem, enfermeiras, empregadas domésticas, faxineiras, cabeleireiras, serventes ou criadas. Como secretárias nas empresas e no serviço público, as mulheres gerenciam a logística do mesmo modo que asseguram a boa administração do lar. Na França, por exemplo, as mulheres representam 99% da profissão de assistente materna (babás), 98% da de empregados domésticos, 97% dos postos de secretariado, 91% do corpo de auxiliares de enfermagem, 89% do corpo de enfermagem etc. (DARES, 2000). Assim, para aquelas que exercem um emprego remunerado, o cuidar de outras pessoas vinculado às suas responsabilidades familiares é reforçado por sua atividade profissional. Definitivamente, seja em sua família ou enquanto assalariadas, as mulheres são conduzidas, mais que os homens, a exercer um “trabalho afetivo” que pressupõe “competências de educadora e de mediadora” (FOLBRE, 1997, p. 150).

Com maior frequência as mulheres exercem atividades não-remuneradas; talvez isso ocorra porque elas estão mais inclinadas que os homens a

dedicar aos outros tempo, energia e, portanto, seus próprios recursos, poder-se-ia argumentar. Essa é a posição das abordagens ditas essencialistas, geralmente inspiradas em teorias psicanalíticas e concentradas na análise das representações e dos discursos femininos. A identidade “de si” dos homens se oporia a uma identidade construída por meio da “relação com o outro” para as mulheres (IRIGARAY, 1995). Uma justiça de essência masculina, abstrata, universal e baseada na hipótese de seres racionais se oporia a uma justiça “relacional” de concepção feminina — que leva em consideração seres em relação —, mais concreta e particularizada (GILLIGAN, 1986).

Isso é falso, respondem as abordagens ditas universalistas: o altruísmo feminino é apenas o fruto de um mecanismo de dominação, até mesmo de exploração. Qualquer que seja sua origem (material, sexual ou simbólica, segundo as diferentes correntes³), esse processo de dominação só pode conduzir à alienação: desposuídas de seu corpo ou de sua força de trabalho, as mulheres acabam despojadas de sua própria consciência e passam a aderir a normas que respondem aos interesses daqueles que as exploram. A alienação garante a reprodução do sistema de exploração, e essa alienação se manifesta precisamente em uma propensão à dedicação e ao dom de si.

Sem ser tão radicais, outras abordagens insistem no caráter construído das normas e das preferências sexuadas: da experiência adquirida em ocupar-se dos outros nasceria a solicitude. Sobre esse assunto, as reflexões de John Stuart Mill relativas ao caráter eminentemente artificial, pois imposto, de uma pretensa “natureza” feminina revelam ser de uma surpreendente atualidade. Filósofo e economista inglês da segunda metade do século XIX, Mill representa ao mesmo tempo o coroamento do pensamento liberal e a atração pelo socialismo utópico da época. Fortemente influenciado por aquela que se tornará sua esposa, Harriet Taylor, ele é um dos raros autores masculinos a defender a igualdade entre os sexos, em nome da liberdade individual mas também do progresso moral e da utilidade coletiva.

3. Para as abordagens que enfatizam a origem material e econômica da dominação, ver por exemplo Ch. Delphy (1998); para as que salientam a origem simbólica, ver por exemplo P. Bourdieu (1998); e para as que se concentram na origem sexual (feminismo do patriarcado), ver por exemplo C. MacKinnon (1987).

O caráter construído da diferença entre os sexos é um dos argumentos que ele defende com maior firmeza. Esse é particularmente o caso da propensão das mulheres a ocupar-se de outrem:

Ensina-se universalmente às mulheres que elas nasceram para renunciar a si mesmas. Acredito que a igualdade de direitos diminuiria a abnegação exagerada que erroneamente hoje se considera o ideal do caráter feminino e acredito que uma mulher boa não se sacrificaria mais que o melhor dos homens (MILL, 1975, p. 112).

Quanto às abordagens econômicas fiéis à teoria dita padrão⁴, elas estudam a divisão sexual das tarefas em termos de “vantagem comparativa”: ela viria simplesmente de um diferencial de produtividade entre homens e mulheres e de uma preocupação com a eficiência produtiva que conduziria a explorar esse diferencial por meio da especialização⁵. A esposa, em razão da educação sexuada que recebeu ou de seu investimento maior em seus filhos, geralmente tem uma produtividade doméstica superior à de seu marido. Além disso, a configuração do mercado de emprego assalariado geralmente a condena a ganhar apenas um salário complementar. Ela terá pois tendência a se especializar em tarefas domésticas. O “altruísmo feminino” seria então o resultado combinado de fatores sociobiológicos e de uma vontade de produtividade ótima. Além do caráter excessivamente restritivo

4. A teoria econômica padrão designa “tudo o que, na teoria econômica, se baseia, para sua validade formal ou sua interpretação analítica, na teoria do equilíbrio geral” (FAVEREAU, 1989, p. 277). Isso implica duas hipóteses centrais: a racionalidade dos comportamentos individuais é reduzida à otimização, a coordenação dos agentes individuais é reduzida ao mercado (ibid.).

5. Devem-se a G. Becker os primeiros desenvolvimentos da análise microeconômica da família esboçada por P. A. Samuelson. Ver, por exemplo, G. Becker (1985). Como reação ao caráter irrealista dessa abordagem, foram desenvolvidos, desde o início dos anos 1980, modelos ditos de “negociação”, baseados na teoria dos jogos, e que visam dar conta da dimensão estratégica das relações intrafamiliares. Entrar nos detalhes desses modelos nos conduziria longe demais. Digamos simplesmente que eles representam um avanço inegável de um ponto de vista ético. Todos os modelos chegam à mesma conclusão: as mulheres estão sistematicamente em uma situação frágil para negociar, e essa fragilidade explica sua escolha e seu “altruísmo” na alocação de seu tempo e de sua renda. Como o equilíbrio atingido não é julgado ótimo, as conclusões operacionais não encorajam o *status quo*, e sim acabam por se pronunciar em favor de medidas que possam aumentar a aptidão das mulheres para a negociação.

das hipóteses de partida (particularmente, o fato de supor que os indivíduos têm apenas um objetivo, o de maximizar a “utilidade” da família), essa racionalização *a posteriori* tem uma dimensão fortemente tautológica e conduz naturalmente ao reforço das desigualdades iniciais, pois a divisão das tarefas é considerada ótima do ponto de vista da “utilidade” familiar.

As divergências entre as três abordagens citadas provêm tanto de considerações de ordem normativa (luta contra a dominação masculina para a primeira, revalorização da “feminidade” para a segunda, suposta neutralidade para a terceira) como de escolhas em termos de escala de análise (macroescala para a primeira, que analisa as tendências pesadas da história; microescala para a segunda, que se debruça sobre a vivência; ausência de escala para a terceira, teríamos a tentação de dizer, pois as preferências são consideradas dados exógenos e portanto fora do campo de análise). Deixando de lado os limites próprios de cada uma, elas não negligenciam a complexidade de toda ação humana recorrendo a uma explicação única? Não é preciso considerar, como nos convida a fazer, por exemplo, Nancy Folbre (1997), que o envolvimento das mulheres em atividades de proximidade e de cuidado de outrem combina uma pluralidade de móveis, que certamente inclui o altruísmo, mas também a preocupação com a reciprocidade e portanto interesse pessoal, senso de dever e de obrigação e, por fim, respeito às normas sociais, sendo que estas últimas são profundamente sexuadas?

Reconhecer a pluralidade dos móveis de ação

Mais geralmente, é importante admitir a pluralidade de motivações que governam todo comportamento humano. A ação sempre resulta de uma *intenção*, mas esta não se resume apenas à maximização do interesse pessoal e a um cálculo em termos de custo/benefício, contrariamente ao que é sugerido pela hipótese de racionalidade na qual se baseia a teoria econômica padrão. Entre os múltiplos trabalhos que procuraram redefinir a hipótese de racionalidade, os de Jon Elster, Albert Hirschman e Amartya Sen são particularmente capazes de dar conta de uma abordagem sexuada dos comportamentos.

Em primeiro lugar, os três autores rejeitam a idéia de um *Homo oeconomicus* desprovido de sensibilidade afetiva e ética⁶. Segundo uma certa acepção, o termo “racional” assimila os comportamentos à perseguição do interesse pessoal. Supõe-se que as pessoas não têm interesses compartilhados com as outras e que, em suas ações, elas ignoram tanto os custos como os benefícios relativos a outrem ou à sociedade em seu conjunto. Esse amálgama entre racionalidade e egocentrismo, consideram eles, é profundamente redutor (ELSTER, 1986a; HIRSCHMAN, 1986; SEN, 1993a). Na linha do individualismo metodológico, esses três autores continuam a ser, contudo, fervorosos partidários do *conseqüencialismo*: as pessoas ficam atentas às conseqüências de suas ações, não são um juguete passivo das normas sociais. Em compensação, a gama de critérios de avaliação não se limita apenas ao interesse pessoal. Em diversas situações da vida cotidiana as pessoas prestam atenção no respeito às regras e fazem *juízos morais*. A hipótese conseqüencialista é conservada e ao mesmo tempo ampliada: ela leva em consideração o conjunto dos direitos e dos deveres que cada um assume. Ora, estes últimos são fortemente determinados pelo sexo. Qualquer que seja a sociedade, e por razões de legislação ou de tradição, ser homem ou mulher não implica as mesmas obrigações e não dá os mesmos direitos (SEN, 1984). Além de possuir capacidade de julgamento moral, as pessoas são igualmente capazes de *altruísmo* e de *compaixão*, no sentido em que a preocupação com outrem influencia diretamente seu próprio bem-estar. Elas são igualmente capazes de *engajamento*, isto é, de atos escolhidos enquanto o “grau de bem-estar fornecido é inferior ao de uma outra ação que a pessoa poderia efetuar” (SEN, 2000a, p. 100). Observam-se comportamentos de compromisso com a sociedade (ação política), mas também com a família (responsabilidade familiar), com os amigos ou ainda com a profissão (ética profissional) (ibid.). Esse tipo de ação, como a maior parte das ações não-utilitárias, diz respeito “ao sentimento de pertencimento a um grupo que

6. Eles não são os únicos e nem os primeiros a rejeitar a noção de egocentrismo e a propor uma concepção alternativa da racionalidade ao mesmo tempo em que se mantêm fiéis ao individualismo metodológico. Para uma abordagem histórica do conceito de desprendimento no pensamento econômico, ver C. Ferraton (2002).

ela fornece”, embora ela “contribua com a criação ou com o reforço do sentimento de ser uma verdadeira pessoa” (HIRSCHMAN, 1986, p. 99-100). Por fim, as pessoas são capazes de *adaptar* suas preferências, o que conduz os três autores a rejeitar a hipótese, cara à teoria econômica padrão, das *preferências reveladas*, segundo a qual é possível limitar-se às escolhas efetuadas para compreender as preferências de uma pessoa⁷. Na realidade, não se escolhe necessariamente o que se prefere, nem o que fornece o maior bem-estar, simplesmente porque prazeres e deveres se adaptam às condições vividas. Por exemplo, de que serviria almejar uma vida melhor se esta parece inacessível? E as mulheres são particularmente afetadas por esse processo de preferência adaptativa, resultado natural de sua opressão (SEN, 1984).

Por fim, cada um desses móveis de ação não está reservado a esta ou àquela circunstância, ou a esta ou àquela categoria de pessoa. Em muitas circunstâncias, as pessoas, quaisquer que sejam, são inspiradas simultaneamente por uma pluralidade de motivações. Não há um “eu único”: há apenas “eus múltiplos” (ELSTER, 1986b). Essa multiplicidade, aliás, frequentemente é fonte de conflitos⁸, que podem provir do fato de que cada um de nós possui “várias identidades”: “Ser membro de uma classe social, de um grupo profissional, de uma nação ou de uma comunidade” (SEN, 1993a, p. 233). Esses conflitos também podem ser o resultado de tensões entre o horizonte de curto prazo e o de longo prazo (ELSTER, 1986a), entre “as ações utilitárias e as ações não-utilitárias”, ou ainda entre “o eu e os outros, entre o interesse pessoal, por um

7. O axioma das preferências reveladas, proposto por P. A. Samuelson, é uma condição de coerência que deve ser respeitada pela escolha do consumidor racional. Se essa condição é respeitada, ela pode permitir que se encontre a relação de preferência do consumidor a partir de sua função de demanda: esta “revela” as preferências do consumidor.

8. Essa hipótese vai no mesmo sentido que a que foi proposta por L. Boltanski e L. Thévenot (1991) em seu modelo das *Économies de la grandeur*. Eles mostram primeiramente até que ponto a filosofia política moderna se construiu com base em uma compartimentação dos espaços de justificação, o que eles chamam de “cidades” (particularmente com as cidades mercantil, cívica, doméstica). Eles mostram em segundo lugar que a análise das práticas e dos discursos dos atores, mais precisamente dos discursos que lhes permitem legitimar sua ação, atesta a imbricação dos diferentes critérios de justificação, qualquer que seja a situação (uma negociação comercial, a destinação de bens públicos, uma discussão em família etc.), sendo que o resultado final frequentemente assume a forma de *compromisso*.

lado, e, por outro, a moralidade pública, o serviço à comunidade, até mesmo o sacrifício de si” (HIRSCHMAN, 1986, p. 108-109). As mulheres, levando-se em consideração as múltiplas obrigações que lhes incumbem, são particularmente sujeitas a essa divisão perpétua entre busca do “desejo privado” e de “ação pública”, para retomar a expressão de Hirschman. A hipótese da racionalidade como *coerência das escolhas* é mantida — isto é, que as escolhas são racionais se é possível explicá-las em função de uma relação de preferência postulada —, mas com uma concepção mais complexa da noção de preferências: esta considera diferentes níveis de preferência, assim como sua dimensão potencialmente evolutiva e conflituosa. O “eu múltiplo” é pois fundamentalmente um “eu dividido”, um “eu conflituoso” (ELSTER, 1986a).

O comportamento real resulta de um compromisso entre exigências morais e a busca de outros objetivos, entre os quais o interesse pessoal. Assim, os atos não necessariamente refletem as escolhas. Pode ocorrer simplesmente que haja ausência de escolhas. Quando há escolha, também pode ocorrer que a preferência assim expressa seja apenas uma preferência entre outras. Pode ocorrer, por fim, que a preferência em questão seja fruto da interiorização de um senso de obrigação, ou ainda que expresse um compromisso entre diferentes formas de motivações.

Reconhecer a construção social das esferas mercantil e não-mercantil

O *Homo oeconomicus* e a moeda tal como é concebida pela teoria econômica participam do mesmo mito. Se o primeiro não existe enquanto tal, é em parte porque a moeda não desempenha o papel objetivador, neutralizador e libertador que lhe é atribuído pela teoria econômica.

Toda relação de dom/contradom se caracteriza por sua ambivalência através das relações de poder que ela suscita. Essas prestações de dons, escreve Mauss, assumem

quase sempre a forma do presente oferecido generosamente, mesmo quando nesse gesto que acompanha a transação há apenas ficção, formalismo e mentira social, e quando há, no fundo, obrigação e interesse econômico (MAUSS, 1993, p. 147).

Dá-se por amor, por piedade, mas também por dever, por temor ou ainda por interesse, escreve ele (ibid., p. 250). Cada pessoa, em sua experiência da dívida, pode ficar dividida entre a força de um “vínculo de vida” e o peso de um “nó mortal” (MALAMOUD, 1988). O fato de que a dívida seja apresentada como um “dom” não muda nada nisso. Ao *obrigar* o seu parceiro, o doador adquire ascendência, até mesmo poder sobre ele. Sinal de amizade, de generosidade, de bondade e de dedicação, a qualquer momento o dom pode provocar um antagonismo exacerbado e uma “rivalidade exasperada” (MAUSS, 1993, p. 153). Expressão de solidariedade, de auxílio mútuo e de cooperação, assim que a avaliação da prestação se torna imprecisa, que a relação não é soldada no imediato por meio de uma compensação e que o contradom é deixado à apreciação do devedor, a qualquer momento o arbitrário e a injustiça podem ganhar de qualquer outra consideração, implicando dependência, paternalismo, até mesmo subordinação.

Por isso faz-se freqüentemente a oposição entre as relações mercantis e as relações de reciprocidade, insistindo na dimensão voluntária, contratual e igualitária das primeiras, em relação à dimensão obrigatória, estatutária e afetiva das segundas, sendo precisamente a moeda o instrumento que permite a neutralização da relação. As três qualidades atribuídas ao instrumento monetário — ser aceito por todos (universalidade), imediatamente (liquidez), e qualquer que seja seu suporte (fungibilidade) — lhe dão uma virtude suplementar: ele é neutro; e mais ainda, ele neutraliza as identidades e as condições de cada pessoa. Enquanto equivalente geral e universal, ele permite contabilizar todas as relações e retirá-las assim da arbitrariedade; enquanto instrumento insípido sem nenhuma diferenciação aparente, ele permite que não se interfira na relação. A moeda aparece assim como aquilo que rompe a relação de dívida entre duas pessoas: ela suspende as identidades e as condições, ela é a garantia da liberdade e do anonimato da troca.

Ninguém pensa em negar as virtudes emancipadoras da monetarização, que Georg Simmel evidenciou particularmente em relação ao feudalismo: ao criar um ambiente no qual as dívidas são reembolsáveis, a moeda dá esperança aos devedores de se libertar dos vínculos de dependência. A obrigação monetária, escreve Simmel, é a forma de obrigação compatível com a mais

extrema liberdade; ao instaurar o estágio da objetividade, ela “arranca” as pessoas “dessa forma primária de valores sociais” (SIMMEL, 1987, p. 360).

No entanto, deve-se constatar os limites dessa abordagem funcionalista da moeda. Ela atribui à moeda virtudes que ela não possui. A despeito de seus atributos de homogeneidade e de universalidade, a moeda não poderia neutralizar as relações de direito e de obrigação que regulam as relações pessoais⁹. Como bem mostrou Viviana Zelizer,

a dicotomia presumida entre uma moeda utilitária e considerações não-pecuniárias é falsa, pois a moeda, em certas circunstâncias, pode ser tão singular e insubstituível quanto o objeto mais pessoal ou o mais único [...] As estruturas culturais e sociais impõem inevitavelmente limites ao processo de monetização ao introduzir controles e restrições profundos sobre a circulação e a liquidez das moedas (ZELIZER, 1994, p. 19).

Conceber a moeda como um instrumento que abre o caminho para a liberdade é antes de tudo o fruto de uma visão normativa — a do pensamento dito moderno, que emerge nas sociedades industriais a partir do século XVIII. A delimitação da esfera mercantil — isto é, do conjunto de bens e serviços que pode ser trocado por moeda — é uma outra faceta dessa ideologia da modernidade, ilustrada particularmente pelo fato de que sejam excluídos de seu campo as atividades de proximidade e o cuidar de outrem. Mais geralmente, a delimitação da esfera mercantil não é definida *a priori*, e ela é ainda menos universal. Ela é uma construção social, isto é, própria de cada sociedade, e essa construção resulta de considerações ao mesmo tempo culturais e políticas. Essa delimitação se faz primeiramente com base em uma certa quantidade de bens e serviços suscetíveis de ser trocados por um certo preço. Cada sociedade define normas éticas que visam limitar a ordem mercantil ao definir precisamente o domínio de atividades, bens e serviços comensuráveis e compensáveis pela moeda.

9. Seguindo-se aos trabalhos pioneiros de Karl Polanyi e de John Commons (Maucourant, 1994), essa abordagem foi retomada e enriquecida por trabalhos mais recentes, particularmente os da equipe pluridisciplinar em torno de uma reflexão sobre a “soberania e a legitimidade da moeda” (Aglietta e Orlean, 1998), assim como os do MAUSS (Mouvement Anti-Utilitariste en Sciences Sociales).

Mas sua definição não pára por aí: um mesmo bem ou serviço pode ser autorizado a penetrar na esfera mercantil, não em função de suas características próprias, mas em função das características de seu detentor. Alguns grupos sociais são excluídos da troca mercantil ou de certos tipos de troca, e essa restrição se refere freqüentemente às mulheres. Sabe-se até que ponto os papéis atribuídos aos homens e às mulheres variam segundo os contextos culturais e históricos. O acesso à esfera mercantil faz parte dos domínios em que as idéias relativas ao papel das mulheres são as mais contrastadas. Na maior parte das sociedades hindus e árabes, diz-se que um comércio mantido por uma mulher é uma “abominação”: as mulheres se abstêm de vender, mas também de comprar (BOSERUP, 1983; PAPANÉK e SCHWEDE, 1988). No Alto Egito, diz-se que as mulheres não devem nem tocar moedas, nem falar delas, “mesmo que elas estejam revestidas de ouro” (HOODFAR, 1988). Em certas regiões do Marrocos, até os anos 1980, que uma mulher vendesse ou comprasse era “um ataque à sua dignidade e a Deus” (MAHER, 1981, p. 124). Em compensação, em outras regiões africanas, particularmente na África ocidental, assim como na maior parte dos países do Sudeste asiático, uma grande parte do comércio está nas mãos das mulheres, quer se trate de comprar ou de vender.

Um outro fator potencial de delimitação da esfera mercantil é possível: o dos espaços de troca. Como justificar que os trabalhos ditos “domésticos” não sejam nem contabilizados, nem remunerados, e portanto excluídos da esfera mercantil? Como explicar, por exemplo, que o trabalho realizado pelas esposas de agricultores ou de comerciantes na França até um período muito recente não tenha sido objeto de nenhum reconhecimento oficial? Para o feminismo de inspiração marxista, a explicação não contém nenhuma dúvida. A natureza dos serviços não é um argumento válido, pois esses mesmos serviços podem ser encontrados na esfera mercantil. Não é mais convincente o argumento da natureza das pessoas que fornecem esse serviço, pois a mesma mulher é remunerada assim que ela realiza o mesmo serviço em outro lar. Se for retomada a terminologia empregada, somente a natureza da relação de “subordinação” que vincula a “trabalhadora” ao seu

“chefe” justifica a “gratuidade” dos serviços¹⁰. Na família, a relação homem/mulher é assimilada a uma “relação de produção/subordinação” que relaciona um “chefe”, cuja produção se integra ao circuito mercantil, com um outro (a mulher) que lhe é subordinado porque sua produção não se integra ao circuito mercantil e torna-se portanto desvalorizada e invisível. Aqui a explicação não deixa nenhuma dúvida: a compartimentação entre relações mercantis e relações de reciprocidade só faz expressar a subordinação feminina. Contudo, há um outro ponto de vista possível: a compartimentação visaria preservar as relações afetivas de considerações interessadas e egoístas. Os dois universos seriam separados “por temor de uma perversão recíproca” (GODBOUT e CAILLÉ, 1992, p. 230). Por um lado, bens e serviços devem poder circular sem ter de temer desvios devidos aos imponderáveis das relações pessoais; por outro, os vínculos afetivos não devem ser corrompidos por considerações mercantis.

Aqui também essa delimitação é totalmente arbitrária. Em muitos países do Sul, e especialmente na África ocidental, a sobreposição entre relações de parentesco ou de amizade e relações mercantis não é de todo incongruente. Enquanto aqui o vocabulário monetário e mercantil se construiu em oposição ao das relações afetivas e familiares, lá, pelo contrário, esses dois vocabulários se misturam e se interpenetram com uma facilidade surpreendente¹¹. Enquanto aqui seria absurdo, até mesmo indesejado, “fazer negócios” em família e se procura separar espaço mercantil e espaço familiar, lá, pelo contrário, procura-se transformar um fornecedor em parente para fazer dele um aliado. As cerimônias familiares são locais naturais de negociação intensa e de acumulação de capital; as mulheres anotam escrupulosamente o que deram nessas ocasiões e falam dessas reuniões em termos de “bancos” e de “investimentos”. Que se cuide aquela que não cumprir seus compromissos: disso dependem, evidentemente, sua honra e sua reputação... mas também o seu comércio! No espaço familiar, observa-se que algumas mulheres negociam

10. Ver, por exemplo, Ch. Delphy (1998).

11. Sem que por causa disso seja possível estabelecer generalizações com base nessa questão da articulação entre parentesco e relações mercantis. Sobre esse ponto, ver por exemplo L. Bazin e M. Sélim (2001).

duramente as condições dos empréstimos que fazem a seus maridos quando eles não conseguem mais cumprir suas obrigações.

Enquanto na França as mulheres têm dificuldades em conciliar as obrigações familiares e as profissionais, lá elas chegam a harmonizá-las; mais ainda: chegam a se basear em suas obrigações familiares para reforçar suas atividades comerciais. Algumas pessoas poderão concluir disso que as mulheres misturam tudo e são incapazes de dissociar relações afetivas e mercantis. Outras também verão nessas práticas o sinal de uma “sobremonetarização” e de uma “sobremercantilização” das relações sociais, e os sintomas de uma degeneração de ordem ética, pois aí todos os meios são lícitos para sobreviver¹². Nossa resposta é diferente: essas práticas traduzem sobretudo uma forma diferente de uso e de apropriação do instrumento monetário. Essas diferentes constatações não significam que as mulheres africanas estão em uma situação privilegiada, longe disso; elas, aliás, têm numerosas responsabilidades e sofrem outros mecanismos de dominação. Em compensação, a observação que se impõe é a seguinte: a separação entre as esferas mercantil e não-mercantil é fundamentalmente arbitrária. Se em certos contextos as mulheres estão ausentes ou pouco presentes na esfera mercantil, isso não é de modo algum o resultado de uma vocação natural — é simplesmente porque elas não têm escolha.

O papel do saber econômico na construção da dependência e do altruísmo femininos

Essa dificuldade recorrente em pensar simultaneamente egoísmo e altruísmo não é insignificante: acusar de simplicidade os partidários desse dualismo seria ir um pouco rápido com o andar; seria sobretudo subestimar o enraizamento deste nas representações de todos e de cada um. Se se admite que o pensamento científico e o saber popular estão em permanente comunicação e que se alimentam mutuamente, então pode ser útil voltar a atenção para a construção histórica dessa compartimentação, proveniente

12. Ver, por exemplo, S. Latouche (1998).

do pensamento dito moderno. O esclarecimento histórico é duplamente frutífero: ele revela o caráter arbitrário e relativo dessa construção, mas também desvela sua dimensão sexual.

Mergulhemos alguns instantes no contexto do final do século XVIII. A moral popular, mas também os discursos científicos — especialmente os dos economistas — exortam as mulheres a se dedicar a seu círculo de relações e a depender de seus maridos. Enquanto há esforços contínuos para libertar os homens dos vínculos de subordinação pessoais, as mulheres, por sua vez, são chamadas a assegurar a harmonia do espaço familiar. Assiste-se aos primeiros passos da filosofia utilitarista: bem-estar e felicidade fundam o horizonte último a ser atingido, mas sob a condição de que sejam úteis para a sociedade. Essa preocupação com a “felicidade para o maior número de pessoas” anda lado a lado com a afirmação da autonomia do sujeito e de sua liberdade, assim como com a vontade firme de abolir toda relação de dependência pessoal. Entretanto, uma questão sempre volta de modo lancinante, mesmo que não seja formulada tão claramente: o que fazer com as mulheres, que lugar lhes cabe?

A dependência feminina

A intenção da época é afastar o espectro da dependência. “Dar a todos os franceses o meio de obter as primeiras necessidades da vida sem depender de outra coisa que não sejam as leis e sem dependência mútua no Estado civil”, escreve Saint-Just durante a Revolução Francesa¹³. Esse ideal de autonomia que se procura promover suscita um problema espinhoso, o dos direitos políticos e cívicos. As pessoas dependentes são capazes de se expressar na esfera política e civil? O problema é rapidamente resolvido. Todos aqueles que não são considerados donos de sua própria vontade são excluídos logo de saída: empregados domésticos, mulheres, crianças e pobres são assim privados do direito de sufrágio. O raciocínio tem uma dimensão fortemente tautológica, pois limita as mulheres a uma

13. Citado por P. Rosanvallon (1992, p. 182).

condição de inferioridade. Considera-se que suas responsabilidades familiares as condenam à subjetividade.

Ora, na esfera cívica, a vontade geral só se expressa se há uma renúncia aos vínculos pessoais. A esse respeito, Rousseau dá o tom: segundo ele, as mulheres são incapazes de se distanciar em relação às suas responsabilidades cotidianas; preocupadas com a busca de consideração, elas seriam, além disso, desprovidas de qualquer senso do interesse geral. Uma grande parte das discussões da época diz respeito à “razão das mulheres”: dispersa, versátil, difícil de controlar, é preciso a todo custo evitar seus excessos (FRAISSE, 1998a, p. 25). O utilitarismo oferece um argumento suplementar: nele os interesses individuais são mais importantes que os direitos. Se uma pessoa não tem consciência de seus próprios interesses, então os interesses de vários podem ser representados por uma única pessoa, particularmente o “chefe de família”. A distinção entre vida pública e vida doméstica, em nome da dependência feminina, se impõe então fortemente¹⁴. Múltiplos esforços serão desenvolvidos para separar, partilhar os espaços e as funções, entre a “intimidade da casa burguesa por um lado e o trabalho assalariado, por outro” (ibid., p. 168). Na França, os clubes de mulheres são fechados em 1793: as mulheres devem se limitar a seu papel de guardiãs dos costumes do lar e à educação das crianças.

Por que essa idéia fixa em relação à dependência? Em primeiro lugar, o dependente não contribui para o bem-estar coletivo. Em segundo lugar, a dependência é um sério entrave à dignidade humana. Querer remeter para outro a própria responsabilidade não é abdicar da própria liberdade e renunciar à sua própria qualidade de ser humano (EWALD, 1986)? Mas, no que diz respeito às mulheres, a questão não se coloca nesses termos. A dependência não as impede de contribuir com a utilidade coletiva, muito pelo contrário: é precisamente o seu dever que, de alguma maneira, as condena à dependência. Para elas, a dignidade não encontra sua origem na liberdade e sim na dedicação a outrem.

14. Seria abusivo dizer que essa distinção nasceu nessa época; em nossas sociedades, ela sempre existiu com maior ou menor força. Observa-se, contudo, um certo consenso sobre o fato de que a oposição é oficializada e reforçada (FRAISSE, 1998a; LEFAUCHEUR e SCHWARTZ, 1995; THÉRY, 1995).

O dever feminino

Segundo os economistas, o dever feminino diz respeito à sua contribuição para a produtividade operária. O *Homo oeconomicus*, figura emblemática da disciplina, dá seus primeiros passos. Ele é racional, egoísta e soberano em suas escolhas; mas também é fundamentalmente masculino. A questão da motivação pessoal das mulheres não se coloca. O que é importante é determinar as condições que permitem que as mulheres assumam da melhor maneira possível o papel de mãe e esposa.

Que as mulheres sejam pagas por seu trabalho, contudo, não é algo inédito. O fato de ter crianças pequenas não mudava nada, as mães preferiam enviar seus recém-nascidos a amas-de-leite em vez de perder seu emprego¹⁵. No entanto, algo aparece durante o século XIX; a própria idéia do trabalho feminino torna-se um tema de debate oficial: é legítimo que uma mulher trabalhe em troca de dinheiro? Isso não é incompatível com seu papel de mãe de família? A partir dos exemplos francês e britânico, Joan Scott (1991) mostra como a divisão sexual do trabalho que se desenha durante o século XIX, opondo “lar” e “atividade assalariada”, não é por fim senão um produto da linguagem utilizada no cotidiano tanto pelos empregadores como pelos sindicatos e amplamente legitimada pelos economistas. Três argumentos atravessam os debates.

O *primeiro*, compartilhado tanto pelos economistas liberais como pelos socialistas, particularmente na França, insiste na concorrência desleal exercida pelas mulheres devido a seus baixos salários (ALCOUFFE e ALCOUFFE, 2000). Os salários femininos escapam da regra da produtividade marginal. Muitos observadores da época estão de acordo: alguns para denunciar uma discriminação (vinculada à especialização das mulheres em profissões mal reconhecidas e portanto sub-remuneradas e à ausência de organizações sindicais aptas a defender os interesses femininos), outros para legitimar salários inferiores aos dos homens, em nome da responsabilidade de “chefe de família” destes últimos. Aqui

15. Ver, por exemplo, os trabalhos de J. Scott e L. Tilly (1987) e S. Schweitzer (2002) para a França e a Europa.

também o raciocínio é tautológico. A determinação dos salários femininos em função de uma norma de subsistência reforça a dependência financeira das mulheres, enquanto é precisamente essa dependência que supostamente justifica o modo de determinação dos salários. A renda feminina assume então uma conotação de “salário complementar” que progressivamente se erigirá em norma e que deixou numerosos traços até os dias de hoje (SILVERA, 1996).

O segundo argumento atribui às mulheres um papel central na contribuição ao capital humano¹⁶. Essa é a posição defendida especialmente por Alfred Marshall. Considerado um dos fundadores da economia neoclássica, líder do movimento marginalista e precursor da economia do bem-estar, Alfred Marshall também coloca as balizas do estatuto da mulher na teoria econômica (PUJOL, 1992). A posição que ele adota em relação ao trabalho feminino se inscreve em uma reflexão mais geral sobre os meios de melhorar a produtividade da classe operária. O autor considera que cuidar das crianças (*children care*) é um dos elementos determinantes. Ora, competências, talentos, saber prático, conhecimento e inteligência se desenvolvem durante a tenra infância. Quando uma mãe é ausente, as crianças são privadas desses cuidados, os pais são incitados a fugir do lar familiar, a freqüentar bares e a gastar seu pagamento. Exercer um trabalho assalariado pode, além disso, fragilizar suas aptidões naturais de ocupar-se de outrem. A degradação das classes operárias está diretamente ligada, segundo ele, ao trabalho assalariado feminino. Em nome dessa pluralidade de argumentos, Marshall se pronuncia claramente contra o emprego feminino: ele propõe que sejam mantidos baixos salários para desencorajá-las e para reforçar os *Factory Acts* (legislação britânica que limita o emprego feminino). Ele também se pronuncia favorável a uma intervenção do Estado na educação: não para facilitar o acesso das mulheres ao emprego qualificado, mas para que assumam melhor sua missão educacional. Se as mães de família fossem mais eficientes, os salários de subsistência de seus maridos poderiam até mesmo ser reduzidos sem uma diminuição de produtividade (MARSHALL, 1971, p. 721 ss.).

16. Mesmo que o termo “capital humano” ainda não existisse na época...

O *terceiro argumento* evocado para desencorajar o emprego assalariado feminino, e desenvolvido particularmente por William Jevons¹⁷, diz respeito à mortalidade infantil. Com base em diversas estatísticas, amplamente questionadas por economistas feministas da época (GROENEWEGEN, 1994), Jevons sustenta que o emprego feminino aumenta muito a mortalidade infantil. Quando as crianças são entregues à responsabilidade das amas-de-leite, elas não têm uma educação adequada: deixadas nas mãos de “estranhos”, sua chance de sobrevivência é diminuída. E se as crianças assim educadas sobrevivem, elas não têm como não se tornar trabalhadores ineficientes, adultos física e moralmente fracos, na maior parte do tempo sujeitos ao pauperismo e ao crime: em suma, uma ameaça à ordem social¹⁸ (JEVONS, 1883, p. 163). De sua análise decorre uma conclusão para a qual não cabe recurso: ele sugere uma legislação que teria como objetivo último a exclusão completa das mães de família com crianças de menos de 3 anos do mercado de trabalho (ibid, p. 172). Ele admite que a renda das famílias cairá em um primeiro momento, mas considera que após alguns anos elas voltarão a ter uma vida harmoniosa e equilibrada, e que, além disso, os empregadores se beneficiarão de uma força de trabalho mais vigorosa. Ele reconhece que a regulamentação é uma violação da liberdade pessoal, pois cada um é o melhor juiz para conduzir a própria vida, com exceção das mulheres, que ele considera menos capazes que os homens (ibid., p. 68).

Essa hostilidade em relação ao emprego feminino está longe de ser unânime, inclusive entre os economistas. Esse é particularmente o caso na Inglaterra, onde as vozes dissidentes de John Stuart Mill e Harriet Taylor, Eleanor Rathbone, Ada Heather-Bigg, o casal Beatrice e Sidney Webb e de

17. Esses dois autores (JEVONS e MARSHALL) não foram os únicos a abordar a questão feminina. Citemos, por exemplo, a influência exercida por P.-J. Proudhon na adoção, por parte do sindicalismo francês, do ideal da mulher dona-de-casa (MARTIN, 2000). As posições de Marshall e de Jevons, contudo, são particularmente representativas de como as mulheres são consideradas na época, e antecipam amplamente o lugar que será atribuído às mulheres na ciência econômica.

18. Jevons evoca dois outros argumentos: o trabalho feminino conduz a casamentos arbitrários e injustificados; alguns homens são incitados a se casar com mulheres que trabalham com a esperança de conseguir ter mais tempo livre. Por fim, o trabalho feminino ameaça o clima familiar, pois autoriza as mulheres a ter amantes (JEVONS, 1883, p. 161).

muitos outros se posicionam firmemente contra o sacrifício da liberdade feminina em nome de uma pretensa eficiência. Citemos também a posição menos radical e singularmente premonitória de Francis Edgeworth; interrogando-se sobre o meios de equilibrar equidade e eficiência, ele conclui que essa conciliação só pode ser fruto de uma política extremamente voluntarista (ALCOUFFE e ALCOUFFE, 2000). Mas no fim o emprego feminino é condenado porque representa uma concorrência, porque é desfavorável à produtividade operária e porque pode acelerar a mortalidade infantil. Em nome do bem-estar das famílias e do da nação, ao mesmo tempo econômico e demográfico, é pois conveniente regulamentá-lo. As mulheres são assim objeto de uma exceção ao ideal normativo do mercado auto-regulado. Na França, por exemplo, entre 1874 e 1910, diversas medidas foram tomadas para regulamentar e organizar o trabalho feminino. Só podemos salientar a ambigüidade dessas legislações, que oscilam entre “segregação” e “proteção” (SLEDZIEWSKI, 1991). As feministas, em nome da igualdade, contestam essas medidas discriminatórias que insistem na diferença, favorecem a manutenção da mulher em sua condição histórica de incapaz e limitam as possibilidades de contratação, ao reforçar nos operários a idéia de que as mulheres são concorrentes que devem ser afastadas do mercado de trabalho. Mas essas mesmas leis também respondem a uma vontade de lutar contra a política julgada abusiva dos empregadores, que exploram o trabalho feminino pagando-o muito mal. Observemos, aliás, que depois, sob a influência da doutrina solidarista, diversas medidas que eram especificamente femininas no início serão estendidas aos homens.

Moralização dos pobres e previdência

Embora as mulheres sejam consideradas de fato subordinadas a seus maridos, elas têm ao mesmo tempo um forte peso na moralização dos pobres para incitá-los a sair da dependência (MARTIN-FUGIER, 1983; PERROT, 1991b). Ao longo da primeira metade do século XIX, em nome da responsabilidade individual, a idéia de direito à assistência é excluída. Ainda que a noção de direitos sociais seja evocada logo nos primeiros dias

após a Revolução Francesa, o “paradigma da responsabilidade individual” limita consideravelmente seu campo de aplicação (EWALD, 1986). Somente aqueles que fazem valer uma credencial claramente identificável podem se beneficiar desses direitos, como as viúvas de guerra e os inválidos (ROSANVALLON, 1990, 1995). Para os outros, há apenas a preocupação de evitar que se tornem excessivamente perigosos, procurando educá-los pela previdência e pela beneficência na esperança de represar epidemias, alcoolismo, tuberculose e prostituição (PERROT, 1991b). No espírito liberal, a seguridade não é um direito, é um dever que se ganha individualmente. A previdência representa pois a virtude liberal por excelência, “aquela por meio da qual [o homem] atualiza a liberdade e ganha sua dignidade e sua respeitabilidade” (Ewald, 1986, p. 71). Essa é a época das primeiras caixas de poupança. Sua vocação é de ordem econômica, mas também de ordem moral: espera-se com isso criar nos pobres o interesse em não gastar. Simultaneamente, as ações de beneficência e de filantropia continuam a desempenhar seu papel de rede protetora contra a miséria, mas com uma nuance em relação às épocas anteriores: ajudá-los a ser previdentes (EWALD, 1986, p. 73).

Essa defesa de um esforço de moralização se dirige prioritariamente às mulheres. Nos meios operários, como vimos há pouco, espera-se que as mulheres façam reinar a ordem e a limpeza no lar, visando com isso a otimização da produtividade operária. Nos meios em melhor situação financeira, espera-se que as mulheres pratiquem a filantropia e a beneficência. Thorstein Veblen (1978) mostrou com muita ironia o papel da mulher burguesa. Para uma mulher, viver de um modo burguês consiste em ter uma existência de lazer. Por lazer Veblen entende não o repouso ou a preguiça, mas um “consumo improdutivo do tempo”. O lazer é a marca da nobreza, um nobre não tem de ser produtivo. O burguês, pelo contrário, qualquer que seja sua situação, é obrigado a trabalhar. Ele delega então à sua esposa o cuidado do lazer; ela é encarregada de mostrar que pode “gastar tempo” (ibid., p. 54 ss.). Mas esse é seu único dever? Ao mesmo título que suas consortes operárias, a burguesa não escapa do imperativo moral que pretende que cada um produza algo para a sociedade. É nessa devoção que a mulher encontra sua legitimidade. Isso é mostrado pela historiadora Anne

Martin-Fugier (1983), que dissecou minuciosamente diversos relatos biográficos da época. “Debruçadas sobre o povo”, diz ela a seu respeito. Ocupar-se da família no cotidiano, isso é evidente, mas também dos outros, os deserdados e os miseráveis. Toda mulher da burguesia ou da aristocracia que respeite sua colocação deve ocupar uma responsabilidade de primeiro plano nos comitês diretores das obras, nos congressos de beneficência ou ainda nas vendas caritativas. As obras de caridade são apenas uma ampliação de seu papel de proteção do lar. Enquanto a economia social dá seus primeiros passos, impulsionada pelo movimento filantrópico do “paternalismo social”, cujo líder francês é Frédéric Le Play, as mulheres burguesas, por sua vez, defendem a liberdade das mulheres ao mesmo tempo em que se mobilizam em favor do meio operário, oferecendo-lhes diversos serviços jurídicos e sociais e prefigurando assim a função de servidor social (ARCHAMBAULT, 1996, p. 34; FAYET-SCRIBE, 1990).

A institucionalização da dependência e do dever social feminino

A noção de direito social ganhará realmente forma somente no final do século XIX, com a passagem de um sistema baseado na responsabilização para um sistema baseado na segurança e no risco. A interdependência dos membros é reconhecida, mas essa interdependência tem uma dimensão fortemente sexual, ela mesma na origem sexuada dos Estados-providência. A partir dos anos 1830, a pobreza muda lentamente de perfil. Não é mais a indigência de uma minoria que preocupa e sim a ameaça de uma figura até então desconhecida: o pauperismo, produto da industrialização e da precarização operária. O princípio de responsabilidade, ao mesmo tempo “modo de julgamento e modo de reprodução”, atinge então seus limites (EWALD, 1986). Torna-se cada vez mais delicado “discernir no campo da responsabilidade o que pode ser atribuído aos indivíduos e o que pode ser atribuído a outras causas” (ROSANVALLON, 1995, p. 22). Impõe-se conceber uma nova forma de articulação entre o individual e o coletivo: esse caminho é oferecido pelo solidarismo. A sociedade não é mais apreendida em termos de “composição e de agregação”, mas como um “sistema de interação e de interdependência”

(ROSANVALLON, 1990, p. 158). O princípio de solidariedade implica que cada pessoa tenha uma garantia contra os riscos da existência; em compensação, todos devem participar do financiamento dessa proteção. A noção de previdência individual voluntária não é mais suficiente, ela se torna obrigatória. Ser membro da sociedade dá a cada pessoa direitos (direito à vida, direito de participar dos benefícios, direito de ser protegido do mal). Reciprocamente, a sociedade se dá o direito de sujeitar cada pessoa a obrigações positivas: os direitos sociais cobrem e ocultam diversas obrigações.

Embora a interdependência dos sujeitos seja reconhecida, ela ainda se baseia em duas dimensões bastante precisas: o trabalho e a família — portanto, ela não tem as mesmas conseqüências para os dois sexos. A condição salarial torna-se o único modo de financiamento do sistema e de acesso aos direitos sociais; por meio da condição salarial se efetua o vínculo financeiro entre os que trabalham e os que não trabalham. Um segundo tipo de vínculo financeiro, contudo, é necessário, mesmo que seja invisível por não ser monetarizado nem mesmo contabilizado: é o vínculo familiar. O vínculo financeiro entre os homens se baseia no trabalho; o vínculo financeiro entre homens e mulheres se baseia no vínculo familiar. Embora a contribuição das mulheres seja invisível, ela não é menos essencial para o equilíbrio do sistema assim instaurado. Essa nova concepção do vínculo social, diz-se, permite deixar de lado a questão dos julgamentos relativos ao comportamento moral dos indivíduos. A noção tradicional de “responsabilidade individual” é assim transformada em “risco social”, mas apenas para os riscos do trabalho. O que acontece com os riscos familiares, isto é, das mulheres sozinhas que não podem trabalhar? Levando-se em consideração que sua contribuição à “utilidade social” é ignorada, nada foi previsto para elas nesse tipo de situação. Elas tampouco têm outras saídas além da caridade, a grande precariedade ou então a prostituição.

A construção dos Estados-providência institucionaliza o aspecto sexuado da interdependência dos sujeitos. Em sua formulação inicial, quer sejam de inspiração bismarkiana ou beveridgiana, quer se inscrevam no movimento liberal, no socialdemocrata ou no corporativista, todos os Estados-providência se baseiam “em um modelo sexuado de acesso aos direitos

sociais, que define e trata as mulheres enquanto esposas e/ou mães” (LEWIS, 1995, p. 407). Historicamente, os direitos sociais das mulheres na maior parte dos países são direitos *indiretos*, que decorrem de sua dependência presumida em relação ao homem que sustenta a família. Por um lado, as “necessidades” das mulheres são definidas unicamente em referência às suas responsabilidades maternas. Por outro, direitos e serviços sociais lhes são permitidos unicamente por intermédio do marido. Emerge assim um modelo do homem “chefe de família, trabalhador, contribuinte, segurado”, enquanto a mulher é “mãe, dona-de-casa, detentora de direitos, assistida” (LEFAUCHEUR e SCHWARTZ, 1995, p. 164). Sobre esse aspecto, o sistema de aposentadoria talvez seja o mais sintomático. A despeito das singularidades nacionais, os diferentes sistemas europeus coincidem em um ponto: o caráter tardio dos sistemas de aposentadoria individuais para as mulheres, mesmo assalariadas, que as condena a depender da aposentadoria de seu marido. Até os anos 1980, era melhor evitar a condição de divorciada, de separada ou de solteira (FOLBRE, 1997, p. 113 ss.).

Durante o século XX e a despeito das reivindicações das feministas da época, recenseadores e estatísticos acatam as definições propostas pelos economistas: somente as atividades que podem ser trocadas em um mercado adquirem o estatuto de atividades “produtivas”; as atividades domésticas são excluídas¹⁹. As mulheres são relegadas à categoria dos dependentes. A invisibilidade de sua contribuição ao bem-estar coletivo passa a ser oficial.

Uma nova etapa é superada logo após a Segunda Guerra Mundial. Os princípios permanecem os mesmos, mas a mudança de escala é considerável. O sistema parcelado dos anos 1930 é unificado e estendido; esse duplo movimento de universalização e de melhoria quantitativa representa de algum modo o resultado do programa social-republicano vigente de 1898 a 1930 (ROSANVALLON, 1990). Não se fala mais de seguro social e sim de *seguridade social*. Essa universalização só é possível sob uma condição: um certo equilíbrio no fundamento dos direitos e dos deveres entre a sociedade

19. Para uma apresentação histórica da definição das atividades “produtivas”, ver N. Folbre (1997, p. 22 ss.). O autor evoca o fato de que até 1861 na Grã-Bretanha o recenseamento classificava as “mulheres do lar” na rubrica das atividades produtivas.

e seus membros (trabalho e família). É isso justamente o que se observa: durante os Trinta Gloriosos anos, o sistema de seguridade deve seu apogeu à generalização da sociedade salarial e a um emprego garantido para todos, assim como à estabilidade, mesmo que relativa, da instituição familiar.

Definitivamente, as mulheres transgridem as hipóteses da teoria econômica padrão em dois aspectos. Ao *Homo oeconomicus* masculino, racional e com interesses se opõe o altruísmo familiar, personificado pela mulher não como indivíduo mas como mãe, dona-de-casa ou ainda esposa. Por outro lado, seu destino no mercado de trabalho assalariado transgride o ideal normativo do mercado auto-regulado, em nome do bem-estar familiar e do bem-estar da nação. Simultaneamente, em nome de sua dependência material, as mulheres são excluídas do acesso aos direitos civis e políticos. Estabelece-se então um círculo vicioso difícil de ser eliminado. Defendidos tanto pelo senso comum como pelos discursos científicos, especialmente os dos economistas, dependência e dever social femininos acabaram por ser institucionalizados em termos de direitos sociais. Hoje em dia na Europa, e especialmente na França, as mulheres têm os mesmos direitos que os homens. Entretanto, quaisquer que sejam as vontades de evolução rumo a uma maior igualdade dos dois sexos na esfera pública, estas enfrentam a inércia de certas instituições, em termos de direito ou de normas sociais. A divisão sexual dos papéis é tanto um princípio estabilizador da ordem social como um mecanismo cognitivo que estrutura os modos de pensamento dos homens, mas também das mulheres: práticas e representações se conjugam para dar nascimento a uma “hierarquia embaralhada” cujo peso é carregado até hoje.

O saber econômico contemporâneo em face das desigualdades entre os sexos

Deve-se por causa disso abandonar todo recurso ao saber econômico para pensar a luta contra as desigualdades entre os sexos? Afirmar que essa questão jamais foi tratada pelos economistas seria excessivo. Seria esquecer os duros debates que acompanharam o nascimento da economia política, particularmente sobre o tema da oferta de trabalho feminino, cujo quadro foi esboçado rapidamente demais nas páginas anteriores. Seria negligenciar também os múltiplos trabalhos de economistas qualificados(as) de “feministas”, isto é, que defendem explicitamente uma visão normativa, a da eliminação da subordinação feminina. Presentes desde a origem da disciplina, mas de modo disperso e muito isolado, as pesquisas feministas tiveram um grande impulso a partir dos anos 1970, provavelmente em reação aos postulados simplistas e sobretudo cegos às desigualdades intrafamiliares da microeconomia da família, nessa época muito em voga (FERBER e NELSON, 1993). Elas originaram uma infinidade de correntes teóricas, algumas vinculadas aos movimentos existentes (feminismo de orientação marxista, neoclássica, institucionalista ou ainda neo-institucionalista), outras reivindicando sua autonomia. Várias dessas pesquisas contribuíram

amplamente para a renovação da disciplina, particularmente para a compreensão dos fenômenos não-mercantis (SWEDBERG, 1994). A despeito de seu caráter inovador, elas tiveram uma recepção muito limitada na comunidade científica, que não estava inclinada a aceitar imperativos políticos suspeitos de manchar sua neutralidade e sua objetividade.

A recente premiação de Amartya Sen com o Nobel talvez ofereça a oportunidade de reconhecer a necessidade e a pertinência de uma abordagem sexuada da economia. Agir sobre o real e colocar a teoria econômica a serviço de uma sociedade mais justa e mais “racional”: essa preocupação orienta o conjunto de sua reflexão e justifica a atenção que ele dedica às minorias. Um primeiro aspecto de seu trabalho já foi evocado: uma concepção plural dos comportamentos, que leva em consideração ao mesmo tempo a inscrição de cada um em uma sobreposição de direitos e de obrigações e o seu caráter sexuada. Três outros aspectos merecem ser apresentados: sua maneira de pensar a luta contra as desigualdades conciliando liberdade individual e eficiência coletiva; seu critério de avaliação das desigualdades em termos de liberdade real e de *capacidades*, que pode dar conta das desigualdades intrafamiliares; e por fim sua concepção pluralista da justiça como *processo racional*.

Conciliar liberdade individual e eficiência coletiva

Qualquer que seja o país, e mesmo que a separação tenha se reduzido muito durante as últimas décadas, a liberdade de acesso das mulheres a uma atividade remunerada é menor que a dos homens, e ela ainda permanece muito desigual, dependendo do país. Medida em termos de taxa de atividade, ela varia entre 15 e 70%. No Oriente Médio e na África do Norte são observadas as taxas mais baixas. Nesses países, tanto a educação como o trabalho feminino fora do lar ainda são fortemente proibidos em nome de uma segregação sexual muito estrita ligada à religião e às regras do casamento (ELDER e JOHNSON, 1999). As taxas de atividade mais elevadas ocorrem nos países escandinavos. Sem nenhuma dúvida, esse resultado foi amplamente facilitado por políticas públicas voluntaristas que visavam explicitamente a promoção da igualdade entre os sexos e a liberdade indivi-

dual das mulheres, sendo que esta última não era percebida como incompatível com a eficiência coletiva, quer se tratasse da proteção da maternidade, da família ou do emprego masculino (FOUQUET et al., 1999).

Rejeitando a oposição entre emancipação feminina e eficiência coletiva, e retomando nisso o raciocínio pioneiro de John Stuart Mill e Harriet Taylor, Sen quer precisamente demonstrar sua sinergia. Ao ter o benefício de liberdades econômicas e políticas e ao exercer plenamente suas potencialidades, as mulheres participam do bem-estar geral. Nos países do Sul, essa contribuição é medida sobretudo em termos de educação das crianças, de diminuição da mortalidade infantil, assim como em termos demográficos via queda da fecundidade. Diversos estudos empíricos mostram que o acesso das mulheres à educação e ao emprego exerce uma influência positiva sobre esses três elementos (SEN, 2000b). Nos países do Norte, a liberdade econômica das mulheres já é reconhecida, especialmente o acesso a um emprego remunerado. Não se acusa mais, como no século passado, o trabalho assalariado feminino de participar da degradação das classes operárias e de aumentar a mortalidade infantil. Entretanto, a questão de uma eventual incompatibilidade com a eficiência coletiva ainda é atual. Por exemplo, as pessoas não se perguntam regularmente se as mulheres ativas não seriam responsáveis pelo desemprego ou pela queda da natalidade? A questão se coloca com mais acuidade ainda, pois a oferta de trabalho feminino é facilmente manipulável pelos poderes públicos. Com efeito, para as mulheres, a volta ao emprego é associada a custos fixos consideráveis (custo de cuidar das crianças e das tarefas domésticas, mas também de transporte e o custo com roupas). Uma ajuda financeira pode portanto desempenhar um papel decisivo, tanto para incitar as mulheres a voltar ao mercado de emprego (exemplo das políticas conduzidas recentemente nos Estados Unidos e no Canadá) como para sair dele (exemplo da política conduzida recentemente na França com o benefício parental de educação¹) (ALLAIN e

1. Em francês “allocation parental d’éducation”, benefício destinado a ajudar os pais a conciliar a vida profissional e familiar por ocasião do nascimento de um filho. Ele permite a interrupção total ou parcial da atividade profissional a partir do nascimento do filho ou a partir da adoção.

SÉDILLOT, 1999). O modo de imposição e de regime fiscal também desempenha um papel incitativo não negligenciável (PLANTENGA e HANSEN, 1999). O emprego feminino pode assim ser considerado uma variável de ajuste, que pode ser estimulada ou moderada segundo as exigências do crescimento econômico, a liberdade individual das mulheres sendo relegada a segundo plano.

Os benefícios coletivos do emprego feminino começam a ser conhecidos. Alguns trabalhos econométricos, especialmente os da OCDE, mostram que a atividade feminina é criadora de empregos: ela gera valor agregado; cria empregos induzidos de serviços domésticos e de escolas maternas, de restaurantes e de hotéis; por fim, as próprias mulheres criam pequenas empresas, freqüentemente ricas em empregos de um novo tipo (CONSEIL D'ANALYSE ÉCONOMIQUE, 1999b; SILVERA, 2002). Além disso, como a população em idade de trabalhar diminuirá nos próximos dez anos, o crescimento do emprego dependerá ainda mais da participação das mulheres no mercado de trabalho. Ainda é delicada a questão da taxa de fecundidade. Conciliar liberdade individual das mulheres e eficiência coletiva não é algo evidente. Sem a implementação de medidas coletivas que permitam às mulheres exercer uma atividade profissional que não penalize sua vida familiar, não se pode falar em livre escolha.

Avaliar as desigualdades em termos de liberdade real

Embora a progressão da atividade profissional das mulheres participe da redução de certas desigualdades, ela se revela totalmente compatível com a quase manutenção das disparidades no posicionamento hierárquico quando se trata da vida profissional e da divisão de tarefas na vida doméstica². Certamente em muitos países as mulheres agora têm um acesso mais fácil ao emprego, mas este normalmente é não-qualificado, precário e com dedicação parcial. Elas podem ter filhos sem necessariamente estar casadas e sem

2. Segundo o relatório realizado pela França a pedido da União Européia sobre o tema da articulação entre vida familiar e vida profissional, as mulheres assumem em média de 70 a 80% das tarefas domésticas (SILVERA, 2002).

ser colocadas à margem da sociedade, mas devem nesse caso justificar sua escolha e assumi-la ao olhar dos outros e aos seus próprios olhos. Como a mulher se divorcia cada vez mais, ela assume o risco de diminuir consideravelmente seu nível de vida, e sua esperança de se casar novamente é bem menor que a de seu ex-marido. As mulheres têm direito de voto, mas ainda são minoritárias nas instâncias de representação. Esses são exemplos que mostram até que ponto a passagem de uma igualdade proclamada para uma igualdade tangível se mostra árdua e difícil. Daí a necessidade de um critério de avaliação das desigualdades capaz de apreender as dificuldades que podem ser encontradas pelas pessoas — as mulheres não são as únicas — para transformar seus direitos formais em reais potencialidades. É isso que Sen propõe por meio do critério das “capacidades”, reabilitando assim a noção de liberdade substantiva, da qual Marx já era um fervoroso defensor.

O critério das capacidades

Toda reflexão sobre justiça social inevitavelmente enfrenta a seguinte questão: que critério escolher para avaliar as desigualdades e as injustiças? Sen rejeita o critério de maximização da utilidade coletiva que funda a ética utilitarista, segundo a qual instituições e políticas públicas são justas se, e somente se, maximizam a utilidade coletiva, entendida como o agregado das utilidades individuais. No momento de seu surgimento, a ética utilitarista foi extremamente progressista. Ao avaliar toda ação em função de suas conseqüências e não de um julgamento moral qualquer, o consequencialismo — conceito básico do utilitarismo — busca afastar todo preconceito e toda superstição e romper todo vínculo de dependência em relação à existência de Deus, da alma ou de qualquer outra entidade metafísica. Os desenvolvimentos posteriores do utilitarismo, ao se recusar a fazer comparações interpessoais de utilidade, vão ainda mais longe nesse desapego em relação a toda preocupação de ordem moral: fazer um julgamento sobre as preferências de cada pessoa conduziria à subjetividade, e seria pois incompatível com um raciocínio que pretende ser científico. A teoria propõe então que sejam comparadas não tanto as utilidades pessoais, mas diferentes estados da eco-

nomia: a situação será considerada ótima se for impossível modificar a distribuição sem afetar a utilidade de ao menos um dos sujeitos. Por mais inovadora e reformista que tenha sido em sua gênese, em nossos dias essa doutrina conduz, em seus princípios, a abandonar a questão da liberdade e dos direitos, a negligenciar as preferências adaptativas, assim como a ignorar as motivações de ação que não sejam aquelas que podem ser avaliadas em termos de utilidade.

Em nome da diversidade dos indivíduos e dos contextos, Sen também rejeita o critério da renda, assim como o dos direitos, e também o dos “bens primários” proposto por John Rawls. Considerada uma das críticas mais fortes ao utilitarismo, a *teoria da justiça* desenvolvida por Rawls a partir dos anos 1970 propõe uma concepção da justiça como “igualdade de acesso a liberdades fundamentais”. Essas liberdades fundamentais são constituídas por uma série de “bens primários” (*primary goods*), os quais designam “tudo o que o homem racional presumidamente pode desejar” (RAWLS, 1987, p. 93). Eles incluem “os direitos, as liberdades e as possibilidades oferecidas ao indivíduo, a renda e a riqueza [...] assim como as bases sociais do respeito de si” (ibid.). A avaliação da liberdade e das desigualdades provém de uma comparação interpessoal das dotações iniciais em termos de recursos e de direitos. Embora partilhe com Rawls a mesma rejeição do utilitarismo, a mesma simpatia pelas questões da liberdade e da distribuição, e ao mesmo tempo reconheça uma grande dívida intelectual em relação a ele, Sen o critica por se limitar à abordagem dos *meios* da liberdade e não abordar a liberdade enquanto tal. Segundo Sen, os bens primários não bastam para garantir a cada um a liberdade real de escolher a própria vida. O que é importante, diz ele, é a relação estabelecida pelas pessoas entre os recursos e os direitos de que elas dispõem, e o uso que farão deles, a maneira pela qual vão colocá-los em prática, o que ele chama ainda de *conversão* das liberdades formais em liberdades reais. De que serve focalizar a atribuição de direitos se as pessoas não têm meios para tomar consciência deles? De que serve oferecer recursos se as pessoas não são capazes de valorizá-los?

Sen parte do princípio de que certas funções — que ele qualifica de “funções vitais” (*functionings*) — têm um valor intrínseco, isto é, que sua

posse, independentemente das preferências das pessoas, é determinante para a sua dignidade e a sua liberdade. As funções vitais remetem a necessidades puramente fisiológicas, tais como o acesso à saúde — física e mental —, à educação, à alimentação. Elas também remetem a necessidades sociais tais como o respeito de si, “mostrar-se em público sem vergonha” ou ainda “participar da vida da comunidade” (SEN, 1999a, p. 163 ss.). Quaisquer que sejam as escolhas efetivamente realizadas, que dependem das aspirações pessoais e das convicções de cada pessoa, é primordial que as pessoas tenham a oportunidade de exercer suas funções vitais: sua liberdade real, que Sen qualifica de “capacidades” (*capabilities*³), depende disso. Em sentido amplo, a capacidade reflete “a liberdade de ter diferentes tipos de vida” (SEN, 1993a, p. 218). Ela designa o conjunto de funções vitais potencialmente acessíveis a cada pessoa. O termo também é empregado de modo mais restrito, para cada função vital: capacidade de se deslocar, de satisfazer necessidades nutricionais, de conseguir roupa e moradia, de respeitar a si mesmo, de participar da vida social da comunidade etc. A questão não é mais: em que medida uma pessoa está satisfeita? Nem mesmo: que quantidade de recursos ela pode controlar? A questão é antes: o que ela pode realmente ser e fazer?

Ora, essa aptidão de converter, nos diz Sen, varia muito de uma pessoa para outra. É aqui que a idéia é mais inovadora: uma distribuição, até mesmo igual, de bens primários ou de recursos não permitirá que as pessoas atinjam o mesmo nível de vida ou que realizem as mesmas ações. A aptidão de converter recursos e direitos em capacidades depende de vários fatores. Entram em jogo as características pessoais de cada um, assim como o pertencimento a um determinado grupo social. As mulheres, assim como certas minorias étnicas ou os portadores de deficiências, são particularmente afetadas por esse problema da conversão, tanto devido ao fato da gravidez e da maternidade como pela existência de numerosos estereótipos e preconceitos que lhes são desfavoráveis⁴. A aptidão de converter também provém da natureza do ambiente natural, social e cultural (ensino público, violência, normas em

3. Ele introduz essa noção em um artigo publicado em 1980 (*Equality of What? in Amartya SEN, Choice, Welfare and Measurement*, Oxford, Basil Blackwell, 353-369).

4. Sobre esse ponto, ver por exemplo Sen (2000a, 163).

vigor etc.): o conjunto dos bens necessários para uma vida digna de ser vivida varia consideravelmente de contexto para contexto. Essa aptidão para a conversão decorre, por fim, dos modos de distribuição na família: de um contexto para outro, um mesmo nível de renda familiar não tem de modo algum as mesmas conseqüências em termos de bem-estar para cada membro da família. Avaliar as desigualdades é pois algo indissociável da avaliação das desigualdades intrafamiliares.

Levar em consideração as desigualdades intrafamiliares

Nos desenvolvimentos mais recentes das teorias da justiça, a igualdade sexuada é afirmada, mas se aplica essencialmente às relações exteriores à família, como na teoria liberal clássica (KYMLICKA, 1999, p. 266 ss.). Em nome da separação entre a esfera privada e a esfera pública, os liberais recusam-se a intervir na vida familiar, mesmo que seja para fazer progredir os objetivos de autonomia e de igualdade de oportunidades aos quais eles têm tanto apego. Rawls, por exemplo, atribui grande importância à família. Ele vê nela uma escola de moralidade, um fator de socialização decisivo no aprendizado dos sentimentos morais, das regras de cooperação e de reciprocidade. Mas em nenhum momento ele encara sequer o que seria a eventualidade de uma injustiça intrafamiliar. “Uma vez admitido que as instituições familiares são justas [...]”, escreve ele por exemplo, antes de descrever o papel da família no desenvolvimento moral de cada pessoa (RAWLS, 1987, p. 490).

Tomando o contrapé dessa abordagem, e retomando nisso uma das primeiras reivindicações feministas, Sen considera que as relações intrafamiliares são o primeiro foco de desigualdade e de injustiça. Recusando-se, a exemplo das teorias microeconômicas, a apreender a família como uma comunidade de interesses, Sen propõe uma análise em termos de *conflito cooperativo* (SEN, 1984, 1990). Os diferentes membros de uma família, segundo ele, são confrontados com dois tipos de problemas simultaneamente, um que envolve a *cooperação* (adicionar os recursos), outro que envolve o *conflito* (a divisão dos recursos entre os diferentes membros). Nesse processo de negociação, as mulheres ocupam uma posição de fraqueza quase sistemática.

Em primeiro lugar, elas nem sempre têm consciência de seus próprios interesses: estes podem ser mascarados por seu senso de obrigação, por sua preocupação com outrem, por seu sacrifício. É possível que elas tenham prazer em ocupar-se de seus próximos (noção de *engajamento* e de *compaixão*), com o risco de se sacrificar totalmente em nome do bem-estar comum, negligenciando seu próprio bem-estar. A divisão sexual dos papéis tende a enfraquecer sua percepção daquilo a que têm direito de almejar. Em função do contraste que pode haver entre uma harmonia familiar aparente e a persistência de desigualdades agudas, é indispensável dispor de uma avaliação mais “objetiva” do bem-estar, o que a noção de capacidades procura fazer. Essa distinção também dá todo o seu peso aos riscos de alienação denunciados por algumas abordagens feministas.

Coloca-se, em segundo lugar, um problema de percepção das contribuições de cada um, que normalmente prejudica as mulheres. Ele provém principalmente da separação entre atividades remuneradas e não-remuneradas e sua hierarquização baseada sexualmente. Esta introduz “distorções” sistemáticas na percepção de quem “produz o quê” e “ganha o quê” (SEN, 1990, p. 130). Sen não se aventura no terreno escorregadio da origem da divisão dos papéis entre os sexos. Ele simplesmente evoca o fato de que ela acaba por se tornar “natural” aos olhos de todos, homens e mulheres, e considera vão procurar o que provém de um ou de outro componente. O que é importante, diz ele, é que as mulheres sejam *realmente livres* em suas escolhas. Avaliar a liberdade a partir de critérios que visam limitar as distorções provenientes de eventuais mecanismos de opressão e de adaptação é um primeiro passo, e esse é precisamente o objetivo do conceito de capacidades. Um contexto propício à expressão das preferências assim como à sua evolução deve permitir corrigir esses mesmos mecanismos. O diálogo social ganha aqui uma importância decisiva, o que pressupõe a redefinição da noção de escolha social.

Redefinir a noção de escolha social

Se a justificação do critério das capacidades se presta pouco a discussões, já a questão de sua colocação em prática é mais delicada: em primeiro

lugar, como avaliar as desigualdades de capacidades e, em segundo lugar, que políticas públicas devem ser estabelecidas para corrigi-las? Se retomarmos a terminologia do saber econômico, esse questionamento dependerá de um procedimento qualificado de “escolha social”, procedimento ao qual toda pessoa que tem de tomar uma decisão política é confrontada: como elaborar decisões coletivas a partir de preferências individuais, que procedimentos empregar para obter um resultado coerente, que maximize a eficiência coletiva — segundo critérios a serem definidos —, e ao mesmo tempo respeitar as liberdades individuais? Que peso atribuir a esses diferentes princípios e em que medida eles são compatíveis entre si?

Entrar no detalhe técnico desse debate nos conduziria longe demais⁵. Mas vamos assumir o risco de resumir seus principais termos, simplificando-os, pois uma das principais contribuições teóricas de Sen se encontra aqui⁶. A maior dificuldade a ser resolvida pelos teóricos da escolha social provém do fenômeno da intransitividade, segundo o qual as preferências individuais perfeitamente transitivas podem, quando agregadas, gerar preferências coletivas que não o são⁷. Conhecido sob a denominação de paradoxo de Condorcet, e retomado no famoso teorema da impossibilidade de Arrow, esse resultado entra em contradição com o princípio democrático. Arrow mostra que a decisão política está presa a um impasse: é-lhe impossível tomar uma decisão pública que, por um lado, provenha da agregação voluntária das preferências individuais quanto aos estados sociais possíveis e, por outro, maximiz-

5. Nos últimos cinquenta anos, esse tema foi objeto de uma vasta literatura, muito técnica e formalizada, com o uso de instrumentos matemáticos que se mostraram particularmente preciosos para testar a compatibilidade entre diferentes princípios.

6. Os primeiros trabalhos de Sen sobre a escolha social apareceram em um livro publicado em 1970 (*Collective Choice and Social Welfare*) e tiveram diversos desenvolvimentos depois disso. Sen resumiu sua posição em um discurso, pronunciado na entrega do prêmio Nobel, publicado em 1999 em *The American Economic Review* (SEN, 1999b).

7. Tomemos o caso de três opções, A, B e C, e de três pessoas, I, II, III, que têm preferências transitivas sobre essas três opções (se I prefere A a B e B a C, então ele prefere A a C). Suponhamos que I prefira A a B e B a C, que II prefira B a C e C a A, e que III prefira C a A e A a B. Se forem agregadas essas preferências individuais, teremos uma maioria que prefere A a B, uma outra maioria que prefere B a C, mas também uma maioria que prefere C a A. A relação de preferência coletiva não é pois transitiva.

ze cada uma dessas preferências. Por fim, a escolha ditatorial acaba sendo o melhor procedimento do ponto de vista da coerência e da eficiência coletiva. Lamentando o imobilismo e o pessimismo que se seguiram às conclusões de Arrow, Sen se esforçou em fazer uma interpretação conclusiva delas e em propor prolongamentos. Salientando logo de saída que não poderia existir teoria “pura” em termos de escolha social — esta é, segundo ele, a primeira lição que é preciso tirar do teorema de Arrow — Sen procurou passar em revista todos os procedimentos de decisão coletiva efetivamente utilizados ou simplesmente possíveis, procedimentos que ele qualifica de “impuros”, no sentido de que abrandam as condições impostas por Arrow, ao mesmo tempo em que são “aceitáveis” e “racionais”.

Um dos resultados essenciais aos quais ele chega consiste em mostrar que os conflitos entre princípios resultam, em última instância, das divergências de sua “base informacional”. Ele chega a uma diversidade de procedimentos possíveis, mais ou menos pertinentes segundo o nível coletivo considerado (um Estado, uma associação, um partido político etc.), segundo as informações disponíveis e segundo o objetivo perseguido. O voto e o mercado (pelo viés da oferta e da demanda) — os dois procedimentos mais comumente abordados pelos teóricos da escolha social — se justificam sob a condição de que seja garantida uma esfera de liberdade pessoal mínima e unicamente em certos domínios. O voto se justifica para decisões que exigem anonimato e neutralidade, o mecanismo de mercado para a troca de serviços que não impliquem externalidades. Para as decisões de política social que visam a melhoria do bem-estar coletivo, o uso de critérios baseados em comparações interpessoais, segundo ele, é indispensável (o que Arrow sempre se recusara a fazer), critérios que devem ser usados depois seja por agregação (permitindo apreciar, para uma dada medida, as perdas e os ganhos em termos de bem-estar do conjunto da população), seja pela regra do *maximin* (privilegiar as pessoas mais desfavorecidas).

Diante do dilema equidade/eficiência (que os utilitaristas resolveram propondo a maximização da soma total das utilidades, independentemente de sua distribuição; que Rawls propõe resolver colocando o princípio de diferença, que consiste em maximizar as vantagens dos mais desfavoreci-

dos), Sen considera que não pode haver uma solução exclusiva, que forneça o arquétipo único da “sociedade justa”. Ele toma como exemplo a diversidade dos modos de resolução da fome, primeiro domínio ao qual aplicou suas hipóteses na área da escolha social. Do mesmo modo, apresentar uma solução única e definitiva no terreno da luta contra as desigualdades entre os sexos seria ao mesmo tempo pretensioso e irrealista. As disparidades mundiais, regionais e às vezes locais são de qualquer modo de tal ordem que não se pode evitar proceder caso a caso. Rejeitar a existência de uma teoria “pura” não exclui de modo algum o recurso à razão prática. Isso se reduz simplesmente a aceitar que nenhum critério pode ser adotado de modo unívoco. A combinação entre os três critérios de eficiência, equidade e liberdade nunca se deu de uma vez por todas. O que é importante é que o diálogo entre esses três critérios não se interrompa e que se enriqueça ao longo do tempo. A elaboração dos critérios da justiça social só pode, pois, ser o fruto de um *processo*⁸. Para cada problema posto, o único método que pode ser apresentado, segundo Sen, é o seguinte: identificar as injustiças mais manifestas, o que exige uma “base de informação” suficientemente rica, e conduzir um debate aberto sobre os meios que podem solucioná-las. Com esse método, torna-se possível chegar a um acordo “racional” (SEN, 2000b).

Multiplicar a coleta de dados empíricos e a construção de indicadores

Sen avalia que considerações analíticas e pragmáticas são indissociáveis: a teoria das escolhas coletivas só pode progredir se, simultaneamente, progredirem os métodos de coleta de dados empíricos. Essa progressão já se iniciou: assiste-se há alguns anos a uma abundância de trabalhos que buscam construir indicadores sociais que dêem conta das noções de saúde social, desenvolvimento durável, qualidade de vida ou ainda capital social (PERRET, 2002; VIVERET, 2002). No entanto, a maior parte desses procedimentos ainda é pouco opera-

8. Sen se junta aqui a certos trabalhos recentes, tanto de filosofia política como de economia, que se ligam à filosofia pragmatista, pois defendem uma abordagem pluralista da justiça social. Citemos particularmente J. Affichard e J.-B. de Foucault (1995), S. Mesure e A. Renaut (1999), J.-M. Monnier (1999), S. Véca (1999).

cional; o mais bem-sucedido provavelmente seja o de indicadores de desenvolvimento humano do Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento, do qual, aliás, Sen foi o principal instigador⁹ (PERRET, 2002). Por mais redutores que sejam em relação ao conceito de capacidade, eles representam um primeiro passo nesse sentido. Além disso, oferecem a possibilidade, inédita até então, de estabelecer comparações internacionais relativamente confiáveis e de quantificar a amplitude das desigualdades entre homens e mulheres. Eles também são preciosos instrumentos de auxílio à decisão: determinar os domínios em que as desigualdades são maiores permite decidir os domínios prioritários de intervenção. Na Europa, o critério de “exclusão social” definido em 1998 pelo Eurostat também é um eco ao conceito de capacidade. Ele leva em consideração a relação entre baixa renda, a condição socioprofissional e as limitações referentes aos aspectos monetários e não-monetários da vida: problemas referentes à satisfação de necessidades fundamentais (comer carne ou peixe, comprar roupas novas, tirar uma semana de férias longe de casa), problemas de moradia (ausência de banheiro, falta de espaço, umidade do chão ou das paredes), problemas financeiros (atrasos nos pagamentos) (COMMISSION DES COMMUNAUTÉS EUROPÉENNES, 2000a, 2000b).

Embora numerosos progressos tenham ocorrido nas últimas décadas, a elaboração de indicadores adequados ainda é algo essencial a ser feito nos próximos anos, particularmente no domínio das desigualdades entre os sexos. Por exemplo, no que diz respeito à articulação entre vida familiar e vida profissional nos países da Comunidade Européia, é difícil elaborar políticas ao mesmo tempo justas e eficientes devido à falta de critérios adequados — e de dados disponíveis quando os critérios existem — que permitam um posicionamento tanto sobre as necessidades como sobre a eficácia das medidas existentes (SILVERA, 2002).

9. O índice de desenvolvimento humano (IDH) leva em consideração a esperança de vida, o nível de instrução e a renda. O índice sexo-específico do desenvolvimento humano (ISDH) retoma o IDH considerando as desigualdades entre homens e mulheres. O índice de participação das mulheres (IPM) mede o controle que as mulheres exercem sobre seu destino nos domínios político e econômico; ele leva em consideração a proporção de mulheres que ocupam cadeiras parlamentares, postos de trabalho em quadros superiores e de direção, e por fim a parte das mulheres no produto interno bruto.

Promover o diálogo social, mas como?

Toda sociedade que se pretende democrática procura respeitar as preferências pessoais para elaborar decisões coletivas. Ninguém pensa em contestar este ponto, mas não será preciso também, como sugere Sen, levar em consideração a influência das decisões coletivas e dos procedimentos de escolha coletivos na *elaboração* das preferências pessoais? A liberdade, diz-nos Sen, particularmente a liberdade de expressão, não tem apenas uma função intrínseca: ela também comporta uma função *instrumental*. Ela facilita a expressão e a reivindicação das preferências e necessidades pessoais. Com muita frequência as intervenções públicas resultam da capacidade das populações de reivindicar seus direitos e de fazer pressão sobre as autoridades. Sen apresenta como prova disso o vínculo estreito entre fome e democracia: os países independentes dotados de estruturas democráticas e de liberdade de imprensa, mesmo que relativa, às vezes conhecem a penúria, mas nunca a fome. Entre outros exemplos, Sen cita o da Índia, ameaçada pela fome várias vezes entre os anos 1960 e 1970, mas poupada graças ao papel central da mídia e de diversos partidos políticos (SEN, 1984, p. 503 ss.). Mais acima, a liberdade de expressão favorece a emergência e a definição das necessidades e valores em um contexto social e, por esse viés, ela permite a transformação de preferências pessoais (SEN, 2000b). Quando a resistência ao progresso social provém sobretudo da inércia das normas e das tradições, a única saída possível consiste em expor o problema e em debatê-lo publicamente (ibid., p. 268 ss.).

No que diz respeito à desigualdade entre os sexos, o debate público se mostra mais que desejável: ele é inevitável. Nesse domínio, diz ele, “[...] nenhum progresso notável é registrado sem uma mobilização conseqüente que permita a formulação de críticas e a elaboração das reformas” (ibid., p. 161). Sen dá vários exemplos. Facilitar o acesso das mulheres a um emprego remunerado é desejável na medida em que isso lhes confere uma certa independência, assim como um maior poder de negociação dentro da família, e acaba por produzir, a longo prazo, uma evolução das regras da repartição intrafamiliar. Esse círculo virtuoso, contudo, é difícil de ser colo-

cado em ação na presença de normas patriarcais fortes: somente um “livre debate” pode permitir a introdução de mudanças sociais, por intermédio de grupos organizados e autorizados a se expressar. Sen cita o exemplo do papel ativo de movimentos femininos na Índia e em Bangladesh: foi a sua mobilização que deu à questão da igualdade um real alcance; as medidas legislativas, na verdade em vigor havia várias décadas, não tinham sido convincentes (ibid., p. 123 ss.; NUSSBAUM e GLOVER, 1995). Por esse motivo, Sen se recusa a dar prioridade a uma dessas duas liberdades, a liberdade econômica e a liberdade política. É precisamente a sua sinergia que é fonte de progresso, na medida em que elas se alimentam mutuamente.

Um raciocínio similar pode ser feito sobre o tema da natalidade. Altas taxas de fecundidade não apenas colocam problemas de superpopulação, mas mais ainda limitam a liberdade individual das mulheres. Sabe-se que gestações repetidas estão por trás de uma grande mortalidade feminina e sua dedicação quase exclusiva ao cuidado dispensado aos filhos as impede de exercer atividades fora de casa. Em muitos países, defender uma diminuição da natalidade parece pois desejável. Mas será preciso impor essa medida? Em nome do respeito à liberdade individual, Sen responde negativamente. A redução da taxa de natalidade só será legítima se for produto de uma escolha livremente consentida. Daí a importância, mais uma vez, do diálogo social. O exemplo de um Estado do sul da Índia, Kerala, cujo índice de desenvolvimento humano é particularmente exemplar levando-se em consideração seu desenvolvimento econômico, é uma ilustração disso. A percepção e a compreensão das necessidades, tanto pelos homens como pelas mulheres, passa pela participação em debates públicos.

Definitivamente, as duas principais contribuições dos trabalhos de Sen em relação ao assunto que nos ocupa podem ser resumidas do seguinte modo: a primeira consiste em ter demonstrado, respeitando o rigor formal que deve possuir todo raciocínio científico, que a democratização das práticas econômicas é ao que tudo indica o único meio de se chegar a uma maior liberdade para todos. Diante da supremacia, tanto na economia como na filosofia política, de abordagens positivistas que reivindicam o estatuto de ciências livres de todo valor — e portanto de toda perspectiva ética —, esse resultado deve

ser considerado notável. A segunda contribuição, igualmente primordial diante da supremacia de uma concepção universalista da justiça social, diz respeito às desigualdades de aptidão de converter direitos formais em liberdade real. Mesmo que não formule a questão desse modo, Sen demonstra que a universalidade dos direitos, a despeito da idéia de igualdade a ela vinculada, pode se mostrar fundamentalmente como produtora de desigualdade.

Sen, no entanto, se cala sobre vários pontos. Ele não aborda realmente o problema das obrigações familiares. Não se interroga realmente sobre os meios para facilitar a conversão e para lutar contra as desigualdades de conversão. Muito desconfiado em relação a todo desvio comunitarista, ele não é nem um pouco favorável a medidas de discriminação positiva que visariam compensar a desvantagem de certos grupos, mas não vai mais longe nas proposições. Por fim, ele não se pronuncia, ou o faz pouco, sobre os meios para suscitar um diálogo social eficaz. Ele tem consciência das dificuldades, mas se contenta em evocar a importância da ação coletiva, do papel do multipartidarismo e da necessidade de uma oposição organizada (SEN, 2000b, p. 160 ss.).

No que diz respeito às desigualdades de aptidão de conversão, uma primeira pista, sugerida por Robert Salais (1998) quando procura prolongar a teoria das capacidades de Sen, assim como por outros trabalhos que reconhecem os limites de uma justiça universalista¹⁰, consiste em apelar para a descentralização e para a desconcentração da oferta pública de justiça. Já em ação em vários domínios, de modo desigual segundo os países em função do grau de descentralização, esse modo de alocação dos bens e dos direitos, qualificado por Jon Elster de “justiça local”, só pode ser parcial e condicionado à sua capacidade de aliviar as incompletudes de uma justiça redistributiva global, sendo esta última encarregada de velar por eventuais desigualdades entre os níveis locais e de limitar uma soberania local excessivamente forte (ELSTER, 1992). Uma segunda pista, complementar da primeira e mais ambiciosa, consiste em pensar conjuntamente a democratização da economia com uma simplificação das formas de proteção social. Isso se traduz em apostar simultaneamente em uma *proteção social plural* e em uma *economia plural*, acredi-

10. Ver, por exemplo, J. Affichard e J.-B. de Foucault (1995) ou J.-M. Monnier (1999).

tando em uma repartição das responsabilidades entre mercado, autoridades públicas e sociedade civil. A idéia, de fato, não é completamente nova: o que ela faz é restabelecer laços com o pensamento associacionista do final do século XIX e da primeira metade do século XX, desenvolvido tanto pela filosofia pragmatista, particularmente a de John Dewey (BAZZOLI, 1994; CHANIAL, 2001), como por socialistas como Marcel Mauss ou liberais como Alexis de Tocqueville (FERRATON, 2002). Se aparece nas entrelinhas dos trabalhos de Sen, ela é muito mais explícita nos teóricos da justiça que defendem um “liberalismo comunitário”, do qual Michaël Walzer é o líder (CHANIAL, 2001). Essa idéia de pluralismo e de democratização do econômico pela sociedade civil também está no âmago de uma socioeconomia que se reporta à *economia solidária*.

A resposta da economia solidária

O conceito de economia solidária nasceu precisamente para designar as práticas que contribuem para rearticular o econômico às outras esferas da sociedade, na perspectiva de uma sociedade mais democrática e igualitária. Essas práticas representam um movimento multiforme, em emergência há mais de trinta anos, e presente em diferentes domínios de ação: na criação ou manutenção de empregos (empresas de inserção profissional, associações intermediárias), na produção e comercialização coletiva (agrupamentos de produtores, comerciantes, artesãos, comércio equitativo), na moradia coletiva (associações e cooperativas de autoconstrução), na poupança e no crédito solidários (cooperativas financeiras, microcrédito ou crédito solidário), nas trocas não-monetárias (sistemas de trocas locais, redes de trocas recíprocas de saberes), nos serviços coletivos de saúde (mutuais ou cooperativas de saúde), na proteção coletiva do meio ambiente (empresas sociais de recuperação e de reciclagem), na segurança alimentar (cozinhas coletivas, jardins comunitários), no apoio à criação de atividades individuais ou coletivas (serviços de apoio ao empreendimento, cooperativas de atividade), na criação de novos serviços ou na adaptação de serviços existentes (serviços da vida cotidiana, especialmente cuidar de crianças ou idosos, serviços de melhoria do quadro

de vida, culturais e de lazer). As práticas da economia solidária emergem tanto no meio urbano como no rural. Algumas delas têm amplitude internacional e procuram estabelecer novas solidariedades entre produtores do Sul e produtores do Norte, especialmente por meio do comércio equitativo. A maior parte delas, contudo, continua ancorada no território local. Suas atividades se referem ao conjunto de uma aldeia, de um bairro ou somente de um grupo específico, como as mulheres, os jovens, os agricultores etc.

Além dessa forte heterogeneidade, que pode surpreender e desconcertar, as práticas da economia solidária compartilham duas características comuns, evidenciadas por Bernard Eme e Jean-Louis Laville (1994), e é precisamente devido a essas duas características que elas chegam a democratizar a economia.

A *primeira* delas consiste em reconhecer a importância das práticas reciprocitárias, consideradas não um resíduo da tradição, ou uma virtude feminina, mas uma forma completa de agir economicamente. A economia solidária tem como especificidade combinar dinâmicas de iniciativa e de gestão privadas com finalidades centradas não no lucro mas no interesse coletivo. A finalidade econômica (quer se trate da produção ou da troca) é acompanhada por uma finalidade social: produzir vínculos sociais e solidariedade, não uma solidariedade abstrata e institucionalizada, mas uma solidariedade de proximidade; o auxílio mútuo e a reciprocidade estão no âmago da ação econômica.

A *segunda* reside na elaboração de formas de coordenação e de alocação de recursos alternativas à concorrência (coordenação mercantil) ou à regulamentação administrativa (coordenação estatal) por meio de “espaços públicos de proximidade” que conduzem a uma “co-construção” da oferta e da demanda.

Revalorizar as práticas reciprocitárias apostando em uma hibridação dos recursos

Limitar-se a uma concepção estritamente egocêntrica dos comportamentos individuais não é algo realista — já insistimos bastante nisso. Mais

que isso, essa concepção não é *desejável*. Se voltarmos à opinião de Sen, veremos que ele não se contenta em observar a existência de comportamentos de compaixão e de compromisso. Em nome da eficiência coletiva, ele defende a sua *reabilitação* dentro das decisões privadas. Ele insiste no fato de que a existência e o respeito às regras facilitam as trocas, a produção e a elaboração de bens públicos. Segundo esse autor, a insuficiência dos “códigos morais” justifica em parte as dificuldades encontradas por muitos países em desenvolvimento ou em transição (SEN, 1993b).

Seu raciocínio merece ser estendido à família para pensar quem assume as tarefas familiares. Para que os homens possam se envolver, seria necessário que eles tivessem vontade e disponibilidade para fazer isso. Certamente é importante compensar a desvantagem das mulheres no que diz respeito às condições de acesso ao mercado de trabalho. Mas não será preciso também, como sugere Dominique Méda, compensar a desvantagem dos homens no que diz respeito às condições de participação na vida familiar e permitir-lhes participar de um modo mais ativo no espaço doméstico (MÉDA, 2001)? O imaginário coletivo, quando reconhece como racionais ou eficientes somente as atividades ditas utilitárias, isto é, orientadas para a busca do interesse pessoal, é um sério entrave a essa evolução. Ora, esse imaginário é compartilhado tanto pelos indivíduos — homens e mulheres — como pelas empresas, tanto pelos políticos como pelos cientistas. Essa também é uma crítica que pode ser feita a certas correntes feministas, particularmente as de inspiração marxista: ter assimilado o conjunto das atividades familiares a puras *obrigações*, concentrando-se unicamente em seu caráter alienante e reivindicando sua monetarização. Reconhecer que as ações não-utilitárias participam do bem-estar individual e social e que são um fator de desenvolvimento pessoal, tanto para os homens como para as mulheres, parece ser o único meio de conseguir chegar a uma partilha mais igualitária (FERBER e NELSON, 1993; FOLBRE, 1997; MÉDA, 2001). A liberdade das mulheres não é o único argumento. A diminuição preocupante da natalidade, observada em muitos países do Norte, também é uma questão que afeta a eficiência coletiva. Embora seja possível externalizar uma parte das tarefas familiares, seja por meio de infra-estruturas públicas ou

de serviços privados, é pouco concebível que a totalidade delas seja externalizada, por razões de ordem tanto prática como ética.

Além da questão da igualdade entre os sexos, reconhecer a pluralidade de formas do agir econômico — troca mercantil, ação pública *via* redistribuição e troca recíproca — implica outra coisa: enfrentar o esgotamento dos modos de regulação conhecidos hoje em dia, tanto no Norte como no Sul. No Norte, o esgotamento do modo de acumulação característico do crescimento do pós-guerra, a perda de dinamismo do modelo salarial e dos Estados-providência e a crise da instituição familiar obrigam a repensar radicalmente a relação entre o econômico e o social. No Sul, o inexistente modo de acumulação, o fracasso patente dos programas de ajuste estrutural, as desventuras do governo de uma democracia inacabada, até mesmo inexistente, coexistem agora não apenas com a persistência da pobreza, mas também com o enfraquecimento dos modos de solidariedade comunitários.

Em ambos os casos, o acesso aos direitos econômicos e sociais não pode ser resolvido nem pelo mercado onipresente nem pelo Estado onipresente: a hibridação dos recursos mercantis, não-mercantis e não-monetários é uma maneira de conseguir garantir esse acesso. O direito ao emprego deve ser o primeiro a ser tratado, mas esse também é o caso dos direitos à segurança alimentar, à educação, à saúde ou ainda aos serviços de seguro e de crédito, particularmente nos países do Sul. Essa é primeiramente uma questão de meios. Diante da insuficiência dos recursos públicos — sua diminuição no Norte e sua vulnerabilidade, às vezes sua inexistência, no Sul —, diversificar os recursos é uma maneira de solvibilizar a demanda e de garantir uma oferta equitativa e acessível a todos.

Manter-se em uma abordagem estritamente funcional seria algo excessivamente redutor: a hibridação dos recursos e das formas de agir econômico também oferece a oportunidade de restaurar ou de manter a identidade e a dignidade das pessoas. No Norte, embora o reconhecimento dos direitos sociais individuais tenha sido um avanço inegável em relação às formas de dependência provenientes das solidariedades comunitárias, é preciso admitir sua incapacidade atual de responder aos problemas de marginalização social. Em um contexto de “desfiliação” e de crise aguda do “vín-

culo social” (CASTEL, 1995), pode-se legitimamente perguntar se os princípios liberais de promoção da autonomia não demonstraram ser “de uma abstração excessiva” (MESURE e RENAUT, 1999). No Sul, os pertencimentos comunitários — pertencimentos de sexo, casta, religião, étnicos — continuam a desempenhar um papel decisivo de integração e de proteção. Não é pensável, e é ainda menos desejável, querer suprimi-los. Em compensação, é necessário reconhecer seus limites e não idealizar o desenvolvimento “por baixo”. As iniciativas populares, por mais dinâmicas e criativas que sejam, não podem por si sós ser a solução para a insuficiência da demanda e para os problemas de insolvibilidade (SANYAL, 1999).

Um outro risco consiste em manter uma visão “romântica” da comunidade e em subestimar seus aspectos potencialmente hierárquicos. Supõe-se freqüentemente que as relações horizontais necessariamente são movidas por um ideal de afeição e de confiança mútuas. Ora, a assimetria das posições sociais e a ambivalência dos mecanismos locais de solidariedade, inclusive dentro das comunidades femininas, mostram que está longe de ser esse o caso. Nessas condições, uma parceria público/privado deve garantir o desenvolvimento das ações coletivas e o interesse geral (DEFOURNY et al., 1999). A articulação entre práticas cidadãs e poderes públicos permite superar as insuficiências das iniciativas originais: o particularismo (preferência por certos grupos), o paternalismo (vinculado à idéia de que o auxílio não depende de um direito) e, por fim, o amadorismo e a ausência de continuidade ligados à volatilidade do voluntariado (LAVILLE e NYSSSENS, 2001, p. 237-238). Definitivamente, trata-se de

juntar as vantagens da economia monetária, fonte de liberdade individual por meio do mercado e de igualdade pela redistribuição, com as da economia não-monetária, que contextualiza as trocas e as tira do anonimato, sinônimo de indiferença (LAVILLE, 1994, p. 143).

Os espaços públicos de proximidade

Sen, como vimos, propõe que se reveja a questão da escolha social em dois níveis. Em primeiro lugar, as “bases de informação” usadas para elabo-

rar os critérios de justiça devem priorizar a liberdade real: uma instituição pública justa deve ter a capacidade de emitir um julgamento sobre os meios efetivos de que cada pessoa dispõe para ter a vida que quiser. Mas a possibilidade, para cada pessoa, de tomar parte no processo de decisão também faz parte da liberdade individual e da responsabilidade social. Participação e debate democráticos, diz ele, devem ser partes integrantes da elaboração das políticas públicas. Estas só podem ser o resultado de um consenso entre diferentes grupos com interesses divergentes (SEN, 1999a, p. 96). Ainda resta saber como favorecer o exercício desse pluralismo.

Diante do domínio crescente e perigoso do econômico sobre a vida cotidiana, assim como sobre a política, vários autores defendem uma democratização da política que assumiria a forma de espaços públicos “autônomos”. Autônomos no sentido de que se desenvolveriam protegidos da troca monetária e do trabalho assalariado (GORZ, 1988), de que se situariam fora do controle do trabalho, desvinculados de toda preocupação econômica e de toda “racionalidade instrumental”, essa desvinculação sendo considerada o único meio de “liberar um espaço verdadeiramente público” (MÉDA, 1995, p. 301). Reencontramos a noção de espaço público própria do pensamento grego, retomada por Hannah Arendt e depois por Jürgen Habermas: o debate público não seria possível a não ser se emancipando dos interesses privados, digam estes respeito à esfera doméstica ou à esfera mercantil. Para resumir com uma fórmula o fio do pensamento de Habermas: o espaço público é salvador tanto da liberdade pessoal como da paz social (HABERMAS, 1992). No que diz respeito à liberdade pessoal, o “uso público da razão” permite um distanciamento em relação a pertencimentos herdados, ao mesmo tempo em que limita os riscos da tirania e do paternalismo por parte dos poderes públicos, assim como o domínio, até mesmo a alienação, exercido pelo mundo do consumo. O debate e a discussão são os únicos meios de resistir a essa “colonização” dos mundos vividos. No que diz respeito à paz social, as instituições públicas adquirem uma certa legitimidade, que garante sua eficiência, quando são resultado de um debate coletivo que emana dos próprios interessados.

Mas as pessoas são realmente capazes de deixar de lado seus interesses privados? Se isso for admitido, como se fez até agora — que a oposição entre

comportamentos interessados e desinteressados não passa de uma construção analítica —, então será preciso admitir ao mesmo tempo que a participação em espaços públicos autônomos jamais poderá abarcar mais que uma minoria¹¹. E isso qualquer que seja a amplitude da “imensa necessidade de palavra, de expressão e de participação nas decisões e no debate que se manifesta hoje em dia” (MÉDA, 1995, p. 159). Na França, a análise das formas contemporâneas de ação coletiva mostra bastante bem a desagregação das formas tradicionais de engajamento: as pessoas têm uma necessidade cada vez maior de se envolver em ações que dizem respeito diretamente à sua vida cotidiana (ION, 1997). Em vez de evocar a idéia de uma transcendência que permite escapar aos desejos individuais, não será mais realista falar de interesse *coletivo* e não de interesse *geral*? Essa exigência de realismo parece ainda mais necessária se se deseja que participem do debate pessoas que estão pouco habituadas a isso, particularmente as mulheres e as populações pobres.

É nessa ótica que se inscreve a economia solidária, cujas proposições, tanto descritivas como normativas, só fazem traduzir constatações. A observação de diversas práticas qualificadas como de economia solidária mostra que o debate e o diálogo precedem e acompanham a ação econômica, o que permite estruturar a oferta e a demanda em função das expectativas das diferentes partes envolvidas no projeto. Em vez de partir de uma oferta institucional ou privada, assistimos a um processo de “construção conjunta”, pensada “em uma lógica de projeto em relação à vivência cotidiana das pessoas, ela própria referida ao contexto espaço-temporal mas também sociocultural do espaço local”, e que se estabelece em “microespaços públicos de proximidade” (EME, 1994, p. 182). Esses espaços são locais que “permitem que as pessoas tomem a palavra, decidam, elaborem e coloquem em ação projetos econômicos adequados aos contextos nos quais eles emergem” (LAVILLE, 2001, p. 100). A participação dos usuários, considerados não simples consumidores, mas “verdadeiros cidadãos” (*ibid.*), permite a expressão e a formulação de necessidades. Nem as autoridades públicas nem o merca-

11. Na França, os trabalhos de B. Bihl e A. Pfefferkon (1999) mostram como o acesso ao espaço público em todas as suas formas (sindical, política, associativa etc.) é desigual, particularmente para as categorias sociais modestas e para as mulheres.

do as haviam identificado, tenha sido em razão de sua não-solvibilidade ou porque elas permaneciam ocultas, inadmitidas e às vezes até mesmo desconhecidas das próprias pessoas. Como os problemas dizem respeito ao cotidiano, não é necessário ser especialista, o que garante o acesso aos debates por meio dos quais as demandas sociais podem ser formuladas e satisfeitas (BERGER e MICHEL, 1998).

**O caráter multidimensional da pobreza
feminina: entre gestão da incerteza no
cotidiano e obrigações sociais**

Introdução

Como lutar contra a pobreza se não houver uma tentativa de compreender seus fundamentos por intermédio das próprias pessoas que a vivem? A segunda parte deste livro é dedicada à vivência cotidiana de mulheres em situação de pobreza: as contradições que elas enfrentam, a maneira pela qual problemas econômicos e sociais se conjugam, a dificuldade que elas têm para transformar seus direitos em reais potencialidades, mas também a heterogeneidade das trajetórias e das estratégias desenvolvidas. Além da disparidade dos dois locais estudados (França e Senegal), além da singularidade das trajetórias pessoais e do caráter multidimensional e dinâmico da pobreza, as mulheres são confrontadas com uma tensão recorrente entre, por um lado, a gestão da incerteza cotidiana e, por outro, o respeito de suas obrigações sociais. Essa grade de leitura (gestão da incerteza/obrigações sociais) facilita a compreensão das trajetórias e permite apreender melhor os comportamentos que parecem anormais, irracionais ou ainda patológicos. *A priori*, essas duas dimensões não estão de modo algum vinculadas a qualquer especificidade feminina. No entanto, a partir do momento em que há uma divisão de tarefas, essas duas dimensões passam a ganhar

uma dimensão sexuada. A análise da vivência das mulheres também elucida os paradoxos e as contradições da assistência (seja ela vinculada a um modo de solidariedade “comunitária” ou institucionalizada, do tipo Estado-providência), assim como sua dimensão fortemente sexuada.

Metodologia

As práticas aqui descritas provêm de pesquisas de campo aprofundadas, conduzidas no quadro de um método qualitativo. Este foi negligenciado na maior parte das vezes em favor de métodos formalistas e de raciocínios hipotético-dedutivos, considerados os vetores exclusivos da produção do saber científico. Em relação ao assunto aqui estudado, ele representa, porém, o caminho mais indicado, por um lado, para apreender as *práticas* das pessoas, por outro para decompor os processos de decisão, apreender sua dimensão ao mesmo tempo interessada e afetiva e apreender as pressões, objetivas ou subjetivas, que orientam sua elaboração. Toda a dificuldade consiste em apreender simultaneamente as pressões coletivas e as ações pessoais, assim como a dialética permanente entre essas duas dimensões.

A pesquisa de tipo *relato de vida* escolhida no quadro deste trabalho é um método adequado, pois permite restituir a dimensão ao mesmo tempo dinâmica e social das práticas¹. O relato de vida não se aproxima em nenhum caso de um relato completo, no qual o pesquisado nos faria voltar à sua mais tenra infância para nos entregar integralmente seu percurso pessoal. Há relato de vida a partir do momento em que um sujeito conta um episódio qualquer de sua experiência vivida. Contrariamente a entrevistas com questões fechadas, que apreendem apenas fragmentos de realidade, o relato tem a vantagem apreciável de dissecar em uma dimensão *temporal* a articulação concreta entre os diferentes domínios da existência — o emprego, a família, as relações extrafamiliares. Uma outra qualidade desse tipo de procedimento reside no caráter *dinâmico* das informações recolhidas. Lógi-

1 O princípio dos relatos de vida foi introduzido na França durante os anos 1970, em grande parte por influência de D. Bertaux (1997). Para o uso desses relatos na economia, ver A. Dieng (2000).

cas de ação e relações sociais só ganham sentido em relação à sua história, daí a necessidade de anotar, mesmo que muito parcialmente, as etapas marcantes dos percursos pessoais.

Reinscrever as práticas ao mesmo tempo em seus contextos e na duração é um meio de dar conta do julgamento moral das mulheres pesquisadas, de reconstituir os sentimentos de responsabilidade, os compromissos emocionais, a pressão das normas sociais e a maneira pela qual estas são vividas. Recordemos nosso postulado inicial: cada um está envolvido em um conjunto de direitos e de obrigações que estruturam seu comportamento ao mesmo título que a perseguição de seu interesse pessoal. Cada tomada de decisão, longe de se limitar a uma racionalidade instrumental, obedece a um julgamento de sentido e a um julgamento moral (o que é legítimo? o que não é legítimo? o que tenho o direito de fazer? e de não fazer?). Por isso, cada ação não se reduz à sua singularidade. O senso comum é historicamente construído e está submetido a normas de julgamento que são elas próprias históricas. Compromissos e julgamentos morais resultam de um jogo infinito de espelhos, em que cada um imagina o que o outro imagina, que, por sua vez, também imagina etc. Se cada ação só se justifica segundo a medida do julgamento de seu autor, expressando assim sua singularidade, esse julgamento expressa ao mesmo tempo a universalidade de uma regra de ação. Apreender os julgamentos de cada um é pois compreender sua própria lógica de ação, mas também é apreender uma parte do universal: a da norma, da regra. Ao esmiuçar a vivência de cada mulher, ao buscar as lógicas de produção de sentido de seus discursos, acaba transparecendo muito mais que a sua trajetória pessoal. Apreende-se a persistência e a reprodução dos mecanismos de divisão sexual dos papéis, os modos de construção identitária, e mais geralmente ainda, os sistemas de valores e de representações sociais. A pesquisa se baseia em um esforço constante que consiste em extrair cada caso para fora de sua particularidade, rumo a problemas mais amplos. Estamos diante de uma dialética permanente entre um “todo social” e as partes desse todo: cada trajetória e cada vivência existem apenas por meio de um todo, que elas contribuem para atualizar mas também para fazer evoluir. É essa dialética permanente que dá todo o seu significado às experiências pessoais.

Viver da assistência comunitária

Pobreza monetária crônica, subnutrição, estagnação e até mesmo contração do poder de compra: essas são três constatações do cotidiano senegalês. Mesmo que de um ponto de vista macroeconômico se observe uma certa retomada do crescimento, parece difícil negar a persistência de uma “crise” senegalesa, no sentido de que o país, na falta de reconversão, não soube dar seguimento à era de produção do amendoim, e sacrifica de alguma maneira os indicadores sociais com o fim de respeitar as exigências dos planos de ajuste estrutural. Durante as últimas décadas, a situação material dos senegaleses só piorou. Gilles Duruflé (1994) observava uma diminuição do poder de compra da ordem de 30 a 40% entre os anos 1960 e 1990. Essa deterioração prosseguiu na década seguinte (SENEGAL, 2002). Os indicadores de desenvolvimento humano permanecem inferiores aos dos países com nível de renda comparável. Quer seja medida em termos de consumo calórico por dia, quer pelo nível de renda, a pobreza atinge aproximadamente 50% dos senegaleses (ibid.). No que se refere à precariedade cotidiana, ninguém sabe a amplitude que ela atingiria na ausência de diversos organismos, na maior parte das vezes com o estatuto de organizações

não-governamentais, que têm como objetivo aliviar, da melhor maneira possível, os déficits estatais em domínios variados como a saúde, a educação ou ainda o acesso ao crédito.

E as mulheres? Elas sofrem dos mesmos males que no resto do continente: analfabetismo, estado de saúde pouco satisfatório, taxa de mortalidade alta, pouco acesso à propriedade e às terras (às terras irrigadas, particularmente), assim como ao crédito. Na teoria, a Constituição garante às mulheres os mesmos direitos que aos homens, especialmente em termos de herança. Nos fatos, a predominância das leis dos costumes as desfavorece, particularmente no acesso às terras. No que diz respeito à crise, as mulheres são, à primeira vista, menos atingidas que os homens. Com efeito, os setores diretamente afetados são o trabalho assalariado e as culturas de exportação — ora, as mulheres são excluídas desses setores. Em compensação, elas são as primeiras a sofrer a contração dos gastos públicos. Além disso, quando os homens passam a ter cada vez maiores dificuldades para assumir suas responsabilidades, elas são encarregadas, em última instância, de garantir a sobrevivência da família.

Nessa situação de grande precariedade, várias facetas do cotidiano das mulheres senegalesas merecem ser evocadas: um envolvimento crescente nas atividades geradoras de renda, um certo distanciamento em relação à “comunidade” e um reforço de suas atividades coletivas. São cada vez mais numerosas as mulheres que manifestam uma vontade de distanciamento em relação às suas obrigações comunitárias e conjugais. Não há uma ruptura: isso é impensável em um quadro no qual a comunidade continua a desempenhar um papel central de proteção e de identificação. Há apenas *compromissos*. É nesse contexto de sobrevivência de ordem tanto material como moral, de tensão permanente entre as aspirações pessoais e o peso do coletivo, que é preciso compreender as trajetórias femininas.

Sobreviver ao cotidiano

Elas são vendedoras de pastéis, amendoins torrados, pimentas, peixes e tomates, hortaliças e cabaças, tecidos e produtos cosméticos, noz de cola,

pratos prontos, sucos de frutas ou coalhada. As mais “bem-sucedidas” têm uma barraca em um mercado; a maior parte delas, contudo, se instala nas esquinas, com bancadas ou simplesmente com uma tábua colocada no chão. Outras se deslocam de bairro em bairro, segundo a concorrência e a demanda. Elas também são tintureiras, costureiras, donas de botequins, vendedoras de sorvete. Algumas compram tecidos e noz de cola em Mali, óleo de palma e peixe em Casamance, cereais na região de Kaolack ou na Gâmbia. Outras chegam a ir até a Europa, a Meca ou a Las Palmas. A maior parte delas, no entanto, tem como horizonte de suas operações apenas o mercado local.

No litoral, elas se especializaram na compra e na revenda de peixe, que elas às vezes salgam e secam. As mais bem-sucedidas possuem uma “parte” em uma embarcação, e assim garantem um fornecimento regular e de qualidade; mas a maioria das mulheres se contenta em esperar pelos pescadores, na esperança de que sejam as primeiras a ser servidas, e são condenadas a negociar duramente, todos os dias, com peixeiros freqüentemente intratáveis. No interior do país, elas recolhem lenha, salsinha e diversos produtos locais (*bissap*, *bouye*, o fruto do baobá, *sexan* ou *quinqueliba*¹); cultivam cereais, amendoim e hortaliças; criam galinhas, cabras, às vezes porcos; prensam o amendoim para extrair óleo, moem sorgo para fazer cuscuz, maceram o *bissap*, amassam o *bouye* e o fruto do baobá para fazer bebidas doces com eles. Uma parte dessa produção se destina ao consumo familiar e o excedente será vendido no mercado. As mais sortudas irão até Dakar, o lugar mais apropriado para encontrar uma boa clientela que possa comprar suco de frutas e outros bens de luxo; mas a maior parte delas vai apenas até o mercado vizinho. Quando chega o dia, há filas intermináveis de mulheres que, com um cesto equilibrado no topo da cabeça, vão embora vender alguns produtos; o objetivo é esvaziar o cesto, conseguir algum dinheiro e de modo algum “gastar” o dia, mesmo que seja para reinvestir em uma outra operação de venda.

1. O *bissap* e o *bouye* são utilizados na fabricação de bebidas doces, o *quinqueliba* nas infusões e o *sexan* como “esponja para lavar o corpo”.

Esse envolvimento das mulheres em atividades geradoras de renda não é de hoje: as mulheres da África ocidental sempre se dedicaram a atividades comerciais (COQUERY-VIDROVITCH, 1994). No entanto, é forçoso constatar que está havendo uma feminização crescente do espaço informal, último espaço de recuo para defender as múltiplas responsabilidades que lhes cabem. A evolução do emprego senegalês segue uma tendência compartilhada por muitos países do Sul que estão em crise: uma contração do trabalho assalariado acompanhada pelo desenvolvimento de atividades independentes, freqüentemente não declaradas, as quais desempenham assim um papel “anticíclico” (BAUMANN, 1999b, p. 20). Estima-se que o emprego assalariado represente 5% do total da população economicamente ativa, e essa proporção está recuando (5,6% em 1988). Em compensação, a taxa de atividade aumenta e essa progressão resulta em parte do forte crescimento da atividade feminina. Proporcionalmente, aumentou três vezes o número de mulheres que se declararam economicamente ativas em 1991 em relação a 1976². Estima-se que as mulheres representem aproximadamente dois terços dos efetivos do setor informal (SENEGAL, 2002). A confiabilidade muito relativa das estatísticas obriga a ser prudente nas interpretações³. Feitas essas reservas, parece possível, como sugere Eveline Baumann, interpretar essa constatação em termos “de atitude mais pragmática em relação ao trabalho” (BAUMANN, 1999b, p. 13).

Essa hipótese confirma nossas próprias observações, de ordem qualitativa: são muitas as mulheres que desejam estabilizar uma atividade conduzida até então de modo pontual, “para resolver problemas”. Elas evocam o “desperdício” das tontinas, e manifestam a vontade de um uso mais “produtivo” de sua renda. Certamente seus discursos refletem em parte o discurso geral, veiculado tanto pelos representantes dos serviços públicos como pelos das ONGs; ambos procuram “profissionalizar” as populações, especialmente as mulheres, e inculcar-lhes métodos “racionais” de gestão. A evo-

2. Cf. Senegal (1997), citado por Baumann (1999b).

3. Sabe-se como as estatísticas relativas às questões do emprego têm a marca da subjetividade, *a fortiori* em um país consideravelmente subequipado nesse domínio e no qual o emprego informal é predominante.

lução das práticas femininas demonstra, porém, que esses discursos vão além de um discurso de fachada.

O peso das obrigações...

Qualquer que seja a atividade exercida, qualquer que seja o capital de que elas dispõem, pode ser observada uma preocupação permanente, recorrente, obsessiva: “Falta dinheiro”. Se elas estão tão “cansadas”, como elas próprias dizem, é porque sua vida cotidiana é ritmada por uma busca persistente e incessante de liquidez. Por que há essa obsessão? Em primeiro lugar, é preciso comer bem e cuidar-se, pois os homens “não fazem mais nada”. O programa de pesquisa “Família, gênero e desenvolvimento”, conduzido pelo escritório regional do Population Council em Dakar, evidenciou as responsabilidades crescentes suportadas pelas mulheres devido ao descompromisso dos pais (BOP, 1996). No início dos anos 1990, o número de mulheres africanas “chefes de família” era avaliado como sendo de um terço das células familiares, chegando à metade nas grandes cidades. No Senegal, estima-se atualmente que essa proporção atinja 20% (ibid.). Quanto às mulheres “arrimos de família”, sua quantidade é bem maior. Mesmo quando o homem ainda detém o papel de chefe de família, ele tem cada vez mais dificuldade de assumir a despesa cotidiana, subtraindo-se assim a seu papel de “credor” da família. Um estudo realizado em 1988 em um bairro de Dakar mostrava que as mulheres garantiam em média 50% dos gastos familiares (SARR, 1998); e 50% das demandas dirigidas pelas mulheres aos tribunais departamentais tinham como motivo o não-pagamento da pensão alimentícia (SENEGAL, 1993⁴).

Se o dinheiro “falta”, é também porque é preciso “ser respeitável”, ou ainda “curar a vergonha”. “Curar a vergonha” é primeiramente não ter “histórias” e estar “em paz” com outrem, isto é, honrar os próprios compromissos. A mulher que esquece suas dívidas, que esquece que foi ajudada, diz em elas, “não tem vergonha e jamais curará a vergonha”. No cotidiano, isso significa ser capaz de satisfazer as solicitações de alguém que ajudou no passa-

4. C. Bop observa que essa proporção provavelmente seria muito maior se todas as mulheres conhecessem seus direitos (BOP, 1996, p. 135).

do, qualquer que seja o preço, mesmo se for preciso vender uma parte do próprio estoque de mercadorias, um frango ou, quando é mais grave, uma tanga. “Levantar-se”, “não ficar deitada”, “tomar uma atitude” (*dugg-dugg*), o essencial é não permanecer inativa e encontrar, custe o que custar, uma solução. “Curar a vergonha” também significa honrar as próprias dívidas. Se viver sem dívidas é algo impensável, é ainda mais impensável não pagar as dívidas. Isso simplesmente seria decair socialmente. Aquela que corre esse risco é “irrecuperável” (*ay nit yu sanku*), e, de qualquer maneira, ela não poderá mais tomar emprestado. É possível “esconder-se” durante algum tempo, “trapacear” um pouco, mas qualquer tentativa de fraude não pode ser mais que provisória. “Não adianta a hiena fazer desvios, ela acabará por voltar”, dizem elas a esse respeito. Em outras palavras, aquela que tenta evitar seus credores acabará, cedo ou tarde, pagando: é tanto uma questão de honra como de sobrevivência — os dois elementos não podem ser separados e seria vão tentar desvinculá-los.

A longo prazo, curar a vergonha implica respeitar as próprias obrigações: obrigações em relação à família e aos ancestrais, dos quais é preciso manter a posição e a memória; obrigações em relação ao além, ao profeta e àquele que o representa, o marabuto, ao qual é preciso dar prova de fidelidade; obrigações em relação aos próprios filhos, para os quais é preciso garantir um futuro; obrigações em relação ao marido, cujo renome tem de ser mantido; obrigações, por fim, em relação aos pares, tanto as mulheres de sua classe de idade (*moroom*) como as da mesma posição (*nwale*). Isso significa para a mulher cultivar e manter seu comportamento, sua conduta, sua apresentação. Desse ponto de vista, uma mulher sozinha não tem as mesmas obrigações que uma mulher casada. Não apenas ela sofre maiores pressões materiais, mas, mais que isso, deve mostrar que é capaz de assumir a si mesma, que é uma mulher “respeitável”, isto é, cuidada, elegante e distinta. Uma mulher de um casamento monogâmico não tem as mesmas obrigações que uma mulher de um casamento poligâmico. Embora às vezes as co-esposas compartilhem suas atividades comerciais, é mais freqüente que suas relações obedeçam a uma rivalidade perpétua; daí uma busca permanente, às vezes obsessiva, da aparência, e não é raro que suas atividades comerciais sejam ritmadas

por essa concorrência desenfreada. Não é raro tampouco que certas mulheres passem a exercer uma atividade comercial no dia em que seus maridos decidem casar-se com mais uma mulher. Além disso, entra em jogo, mas de um modo muito menos pronunciado, o fato de ter estudado. Uma jovem instruída não tem as mesmas obrigações que uma que jamais frequentou a escola. Qualquer que seja o diploma obtido e quaisquer que sejam os resultados profissionais possíveis, ela “deve a si mesma”, mesmo implicitamente, honrar o compromisso daqueles que a auxiliaram em sua escolaridade — pais, irmão, padrinho ou madrinha, tio ou tia⁵. Qualquer que seja o seu horizonte temporal, todas essas obrigações suscitam uma infinidade de “necessidades” que é preciso satisfazer o tempo todo e das quais a maior parte não pode ser comprimida. Diante dessa realidade, tanto quanto possível é preciso demonstrar previdência (*fegg*, “deixar separado”) e “fazer meios” (*def ay moyens*) e, antes de tudo, “mexer-se” (*dangay dem puur yengatuji*). O termo “trabalhar” raramente é empregado. As mulheres preferem falar em “se virar”, e lançar-se em uma atividade comercial é, no fim das contas, uma estratégia como qualquer outra de “se virar”⁶.

... Mas uma certa vontade de distanciamento

Embora o peso do coletivo dê ritmo em grande parte ao cotidiano, constata-se hoje, tanto por parte dos homens como das mulheres, uma certa vontade de distanciamento em relação às obrigações comunitárias. Entre outras lamentações sobre a “crise”, a falta recorrente de dinheiro e de meios, o Estado que não faz nada — lamentações que ocupam uma boa parte das palavras e discussões da vida comum —, não é raro ouvir também, parti-

5. Observemos, no entanto, que a pressão exercida provavelmente seja muito menos forte que nos meninos; como já se enfatizou diversas vezes, assim como no caso dos assalariados, o fato de ter um diploma poderia se tornar um peso às vezes impossível de ser suportado. Alain Marie evoca o caso um tanto inquietante dos jovens desempregados diplomados de Bamako (Mali); ameaçados por seu meio original e eles próprios atormentados interiormente por sua incapacidade de assumir seu dever de “empréstimos-restituições”, eles são, diz o autor, condenados a uma “morte simbólica” (MARIE, 1995).

6. Nossas próprias observações foram completadas pelos trabalhos de H. Mottin-Sylla (1993).

cularmente dos jovens, recriminações que denunciam o “peso da família”, os “pais que sufocam e invadem”, “esmagam”, “impedem de respirar”. Esse discurso cotidiano se traduz de um modo objetivo na diminuição das pessoas dependentes. Em 1976, o trabalhador de Dakar tinha duas pessoas em idade de trabalhar ao seu encargo; em 1995, essa taxa foi de 1,4 (SENEGAL, 1997). No que diz respeito às mulheres, o divórcio, a escolha do celibato e a migração para a cidade são decisões que elas tomam cada vez mais por iniciativa própria, na África do Oeste em geral (BISILLIAT, 1996; COQUERY-VIDROVITCH, 1994) e particularmente no Senegal (BOP, 1996). A idade em que ocorre o primeiro casamento aumentou relativamente entre 1978 e 1997. Em Dakar, entre as mulheres de 30 a 35 anos, uma de cada cinco é solteira, e pode-se observar um aumento sensível do concubinato e do número de gestações em mães não-casadas. A instabilidade dos casamentos, observada desde o início dos anos 1980 (DIOP, 1985), aparentemente está aumentando, sem que seja possível determiná-la com precisão (SENEGAL, 2002).

Como justificar essa vontade de distanciamento? Na ausência de um dispositivo estatal de proteção social, o pertencimento comunitário ainda é uma garantia contra a incerteza do cotidiano (doença, morte, desemprego, acidente etc.). Respeitar as próprias obrigações ainda é, *a priori*, o único meio de se precaver contra as eventualidades da vida e de ter acesso às riquezas. No entanto, há uma condição essencial para que o sistema funcione: os recursos devem ser suficientemente abundantes para que haja uma real redistribuição (MARIE, 1995). Que fique claro: não se trata de optar por uma lógica estritamente contábil das trocas; trata-se simplesmente de constatar que a dignidade de cada um passa pela alternância, ao longo do tempo, das posições de credor e de devedor. O que acontece quando a comunidade não assume mais seu papel de proteção, quando os homens não assumem mais a assistência material da família, enquanto cada vez mais mulheres desenvolvem atividades geradoras de renda? Rejeitar toda obrigação é impensável. As autoridades públicas não são capazes de oferecer uma proteção equivalente⁷. Além disso, a força do controle social, que se expressa especialmente pela feitiçaria, desar-

7. Durante o período 1989-1994, estima-se que aproximadamente 40% da população senegalesa tenham tido acesso a tratamentos de saúde (BANCO MUNDIAL, 1998a, anexo B5).

ma qualquer esboço de ruptura. Em compensação, um questionamento parcial é viável: formas de individualismo “relativo” podem emergir (MARIE, 1995). Simultaneamente, a intervenção maciça de ONGs de todas as espécies, encarregadas de aliviar os “custos sociais” do ajuste estrutural, oferece novas formas de proteção. Assim que se passa a admitir que as pessoas, qualquer que seja a sua condição, não são apenas membros de uma comunidade e sim atores capazes de elaborar projetos que lhes são próprios e animados por vontades pessoais, então as obrigações comunitárias devem ser compreendidas como *convenções*. Por conseguinte, as obrigações comportam uma dimensão ao mesmo tempo *interpretativa e evolutiva* (ORLÉAN, 1994).

Conciliar atividades mercantis e obrigações comunitárias: a emergência de compromissos

“Não se pode mais confiar em ninguém” (*gaañi keen mënu leena woolu*), exclamam freqüentemente as mulheres. “Contar primeiramente consigo mesmo” é o único meio de escapar disso, dizem elas também. Isso não as impede de “manter o espírito de família” (*bëgg mbokk*); é impensável contrariar isso (*lu muy jomb*) sem cair na “decadência social”. Em compensação, nada proíbe que se “selecione” as relações, que se evite aquelas que não “trazem nada”, a interpretação do termo “trazer” sendo deixada à discrição do interlocutor. Assim, as mulheres não hesitam em distender e enfraquecer os vínculos que elas consideram coercitivos, imaginando técnicas para contornar a situação; elas tampouco hesitam em manipulá-los ou em reformulá-los para conduzir suas atividades ou simplesmente para evitá-los. Assiste-se, de alguma maneira, a um processo de individualização que se alimenta da recomposição das obrigações comunitárias, tanto familiares como religiosas.

Uma primeira forma de compromisso: a instrumentalização das cerimônias familiares

Observa-se que as cerimônias familiares se tornam uma ocasião privilegiada de dar a partida ou de reforçar uma dinâmica empreendedora. As

cerimônias são uma fonte de renome — mede-se a “força” de uma mulher pelas cerimônias que ela é capaz de organizar —, mas também de poder econômico, pois certas mulheres passam a se servir delas como modo de acumulação de capital. Tornadas organizadoras dessas operações, as mulheres aproveitam o evento e a famosa regra de multiplicação dos dons/contradons para acumular um capital para investir⁸. No caso de um casamento ou de um batismo, as organizadoras distribuem antecipadamente a *warugar* (o dote) ou o *ruy* (dinheiro dado pelo pai do recém-nascido para organizar as festividades) entre as mulheres de sua classe de idade ou entre seu *mboatay* (grupo feminino). Todas as que receberam ficam obrigadas a um ato de reciprocidade no dia da cerimônia. Dar de volta a mesma coisa é algo que não se faz; restituir “o mesmo volume, o mesmo conteúdo, o mesmo cheiro” é considerado um “empobrecimento” (NDIONE, 1992), até mesmo um “insulto”, dizem as mulheres. Em termos de montante, devolver o equivalente é o mínimo exigido para não decair; dar mais reforça a própria posição, ao mesmo tempo em que incita o outro a dar mais ainda. Algumas cerimônias se parecem assim com verdadeiros *potlatch*⁹, dignos daqueles descritos por Marcel Mauss (1993). Denunciada regularmente pelos poderes públicos¹⁰ e pelos homens, essa rivalidade ostentadora parece estar diminuindo, particularmente nos meios modestos. Preocupadas em limitar o “esbanjamento”, as mulheres entram em acordo para fixar regras. Elas delimitam assim o círculo das “convidadas”, que exclui as oportunistas, permite fazer uma melhor contabilidade e não dar “em troca de nada”; elas não querem assumir riscos “investindo a fundo perdido”. Elas também definem o quanto se pode dar a mais: esse valor é o mesmo para todas (isto é, o valor do contradom é fixado, por exemplo, em cinco, sete ou dez vezes o dom

8. Ver também F. Sarr (1998).

9. A palavra significa dom na linguagem nootka. O *potlatch* é uma cerimônia com caráter de festa, no decurso da qual um chefe oferece ostensivamente uma quantidade enorme de riquezas a um rival para o humilhar ou desafiar. Este último, para apagar a humilhação e contrariar o desafio tem de dar satisfação à obrigação moral que reconheceu ao aceitar o dom. Assim, deve mais tarde ser organizado um novo “potlatch”, mais importante que o primeiro, onde se mostrará mais generoso que o anterior doador. (NdE)

10. A lei 67-04 de março de 1967 regulamenta as cerimônias familiares.

inicial). Por fim, a soma assim coletada é destinada em parte a financiar as festividades, mas também suas atividades comerciais, seja para iniciar uma, seja para salvar.

Todas as somas recebidas serão, mais cedo ou mais tarde, recuperadas: as participantes entram assim em um ciclo ininterrupto de trocas. Citemos o exemplo de Sagar, por ocasião do casamento de sua filha. No dia em que ela recebe a *warugar* (dote), de um montante de 25.000 F CFA, ela divide a soma e a distribui a dez parentes e amigas. Os montantes dados a cada uma delas estão estritamente relacionados à sua “seriedade” (2.000 F CFA para uma delas, 3.000 F CFA para outra etc.), pois no dia da cerimônia elas deverão devolver cinco vezes a soma recebida. Cada uma delas, por sua vez, procederá do mesmo modo, “semeando” assim sua própria parte junto ao seu círculo de relações, as somas agora compreendidas entre 200 e 1.000 F CFA. No dia da cerimônia, Sagar recupera 75.000 F CFA; 50.000 F CFA são destinados ao financiamento da cerimônia, e ela reserva o restante para sua atividade comercial. Ela pagará a sua dívida progressivamente, nas cerimônias de suas parentes e amigas, com o reembolso podendo se estender por vários anos. Participar de uma cerimônia é algo semelhante a uma forma de poupança. As mulheres falam do *leble bor*, que consiste em “emprestar dívidas e em tornar outrem credor”. Toda mulher “semeia dívidas” ao longo de toda a sua vida por meio de presentes oferecidos nas cerimônias de outrem (MOTTIN-SYLLA, 1993, p. 8).

Uma segunda forma de compromisso: a instrumentalização das relações religiosas

Observa-se, além disso, que a aliança com as confrarias islâmicas reforça as trajetórias empresariais¹¹. Em sua maioria, os grandes comerciantes são da Confraria Mouride — o maior grupo islâmico do Senegal — e foi graças ao Islã que essas mulheres descobriram o mercado internacional (REVEYRAND-

11. A população senegalesa é basicamente muçulmana (90%) e pratica um islamismo de confraria, baseado em diferentes graus de uma relação interpessoal e hierarquizada entre o fiel (*taalibe*) e a figura de Deus.

COULON, 1993; SARR, 1998). Elas souberam aproveitar a peregrinação a Meca para fazer escala nas capitais européias, para estabelecer as primeiras relações com a Europa e, sobretudo, para... legitimar sua viagem ao estrangeiro. Seria difícil para elas viajar sem a permissão de seus maridos; ora, nesse caso, a religião muçulmana as autoriza a viajar sem contestação possível de seus esposos.

Nem todas fazem comércio internacional, evidentemente. Mas mesmo para as outras o marabuto desempenha um papel protetor que vai muito além dos riscos cotidianos. É uma proteção contra os imprevistos da vida corrente — doenças, acidentes de estrada, má sorte; é também uma etapa prévia para toda trajetória empresarial de alguma ambição, que será preciso renovar regularmente para garantir o bom encaminhamento dos negócios e evitar que eles definham. O marabuto se compromete primeiramente a rezar por seus discípulos; ele lhes dá, a seguir, amuletos destinados a garantir uma proteção cotidiana. O *baïre* é aquele que favorece dinheiro e reconhecimento. Para uma comerciante, o *baïre* atrai clientela, permite vender rapidamente, mais rápido e melhor que os outros. Braceletes, anéis, colares sob medida ou ainda líquidos mágicos, despejados sobre tecidos destinados ao comércio, são suportes possíveis.

Se as mulheres manifestam tal fervor e devoção é porque elas também ganham nessa aliança. O marabuto não é apenas um intercessor junto ao Eterno; ele é também um intermediário privilegiado com a administração pública, com o sistema bancário ou ainda com a alfândega. Os marabutos asseguram uma proteção que diz respeito ao mesmo tempo aos registros simbólico (proteção moral), econômico (acesso ao crédito) e político (por meio das facilidades ou “arranjos” diversos nos domínios da alfândega e outras “dificuldades” burocráticas¹²).

Tudo isso, contudo, não é gratuito. O *hadiya* (dom feito ao marabuto), assim como o *asaka* (esmola dada ao pobre) são uma contrapartida das

12. Desde o final do século XVIII, as populações convertidas ao islamismo se colocavam sob a proteção de marabutos para escapar das extorsões dos reis, dos guerreiros predadores e dos colonizadores europeus (DIOP, 1981). Sobre as alianças entre o mundo religioso e o mundo empresarial senegalês de hoje, ver também V. Ebin (1993), J. Egg e A. Lambert (1994) e F. Sarr (1998).

proteções. O princípio é imposto pelo Islã; cada um dispõe, depois disso, de uma liberdade absoluta quanto ao montante que entrega, o que abre o caminho para a generosidade. As mulheres evocam somas de 1.000 a 15.000 F CFA para uma proteção contra as doenças, de 500 a 2.000 F CFA contra os acidentes rodoviários, de 1.000 a 5.000 F CFA contra os feiticeiros e as adversidades. Para apoios mais importantes, há uma dificuldade maior em avaliar os montantes; as mulheres falam vagamente, algumas simplesmente disseram que gastavam regularmente, a cada dois ou três meses, somas de 5.000 a 15.000 F CFA¹³.

Um reforço das atividades coletivas

Essa recomposição das obrigações é amplamente facilitada e sustentada por uma dinâmica coletiva. Historicamente, foi precisamente por assumir esses dois tipos de obrigações (cerimônias familiares e fidelidade religiosa) que a maior parte dos grupos femininos se constituiu. O enraizamento social e religioso dos agrupamentos subsiste, ao mesmo tempo em que se ampliam para atividades geradoras de renda. Não há substituição, mas antes complementaridade e compromisso, e é nesse compromisso que se desenvolvem as trajetórias empresariais femininas.

Os grupos femininos

O pertencimento ao grupo facilita o distanciamento em relação às obrigações e faz parte da apropriação feminina do universo mercantil. No meio rural, a mistura interétnica ainda é rara; os agrupamentos femininos rurais são, na maior parte das vezes, apenas uma emanção dos agrupamentos mistos das aldeias descritos por Claude Dupuy (1990). Eles frequentemente, aliás, têm o nome de suas aldeias. Pelo contrário, no meio urbano e suburbano, a mistura interétnica é muito mais freqüente e tor-

13. No caso do comércio de arroz da zona Senegal-Gâmbia, J. Egg e A. Lambert (1994) avaliam o *hadiya* em 10% do faturamento.

na, ao que tudo indica, os vínculos com os meios de origem menos rígidos¹⁴. Vamos dar alguns exemplos disso. Na comuna de Thiès, o grupo Gotas de Leite agrupa jovens que estudaram juntas. Uma vez encerrado seu período de estudos, elas escolheram continuar solidárias umas com as outras e auxiliar-se mutuamente no que diz respeito tanto ao futuro conjugal como profissional, pois todas decidiram firmemente não se limitar a uma vida familiar. Ainda em Thiès, as Mulheres do Mercado Mali agruparam-se para comerciar tecido, e especialmente para manter uma atividade de importação/exportação com Mali. Consideradas “grandes” comerciantes do mercado da cidade, a maior parte delas é solteira. Algumas são divorciadas. Outras, mais jovens, não sabem se vão se casar. “É menos liberdade”, e “muitas preocupações”, dizem elas, já que os homens “não fazem mais nada”. Em contrapartida, uma solteira deve “assumir suas responsabilidades” (*am faayda*), mostrar que tem “meios econômicos” (*am barke*) e sobretudo não parecer desguarnecida (*am sutura*). É muito mais que um simples problema material (algumas poderiam pensar em contar com a família ampliada) — é antes de tudo uma questão de honra. Ter uma atividade regular é a melhor maneira de evitar brincadeiras e zombarias de todos os tipos e de se prevenir contra as eventuais acusações de prostituição que espreitam todas as mulheres ditas “livres”. O apoio do grupo é manifesto: ao mesmo tempo para reunir um capital inicial, efetuar compras conjuntas e limitar os deslocamentos. Ao mesmo tempo, as mulheres compartilham, em seu grupo, uma identidade, a de solteiras. As mulheres contam como tomaram progressivamente toda uma parte do mercado central de Thiès; hoje ninguém mais corre o risco de acusá-las de “franco-atiradoras”.

A maior parte dos grupos tem atividades comerciais, geralmente no mercado de peixes, do óleo de palma, dos cereais ou ainda dos produtos alimentares manufaturados. O grupo desempenha, de alguma maneira, um papel de intermediário entre seus membros e os fornecedores. Uma ou duas mulheres se deslocam para fazer compras no ataca-

14. A mistura varia em função da antiguidade dos bairros e da dinâmica migratória. Nas pesquisas feitas durante os anos 1960 na cidade de Dakar, C. Lecour Grandmaison (1970) já constatava esse fenômeno.

do. As mercadorias são vendidas a crédito para as mulheres do grupo que se encarregam de revender individualmente os produtos. Essas operações são ao mesmo tempo geradoras de renda para as mulheres e para o grupo, pois uma certa margem é retirada do preço faturado aos membros. Para algumas delas, o comércio via o grupo é a única atividade. Para outras, é um meio de solidificar o seu próprio negócio; muitas são as que se baseiam no grupo para vender suas mercadorias. Algumas desempenham o papel de atacadistas para as mais novas no negócio. O quadro seguinte dá alguns exemplos de renda gerada pelas atividades coletivas. Os montantes evocados são aproximativos. Sua intenção é apenas oferecer uma ordem de grandeza dos níveis de atividade econômica. No meio urbano e suburbano, os lucros anuais variam entre 10.000 e 90.000 F CFA por membro¹⁵; um grupo atinge o montante excepcional de 200.000 F CFA por membro. No meio rural, os montantes são mais limitados, evidentemente.

As práticas financeiras coletivas

Somente uma divisão das formas de poupança permite combinar a pluralidade de exigências e de temporalidades com as quais as mulheres são confrontadas (SERVET, 1990), e as práticas financeiras coletivas facilitam esse princípio de divisão.

Poucas são as mulheres que dispõem de poupança em espécie. Evitar o entesouramento sob a forma de dinheiro líquido permite evitar em parte as pressões do círculo de relações e ao mesmo tempo ter mercadorias facilmente conversíveis para enfrentar eventuais imprevistos. Desse modo, a poupança em espécie ainda é a forma mais comum: gado, cereais, mercadorias, jóias, sementes, casas e terrenos para os que estão em melhor situação são as formas de poupança mais disseminadas. O gado é o que se vende mais facilmente: é freqüente vender uma parte do gado às vésperas das fes-

15. A título de comparação, o limiar de pobreza monetária era avaliado em 1996-1997 (data da pesquisa) em 100.000 F CFA por ano e por pessoa (1.000 FF, isto é, aproximadamente 115 euros) (BANCO MUNDIAL, 1998).

QUADRO 1. RENDA COLETIVA ANUAL DOS GRUPOS FEMININOS NOS MEIOS URBANO E SUBURBANO

<i>Nome do grupo</i> Localização Efetivos	Principais atividades geradoras de renda	Renda total anual (F CFA)	<i>Total por membro</i>
<i>Mulheres em criação</i> (Pikine/Yemmboul) 40 membros	Avicultura	1 100 000	27 500
<i>Bok Diom</i> (Pikine/Malika) 20 membros	Comércio de sorgo, amendoim, produtos aromáticos, peixe Horticultura	420 000	21 000
<i>UFAES</i> (Pikine) 40 membros	Comércio de óleo de palma, esteiras, arroz, peixe	2 116 000	52 900
<i>Diamolaye</i> (Pikine/Malika) 37 membros	Avicultura Comércio de peixe Horticultura	3 115 000	84 189
<i>Ngenel</i> (Pikine/Fith Mithie) 10 membros	Comércio de peixe, utensílios de cozinha, sabão, arroz, amendoim, roupas usadas Horticultura Operações <i>Tabaski</i> e <i>Karhité</i> ¹⁶	2 000 000	200 000
<i>Séby Ponty</i> (Rufisque/SébyPonty) 86 membros	Moinho de sorgo Banco de cereais ¹⁷ Comércio de utensílios de cozinha	1 620 000	18 837
<i>Khombol Deggo</i> (Thiès/Khombol) 20 membros	Comércio de peixe, sabão Banco de cereais Engorda	603 000	30 150

16. São operações comerciais realizadas especificamente tendo em vista as festas islâmicas da *Tabaski* e da *Karhite*.

17. Estocagem coletiva de cereais para esperar pela época de entressafra.

tas ou da volta às aulas. Intervém depois a dimensão ostentatória do bem: casa, terreno, jóias ou ainda tecidos são sinais de “distinção” mais evidentes que o gado, cuja função é essencialmente utilitária. A cada tipo corresponde um “problema” de amplitude diferente: vender alguns frangos para comprar medicamentos, uma tanga para o batismo de uma parente afastada, um colar para um casamento ou para funerais etc.

Nessa pluralidade de formas de poupança, de dimensão tanto econômica como social, há uma particularmente apreciada e disseminada: a tontina. Na tontina simples, a fórmula mais praticada pelas senegalesas, os membros da tontina contribuem regularmente e cada membro, em rodízio, ganha o conjunto das contribuições, qualificado de “lote”¹⁸. Consideradas durante muito tempo uma “diversão etnológica inútil” (SERVET, 1995, p. 32), as tontinas são objeto há duas décadas de numerosos trabalhos de orientação econômica e financeira. Em cada estudo a ênfase foi posta em aspectos diferentes: na criação, circulação e distribuição dos efetivos (BEKOLOEBE, 1989), na conversão do risco (BLOY, 1995; Mayoukou, 1994), na manutenção das solidariedades sociais (SERVET, 1995), na previdência e poupança (LELART, 1990). Demoremo-nos um pouco mais neste último ponto: fazer parte de uma tontina é, de certa maneira, obrigar-se a poupar regularmente¹⁹. Contrariamente a outras formas de poupança coletiva em que o uso dos fundos também é coletivo (financiamento de um poço, de um banco de cereais etc.), a tontina permite seu uso *pessoal*. As mulheres não hesitam em dizer que assim elas podem mais facilmente se recusar a ajudar um próximo necessitado: a culpa é menos pesada se elas puderem invocar uma contribuição na tontina, já que todos sabem que é impossível escapar dela. Na perspectiva de se proteger das solicitações do círculo de relações, a contribuição da tontina representa assim uma forma de “poupança-projeto” (SERVET, 1995).

18. Um exemplo: tomemos uma tontina de 10 membros que decide que as contribuições serão de 10 euros. A cada rodada (por exemplo, cada semana), um dos membros ganha um montante de 100 euros; a tontina dura 10 rodadas (no caso, 10 semanas).

19. A poupança confiada ao comerciante é outro exemplo disso. Ela corresponde quase sempre à soma separada para cobrir progressivamente as despesas de consumo; o orçamento das compras do mercado é de qualquer forma confiado ao comerciante.

Ela é ainda um meio de se prevenir contra as próprias tentações. As próprias mulheres dizem que às vezes têm a tendência de “queimar o dinheiro”. Quando têm um excedente, é mais fácil resistir à vontade de fazer algum gasto pessoal se elas tiverem assumido o compromisso da tontina. Conscientes de sua preferência pela imediatez, que elas próprias julgam excessiva, elas não são menos capazes por causa disso, para retomar a expressão de Jon Elster, de se impor limitações com o fim de “solucionar a fraqueza de sua vontade” (ELSTER, 1986, p. 102). A tontina pode ser considerada um “compromisso prévio” (*pre-commitment*) (ibid.), orientado por um objetivo de longo prazo: modificar o próprio comportamento e garantir o respeito às próprias obrigações. As mulheres preferem passar por último na rotação da tontina para ter tempo de pensar em um uso “racional” dos fundos. Passando em primeiro lugar, elas temem fazer gastos irrefletidos dos quais se arrependarão depois.

Observa-se, aliás, que existem tantas variantes possíveis de tontinas quantas são as obrigações das mulheres. O termo *natt* faz referência ao princípio geral da tontina. As *mboatay* designam as tontinas destinadas a financiar as cerimônias familiares. As tontinas de mães de crianças “que ainda mamam no seio de sua mãe” destinam-se à compra de roupas para os bebês. As tontinas religiosas (que se inserem nas *dahiras*, associações muçulmanas que têm a forma de confraria) garantem o respeito às obrigações religiosas (*hadiya*: dons ao marabuto; *asaka*: dons aos pobres). As tontinas em mercadoria (sabões, caixas de leite, e ainda panelas, tangas, às vezes geladeiras etc.) permitem que as mulheres equipem suas cozinhas. As tontinas de comerciantes, que ocorrem no mercado, freqüentemente são o único meio de reunir um capital inicial para começar um pequeno comércio ou para recomêçá-lo. Além disso, segundo sua condição e sua idade, as mulheres têm diferentes obrigações. Essa heterogeneidade é uma outra fonte de diversidade nas tontinas: algumas reúnem especificamente mulheres de uma mesma classe de idade (as *yendu*), outras reúnem as esposas da mesma categoria social. As *sanni diamra*, em compensação, permitem diversidade, pois neste caso vale a regra do “a cada uma segundo suas capacidades”. Observe-mos, por fim, que muitas tontinas desempenham ao mesmo tempo um papel de mutualização dos riscos. Além da contribuição para a tontina, as mulhe-

res alimentam regularmente um fundo de solidariedade, destinada a sustentá-las em caso de imprevistos (uma doença, uma morte etc.).

Diz-se freqüentemente que as tontinas não poderiam contribuir para o desenvolvimento de atividades comerciais. Marie-Hélène Mottin-Sylla, estudiosa das tontinas de mulheres de Dakar durante os anos 1980, observa que, no caso de tontinas comerciais, quando o lote eventualmente é destinado a um uso comercial, a atividade financiada com freqüência é efêmera (MOTTIN-SYLLA, 1993). A autora observa, no entanto, que o controle do grupo tende a se apagar: em certas tontinas, com efeito, era costumeiro que uma pessoa fosse encarregada de acompanhar a beneficiária durante as suas compras para garantir que fossem respeitadas as normas fixadas pelo grupo; ora, esse hábito está quase sendo abandonado. Aproximadamente dez anos mais tarde, as práticas que observamos mostram que o processo de individualização prossegue.

Estabelece-se um sistema de mediação financeira que pode ser qualificado como uma tontina de “poupança-crédito permanente”, pois permite que as mulheres disponham constantemente de uma soma destinada a ser reinjetada regularmente em sua atividade, o que confere a esta última uma certa continuidade. Expliquemos o processo. As mulheres do grupo começam a poupar regularmente; quando o montante é julgado suficiente, cada mulher recebe a sua parte, por exemplo 10.000 F CFA; ela pagará essa quantia na rodada seguinte com juros, por exemplo 11.000 F CFA, e no mesmo dia receberá exatamente a mesma soma. A partir daí o processo prossegue e não tem mais nenhum motivo para parar. *A priori*, o princípio é surpreendente, pois as participantes apenas recuperam a sua própria contribuição. Ele se torna menos surpreendente se são levadas em consideração as dificuldades encontradas pelas mulheres para ter uma atividade regular: seu objetivo é que sejam “obrigadas a trabalhar”. O crédito as interessa menos que o fato de ter de contribuir regularmente: elas não terão então outra escolha além de desenvolver atividades criadoras de renda e de estabilizá-las. Algumas mulheres explicam que com esse sistema elas conseguiram organizar uma atividade conduzida até então de modo pontual e aumentar progressivamente seu capital de giro. A diferença em relação à tontina clássica reside na *regularidade*

do fornecimento de dinheiro. Com a tontina, cada mulher é beneficiária apenas uma vez por ciclo, o qual pode ser muito variável. O montante a ser redistribuído aumenta de acordo com o tamanho do grupo, mas a duração do ciclo também aumenta. Em compensação, com esse sistema de poupança-crédito permanente, todas as mulheres se beneficiam de uma soma a cada rodada (geralmente o vencimento é mensal), só que de um montante menor. O objetivo é diferente: trata-se menos de financiar um projeto preciso (cerimônia, aparelhos domésticos etc.) que de ser incitada a garantir a constância de uma atividade geradora de renda. As duas fórmulas (tontina clássica e tontina “poupança-crédito permanente”) não são incompatíveis, e é frequente que os grupos realizem as duas simultaneamente.

Resumamos: o empreendedorismo feminino é pois confrontado com duas exigências pouco compatíveis: a incerteza cotidiana e as obrigações comunitárias. Daí uma ausência de entesouramento sob a forma líquida e uma mutualização dos riscos por meio da manutenção de uma rede de apoio e de proteção que se traduz em uma sobreposição de vínculos de dívida na qual todas as mulheres são ao mesmo tempo credoras e devedoras. Daí ainda uma tensão permanente entre a preocupação em atualizar os pertencimentos comunitários e a de distanciar-se deles parcialmente para poder conduzir projetos pessoais. Esboçado esse quadro geral, convém agora apreender a heterogeneidade das trajetórias, heterogeneidade que decorre em parte da ambigüidade contida em todo vínculo de dívida.

A heterogeneidade das trajetórias

Quando descrevem suas práticas, as mulheres empregam as expressões *sab bukki*, *sulli bushidô* (pegar uma hiena, enterrar uma hiena) ou *sab-sul* (cavar, enterrar), práticas que consistem em endividar-se em algum lugar para pagar uma outra dívida. Elas falam então de “gavetas”: todas as pessoas, ou grupos de pessoas, às quais elas emprestam dinheiro ou prestam um serviço representam uma “gaveta” da qual elas podem a qualquer momento pegar algo (NDIONE, 1992). Observa-se assim a uma circulação ininterrupta de cédulas (entre 50 e 1.000 F CFA), de bens (dois quilos de

arroz, um litro de óleo, alguns pedaços de sabão) e pequenos serviços (conseguir um substituto no mercado, um penteado, uma trança etc.). Todos esses créditos são formas de poupança, uma poupança pouco específica que consiste, no final das contas, em “receber uma dívida” (SERVET, 1990). O que importa antes de tudo é portanto a *velocidade de circulação* dos fluxos monetários. “O dinheiro parado não serve para nada”, dizem as mulheres. Serge Latouche, quando descreve o cotidiano das mulheres de Grand-Yoff, um bairro da periferia de Dakar, fala de “moeda queimante” (LATOUCHE, 1998). Por conseguinte, a todo instante, cada pessoa está inserida em um gigantesco emaranhado de dívidas e de créditos que são garantias para o futuro, quer se trate do futuro da pessoa ou do da atividade comercial. Quando se procura compreender as trajetórias empreendedorais, o montante de créditos e de dívidas torna-se portanto um critério essencial, enquanto o montante da renda, independentemente de seu caráter mais que aproximativo, não tem qualquer significação²⁰. Essas dívidas e esses créditos envolvem os fornecedores e os clientes, assim como o conjunto da comunidade, pois nenhuma distinção é feita. Um dia, enquanto admirávamos o mostruário copiosamente guarnecido de uma comerciante do mercado de Rufisque, ela nos respondeu que não havia nada para admirar: dois terços das mercadorias não lhe pertenciam, pois tinha se endividado muito para obtê-las; além disso, seu filho estava doente e ela tinha de financiar três cerimônias; portanto, ela tinha muitas “dificuldades para trabalhar”.

Nesse jogo permanente de dons e contradons, no qual são trocados — como já havia observado Marcel Mauss em outros trabalhos — tanto dinheiro como objetos, palavras, golpes, honra ou ainda prestígio (MAUSS, 1993), a ex-

20. Fazer perguntas sobre o montante da renda das mulheres não é algo que possa ser conclusivo. Em razão da discricção, mas mais ainda porque a *noção* de “renda” é muito relativa, com as receitas flutuando segundo o estado do mercado, da demanda ou ainda de suas próprias necessidades. A única maneira de avaliá-las consiste em armar-se de paciência e em reconstituir as contas dos negócios: fazer uma listagem, junto com a comerciante em seu balcão, dos bens que ela possui e reconstituir assim seu capital de giro, avaliar a velocidade de rotação de seu capital de giro, comparar os preços de compra e os preços de venda e deduzir disso uma taxa de rentabilidade, para por fim estimar uma renda. Para maiores detalhes sobre esses dados numéricos, remetemos o leitor a outros trabalhos: Guérin (2000) e Guérin (2003).

tensão das redes de relações determina em parte a posição de cada mulher. Com o fim de apreender toda a ambigüidade desse rodízio incessante, convém salientar, sempre seguindo Mauss, a ambivalência das relações estabelecidas. Ter dívidas é manifestar e expressar o pertencimento a um grupo. Em um contexto no qual o acesso ao crédito depende de relações de interconhecimento, endividar-se demonstra a confiança em outrem; multiplicar as dívidas é pois um sinal incontestável de solvibilidade e de credibilidade. Contudo, e paradoxalmente, a qualquer instante o credor pode se virar contra seu devedor; a qualquer instante ele pode decidir “pegar” o devedor, que se torna seu dependente. É levando em consideração essa ambivalência que é possível balizar certas trajetórias-*tipo*. De modo muito esquemático, três categorias se destacam. Insistamos na função heurística da tipologia proposta, o que justifica seu caráter um tanto caricatural. A simplificação é uma maneira de enfatizar os traços mais salientes e mais significativos e de tornar assim o real mais inteligível.

Assalariadas e esposas de assalariados: uma renda de situação

Assalariadas e esposas de assalariados ocupam uma posição privilegiada em relação às mulheres que contam apenas com o comércio para garantir a sua sobrevivência. Para elas é muito mais fácil exercer uma atividade que exige um capital fixo considerável (conserto, táxi-carroça etc.) ou despesas regulares (pagar um local para um pequeno restaurante, contratar um estagiário ou um aprendiz para serviços de arrumação, de serviços, de manutenção etc.). Entre elas são encontradas as comerciantes especializadas nos produtos ditos de luxo (bijuterias, cosméticos, sapatos, roupas importadas): elas podem vender fiado e permitir-se esperar pelo pagamento, o que nesse domínio é a regra. Elas têm a vantagem, além disso, de contar com uma rede de clientes com boa situação financeira. E o “ideal” é atingido quando, graças à sua rede de relações, elas conseguem fazer um acordo com o empregador do cliente ou da cliente para que ele desconte do salário o valor da mercadoria comprada.

Todo privilégio é pago em obrigações ao círculo de relações. Ter o benefício de uma renda regular, diretamente ou por meio de uma pessoa

como intermediária (para uma mulher, transferência por parte de seu marido, de seu pai, de seu irmão etc.), expõe qualquer um a múltiplas solicitações por parte do círculo de relações²¹. Essa pressão é exercida de uma maneira muito mais forte sobre os homens: segundo o costume, a proteção material da família é de sua incumbência, enquanto as mulheres, por sua vez, normalmente estão livres para empregar sua renda como lhes parecer melhor. Com a crise, no entanto, parece que as mulheres não escapam mais dessa pressão. Aquelas que encontramos não estão “esmagadas”; elas simplesmente se adaptam com o fim de manter sua posição, especialmente desenvolvendo outras atividades remuneradas (*ver quadro*).

AMPLIAR AS ATIVIDADES PARA ASSUMIR MAIS OBRIGAÇÕES. ILUSTRAÇÕES.

Meïmor, 42 anos, é professora em Mbour e tem paralelamente uma pequena atividade de costura e tingimento. Entre seu salário (25.000 F CFA mensais) e as vendas de roupas e tecidos, sua renda mensal oscila entre 25.000 e 35.000 F CFA, o que, teoricamente, a poupa de toda privação. Mas ela tem cinco pessoas que dependem dela, seus três filhos e dois sobrinhos, cuja responsabilidade lhe foi atribuída devido a seus “meios”. Seu marido trabalha no estaleiro do porto de Dakar; ele só está em casa episodicamente e sua participação nas despesas familiares também é episódica. Ela recebe regularmente a visita de sua família e passa uma parte de seu dia solucionando e resolvendo “problemas” de todos os tipos. Ela não se queixa disso. Ela também sabe que é “privilegiada” por ter “um trabalho”, termo reservado precisamente a toda atividade que pode gerar uma renda regular, ou seja, uma atividade assalariada.

Citemos ainda o caso de Ndioro. Ela tem 58 anos; datilógrafa há vinte anos no tribunal de Thiès, alguns anos atrás ela decidiu completar seu salário vendendo roupas que ela própria confecciona. Ela julga seu salário bem baixo (25.000 F CFA por mês) e sobretudo insuficiente levando-se em consideração as múltiplas responsabilidades que ela tem. Ela vive sozinha com seus cinco filhos. Seu marido emigrou para a França e lhe envia regularmente uma pensão de aproximadamente 45.000 F CFA por trimestre. Com essas duas fontes de renda relativamente fixas, ela é considerada um dos “pilares” da família ampliada. Essa posição lhe assegura uma certa autoridade; “nenhuma decisão é tomada sem a sua opinião”, diz ela. No entanto, isso tem um preço: ela tem pesadas responsabilidades financeiras, especialmente as de garantir a esco-

21. Alguns pesquisadores chegaram até mesmo a estudar os números desse fenômeno. F.-R. Mahieu, baseando-se em dados estatísticos (especialmente pesquisas sobre as condições de vida das famílias), calcula a razão entre a renda declarada e transferências comunitárias, e deduz uma “taxa de pressão comunitária”, mostrando até que ponto os funcionários de Abidjan tendem a ser “esmagados” pelas obrigações decorrentes de sua condição (MAHIEU, 1995).

laridade de um “monte” de sobrinhos, e a de ser solicitada permanentemente para hospedar alguém da família — irmão, irmã, primo ou prima. Ela fala em tom de brincadeira de “todos esses parentes que aparecem a toda hora”. É para ser ainda “maior” que ela passou a costurar. Ela comprou sua primeira máquina de costura economizando o seu salário. Seus colegas de escritório, principal clientela no lançamento e na promoção de seu primeiro negócio, a apoiaram bastante. Hoje em dia sua clientela se ampliou; as margens de lucro são muito variáveis, pois a demanda é sazonal. Ao recapitular as vendas do ano passado, ela estima ter ganho por volta de 30.000 F CFA. Como “os tempos estão difíceis”, particularmente durante o inverno, os clientes têm dificuldades para pagar. É preciso ser paciente.

“Saber esperar” é o seu primeiro trunfo, porque nesse campo a venda a crédito é uma regra. Ter uma certa influência local é um segundo trunfo, pois “mesmo que demore, as pessoas são obrigadas a pagar”. Ela também cuida, aliás, de uma creche, que ela montou com o auxílio do responsável pelo bairro, que é antigo colega de trabalho de seu marido. Resolvendo assim o problema espinhoso que a maior parte das mulheres enfrenta, ela se beneficia atualmente de uma boa reputação que facilita amplamente “seus negócios”.

As “dependentes”: a dívida como espada de Dâmocles

Inversamente, há a categoria das mulheres que podem ser qualificadas de “dependentes”. Essas mulheres são dependentes de seus fornecedores em razão da irregularidade dos abastecimentos e de suas compras efetuadas a crédito, freqüentemente acompanhadas por condições coativas. Elas também são dependentes de seus clientes, especialmente quando vendem a crédito, sendo que a falta de pagamento é uma das principais causas de fracasso. Elas são dependentes de seu círculo de relações, único capaz de ajudá-las a se “levantar novamente” quando elas “caem”. Por não poder investir em capital fixo, elas se limitam ao pequeno comércio de víveres de proximidade, com capital de giro muito baixo e com grande velocidade de rotação (entre um dia e uma semana), pois imobilizar capital durante um período maior que esse não é algo desejável. Por causa disso, a taxa de rentabilidade da atividade é relativamente elevada, mas a atividade freqüentemente é instável, pois a menor eventualidade as obriga a descapitalizar. Além disso, essas pequenas comerciantes sofrem de uma falta de “conhecimentos”. Por falta de experiência — e também de notoriedade —, elas freqüentemente têm dificuldades de conseguir um local fixo e são forçadas a se deslocar segundo a demanda e a concorrên-

cia. Portanto, elas não conseguem facilmente tornar fiel sua clientela, ainda mais que seus produtos nem sempre são de boa qualidade, pois elas raramente têm relações privilegiadas com seus fornecedores.

Para uma boa quantidade delas, prevalece uma verdadeira “obsessão” pelo crédito. Por um lado, o endividamento representa inegavelmente uma rede de sobrevivência; por outro, é ao mesmo tempo uma sujeição que elas procuram permanentemente limitar. “A venda a crédito é a que arruína a nós, mulheres”, nos dizia uma delas. Elas não têm escolha: freqüentemente é o único meio de enfrentar a concorrência ou de escoar os produtos perecíveis. Ora, vender a crédito bloqueia seu capital e, diante dos riscos de não-pagamento, elas têm poucos recursos para pressionar seus clientes. Embora reine uma disciplina, às vezes intangível, nas redes de troca femininas, que garante assim um certo equilíbrio de dívidas, quando se entra no espaço anônimo dos mercados a regra não é mais a mesma, pois a concorrência feroz beneficia os mais oportunistas. Os créditos insolvíveis são uma fonte de dificuldades permanente, a tal ponto que uma boa comerciante se distingue por seu carisma mas também por sua intransigência em relação aos “maus pagadores”.

Do mesmo modo, elas preferem sempre que possível abastecer-se à vista, pois nunca sabem com certeza se recuperarão o que venderam e não trabalham “com folga”. Pagar à vista permite ganhar a confiança do fornecedor. Contrariamente às grandes comerciantes que já têm um nome e uma reputação, elas devem “abrir espaço” e mostrar “que são capazes”. Quando elas demoram para pagar, alguns fornecedores vão ao seu local de trabalho utilizar seus produtos: eles não exigem nada, simplesmente desejam mostrar a elas que não se esqueceram. “Ele me obriga”, dizem elas a seu respeito. Isso não impede que elas sejam freqüentemente forçadas a abastecer-se a crédito, quando um acontecimento imprevisto as obriga a descapitalizar ou quando a venda foi ruim. Dirigir-se ao *bukki* é uma outra solução. Os *bukki* são comerciantes especializados(as) no fornecimento de crédito. Conhecidos por sua postura sorrateira (daí seu nome: *bukki* significa hiena), sua descrição diz que eles rondam pelos mercados à procura de uma vítima em dificuldades, prontos a saltar sobre ela ao menor sinal de necessidade. O montante dos empréstimos geralmente é baixo, entre 500 e 10.000 F CFA,

excepcionalmente 100.000 F CFA. As taxas de juros variam entre 5 e 20% por dia²². Para as mulheres que tomam do *bukki*, um dia de mercado se resume do seguinte modo: tomar 1.000 ou 2.000 F CFA de manhã, esperar recuperar uma margem de 300 a 500 F CFA, sabendo que será preciso pagar de 150 a 250 F CFA de juros ao credor. As mulheres dizem que é “muito caro”; no entanto, elas não têm escolha e preferem ganhar pouco do que não ganhar nada. Só forçadas as mulheres se dirigem ao *bukki*, devido ao custo, é claro, mas também porque dirigir-se ao *bukki* demonstra que não se tem mais ninguém com quem contar. Isso é ainda mais humilhante porque freqüentemente o *bukki* não respeita a *sutura* (discrissão), à qual as mulheres dão tanta importância. Quando o pagamento dos empréstimos demora muito, ele não se incomoda em “pegar as mulheres” e “confiscar as mercadorias”; é algo “triste”, dizem elas, às vezes “doloroso”.

A “DEPENDÊNCIA”. ILUSTRAÇÕES.

Gumour tem 42 anos. Ela repete sempre que está “cansada”. Ela se sente abandonada por seu marido desde que ele se casou com uma segunda mulher. Ele se dedica muito mais à “nova”, é muito menos generoso com ela, mesmo com as “despesas cotidianas” (soma destinada à alimentação cotidiana). A restrição é ainda mais difícil de suportar porque ela tem obrigações suplementares: precisa estar à altura da co-esposa. Por isso se propôs a ganhar “sua própria renda”. Ela começou, como muitas, com a venda de produtos de beleza às amigas. A experiência foi muito decepcionante; ela acabou interrompendo essa atividade, cansada de ter de incomodar eternamente suas amigas, que pagavam em conta-gotas. Somente mais tarde, e tarde demais, ela soube que para esse tipo de atividade é preciso saber ser paciente, porque para os produtos ditos de luxo é comum que os clientes “demorem”. Contudo, ela investiu nisso todas as suas economias, brigou com algumas de suas amigas, e guarda uma péssima lembrança disso tudo. Desde essa segunda decepção, nos diz ela, “não confio em mais ninguém”. Há algum tempo, ela mantém um pequeno comércio de legumes na esquina de sua rua. Ela ganha pouco, o suficiente para “completar o molho” (isto é, enfeitar a comida cotidiana) e para comprar de vez em quando uma tanga ou cadernos para as crianças. A atividade é muito frágil. Três perigos a espreitam permanentemente. O primeiro provém dos clientes. Ela parou de trabalhar várias vezes porque os clientes não pagavam. O segundo provém dos fornecedores, que podem decidir a qualquer momento pela interrupção do fornecimento. É preciso ganhar a confiança deles o tempo todo, mostrar-lhes que “é uma cliente séria”. O terceiro

22. O *bukki* propõe uma série de formas de empréstimo. Sobre esse aspecto, ver E. Baumann (1998a, p. 36).

perigo são as “necessidades”: um filho doente, uma cerimônia imprevista para a qual será preciso comprar um vestido, fazer tranças e levar um presente, e, por fim, as rivalidades permanentes com a co-esposa, que regularmente acabam em uma escalada. Devido a essas diferentes razões, ela foi obrigada várias a interromper sua atividade. Até o ano passado, ela começava tudo de novo, fosse tomando dinheiro emprestado com seu marido — escolhendo essa opção apenas como último recurso —, fosse com o lote da tontina. Desde que as mulheres do *mbotay* do qual ela participa decidiram casar a tontina com uma contribuição permanente, sua atividade se estabilizou. “É muito cansativo”, pois ela tem de desembolsar uma soma fixa a cada mês e, portanto, “trabalhar” para obtê-la. Ao mesmo tempo é um encorajamento, pois as somas aumentam regularmente. Como em uma boa quantidade de outros grupos, as mulheres se obrigam a praticar uma poupança forçada para incentivar-se mutuamente a reforçar seu capital de giro. Neste caso específico, as mulheres se beneficiaram de um primeiro adiantamento de 5.000 F CFA; elas pagaram no mês seguinte 6.000 F CFA, e desde então aumentam a soma em 500 F CFA a cada vez. No dia da pesquisa, a soma era de 10.000 F CFA. Gumour reserva a metade de sua cota para o seu pequeno comércio e o resto para diversas despesas, sabendo que tem um mês para reconstituir a soma, o que “a obriga a se mexer”.

Fatou tem 34 anos. Cedendo às pressões de sua família, aos 18 anos ela se casou com um homem muito mais velho. Ela, que sonhava com um “verdadeiro casamento”, e não com um casamento “arranjado”, viveu com sofrimento o acontecimento. Muito rapidamente ela deixou o domicílio conjugal. Depois de brigar com seus pais, que ela não perdoou por aquele infeliz casamento, ela se refugiou na casa de uma tia afastada, que aceitou gentilmente hospedá-la. Foi contratada durante algumas semanas como faxineira no porto de Dakar, mas os salários acabaram não chegando e ela mal suportava ser tratada como uma “escrava”; depois de alguns meses, ela saiu do emprego. Tentou então múltiplas atividades comerciais. Seguindo os conselhos de sua tia, cujo marido fora outrora peixeiro, ela começou no comércio de peixe. Rapidamente se decepcionou com a forte concorrência; ela recuperava a mercadoria que ninguém queria, tinha dificuldades em fixar os preços e sobretudo não era aceita pelas outras vendedoras, instaladas havia muito tempo. Optou então pelo comércio ambulante, menos arriscado para uma iniciante. Mas as receitas eram muito baixas; ela se considerava satisfeita quando recuperava o investimento da manhã — para que fazer isso então? Quando a interrogamos, ela acabava de voltar da casa de seus pais. Agora ela espera recomeçar um pequeno comércio, não pode “ficar sem fazer nada” e já tem dívidas com seu pai. Ela também participa de um *mbotay* (grupo feminino) que pratica o sistema de poupança-crédito permanente. Ainda não tem direito a ele, já que ainda não faz parte do grupo há tempo suficiente, mas espera ser aceita logo. Ela já sabe que provavelmente será forçada a “trapacear”, no sentido de que será obrigada, de tempos em tempos, a endividar-se em outros lugares para pagar sua contribuição; no entanto, conta com esse sistema para obter “um pouco de estabilidade”. Ela também conta muito com as trocas de experiências que ocorrem no grupo, o auxílio mútuo e o estímulo coletivo. Quando se pertence a um grupo como esse, é difícil “ficar sentada”.

Criar uma clientela de pessoas gratas

Embora algumas mulheres sejam perseguidas por suas dívidas, outras, pelo contrário, praticam deliberadamente a venda a crédito. É a melhor maneira de fidelizar duravelmente a própria clientela. Além disso, “cada um encontra nela a sua vantagem”, dizem elas; o cliente “tem o tempo de esperar e decidir”, e para elas é “como uma poupança”. Algumas organizam conscienciosamente os prazos de vencimento, de tal modo que o pagamento de seu cliente coincida com seus próprios pagamentos. Devido à dificuldade permanente em conseguir liquidez, essa técnica evita que elas tenham de fazer malabarismos para respeitar o vencimento de seus pagamentos.

Isso não é tudo: vender a crédito é incontestavelmente um meio para ampliar seu poder e sua “superfície” social. As credoras controlam desse modo uma rede de devedores (a maior parte delas também é devedora), cujas dívidas serão resolvidas de uma maneira ou de outra. Serviços, bens, trabalhos diversos e variados: as devedoras mais regulares são condenadas a um verdadeiro estado de dependência em relação a elas. Obrigar os devedores a pagar a qualquer custo não é algo imaginável; em compensação, é sempre possível pensar em “arranjos”, e quanto mais o pagamento demora mais as obrigações se tornam pesadas com o tempo. Assim uma grande comerciante de tecidos ajudou uma de suas clientes a se lançar na costura financiando o seu primeiro material. Doravante, a cliente não tem outra escolha a não ser se abastecer na que se tornou sua “madrinha”, que se compromete sobretudo a substituí-la no mercado quando ela se ausentar. Citemos ainda o exemplo de uma comerciante de importação-exportação com Mali: em uma de suas numerosas viagens de trem para Mali, ela “salvou” uma “iniciante” fazendo um acordo com um funcionário da alfândega que ameaçara retirar toda a sua mercadoria. Desde então a “iniciante” demonstrou a sua gratidão: encarrega-se regularmente do abastecimento e evita que ela precise se deslocar.

Na mesma perspectiva, o crédito fornecedor raramente é visto como um problema: ele freqüentemente é dado sem condições e permite assim que a pessoa, por sua vez, venda a crédito, estratégia indispensável para lutar com a concorrência. Essas mulheres geralmente mantêm relações privilegiadas com seus fornecedores: estes garantem o abastecimento enquanto suas clientes

mantêm a sua fidelidade, chegando até mesmo à obrigação de comprar certas mercadorias (pois os fornecedores têm dificuldades em vendê-las).

Observemos, por fim, que em sua maioria essas comerciantes participam de um ou de vários grupos femininos. Elas são presidentes ou “mães” do grupo, desempenhando então um papel protetor em relação às comerciantes iniciantes, às quais elas emprestam regularmente fundos ou mercadorias, o que lhes garante um certo poder. Ou então elas pertencem a grupos homogêneos que agrupam apenas as “grandes” comerciantes.

ESTAR À ESPREITA DE TODAS AS OPORTUNIDADES. ILUSTRAÇÕES.

Oulimata tem 36 anos, é divorciada e vive sozinha com seu filho de 15 anos. Ela faz parte das comerciantes do mercado central de Thiès, consideradas “grandes” e bem “estabelecidas”. Ela começou no pequeno comércio com 20 anos, no dia em que não conseguiu seu diploma de secretária. Ela precisava “curar a vergonha”, principalmente em relação a seus pais, que tinham “sangrado” para pagar seus estudos. Ela vendia cosméticos para as amigas e batia de porta em porta. Os lucros eram baixos, pois era obrigada a vender a crédito, sem jamais ter certeza de recuperar o valor das mercadorias. Sua atividade cresceu um pouco mais quando ela se casou — seu marido era funcionário e a ajudava regularmente dando-lhe “adiantamentos” — e depois com o nascimento de seu filho. Seu marido, que parou de ajudá-la, apesar de tudo lhe deixou o controle das pensões familiares, 3.000 F CFA por trimestre, que ela investia sistematicamente em sua atividade comercial. Quando ela decidiu se divorciar, foi preciso “ativar-se” (*tèstèsi*) para evitar que a “sabotassem”. “Foi você que fez a papa de arroz, portanto é você que vai bebê-la”, diz-se a esse respeito (*Yaa ko sombi, yaa ko wara naan*); em outras palavras, a pessoa que se colocou nessa situação é que deve suportá-la. Passo a passo, dia a dia, suas atividades se ampliaram. Sua primeira “grande operação” foi feita graças a um lote da tontina, no dia em que ela “ganhou os 100.000” (tontina mensal de 20 mulheres, com uma “mão” de 5.000 F CFA). Hoje em dia, ela está “bem estabelecida” pois possui uma lanchonete de mercado (montante de 650.000 F CFA) no meio do mercado central de Thiès, e essa posição estratégica lhe garante uma renda relativamente regular. Também foi uma tontina que lhe permitiu poupar tendo em vista esse investimento (tontina que reúne 40 mulheres, com uma contribuição mensal de 10.000 F CFA, ou seja, um lote de 400.000 F CFA). Ela ainda não terminou de pagar completamente; ela se “ajeita” com um “grande irmão” comerciante que financiou uma parte do negócio; mas a lanchonete logo será dela. Suas atividades são difíceis de reconstituir, pois ela muda permanentemente, segundo a conjuntura, a demanda, às vezes até mesmo segundo seu humor. Ela dispõe de um capital de giro relativamente fixo de aproximadamente 100.000 F CFA (legumes, cabaças); ela investe montantes muito variáveis segundo os períodos e as oportunidades. Numa semana será sabão, na semana seguinte *bissap*, óleo de palma ou ainda cosméticos. “Quando

se faz comércio”, diz ela, “tem de se tentar de tudo”. Diversificar os riscos é essencial, e “cada mercadoria tem o seu período”; por fim, é preciso adaptar-se à demanda. Em um contexto no qual o abastecimento frequentemente é aleatório, “assim que um produto entra em falta, as pessoas se queixam, e eu me viro para encontrá-lo”. Ela menciona logo de saída que seu principal trunfo são os seus “conhecimentos”. Por fazer “um vaivém e por procurar em todos os lugares” (*këreb-këre*), ela tem um acesso privilegiado à informação. Quando estão previstos grandes carregamentos de cabaças (provenientes de Tivaouane, a aproximadamente 50 quilômetros ao norte de Thiès) ou de óleo de palma (proveniente de Casamance), ela é a primeira a saber. Portanto, tem tempo de “se organizar”, especialmente para conseguir fundos; ela sabe que pode contar com esse “grande irmão”, do qual ela toma regularmente empréstimos entre 50.000 e 200.000 F CFA; aproveita assim “as melhores mercadorias” e é atendida imediatamente. Quatro ou cinco vezes por ano ela viaja até Mali para comprar tecido, incenso e cosméticos. Tem uma família no local, o que a faz poupar os gastos com hospedagem e alimentação. Ela deixa a sua irmã tomando conta de seu negócio em Thiès. Ela investe em cada operação entre 500.000 e 800.000 F CFA. As margens de lucro variam entre 75.000 e 100.000 F CFA, e dependem essencialmente das tarifas alfandegárias e do humor dos funcionários da alfândega: “às vezes fazemos um acordo, quando estão de bom humor; às vezes eles são muito rígidos”. Durante as festas da Tabaski e da Kharité, esse tipo de operação é particularmente lucrativo, pois a demanda explode. Em compensação, é preciso poder se permitir vender tudo a crédito; as somas assim “investidas” serão recuperadas em vários meses. Esse princípio a satisfaz; ela pode se permitir fazer isso, e seus clientes, mesmo que paguem muito lentamente, vêm comprar outros produtos com ela para lhe mostrar que não se “esqueceram”. Ela também deve levar em consideração alguns gastos que não tem quando fica em Thiès: os “presentes” para a família (quando reconstituímos suas contas, ela integra o seu custo a elas) e as jóias que traz para si mesma: “Caso contrário, dizem: essa aí não trabalha; se você tem jóias, as pessoas vêem que você trabalha”. Ela vai regularmente (geralmente a cada dois meses) a Touba, cidade santa da confraria muçulmana Tidjana, onde ela encontra um xeque com o qual diz ter relações privilegiadas; ele lhe dá muitos conselhos sobre seus “negócios”. Entre os gastos de transporte e as doações feitas no lugar, esse tipo de operação lhe custa a cada viagem ao menos 10.000 F CFA. Se ela é “reconhecida” no mercado, é porque pessoas, “até mesmo grandes”, sabem que ela “trabalha” e vêm lhe pedir ajuda. Ela chega a emprestar regularmente 1.000, 2.000 e até 10.000 F CFA. Ela avalia que tudo o que tem hoje foi obtido “com suor” (*futteku*), e que nada está ganho para sempre. Clientes que param de pagar, mercadorias que não chegam mais: o futuro sempre é incerto. Portanto, é preciso permanentemente “fazer o esforço” (*jéma*) e “ter coragem”.

Dessa análise do comércio feminino podem ser obtidos diversos ensinamentos. Pode-se, primeiramente, salientar a tensão permanente entre o pólo do coletivo, da comunidade, e o do individual, das trajetórias pessoais.

A pluralidade de práticas monetárias e financeiras é a própria tradução dessa tensão. Elas estão no âmbito de uma dialética incessante entre o horizonte do curto prazo e o do longo prazo, entre as exigências de sobrevivência cotidiana e as da solidariedade comunitária, entre as aspirações pessoais e as pressões coletivas. Para enfrentar isso, as mulheres multiplicam e determinam formas de poupança, o que lhes permite respeitar suas obrigações; elas também assumem compromissos que as obrigam a poupar e as protegem tanto das solicitações de outrem como de suas próprias tentações de gastar. Nenhuma comerciante escapa dessa tensão no cotidiano. Quanto ao resto, a situação varia muito. O caráter muito relativo das rendas é evidenciado, e encontramos aqui os argumentos de Sen. Tudo depende dos *direitos* de que as mulheres dispõem e o quanto elas se sentem investidas nessas rendas: que despesas, que pagamentos e que obrigações elas se sentem pressionadas a realizar? Definitivamente, embora todas as mulheres se queixem de que o “dinheiro está faltando” — todas elas têm, efetivamente, uma necessidade permanente de dinheiro —, há as que têm uma certa renda de situação ligada a rendas regulares — mas que, por causa disso, são muito solicitadas —, há as que se sentem perseguidas e pressionadas por seus credores e, por fim, há as que deliberadamente se endividam e emprestam sucessivamente para ampliar sua rede social. Justamente o que se pode constatar é a disparidade das situações. Os contrastes observados são reveladores dos limites da auto-organização. Qualquer que seja o espírito de criatividade, de desembaraço e de engenhosidade que demonstram as mulheres, percebe-se que nem todas se saem tão bem. Do mesmo modo, os vínculos de dívida oferecem uma proteção para a sobrevivência, mas também são fontes de opressão e às vezes de alienação.

Viver da assistência pública

Na França, os direitos sociais substituíram a proteção comunitária, e a igualdade entre homens e mulheres agora é afirmada. Essas diferentes conquistas não impedem que uma parte da população seja excluída do acesso a uma real liberdade. Embora a pobreza sempre tenha existido, a das últimas décadas ganhou novas formas. Meios operários e famílias numerosas, como se sabe, não são mais as únicas categorias ameaçadas; agora, o risco ameaça todos os meios sociais. Sabe-se também que a pobreza não é mais apenas de ordem material: ela é também de ordem social, cultural e simbólica. Falou-se a esse respeito em individualismo “negativo”, em trajetórias de “desfiliação” (CASTEL, 1995) ou ainda em “desqualificação social” (PAUGAM, 1993). Curiosamente, um ponto no qual se insiste menos diz respeito ao caráter feminino dessa nova pobreza. Ora, já há alguns anos sabe-se que as mulheres estão mais expostas ao desemprego e ao trabalho precário, à pobreza monetária e ao endividamento¹. O aumento do número de famílias monoparentais explica em grande parte

1. Para o desemprego e a precariedade do emprego, ver por exemplo D. Zohor (2002), M. Maruani (1998); para a pobreza monetária, ver INSEE (2001); para o endividamento,

essa feminização da pobreza². Para elas também a pobreza não é apenas de ordem material. Incompreensão em relação a um ambiente institucional considerado arbitrário, sentimento de incapacidade de assumir corretamente seu papel de mães, ausência de consciência de si e de projetos pessoais, fechamento sobre si mesmas, apreensão em relação ao outro e confrontação com ele: são várias facetas de uma realidade vivida que mostram até que ponto a existência de direitos sociais não garante de modo algum o acesso à dignidade pessoal.

Fazer valer seus direitos

Um ambiente institucional complexo

O recente relatório do Observatoire National de la Pauvreté et de l'Exclusion Sociale salienta a amplitude das dificuldades encontradas pelas pessoas para fazer valer seus direitos (MINISTÉRIO DO EMPREGO E DA SOLIDARIEDADE, 2002). Déficit de informação, multiplicidade e complexidade da regulamentação e dos procedimentos, dispersão dos pontos de atendimento social, demora e imprevisibilidade dos prazos para liberação dos auxílios e de seus montantes: é longa a lista dos obstáculos que comprometem o acesso aos direitos.

Amartya Sen, quando descreve o mecanismo de conversão dos direitos em capacidades (liberdade real) e a dimensão subjetiva dos direitos, enfatiza o papel capital do acesso à informação (SEN, 2000, p. 211). É evidente que hoje o conjunto de procedimentos de vida de todos os dias exige capacidades cognitivas, isto é, a busca e o tratamento da informação cada vez mais sofisticados. Ao se infiltrar nas atividades mais cotidianas, o processo de intelectualização, característico da modernidade, exige uma con-

ver P. Le Quéau e D. Salon (2000). O aumento do número de famílias monoparentais e a precarização de suas condições de vida é um fenômeno observado em escala europeia (WHIPPEN, 1998).

2. As famílias monoparentais representavam 9% dos lares em 1968, 16% em 1998. As mulheres representam 85% das famílias monoparentais (INSEE, 2001). Em 1995, 17% das famílias monoparentais francesas viviam abaixo da linha de pobreza, contra 11,8% em 1985 (INSEE, 1999).

fiança cada vez mais “abstrata” em “especialistas” ou ainda em “sistemas especialistas” (GIDDENS, 1994). Opera-se uma verdadeira “disjunção” entre o mundo institucional e os mundos “vivos” das pessoas (HABERMAS, 1992). Uma decalagem cultural acarreta uma visão truncada e esquemática do universo administrativo. Desnorteadas por um vocabulário que lhes é estranho, as mulheres têm dificuldades para expressar suas preocupações e reivindicações. Suas próprias lógicas se chocam com as lógicas burocráticas, cujo funcionamento rígido e racional exige cálculo e previsão³. A ausência de flexibilidade é em grande medida incompatível com raciocínios baseados na urgência. Os termos utilizados pelas mulheres a respeito dos diferentes serviços administrativos ilustram bem a representação que elas têm do emaranhado dos auxílios e da opacidade do sistema: “Essa coisa”, para falar da caixa de auxílio-família, “o troço”, para designar o centro comunitário de ação social, ou ainda o “bazar”, a respeito dos procedimentos de sobreendividamento do Banque de France.

A obrigação quase sistemática de preencher formulários é uma barreira suplementar. Imagina-se até que ponto a “papelada” pode ser uma fonte de apreensão e de ansiedade. Algumas mulheres sempre contaram com seus cônjuges, e se sentem particularmente desarmadas quando eles morrem ou as deixam. O menor formulário torna-se angustiante, o que as leva a adiar a sua entrega. Outras preenchem automaticamente os documentos, sem compreender o significado das diferentes regras. Isso não apenas aumenta a incerteza vinculada aos documentos administrativos, mas também a sensação de arbitrariedade. Além de eventuais problemas de leitura e de escrita, os bloqueios são, para muitas delas, de ordem psicológica. Em um sistema considerado aleatório, discricionário, até mesmo injusto, as pessoas têm a sensação de que preencher corretamente os formulários condiciona o sucesso na obtenção dos auxílios. Nessas condições, o elemento afetivo, “o medo de não chegar lá”, pode bloquear todo raciocínio.

Como explicar, em certas mulheres, a extensão ou a recorrência dos atrasos no pagamento das contas (água, luz, telefone etc.)? Além dos pro-

3. A. Pitrou (1992), quando analisa as relações entre as famílias em situação precária e os serviços administrativos, insiste longamente neste aspecto.

blemas de previsão, é a ausência de sentimento de controle do processo que provoca os atrasos nos pagamentos. A não-compreensão do conteúdo das contas, particularmente das diferentes tarifas, provoca um sentimento de injustiça que incita ao adiamento do pagamento. Se o sistema é arbitrário, por que o pagamento não o seria também? Não saber que é possível parcelar ou então escalonar os pagamentos em caso de problemas é um fator de dificuldade suplementar.

Essa disjunção também se manifesta nas relações com os bancos. A análise dos processos de exclusão bancária (particularmente os que conduzem à interrupção do serviço bancário e ao sobreendividamento) mostra até que ponto os problemas encontrados provêm de mal-entendidos e de incompreensões⁴. Podem ser observados problemas de linguagem em relação a pessoas de origem estrangeira, mas também os termos técnicos são fontes de confusão (débito, crédito, conta descoberta, conta corrente etc.). A regulamentação bancária e mais precisamente a complexidade do vocabulário administrativo e jurídico suscitam numerosas complicações. A falta de conhecimento dos regulamentos e procedimentos em caso de problema agrava muito as situações de litígio. Assim como para as contas, os saldos bancários negativos também estão ligados tanto a deficiências de previsão como a falhas na compreensão dos procedimentos (por exemplo, tudo o que se refere à taxa de juros) ou ainda a uma incapacidade de negociar em caso de problema.

Somando-se tudo, constata-se uma verdadeira distância entre as mulheres e seu ambiente institucional. Essa distância se traduz por um sentimento de arbitrariedade, de vulnerabilidade e de sujeição. Estabelece-se então um círculo vicioso pois, devido a essas sensações negativas, as mulheres tendem a distanciar-se ainda mais. O problema, nesse caso, vai muito além da simples dimensão cognitiva. Por meio da relação com a instituição, é o modo de pertencimento social das mulheres que está em jogo, a maneira pela qual elas vivem e constroem representações sobre sua situação de assistidas.

4. Sobre esse ponto, ver os trabalhos de G. Gloukiviezoff (2001, 2002), conduzidos no quadro de uma tese de doutorado ainda em desenvolvimento, assim como um estudo recente para a Caisse des Dépôts et Consignations (Guérin e Gloukiviezoff, 2002). Referindo-se mais precisamente aos Correios, ver também o estudo de J. Gadrey et al. (1996).

Uma mulher pobre pode ser assistida em nome de sua função de mãe?

Não há um paradoxo entre a idéia de sociedade credora, que dá a cada pessoa o direito à assistência, e o ideal de autonomia individual que nos ensinou o pensamento moderno? Hoje em dia retornam com força as contradições e a ambigüidade com as quais a dívida social foi confrontada desde a sua proclamação. Embora a assistência seja um direito, participar do bem-estar coletivo e demonstrar utilidade social e autonomia não são ainda as melhores maneiras de conservar o amor-próprio? Todos os direitos-dívidas são, em uma certa medida e em diversos graus, “direitos-limites”, isto é, estão vinculados a um comportamento (ROSANVALLON, 1995). Essa ambigüidade deixa a cada pessoa o cuidado de interpretar a sua própria situação. A renda mínima de inserção, instaurada no final dos anos 1980, reavivou o perpétuo debate entre os defensores da responsabilidade moral individual e os da dívida social. Os primeiros, partidários de uma lógica de deveres e obrigações que lembra a moral liberal do esforço e da responsabilidade, consideram que a inserção deve ser uma contrapartida da renda. Os segundos, pelo contrário, reivindicam o “direito à inserção”, considerando que a sociedade está em dívida em relação aos seus membros e não o inverso (ASTIER, 1997; PAUGAM, 1993). A renda mínima de inserção representa de algum modo uma forma “híbrida” (ROSANVALLON, 1995). É um direito, por estar acessível a todos e por traduzir o reconhecimento do fato de que os excluídos têm direito a obter um mínimo de recursos que lhes permita encontrar um lugar na sociedade. É ao mesmo tempo um contrato, na medida em que está vinculada, em princípio, a uma contrapartida: o compromisso pessoal do beneficiário com um procedimento de inserção. No momento em que os auxílios não mais provêm de uma contrapartida previdenciária, a questão da responsabilidade individual volta a galope e, junto com ela, o controle social dos beneficiários e também a idéia de uma classificação dos pobres em função de seus méritos. Esses dois riscos são ainda mais marcados porque a noção de compromisso é antes imprecisa: ação de formação, atividades de interesse geral em administrações públicas ou em associações ou simples esforços pessoais

de readaptação (desintoxicação, por exemplo⁵). Ainda que a França não tenha optado, ao menos até agora, por programas de educação e de trabalho (*learnfare* e *workware*), próprios dos países anglo-saxões, essa questão sobre a responsabilidade não pode ser esvaziada. Ela volta regularmente à ordem do dia nos debates parlamentares e também se manifesta com força entre os profissionais ligados à inserção e entre os próprios assistidos.

Nas comissões locais de inserção ou nos escritórios de assistência social, encontra-se esse eterno dilema entre responsabilidades individual e coletiva. Os profissionais vinculados à assistência social enfrentam constantemente esse paradoxo da dívida que eles devem resolver para cada caso particular colocando-se a pergunta: “a que direito o pobre tem direito?” (ASTIER, 1997, p. 27). O dilema refere-se tanto à questão do trabalho como à da família, as duas formas de utilidade social. Para as mulheres, isso se torna ainda mais incerto, pois agora elas também têm acesso ao mercado de trabalho ao mesmo título que os homens. Uma mãe de família está autorizada a não trabalhar, pode ela viver toda a sua vida da renda mínima de inserção? Educar os filhos é suficiente atualmente como prova de utilidade social, ou ela deve colocá-los em uma creche e trabalhar? Ela é responsável por sua condição de mãe isolada?

Os debates não se reduzem a essa questão da utilidade. É também a dignidade dos assistidos que provoca questionamentos. Se, por um lado, retorna regularmente o espectro do assistencialismo, da ociosidade e da imprevidência, por outro não será preciso exigir uma contrapartida, para evitar que a assistência seja excessivamente degradante, e manter assim o amor-próprio do beneficiário? Será preciso obrigar essa mãe de família a uma ação de inserção quando ela já tem a carga de seus quatro filhos? É legítimo pedir-lhe para “prestar contas” sobre a situação de seus filhos ou deve-se confiar nela? Confiar nela não seria uma maneira de restaurar sua dignidade?

Provavelmente, é para os próprios assistidos que o paradoxo atinge seu paroxismo, quer se trate de utilidade social ou do sentimento de autono-

5. C. Le Clairche e J.-L. Outin (1999) mostraram como esses critérios eram aplicados de modo heterogêneo de acordo com cada comissão local de inserção.

mia. Atualmente na França, a utilidade social das mulheres não se limita mais a seu papel de mães de família. Elas não estão mais sendo acusadas de impedir a “felicidade para a maioria” quando escolhem trabalhar. Oficialmente, elas têm hoje uma igualdade de acesso a todas as profissões, e vários estudos mostram que o sentimento de utilidade social vinculado ao trabalho não é mais tão-somente masculino (COMMAILLE, 1993); e as mulheres vivem com a mesma dificuldade que os homens uma situação de desemprego (SCHNAPPER, 1981). Mas nem por isso o papel de utilidade social das mulheres enquanto mães de família desapareceu. Certamente a utilidade social dos homens enquanto pais de família é reconhecida e eles também podem pleitear os direitos sociais ligados à educação de seus filhos (por exemplo, o “auxílio pai isolado”, a licença-parental); contudo, são poucos os que os pedem⁶. Quando as mulheres adotam deliberadamente o celibato, com ou sem filhos, essa escolha ainda é muito difícil de ser assumida (COMMAILLE, 1993). Hoje em dia, embora a família dita tradicional tenha perdido seu caráter de normalidade, e embora famílias monoparentais, famílias dissociadas, famílias recompostas e outras formas híbridas de vida em comum sejam cada vez mais freqüentes, as mulheres que fazem essa escolha enfrentam a delicada questão de sua identidade: esta não é dada, ela tem de ser construída e sobretudo legitimada aos olhos dos outros. Não é o espectro da utilidade social em nome da “guardiã da família” que volta a surgir com força? O estatuto de mãe de família monoparental é particularmente difícil de ser endossado. As próprias mulheres não gostam desse termo, que julgam pejorativo. Elas se sentem vítimas de um discurso miserabilista que associa monoparentalidade, miséria, fracasso social e fracasso escolar das crianças ou ainda violência juvenil. Conscientes de que já se encontram à margem, sua ansiedade freqüentemente é reforçada pelos numerosos debates públicos que relacionam delinquência das crianças e dissociação familiar. Embora os discursos sobre os efeitos deslocadores do divórcio, em vigor nos anos 1960, tenham se atenuado, em compensação há a

6. Nos anos 1990, os homens representaram em média 5% dos beneficiários do “auxílio pai isolado” e 1% das licenças de educação parental (CONSEIL SUPÉRIEUR DE L'EMPLOI, DES REVENUS ET DES COÛTS, 1997).

preocupação com as crianças de famílias monoparentais: fala-se de pais “demissionários”, de “crianças sob risco”, colocando implicitamente em dúvida suas capacidades educativas de mães. As mulheres enfrentam os mesmos questionamentos que os profissionais da inserção: O que é legítimo, o que não é? A que tenho direito? Sou responsável por minha situação de celibatária? Quando reina a imprecisão, passa-se a cada pessoa a incumbência de interpretar a própria situação.

Também se instalou uma das maiores confusões sobre os direitos e as obrigações familiares. A crise e a persistência do desemprego, assim como os modos de atribuição dos serviços sociais conduzem a um embaralhamento, até mesmo a uma inversão dos papéis e das posições de credor/devedor. O pai, quando ainda presente, raramente assume seu papel de “credor” da família, ou então o faz de modo aleatório. As mães de família às vezes preferem vê-lo deixar o lar para poder se beneficiar do auxílio “pai isolado”.

Os auxílios familiares provocam, eles também, numerosas tensões. A quem pertencem: aos pais ou aos filhos? O pai, quando não trabalha, pode pretender ter um direito de controle sobre eles? Eles podem ser utilizados para outra coisa além de para o bem-estar das crianças? Alguns jovens, quando se aproximam da maioridade e almejam ganhar sua independência, reivindicam esses auxílios como algo seu. Aliás, é freqüente nessa etapa o estremecimento das relações. Quando os auxílios familiares são “cortados”, as crianças são fortemente incitadas a entrar no mercado de trabalho. Quando pegam seu primeiro pagamento, os pais têm direito a pedir a sua parte? Isso é legítimo, se eles próprios não foram capazes de garantir a educação dos filhos? As dificuldades enfrentadas por seus filhos diplomados exacerbam o sentimento de injustiça: por que se “investiu” tanto nos estudos? Ao mesmo tempo em que se sentem incomodados em explicitar esse raciocínio, há pais que confessam que hesitam agora em pagar os estudos de seus filhos.

A inversão de papéis se produz também para as gerações anteriores. Muitas são as mulheres com uma certa idade que, após uma ruptura conjugal, e sem conseguir colocação no mercado de emprego, se voltam para seus pais, que possuem uma aposentadoria confortável. Mas é legítimo ir viver na casa dos pais — fazer-se sustentar pelos pais — quando se passou dos 40

anos? Quando os avós têm uma aposentadoria, é dever deles sustentar seus filhos, mesmo adultos, assim como seus netos? O estatuto de assistida, combinado a uma situação conjugal atípica, freqüentemente provoca conflitos. Os pais, que haviam conseguido escapar, dificilmente aceitam a “queda social” de suas filhas⁷. Esse peso da pressão familiar é evocado freqüentemente pelas mulheres; elas contam a delicada experiência das refeições familiares, nas quais têm a sensação de receber olhares inquisidores, julgamentos hostis ou observações desagradáveis.

Por fim, as mulheres não sabem mais se são credoras ou se são devedoras, e junto a quem. Ainda que não seja formulada nesses termos, essa perda de balizas torna muito mais complexas as relações familiares, ao introduzir a desconfiança e a suspeita onde, geralmente, prevaleciam a confiança e a reciprocidade. No fim das contas, a vivência do estatuto de assistida é o produto de uma dialética permanente entre definição de si — o que representa um ideal de vida — e julgamentos de outrem, nos quais se combinam julgamentos do círculo familiar e do ambiente da assistência social.

A heterogeneidade das trajetórias

De acordo com a maneira pela qual as mulheres interpretam seus direitos, a vivência da assistência é radicalmente diferente. Com um nível de renda similar, entre as que aceitam sua situação e a vivem da melhor maneira possível, as que se fecham em si mesmas e se refugiam no ascetismo em que esperam encontrar sua dignidade — desmoronando sob o peso das obrigações e negando toda espécie de direito — e, por fim, as que se sentem vexadas, pois têm a sensação de ter sido enganadas por uma sociedade incapaz de lhes garantir uma vida decente, só se pode mesmo constatar a disparidade das vivências.

7. A. Pitrou (1992) e R. Castel (1995) também fazem essa constatação, segundo a qual os conflitos familiares freqüentemente resultam em um sentimento de desonra dos pais em relação à situação social de seus filhos. Correndo o risco de ser repetitivos, mas com o objetivo de evitar qualquer mal-entendido, insistimos novamente em que a intenção não é aqui optar por uma visão estritamente contábil das trocas mas simplesmente afirmar que a alternância das posições de credor e de devedor é essencial para fundamentar as relações sociais em uma confiança compartilhada.

Obrigadas a cumprir um ato (receber assistência social) que não se enquadra em sua visão do mundo ou em suas convicções (o ideal de autonomia e de controle de si, assim como o sentimento de utilidade social), as mulheres enfrentam um conflito interno, uma separação entre suas práticas e suas representações. Vimos que no Senegal o peso das normas sociais se exerce em grande parte por meio de sanções materiais efetivas. Como se manifesta essa pressão social quando os mecanismos de coerção foram abolidos? Prolongando a idéia do “espectador imparcial” de Adam Smith, Jon Elster sugere que o peso do julgamento de outrem se expressa por meio das *emoções* (ELSTER, 1998). Contrariamente à análise funcionalista de certos economistas⁸, Elster considera que as emoções não emergem em seguida a uma escolha deliberada, mas antes como resultado da separação entre práticas e representações, o que os psicólogos, seguindo Léon Festinger, chamam de *dissonância cognitiva* (ELSTER, 1998, p. 65). Em outras palavras, as emoções são o fruto de uma contradição entre uma crença, uma opinião e a realidade tal como ela se revela. Culpabilidade, vergonha, indignação, reivindicação são emoções suscitadas por essa separação. Mais que isso, as emoções interferem no processo de decisão como modo de *redução* da dissonância que está na origem de sua emergência (ibid., p. 66).

Nesse processo de adaptação das práticas às representações, a história de cada pessoa é determinante. É possível superar a singularidade das experiências particulares? Os trabalhos de psicologia social mostram que, qualquer que seja a origem da separação entre práticas e representações, podem ser encontrados os três tipos de cenário que Elster retoma em sua argumentação e que é possível aplicar aqui.

No primeiro cenário, a pessoa consegue adaptar suas representações, modificando assim sua própria estrutura de preferências. Ela é conduzida a apresentar a realidade, a si mesma ou aos outros, de um modo que reduza a dissonância cognitiva; ela vai “organizar” a realidade para que esta esteja mais de acordo com seus desejos e com o que ela vive. No presente contexto, isso significa que a assistência é aceita — as mulheres conseguem ofere-

8. Especialmente G. Becker.

cer uma explicação para ela. No início elas têm “vergonha” de sua situação, mas logo passam a elaborar progressivamente “racionalizações” ou “autojustificações” para a assistência. Algumas mulheres citam uma doença ou uma invalidez⁹. Muitas são as que buscam apoio em sua condição de mãe, especialmente quando se beneficiam do “auxílio pai isolado”. Este é considerado uma contrapartida justa, às vezes um meio para aliviar a incapacidade do pai de assumir suas responsabilidades. Quando, além disso, o pai não paga nenhuma pensão porque ninguém o obriga a isso, não é legítimo que o Estado assuma o seu lugar? Constata-se freqüentemente que esse auxílio é experimentado com maior facilidade que a renda mínima de inserção. O fato de receber a RMI consagra uma instalação durável na precariedade. Justificar o estatuto de assistida é algo mais problemático, a menos que se considere que será por um período transitório. A assistência não é menos condenável se for apenas provisória?

O círculo vicioso da vergonha

Em compensação, quando esse processo de aclimatação não ocorre, as mulheres vivem um profundo desequilíbrio interno. Humilhação, sentimento de vergonha e de culpa, refúgio em si mesma são emoções *negativas*, para retomar o termo de Elster, que caracterizam essa situação. A única maneira de reduzir a separação consiste em adaptar as próprias práticas, e portanto em reivindicar a autonomia e a independência: rejeitar totalmente ou em parte os auxílios sociais, não pedir ajuda ao círculo próximo ou ainda limitar consideravelmente o próprio consumo são exemplos dos comportamentos adotados nesse cenário.

Algumas mulheres têm o sentimento de “viver para nada”, ou até mesmo de “não ser nada”. De seus testemunhos destaca-se uma ausência de projetos, de ideais, de sonhos, um sentimento de “vazio” em que se misturam a angústia do cotidiano e a ausência de valores aos quais se apegar. A exigência de sobrevivência cotidiana suprime toda capacidade, até mes-

9. Isso também havia sido constatado por S. Paugam (1993), tanto para homens como para mulheres.

mo todo desejo de projeção. As mulheres não têm nem os meios nem a vontade de fazer isso: elas se proíbem toda vida própria, não sentem ter direito a ela. Com vergonha de sua situação, essa autoproibição visa justamente a manutenção de sua dignidade, a preservação do pouco de respeito próprio que lhes resta.

Algumas têm o sentimento de estar em ruptura com as normas de seu grupo de pertencimento (o meio familiar) ou ainda de se vincular a valores que elas próprias consideram superficiais, os da sociedade de consumo. O sentimento de não assumir suas responsabilidades em relação aos filhos é particularmente forte. Além das dificuldades materiais e da impressão de ser incapazes de garantir a eles uma infância confortável, algumas mulheres perderam a confiança em sua própria aptidão de ser mães. As relações familiares, que se supõe *a priori* que sejam mais do domínio do afetivo que da técnica, não escapam da disjunção entre ambiente e *mundo vivido* descrita acima. Aids, drogas, suicídio de adolescentes, violência escolar são males com os quais as mães são as primeiras a se chocar, ao mesmo tempo em que se sentem completamente despreparadas para isso. Paradoxalmente, a avalanche de programas de televisão e de trabalhos especializados sobre esses assuntos particulares e sobre a família em geral mais preocupam que tranquilizam. Apesar de destinadas ao grande público, a maior parte das informações veiculadas pela mídia ainda permanece inacessível. As instruções transmitidas às vezes suscitam mais questões do que as que resolvem. Desconcertadas pelo jargão dos especialistas — uma linguagem especializada na qual elas não se reconhecem —, muitas são as mães de família que se culpam. “Hoje em dia é preciso estudar para ser mãe?”, nos perguntava uma delas. Esse sentimento de culpa é particularmente constante nas mães de famílias monoparentais. Atingidas na parte mais profunda de suas identidades de mães, o que elas têm de mais caro, freqüentemente sua última razão de ser, elas sofrem de uma sensação de impotência, em alguns casos dramática. Como uma mãe de cinco filhos, beneficiária da renda mínima de inserção, que comprara havia pouco tempo, a crédito, um atlas médico familiar de um vendedor em domicílio. Repentinamente tomada por um sentimento de culpa, ela se deixou tentar — embora não compreendesse nem a

metade do conteúdo, nos disse ela — e chegou a se perguntar se, afinal de contas, ela era uma “boa mãe”.

Não apenas esse sentimento de vergonha e de culpa é difícil de ser vivido, mas ele tende também a inibir as capacidades cognitivas das mulheres, no sentido de que impede toda projeção no futuro, às vezes toda tomada de decisão, provocando então atitudes contraditórias. Uma boa quantidade de mulheres reconhece precisamente isso. Elas são incapazes de tomar a menor iniciativa, presas ao cotidiano, angustiadas pela incerteza permanente e pelo medo da sanção: a do banqueiro, a do oficial de justiça, a da família, até mesmo a do cônjuge, se ele foi embora, e a mais implícita, mas não menos ameaçadora, dos filhos, quando elas não conseguem responder às suas exigências materiais. A ausência de projeção no futuro — quando o futuro se mostra muito incerto e triste, que projeção pode haver? — torna ainda mais complicada a capacidade de estabelecer um orçamento, uma poupança e, portanto, o controle das contas. A ausência de confiança em si torna difíceis as negociações com as administrações públicas (fazer valer seus direitos, pedir reescalamentos de dívidas junto aos credores). Ela torna as mulheres ainda mais vulneráveis às solicitações do consumo. Desse modo, algumas delas ficam aterrorizadas com as vendas em domicílio, pois elas não “ousam” recusar-se a comprar. Estabelece-se então um círculo vicioso: perder o controle das contas aumenta a vergonha e a ausência de confiança em si mesma, o que inibe ainda mais a capacidade de tomar decisões e, portanto, o controle das contas etc.

As mulheres consideram ilegítimo seu estatuto de assistidas, e esse sentimento pode ser o ponto de partida de toda uma série de efeitos cumulativos: a perda de confiança em si, a vergonha em relação ao olhar dos outros (não mais ousar perguntar as horas na rua), a vergonha de ir procurar os serviços sociais (ir embora quando há muita gente), a vergonha de ir ao banco (mandar a sogra consultar a sua conta, comprar um *minitel*¹⁰ para poder ficar em casa e evitar assim encontrar-se com os funcionários

10. O minitel é um sistema de videotexto em rede, que funciona na França e transmite informações por meio de terminais instalados em residências. Consiste num monitor com teclado pelo qual se pode acessar diferentes serviços: bancos, meteorologia, trânsito etc. (NdE)

do banco). Restringir-se já é um meio de legitimar em parte esse dinheiro que elas têm dificuldades de aceitar. Honrar suas dívidas é uma das últimas coisas que lhes restam para preservar sua dignidade.

Quando os auxílios são recebidos, pagar as contas é prioritário; constata-se frequentemente que é para as mais desfavorecidas que o pagamento de dívidas se torna uma questão de honra. Quando as mulheres não sabem que podem parcelar ou ainda reescalonar suas contas, as conseqüências sobre o orçamento cotidiano podem ser catastróficas. Foi-lhes impossível poupar e os montantes “comem” a quase totalidade da renda mensal. Isso, aliás, às vezes se torna o início de uma tentativa de fuga com a abertura de um crédito, frequentemente mal experimentado, já que essa prática entra em contradição com seu sistema de valores. A cada dia, cada refeição é uma provação suplementar. Todo supérfluo é condenado e o objetivo principal é não “entrar no vermelho” no final do mês. Diversas estratégias são adotadas para incitar a não gastar e para equilibrar as contas. O dinheiro em espécie é geralmente o único instrumento de pagamento permitido por elas a si mesmas. A redução, ao mínimo, das saídas permite também não sofrer tentações. Desse modo, algumas mulheres fazem quase todas as compras no início do mês e quase não voltam mais ao supermercado. Talvez aqui estejam os comportamentos contraditórios mais evidentes. Por exemplo, assumir uma dívida em uma sociedade de crédito com o fim de cobrir uma conta bancária negativa: as mulheres que fazem isso experimentam uma preocupação não dissimulada em relação ao endividamento, mas se encontram encurraladas, sem outra escolha possível; o “medo” do funcionário do banco acentua esse tipo de contradição. Algumas delas não têm mais forças para enfrentar o mundo externo, para fazer compras, e especialmente para ficar frente a frente com o funcionário de banco ao qual elas não conseguem mais expor sua situação. Quantas mulheres nos descreveram sua humilhação quando vão pedir timidamente o estado de sua conta e o caixa do banco lhes anuncia que a conta está descoberta, e que é “preciso resolver isso”. Uma delas nos dizia que um dia em que o banco estava cheio ela tinha se sentido como uma “leprosa”. Um conselho um pouco fora de lugar (“preste atenção

então”), uma observação pouco amável (“mas o que é que você tanto compra?”), um simples olhar, inquisidor ou misericordioso, tornam ainda mais pesada uma vivência já difícil de suportar¹¹.

A confrontação de diferentes formas de culpabilidade é uma fonte de mal-estar, ou de discórdia, suplementar: em um certo sentido, recusar-se a consumir seria um meio para atenuar a própria culpa; mas consumir é ao mesmo tempo um meio de se “redimir” com os filhos. Por não poder lhes oferecer um futuro apropriado, muitas mulheres tendem a ceder a todos os seus pedidos. Uma delas nos dizia que o supermercado tinha se tornado “o único lugar em que ela existe com seus filhos”.

A VERGONHA DA ASSISTÊNCIA. ILUSTRAÇÕES

“O que é problemático nos serviços públicos é a pessoa que está à nossa frente. Eles nos atendem com arrogância, é preciso sempre voltar lá, nunca temos todos os papéis, demora uma eternidade. Voltamos para lá e ainda falta algum papel. Geralmente eles não ajudam, eles não são prestativos. Também na prefeitura, a cada vez é: ‘Passe aqui de novo quando houver menos gente’, até mesmo para uma pequena informação, em todos os serviços é a mesma coisa, é a lentidão da burocracia. Na CAF [*Caisse d’Allocations familiales*], me dizem: ‘Você não está contente com a quantia que lhe é dada’. Eles julgam, mas não têm de fazer julgamentos, o dinheiro não sai do bolso deles. Eles têm a minha ficha, falam alto, todas as pessoas ouvem. ‘Você está em uma casa de acolhimento, e qual é o endereço, e por que você está lá’, é incômodo dar explicações sobre a minha situação, já é incômodo dizer que se está em uma casa de acolhimento, e enquanto eles não tiverem vivido isso eles não poderão entender essa situação”. Por causa disso, quando Naïma vê que há filas, ela vai embora. Ela prefere ficar no alojamento em vez de ter de repetir e de ouvir ela está em uma casa de acolhimento; ela imagina as reações das outras pessoas, não suporta o julgamento delas. Então ela volta algumas horas depois; quando se cansa de voltar, ela manda as coisas pelo correio. É muito mais demorado, mas “eu prefiro isso em vez de ser humilhada”. Com isso, ela também se recusa a receber certos auxílios. Não aproveitar o conjunto de seus direitos permite-lhe manter uma certa dignidade. Assim, talvez tivesse direito a um auxílio específico para as férias de seus filhos, mas isso ela não quer: “Não me sinto à vontade de ser paga na CAF, viver à custa do Estado, mesmo que eu tenha contribuído; isso me incomoda, não é o meu dinheiro” (N., 28 anos, divorciada, 3 filhos, beneficiária da renda mínima de inserção [RMI], vive em uma casa de acolhimento, curso técnico incompleto).

11. Chegamos aqui à constatação do *Secours Catholique* (GUÉNEAU, 2000), assim como as de uma pesquisa realizada pelo CREDOC junto a pessoas com problemas de crédito bancário (LE QUÉAU e SALON, 2000).

Fousia sobretudo não quer “pedir esmola”, nem à sua família nem aos serviços sociais. Quando ela não tem mais nada, prefere vender objetos; às vezes pequenos acessórios bastam, por exemplo, um vestido ou um livro, mas ela já foi obrigada a se desfazer de alguns de seus móveis (F., 30 anos, casada, 3 filhos, beneficiária da RMI, titular de um Certificado de Aptidão Profissional [CAP] de costura).

Chantal não quer mais ouvir falar de seu banco. Ela se recusa a ir até lá, ao mesmo tempo em que fica preocupada o tempo todo com a sua conta negativa, que ela observa dia a dia a partir de seu minitel. Ela gasta muito na conta telefônica, portanto. Além disso, faz um grande esforço para controlar seus gastos; mas o minitel a poupa da vergonha de ir até o banco¹² (Ch., 57 anos, divorciada, beneficiária da RMI, CAP de costura).

Monique e seu marido estão atualmente sobreendividados; eles contraíram dívidas em 7 sociedades de crédito, que somam 84.000 FF (12.824 euros), em uma época em que ambos ganhavam salário; ela teve de parar de trabalhar logo após um acidente de trabalho; atualmente, ela é beneficiária de um auxílio-doença de 3.000 FF mensais (460 euros) e espera um acordo de aposentadoria por invalidez; seu marido mudou de emprego; a renda familiar passou de 16.000 FF para 9.500 FF mensais (de 2.440 para 1.450 euros); eles são incapazes, portanto, de pagar a totalidade das prestações de suas dívidas. Ela sabia que “era perigo-so”, mas “precisava de dinheiro”; eles nunca foram falar com seu gerente, pois “não tinham mais coragem” desde que ele tinha tirado deles o talão de cheques (M., 38 anos, casada, desempregada, marido assalariado, um filho, titular de um CAP de contabilidade).

A reivindicação: uma forma de tomar a palavra?

Uma terceira forma de reação observada consiste em recusar a realidade e em adotar um comportamento de reivindicação, o que Albert Hirschman qualificaria de *tomada de palavra* (HIRSCHMAN, 1995). Preocupado em reconciliar a economia e a política, Hirschman se perguntou sobre as diferentes opções oferecidas a um agente insatisfeito, fosse ele um consumidor (insatisfeito com um produto) ou um cidadão (insatisfeito com uma decisão política). Segundo esse autor, há duas opções possíveis. Ora a pessoa, decepcionada com sua escolha, não a repete e substitui por novos bens os que foram consumidos antes: a decepção provoca a *defecção*. Ora a pessoa decide se manifestar para expressar seu descontentamento: a decepção provoca a *tomada de palavra*. Diante de um problema de

12. M. Salmona (1999), durante pesquisas feitas no Nord-Pas-de-Calais, também encontrou esse tipo de comportamento.

dissonância cognitiva, Hirschman sugere que a tomada de palavra é uma opção possível (ibid., p. 148).

Nas situações estudadas aqui excluamos logo de início a eventualidade da defecção. As mulheres não têm a menor possibilidade de se dirigir a outro lugar, elas são “cativas” (ibid., p. 113). Em que medida tomar a palavra é algo concebível? Hirschman salienta que a tomada de palavra admite graus muito variáveis, desde o “resmungo quase imperceptível até a recriminação violenta” (ibid., p. 33). A “elasticidade qualitativa da tomada de palavra”, em outras palavras, a propensão a tomar a palavra, é subordinada ao fato de que as pessoas tenham a possibilidade e a vontade de fazer ouvir a sua voz, particularmente junto a órgãos de expressão que possam transmitir a mensagem eficientemente e a baixo custo (ibid., p. 89). Sabe-se que é precisamente a ausência ou, ao menos, a insuficiência de ações coletivas e organizadas que condena os pobres à impotência e à incapacidade de reivindicar seus direitos. Hirschman também enfatiza que a tomada de palavra é apanágio dos meios favorecidos, o que só faz aumentar a separação entre os meios sociais. Nos pobres, a tomada de palavra, quando existe, é sobretudo individual. Para algumas pessoas, isso se traduzirá em um comportamento agressivo, provocador, brutal de tempos em tempos. Esse é especialmente o caso quando elas se encontram com os assistentes sociais e os funcionários dos bancos, com os quais cada encontro é a ocasião para lembrar e atualizar as dificuldades orçamentárias. Para outras, a tomada de palavra consistirá em contornar o sistema, em desviar-se dele, em utilizá-lo ao seu modo. Recusar-se a contar, ir de encontro às recomendações dos assistentes sociais, rejeitar seus conselhos de gestão racional e parcimoniosa são comportamentos que podem ser interpretados desse modo. A ausência de gestão, a fuga no consumo, até mesmo o endividamento traduzem uma espécie de reivindicação contra uma sociedade julgada responsável por todos os males que se sofre. Algumas mulheres se recusam deliberadamente a manter uma contabilidade, como se se tratasse de uma espécie de “vingança”: não temos dinheiro, então não fazemos as contas, e passaremos a contar quando tivermos o suficiente.

Outros trabalhos evidenciaram uma “recusa manifesta de renunciar ao consumo” (SCHWARTZ, 1990, p. 119), mesmo que isso não seja verbalizado

explicitamente. O consumo é considerado uma “legítima desforra contra frustrações ou pressões aceitas” (ibid.). Em face de uma restrição permanente, o único remédio consiste em “fazer com o dinheiro o que der na telha, gastá-lo em um gesto de poder e de liberdade” (PÉTONNET, 1985, p. 179). Cada entrada de dinheiro excepcional (período de trabalho temporário, trabalho informal, pensão do marido quando ela é irregular) permite gastos festivos, e os períodos de privação contínuos acabam provocando uma exclusão violenta. Consumir a qualquer custo torna-se uma urgência, uma reparação por frustrações acumuladas. Diante da rejeição do fracasso e da “queda” na escala social, o consumo permite vincular-se, ao menos simbolicamente, ao grupo original de pertencimento (VALLAT, 1999).

A REIVINDICAÇÃO. ILUSTRAÇÕES

Nicole, regularmente endividada, justifica seu relaxamento orçamentário do seguinte modo: “O que temos é para vegetar, para sobreviver. Com mais dinheiro eu prestaria mais atenção”. Se, por exemplo, ela tivesse meios para pagar um automóvel, seria levada a gerenciar melhor: “É preciso planejar as despesas, saber quanto se gasta a cada mês, prever o orçamento para o carro” (N., 36 anos, solteira, beneficiária da RMI).

Monique, atualmente sobreendividada no Banque de France, acumula seis cartões de crédito e julga que está em uma situação complicada demais para poder gerenciar melhor: “Minha situação já não é das melhores, eu tenho, como dizer, tenho dívidas demais [...] Tudo está baseado na minha bagunça no Banque de France [...] Como você quer que eu gerencie isso? Eu não tenho nada [...] ele [seu orçamento] não se mexe para mim devido aos créditos que tenho de pagar [...] [eu] pego a RMI no dia 6 de cada mês. Uma parte é descontada diretamente em minha conta, 300 francos da minha RMI. Quando Martine [sua filha] não estava grávida, eu tinha 1.200 francos de RMI. Agora tenho menos. Dos 3.000 francos [sua renda total mensal], 1.200 francos para pagamento de dívidas todo mês. O que dá um total de 1.500 francos por mês para o pagamento de dívidas. Sobram 1.500 para pagar as contas. Nada a ser mudado na administração da conta, pois não há nada para ser administrado” (M., 50 anos, casada, 5 filhos, dos quais ela ainda sustenta 3, beneficiária do fundo de solidariedade, sem formação).

Citemos também o exemplo de Sophie, que se recusa a privar-se sob o pretexto de que sua renda é limitada: “Aprender a administrar um orçamento me dá vontade de rir; de qualquer modo não temos dinheiro. Ser sério e tudo isso... devemos nos privar dos prazeres para pagar as contas...? No bairro há pessoas que devem quantias enormes, outras pagam a conta de água mas deixam de comprar comida, privam as crianças, você acha isso normal? [...] Quando se dá às pessoas a possibilidade de comprar o que querem sem fazê-las tocar no dinheiro, sem fazê-las sentir o que isso representa... assim que se dá o primeiro passo, parece um jogo de

criança, me espanta que as pessoas renovem a operação [ela fala “das pessoas”, mas ela é a primeira a fazer isso]. Eu não vejo por que com 2.000 francos por mês não se deveria ir ao restaurante de vez em quando e até mesmo convidar os amigos para comer” (S., casada, 30 e poucos anos, 4 filhos em casa, diploma de ensino médio, marido desempregado).

O contexto descrito aqui é radicalmente diferente do que foi exposto no capítulo anterior, que abordou o percurso das comerciantes senegalesas. A existência de um Estado de direito e os direitos sociais a ele vinculados, o primado atribuído ao indivíduo e à liberdade pessoal, a complexidade do ambiente institucional são também elementos distintivos. No entanto, embora não haja sanções materiais que garantam o respeito às normas e às obrigações, o peso destas últimas não é menor. A despeito das múltiplas diferenças, muitas conclusões acabam sendo as mesmas: as mulheres estão divididas permanentemente entre a perseguição de seu próprio projeto e a preocupação com outrem, entre a busca de um bem-estar de curto prazo e uma previdência de longo prazo, entre sua identidade de mães, de esposas, de solteiras, de “assistidas”, de comerciantes, de moradoras de um determinado bairro, de francesas ou de senegalesas. Para retomar os termos usados por Jon Elster, elas estão sujeitas ora a uma “fraqueza” da vontade, quando tendem a uma satisfação efêmera, ora a “excessos” de vontade, quando sacrificam seu próprio bem-estar em favor do de seu círculo próximo ou simplesmente para provocar a aprovação de outrem. Comportamentos aparentemente contraditórios e incoerentes só fazem dar expressão a conflitos e arbitragens entre aspirações plurais e divergentes.

“Não pedir nada a ninguém”, “se virar”, “parar de reclamar”, “parar de choramingar”, “parar de pedir esmolas”: tanto no Sul como no Norte as expressões se equivalem. Embora todas elas aspirem profundamente à autonomia, esta, no entanto, tem sentido apenas quando é reconhecida e aprovada por outrem. A reconstituição das trajetórias pessoais salienta a delicada conciliação entre autonomia e pertencimento, conciliação que é não apenas incômoda mas também tem de ser permanentemente confirmada e reconstruída.

Por fim, em ambos os casos, assiste-se a um déficit de liberdade real que provém seja de uma insuficiência de direitos, como vimos com as

senegalesas, seja de um problema de conversão de direitos formais em direitos reais. Esse é particularmente o caso dessas mulheres do norte da França: as diferenças de aptidão para fazer essa conversão às vezes se originam de dificuldades cognitivas — acesso à informação e tratamento dessa informação — e da maneira pela qual as mulheres interpretam seus direitos. Algumas mulheres consideram ilegítimos esses direitos, vivem com muito sofrimento sua situação de assistidas e têm um sentimento de culpa às vezes muito pesado. Outras mulheres, pelo contrário, consideram esses direitos algo que lhes é devido; talvez elas vivam com menos sofrimento sua situação de assistidas, mas ainda assim sofrem de um sentimento de iniquidade que é igualmente pesado carregar. Nos dois casos, assiste-se a uma separação entre direitos e obrigações que impede as mulheres de aproveitar plenamente seus direitos.

Ao fim desses dois estudos de caso, duas questões se apresentam: Como favorecer a conversão de direitos formais em direitos reais? Como conciliar a promoção da autonomia com o respeito aos pertencimentos? A última parte de nosso trabalho propõe dar ao menos alguns esclarecimentos sobre essas duas questões.

III

**Um exemplo de economia solidária:
os espaços de mediação**

Introdução

Diante dos múltiplos desafios com os quais se chocam, as mulheres se auto-organizam. Primeiras afetadas pela terciarização das economias e pelas novas necessidades que isso suscita (alimentação, creches, cuidar dos idosos), as mulheres freqüentemente estão na base do desenvolvimento de serviços de proximidade. Diretamente afetadas pelo desemprego e pelo subemprego, elas também estão no âmago de iniciativas de desenvolvimento local ou comunitário, observadas na Europa, na América do Norte e também em vários países do Sul. Tanto em um caso como no outro, essas experiências freqüentemente se apresentam como espaços intermediários entre a vida privada-doméstica e a vida pública. Nós nos debruçaremos sobre essa dimensão de agora em diante. A partir de dois exemplos, um na região Nord-Pas-de-Calais na França, e o outro na região de Thiès, no Senegal, pretendemos mostrar como esse tipo de experiência é um meio não de resolver todas as dificuldades, mas ao menos de vencer algumas delas. Ao participar desses espaços, as mulheres adquirem respeito por si mesmas e constroem sua autonomia pessoal a partir da definição de um projeto de vida. Elas se desvinculam de pertencimentos familiares ou comunitários às vezes opressores. Por fim,

elas ganham consciência de seus direitos e conseguem fazê-los valer graças ao aprendizado ou ao reaprendizado das relações de cooperação e de solidariedade, e graças a uma participação na sociedade civil até então inacessível.

Uma interpretação em termos de justiça de proximidade e de mediação

Interpretar essas experiências em termos de *justiça de proximidade* e de *mediação* permite ao mesmo tempo medir o alcance dessas experiências e interrogar-se sobre sua legitimidade. Elas desempenham um papel de justiça de proximidade porque atenuam as insuficiências de uma justiça centralizada, padronizada e assexuada. Devido ao seu conhecimento profundo das realidades locais, devido às relações de confiança e de proximidade que elas têm com os habitantes, que são antes de tudo seus vizinhos, as mulheres estão, no final das contas, mais bem localizadas para identificar os problemas mais gritantes, localizar famílias às vezes desconhecidas dos serviços públicos locais. Falar a mesma língua, compartilhar as mesmas preocupações e intervir em um tempo não-oficial fazem delas interlocutoras privilegiadas. Localizar as dificuldades permite-lhes mobilizar-se para aliviar as desigualdades constatadas nos diversos domínios: segurança alimentar, educação, saúde, justiça, moradia ou ainda acesso ao crédito. Quando os direitos existem, elas facilitam sua aplicação difundindo a informação e desempenhando o papel de intermediárias entre as populações e os representantes institucionais. Quando os direitos são insuficientes, elas os completam oferecendo certos bens ou serviços (cursos de alfabetização, apoio escolar, tradução, consulta jurídica, consulta médica, empréstimos de curtíssimo prazo para o consumo cotidiano, medicamentos, garantias para a moradia etc.). Por fim, quando os direitos são inexistentes, elas militam em favor de uma evolução da legislação e da regulamentação — a ação em termos de justiça de proximidade se transformando então, com maior ou menor sucesso, em processo de mudança institucional.

Essa justiça de proximidade só se torna legítima, contudo, sob várias condições, que nos propomos a estudar com o auxílio do conceito de *me-*

diacção. Este é definido não de modo estático, reduzindo a mediação a uma simples função de arbitragem e de intermediação, mas de modo dinâmico, concebendo-a como uma *dialética*: ela relaciona dois elementos, e dessa mediação resulta “a geração recíproca de três termos implicados em um processo de criação contínuo” (BRIANT e PALAU, 1999, p. 42). No caso aqui estudado, a mediação remete a uma dupla dialética: uma mediação entre os pólos do individual e do coletivo capaz de garantir o vínculo entre as particularidades pessoais e o pertencimento a um coletivo; uma mediação entre os pólos do coletivo e do geral, entre o grupo e a sociedade em seu conjunto. Essa mediação é indispensável para evitar dois riscos: o da colusão e do fechamento em relação ao exterior, com espaços exclusivos e fechados em si mesmos; o da recuperação e da instrumentalização por parte do meio exterior, quando então os grupos não passam de “marionetes” da administração pública ou até mesmo — pior ainda — de um subterfúgio para o puro e simples abandono da ação pública. Em nenhum caso se trata de encorajar o agrupamento de mulheres pobres e de incitá-las a cuidar de si mesmas. Alegar o dinamismo da ação coletiva feminina com o objetivo de delegar-lhe certas missões de interesse geral é algo muito sedutor, tanto para os Estados como para os organismos internacionais. E em um contexto generalizado de penúria de financiamentos públicos, esse risco é patente, se não já em fase de concretização em alguns domínios (EME, 2001; LATOUCHE, 2001). Se a prudência, então, é recomendável, apoiar esse tipo de ação é ao mesmo tempo algo primordial se se deseja chegar à elaboração de escolhas coletivas que não sejam ditatoriais e respeitem as preferências pessoais. Como suporte para a expressão e para a reivindicação das necessidades das mulheres, esse tipo de ação coletiva pode permitir que a justiça social seja não apenas exercida, mas também construída em uma perspectiva mais democrática e mais igualitária.

Espaços de mediação feminina na França

Fiel a uma tradição republicana universalista, o Estado francês sempre desconfiou de uma reconstituição potencial de comunidades, no sentido de qualquer grupo intermediário entre o Estado e os cidadãos tomados individualmente, percebido como suscetível de ameaçar sua própria legitimidade. A vida pública, portanto, reconhece apenas indivíduos desprovidos de seu pertencimento sexual, religioso ou étnico. Cabe à esfera privada cultivar essa diversidade; cabe a cada pessoa desenvolver em sua esfera íntima e doméstica o que ela considera ser sua própria concepção do bem. Com o fim de respeitar a individualidade de cada pessoa, a esfera pública deve ser neutra, e é em nome da preservação e da proteção da autonomia individual que foi postulada a separação entre esfera privada e esfera pública. Essa separação é sobretudo um ideal normativo; diversos estudos mostram o deslize de fronteiras e a maneira pela qual as mulheres, desde sempre, tomaram o espaço público¹. Já há várias décadas, parece que esse deslizamento é sentido como uma necessidade, como demons-

1. Ver, por exemplo, M. Perrot (1991b).

tram as múltiplas iniciativas orientadas nesse sentido, observadas esporadicamente há aproximadamente vinte anos.

A emergência de espaços intermediários entre vida privada-doméstica e vida pública

Na França, vários estudos evidenciaram a emergência de espaços intermediários: eles procuram assumir os serviços da vida cotidiana (EME e LAVILLE, 1994), a resolução de problemas de moradia, particularmente sob a forma de associações de bairro (EME, 1997), a autoprodução (CÉRÉZUELLE e ROUSTANG, 1998) ou ainda a inserção profissional e o acesso ao emprego dos jovens das periferias (ROULLEAU-BERGER, 1997). Algumas dessas experiências são especificamente femininas. Em face da penúria de infra-estruturas de cuidados às pessoas dependentes (crianças e idosos), as mulheres criam creches parentais (LAVILLE, 1992). No meio rural, as mulheres de agricultores se reúnem para lutar contra o isolamento e obter um *status*, diversificar as atividades agrícolas familiares ou desenvolver novas, particularmente no domínio dos serviços de proximidade e do agroturismo, participando assim da preservação e da valorização de seu território (SEMBLAT, 1998). Nas periferias, as mulheres, freqüentemente de origem estrangeira, decidem empreender coletivamente, por exemplo criando restaurantes de bairro. Diante de um mercado de emprego assalariado pouco acessível, é para elas a melhor maneira de ter uma atividade remunerada, além disso compatível com as exigências familiares graças à sua flexibilidade (HERSANT, 2002). Outras iniciativas, inscritas no movimento das *Femmes-relais*², têm por objetivo simplesmente resolver problemas da vida cotidiana e melhorar as relações com as administrações públicas. Procurando diminuir o enorme abismo que separa certas categorias da população de seu ambiente institucional, elas facilitam

2. *Femmes-relais* é uma associação de mulheres estrangeiras, nascidas na França, que freqüentaram a escola e dominam a língua francesa além da sua língua de origem e que ajudam os imigrantes a superar obstáculos e desempenham um papel de mediação entre as pessoas em dificuldades e as diferentes estruturas administrativas, institucionais, profissionais etc. (NdE)

tam o acesso à informação e ajudam os moradores a tomar consciência de seus direitos e a fazê-los valer, isso tanto no domínio escolar como no da saúde ou no da justiça. Posicionando-se como intermediárias entre pais de alunos e meios escolares, elas facilitam um diálogo frequentemente difícil. Reavivando a função de escrivão público, elas assumem tarefas de tradução, de interpretação, de auxílio à redação de correspondência e de formulários administrativos. Às vezes elas promovem arrecadações locais destinadas a auxiliar famílias que precisam enfrentar despesas imprevistas.

Todas essas iniciativas têm como ponto comum responder a necessidades não-cobertas, criando espaços intermediários entre o privado-doméstico e a vida pública. Para as mais desfavorecidas, é um meio de ter acesso aos direitos fundamentais; para outras, de conciliar a vida familiar e a vida profissional e, portanto, de concretizar o direito ao emprego. É nesse sentido que esses espaços podem ser definidos *a priori* em termos de *justiça de proximidade*. Resta saber como se exerce concretamente essa forma de justiça e sobretudo como ela é vivida pelas mulheres. Nós nos baseamos aqui na análise de uma dessas experiências, a das escolas de consumidores, presente na região Nord-Pas-de-Calais. Descreveremos agora seu funcionamento.

A associação propõe às populações um local de informação, de formação e de expressão em torno de problemas da vida cotidiana. Nascida no final dos anos 1980 na periferia de Lille, por iniciativa de algumas mulheres preocupadas com os problemas de sobreendividamento das famílias, essa experiência rapidamente foi assumida e sustentada pelas coletividades locais. Há hoje 25 escolas, com cada uma delas agrupando entre 8 e 30 pessoas, principalmente mulheres (90%), com idade média de 35 a 50 anos. Mais de dois terços delas vivem unicamente de auxílios sociais. Elas se encontram uma vez por semana em torno de um tema preciso que elas próprias escolheram; trata-se tanto de questionamentos muito concretos (o funcionamento de uma conta bancária, os impostos, os seguros, a moradia, a justiça familiar etc.) como de assuntos sociais, freqüentemente relacionados ao seu papel de mães (a droga, a prostituição etc.). Uma animadora é encarregada de enquadrar e guiar as discussões e as atividades, e de estabelecer a relação com o ambiente exterior. Para cada tema, as mulheres começam com a exposição de seu conheci-

mento sobre o assunto, com base em experiências pessoais. Para as questões não resolvidas, chama-se um especialista para uma intervenção. Às vezes o grupo se desloca (visita ao conselho geral, a um supermercado, a um banco etc.). As mulheres debatem e refletem várias semanas sobre cada tema até que tenham a sensação de dominá-lo. Isso leva à elaboração coletiva de um instrumento de comunicação destinado a ser divulgado em um lugar público, por exemplo um estabelecimento escolar, uma biblioteca, um centro social.

A análise da vivência das mulheres que participam dessa experiência evidencia um processo inegável de autonomização, baseado em várias dinâmicas estreitamente complementares que a grade de leitura em termos de mediação, proposta na introdução, torna mais perceptíveis³. Uma primeira forma de mediação se dá entre as mulheres, tomadas isoladamente e reconhecidas em sua individualidade, e o coletivo que elas constituem. Essa mediação permite a elaboração de uma certa concepção do “bem”, compreendido aqui como conjunto de valores e de ideais, assim como de uma forma de desapego em relação às normas do meio de pertencimento, às vezes opressoras. Esse vínculo entre o individual e o coletivo se desenvolve por meio de relações de reciprocidade e de cooperação; o reaprendizado da reciprocidade facilita a aquisição de um senso de justiça e a conscientização, para alguns, de seus direitos, e para outros, de seus deveres. Uma segunda forma de mediação se dá entre as mulheres e seu ambiente institucional. As “escolas” garantem de algum modo um papel de “tradução” de uma linguagem e de lógicas administrativas e institucionais freqüentemente incompreensíveis, que elas também contribuem para transformar com o fim de torná-las mais acessíveis.

Ganhar novamente confiança em si e adquirir uma capacidade de julgamento prático

O que é legítimo, e o que não é? Esse questionamento e a maneira pela qual cada um responde a ele determinam fortemente a vivência da assistência

3. Aqui nos baseamos em dois tipos de pesquisa: uma série de pesquisas quantitativas, realizadas anualmente com o conjunto das beneficiárias, e pesquisas qualitativas, do tipo *relatos de vida*, feitas com aproximadamente trinta mulheres em julho de 1998.

— o problema central, como vimos há pouco, sendo a separação entre o cotidiano das mulheres (viver da assistência) e seu ideal de vida. O que constatamos aqui? Por meio da participação em atividades e discussões coletivas, as mulheres descobrem um novo sentido para o “bem”, doravante compatível com sua vida de todos os dias. Vejamos alguns exemplos: a preocupação com a sobrevivência cotidiana não é incompatível com a idéia de prazer; o nível material de vida não é a única fonte de felicidade; vestir os filhos seguindo a última moda não é necessariamente o critério de uma educação bem-sucedida; não garantir o melhor conforto material aos próprios filhos não necessariamente condena a ser uma “má mãe”; ser mãe de família, esposa ou assalariada não são os únicos fatores de reconhecimento social; solicitar o auxílio de outrem ou dos serviços sociais não é necessariamente sinônimo de decadência social.

A participação no grupo é determinante nesse processo de hierarquização das necessidades e dos valores. Se as mulheres conseguem se identificar com um novo sentido do bem, é porque este é socialmente reconhecido, mesmo que apenas no grupo restrito das “escolas”. Algumas mulheres se conscientizam de que o seu caso está longe de ser o único — criar sozinha os filhos, deixar a casa familiar muito cedo, cortar os laços com a própria família ou, pelo contrário, viver ainda “à custa dos pais”. As mães de famílias monoparentais percebem que as dificuldades que elas encontram com seus filhos também são compartilhadas por mães de família que vivem casadas.

Segundo os temas abordados e a memória que cada grupo constitui ao longo das sessões, destaca-se um determinado aspecto: ora é a rejeição da sociedade de consumo, ora são a qualidade da vida familiar e a autonomia em relação ao cônjuge, ou então a organização de festas e de eventos locais, ou ainda a mobilização em favor de um direito à moradia. Não se trata aqui de julgar esses valores: o que importa, em nossa opinião, é que cada pessoa possa fazer corresponder seu projeto com um sistema de valores que ela terá tornado seu. Qualquer que seja ele, o efeito é fundamental, pois há uma diminuição da distância entre a sua vida cotidiana e a vida que ela imagina ser digna de ser vivida.

O que importa igualmente é que as mulheres tenham a sensação de controlar ainda mais suas escolhas. “Ter coragem para se expressar”, “ter

pensamentos próprios”, “ser capaz de dizer não”, “não estar sempre de acordo”, “dar a própria opinião”: muitas delas reconhecem ter conseguido um distanciamento em relação às exigências de seus filhos, de seus cônjuges, às vezes de sua família ampliada. Se o recuo é possível, é porque elas sentem que têm direito a ele; é também porque dispõem de uma alternativa: o pertencimento ao grupo. Não mais ceder ao menor capricho dos filhos não põe em xeque a sua identidade de mães, elas sabem ter outras coisas para oferecer-lhes. Não mais se dobrar às exigências do cônjuge é algo possível: o conhecimento adquirido lhes permite elaborar seu próprio ponto de vista. Por fim, não mais se sentir obrigada a comparecer às reuniões semanais “em família” também é algo concebível. Para algumas delas, essas visitas eram um verdadeiro calvário, pois acabavam tendo de ouvir as críticas familiares.

As mulheres insistem também em sua capacidade de ação. Seus discursos são fortemente marcados pelos verbos de ação com forma pronominal: “adaptar-se”, “encarregar-se”, “virar-se”, “organizar-se”, “assumir-se”, “sair-se bem do problema”, “bastar-se”, “situar-se”, “afirmar-se”. As mulheres salientam a importância de “si mesmas” em seus comportamentos: “fazer por si mesma”, “decidir por si mesma”, “agir por si mesma”, “saber por si mesma”, “encontrar soluções por si mesma”, “pensar por si mesma”, “organizar-se por si mesma”. Elas admitem ao mesmo tempo que não poderiam ter chegado a isso sem a confiança obtida no grupo e sem a bagagem de conhecimentos transmitida por ele.

A adoção de valores que as mulheres são capazes de colocar em prática permite que elas elaborem projetos. Inicialmente, esses projetos são coletivos. Cada tema abordado origina produções comuns destinadas a ser divulgadas em um local público do bairro (por exemplo, uma exposição sobre o meio ambiente ou a alimentação, um guia sobre os meios de pagamento ou as sociedades mutualistas de saúde). As mulheres apreciam muito esse aspecto da dinâmica coletiva: elas se sentem capazes de “fazer algo” e de “tomar iniciativas”, o que as impele a construir seus próprios projetos. Estes podem parecer irrisórios (cozinhar, colocar papel de parede na cozinha, perder alguns quilos, tirar férias); eles o são muito menos quando se leva em consideração a sua situação inicial. Algumas mulheres haviam per-

dido toda noção de sua aparência e só se vestiam para fazer as compras. Em algumas famílias, mais nenhuma refeição era servida com todos à mesa, por falta de espaços adequados, por falta de momentos da vida compartilhados, por falta também de coragem para preparar uma refeição. Os projetos ganham muito mais significação quando se leva em conta os valores que os sustentam: oferecer aos filhos não apenas coisas materiais mas também, e sobretudo, um ambiente familiar por meio de um conforto interior (cozinha com papel de parede novo) e por meio de refeições das quais todos participam; permitir-se ter momentos de relaxamento e aceitar que as férias não sejam um bem reservado aos “ricos”; manifestar o desejo de cuidar da própria aparência e, portanto, da própria dignidade.

A elaboração de projetos coletivos, quaisquer que sejam, e a interiorização de normas comuns se dão por meio da linguagem. Esse é o mecanismo descrito por George Mead, retomado por Jürgen Habermas (1987) no conceito de “ação comunicativa”: o sujeito só tem acesso a si mesmo por intermédio da comunicação. A socialização, a integração em um grupo e a constituição da personalidade se dão por meio da linguagem e da narrativa. Cada um constrói para si um mundo interior graças ao mecanismo de ajustamento às disposições de outrem; ora, tal mecanismo passa pela linguagem. A experiência pessoal de realização de si é condicionada pela possibilidade de fornecer uma representação narrativa de sua própria vida. “Discutir”, “falar”, “contar”, “expressar-se”, “conversar” ou ainda “falar de si mesmo”, “confiar-se aos outros”: muitas são as mulheres que reencontraram o gosto pela palavra e pelo debate, e que apreciam o fato de “se” contar. Até então, a vergonha impedia qualquer confiança, pois ouvir a própria história teria apenas aumentado ainda mais o desprezo por si mesma. Aqui o clima de confiança e de reciprocidade desfaz as apreensões. As primeiras vezes em que se toma a palavra frequentemente se dão com hesitação. Passados as balbuciações e gaguejos iniciais, dar-se conta de que outros enfrentam as mesmas dificuldades, “estão no mesmo barco”, facilita a exteriorização. Contrariamente às cenas da vida cotidiana, nenhuma justificação é necessária. Como sugere Habermas,

a prática da narrativa não serve apenas às necessidades de intercompreensão dos membros que têm de coordenar seu trabalho em conjunto;

ela tem também uma função de compreensão de si para pessoas que têm de objetivar seu pertencimento ao mundo da vida de que elas fazem parte, em sua qualidade atual de participantes. Particularmente, elas não podem forjar uma identidade pessoal senão sob a condição de reconhecer que a sucessão de suas próprias ações constitui uma história vivida suscetível de ser narrada (HABERMAS, 1987, p. 150).

Fazer valer seus direitos

“Fazer valer seus direitos”, “ter coragem de perguntar”, mas também “compreender seus próprios deveres”: os relatos das mulheres atestam uma real melhora do sentimento de justiça e de suas relações institucionais. Esse processo nasce, ao que tudo indica, do acúmulo de três elementos que se completam e reforçam-se mutuamente: encontrar novamente o sentido da reciprocidade, compreender as regras do jogo social e o funcionamento das instituições, e ajudar-se mutuamente socializando certas dificuldades.

A reaprendizagem da reciprocidade

Ainda que freqüentemente esteja presente de modo implícito, a noção de reciprocidade está no âmago dos testemunhos das mulheres. As motivações iniciais são plurais. Para muitas delas, é sobretudo um desejo de socialização (sair de casa, encontrar outras pessoas, até mesmo pessoas que têm os mesmos problemas que elas). Para outras, é um desejo de conhecimento, especialmente de seus direitos. Para outras ainda, é um processo que elas consideram puramente “altruísta” (“ajudar os outros”). Para outras, por fim, a idéia inicial é antes imprecisa (“ter outras ocupações”, “fazer algo”) ou então imposta (atividade associativa prevista no contrato da RMI). Qualquer que seja sua primeira motivação, as mulheres são todas tocadas por uma coisa que elas não esperavam: ter “dado” e ter “recebido”. Para algumas delas, é como se a perda de referenciais tivesse tido como efeito a negação da própria noção de reciprocidade. Elas não se sentiam mais capazes de dar: elas não tinham nada, o que poderiam oferecer? Elas tampouco

se sentiam capazes de receber: tomar sem poder devolver teria sido um ataque a mais à sua própria dignidade. Algumas mulheres tinham chegado a não aceitar mais nada de seus vizinhos, nem mesmo de seus próprios filhos: alimentação, conselhos, até mesmo uma simples palavra. Por meio da reaprendizagem da reciprocidade, essas mesmas mulheres reconhecem que é possível receber e, portanto, pedir sem perder o seu orgulho⁴. O essencial da reciprocidade se desenvolve por meio das trocas verbais: simplesmente ser capaz de participar de um debate, de dar a própria opinião e, em troca, receber conselhos. Às vezes a dinâmica recíproca vai além dos encontros no quadro das escolas; assiste-se, em alguns bairros, à emergência de verdadeiras redes de auxílio mútuo.

Familiarizar-se com o ambiente institucional

Tomar consciência dos próprios direitos também é compreender as regras do jogo. Em face da disjunção entre os “mundos vividos” das mulheres e seu ambiente institucional (serviços públicos, administrações públicas, instituições financeiras), “traduzir” a informação e familiarizar as mulheres com esse ambiente mostrou ser algo fundamental. A personalização da relação com as instituições é um primeiro fator de aproximação. Para cada tema abordado, intervém um profissional encarregado de responder às perguntas preparadas pelas pessoas. Dar conselhos técnicos, empregar uma linguagem adequada, simplificada e acessível, responder às perguntas e demonstrar disponibilidade: essas são atitudes que quebram as defesas. Por

4. A reaprendizagem da reciprocidade (tanto o fato de dar como o de receber) como elemento central de um processo de ganho de confiança em si para pessoas marginalizadas foi evidenciada em sistemas de troca local, durante pesquisas realizadas em 1997 com os membros de um dos primeiros SEL rurais, o SEL de Garrigue em Viols-le-Fort, no Hérrault (GUÉRIN, 1997). Os resultados dessas pesquisas foram retomados em J.-M. Servet et al. (1999). Citemos também a experiência, em Montreal, de dispositivos de crédito especificamente femininos. Para mulheres que perderam toda a sua auto-estima, o acesso ao crédito de aproximadamente 100 euros é visto como um meio de que reencontrem uma certa confiança em si mesmas, de fazer projetos. O ganho de confiança provém tanto da confiança que é depositada ao permitir um crédito como de uma conscientização de sua própria capacidade por meio do uso e da gestão do crédito.

exemplo, o representante da companhia de distribuição de água foi explicar o conteúdo das contas, as técnicas que permitem obter tarifas reduzidas, os procedimentos em caso de dificuldades de pagamento, os recursos possíveis em caso de erro de leitura do consumo. Um funcionário de banco foi descrever o funcionamento geral da instituição e detalhar, por exemplo, a situação de impedimento bancário ou ainda o sistema das contas negativas com suas conseqüências: o custo e as eventuais penalidades que muitas pessoas ignoram; ele explicou os procedimentos a ser seguidos em caso de perda ou de roubo de cartão magnético ou de talão de cheques. As pessoas prepararam perguntas; o diálogo se estabeleceu. O debate é muito mais fácil nessa situação.

As relações entre usuários e serviços públicos, entre clientes e funcionários do banco são relações de troca e de poder. Para retomar os termos de Albert Hirschman (1995), a possibilidade de *defecção* constitui uma variável central da natureza da relação. É claro que a relação de dependência não desapareceu, e a *tomada de palavra* ainda é difícil. Entretanto, a instauração de uma maior transparência e a construção de relações de proximidade, ao diminuir a margem de incerteza que até então produzia uma verdadeira sensação de sujeição, permitem agora uma relação mais equilibrada. As mulheres aprendem a negociar, a defender seu ponto de vista, a enfrentar lógicas e um vocabulário que até ontem lhes eram estranhos. Elas também aprendem a ajustar seu discurso ao de seu interlocutor. Depois disso, elas aproveitam essa aptidão para o diálogo e para a contestação para melhorar a gestão de suas contas, obter reescalamentos e descontos.

O déficit de sentimento de justiça, como vimos anteriormente, se manifesta de duas maneiras⁵. Algumas mulheres (a assistência “vergonhosa”) se concentram nas obrigações e têm dificuldades em aceitar seus direitos, enquanto outras consideram que o auxílio é algo que lhes é devido e reivindicam ainda mais direitos (a assistência “de reivindicação”). Em ambos os casos, a reaprendizagem da reciprocidade e uma melhor compreensão do ambiente favorecem um certo reequilíbrio. As primeiras passam a “ousar”

5. Ver o capítulo 4.

mais. As segundas compreendem por que alguns auxílios são recusados; nem por isso elas deixam de procurar obter satisfação: pelo contrário, estabelecer relações menos conflituosas com o pessoal dos serviços sociais permite-lhes utilizar melhor o “sistema”. Até então, elas tinham a tendência a ficar confusas com as explicações do empregado que estava diante delas, a ficar nervosas — às vezes violentamente — ou a acreditar que tinham sido deixadas por conta própria. A incompreensão mútua era uma fonte de mal-entendidos e de frustrações. Assim que elas passam a compreender o funcionamento da administração pública — ou ao menos a divisão das responsabilidades —, é mais fácil para elas, por um lado, não se concentrar em seu interlocutor, por outro não se sentir vítimas, ao mesmo tempo em que passam a conseguir fazer valer os seus direitos.

As mulheres também têm a sensação de contornar melhor certas pressões. Fazer composições com os serviços sociais exige sobretudo conhecimentos empíricos. Trata-se de dar bons passos, de bater na porta certa, mas também de utilizar “boas definições” (MESSU, 1987). Ora, esses espaços de encontro e debate são um local de aprendizagem privilegiado desse saber empírico. Por meio da troca de experiências, as mulheres conseguem compreender melhor a lógica do sistema e passam umas para as outras o “caminho das pedras”. O conhecimento relacional necessário para “agradar” as assistentes sociais também se aprende em grupo. Ser paciente, não as irritar, dar a desculpa de que as crianças estão doentes se, apressadas, elas lhe propuserem uma nova reunião, fazer a apresentação dos diferentes problemas progressivamente, reconhecer o papel central dos trabalhadores sociais, justificar tudo a partir de uma preocupação com a economia e com o bem-estar das crianças, sobretudo não perder a calma, não insultar, convencer-se de que isso não serve para nada mesmo que haja realmente má vontade por parte do interlocutor: esses são alguns “jeitinhos” trocados e debatidos.

A autogestão coletiva dos problemas particulares

Emerge localmente um espaço no qual são resolvidos os assuntos da vida corrente. Saldo negativo, situação de sobreendividamento, retenção do

talão de cheques, problema de contas a pagar, intimação de oficial de justiça, ameaça de expulsão, violência escolar, violência intrafamiliar: todos os problemas encontrados cotidianamente pelas mulheres são debatidos e analisados coletivamente. Qual é a saída possível, a quem dirigir-se e, sobretudo, quais são os direitos de cada pessoa e como fazê-los valer? Que argumentos utilizar para que o senso de justiça não seja violado? Como se expressar para ser levado em consideração e entendido? Em certas situações, uma ação coletiva é considerada (por exemplo, para problemas nos alojamentos); em outras circunstâncias o grupo aconselha o recurso a um mediador (por exemplo, para um problema de violência conjugal) ou a uma outra pessoa especializada no respeito dos direitos individuais. Estabelece-se assim um espaço de debate no qual são examinados, explicados e argumentados os direitos das pessoas⁶.

Não se trata, no entanto, de *espaços públicos*, no sentido habitualmente entendido, que segue os trabalhos de Hannah Arendt e Jürgen Habermas. No ideal habermasiano, recordemos⁷, o espaço público é um lugar no qual reina a “razão” e no qual as pessoas abandonam seus interesses privados para se dedicar ao bem comum. Ora, aqui as mulheres vêm precisamente com o objetivo de expor seus problemas pessoais e na esperança de solucioná-los. Em compensação, encontra-se também a idéia de Habermas segundo a qual a comunicação e o diálogo facilitam o ganho de autonomia, tanto em relação aos pertencimentos como em relação às regras públicas.

Que legitimidade?

Cada escola tem sua história, seu percurso. Sobretudo, ela existe somente por meio daquilo que seus membros fazem dela. O processo observado não é nada além do produto de uma apropriação por parte dos diferentes atores que são partes interessadas: as animadoras, o público beneficiário e, por fim, os financiadores do dispositivo.

6. Encontramos aqui um funcionamento similar ao das associações de bairro analisadas por B. Eme (1997).

7. Esse ponto já foi desenvolvido no capítulo 2.

Individualizar sem moralizar

A maior parte dessas experiências se baseia no papel preponderante de algumas mulheres encarregadas de incentivar as reuniões coletivas; algumas são militantes voluntárias, outras fazem isso no quadro de sua função de serviço social. Sua presença é decisiva. Mas ela carrega em si as armadilhas inerentes a toda relação de proximidade. Se emitir um julgamento “situado” permite apreciar corretamente as dificuldades de cada pessoa (SALAIS, 1998), é tentador para aquele que emite o julgamento responsabilizar ou questionar a pessoa referida⁸. Do mesmo modo, toda transferência de conhecimento dificilmente é neutra e isenta de julgamento de valor: entre transmitir informações destinadas a melhorar a aptidão das mulheres para controlar seu ambiente e infantilizá-las sob o pretexto de que seus conhecimentos são errôneos ou medíocres — retirando-lhes assim os únicos conhecimentos práticos que elas possuem —, a margem é muito estreita. Entre acompanhar as mulheres na gestão de seu orçamento e incitá-las a gastar menos, às vezes até mesmo a se contentar em satisfazer apenas suas necessidades primárias, o limite também é rapidamente ultrapassado. Não se estaria longe então das tentativas de moralização e de previdência destinadas aos pobres dos séculos passados — dos quais, aliás, principalmente as mulheres cuidavam. Citemos ainda as palavras de animadores de ATD Quarto-Mundo⁹ e também de animadoras, entre as quais algumas agem em grupos de mulheres. De acordo com a maneira pela qual esse acompanhamento é exercido, todos vêem nele “a melhor ou a pior das coisas” (ATD QUART-MONDE, 1990, p. 63). Indispensável para “sair do círculo vicioso da miséria”, para auxiliar os mais desfavorecidos a ganhar novamente a confiança em si mesmos e fazer valer seus direitos, o acompanhamento pode rapidamente se transformar em “controle social” (ibid.).

8. A ambivalência do julgamento “situado” foi evidenciada para certos direitos sociais que respondem a um procedimento individual — é o caso na França da renda mínima de inserção (LE CLAINCHE e OUTIN, 1999) —, assim como para o papel desempenhado pelos animadores de bairro (THÉVENOT, 1995) e pelos voluntários do meio associativo (RAVEAUD, 2000).

9. Movimento fundado pelo Pe. Joseph Wresinski, na França, que há quarenta anos vem trabalhando em dois campos: do lado dos mais pobres e junto aos que têm poder de decisão. (NdE)

Suscitar dinâmicas coletivas femininas sem produzir um gueto

O percurso realizado pelas mulheres demonstra uma caminhada rumo à autonomia: capacidade de governar a si mesmas, capacidade de escolher entre diversos valores e correntes de opiniões. Entretanto, a adoção de valores e de fins que orientam suas ações não é apenas fruto de uma escolha deliberada e abstrata — é a possibilidade de se beneficiar da adesão de outrem que permite a sua emergência. Embora as mulheres insistam em sua capacidade de “ser por si mesmas” e de “fazer por si mesmas”, essa capacidade é indissociável de uma aptidão para pôr em jogo suas diferenças e suas semelhanças.

Para que o grupo se torne um lugar de comunicação e de aprendizagem da reciprocidade, para que o grupo preencha um papel de mediação entre a especificidade de cada uma e ao mesmo tempo garanta uma certa coesão, uma relação de confiança mútua é necessária. A diversidade dos membros ocupa um lugar decisivo na criação de um clima propício à troca. Muitos relativizam seus problemas. Algumas mulheres têm a sensação de sair de seu meio de origem e se tornam então menos “complexadas” em relação aos meios sociais que elas tendiam a julgar “superiores”. Inversamente, um grupo homogêneo demais não leva à comunicação e à exteriorização. As mulheres têm a sensação de ver seus próprios problemas se multiplicarem e de ser “aprisionadas” entre “pobres”. O compartilhamento de sofrimentos se transforma em um estatuto coletivo estigmatizante que bloqueia qualquer esperança de dinâmica comum. As mulheres se sentem “puxadas para baixo”; como consequência disso, elas adotam uma atitude de distanciamento em relação às outras, com as quais elas não querem se identificar, ou então até mesmo manifestam uma verdadeira vontade de se diferenciar¹⁰.

10. A importância da mistura social para os dispositivos coletivos de luta contra a exclusão foi amplamente enfatizada. Citemos, por exemplo, os trabalhos de L. Fréchette sobre as cozinhas coletivas quebequenses (FRÉCHETTE, 2000), M. Boulianne sobre os parques comunitários peruanos e quebequenses (BOULIANNE, 1999) ou ainda os de D. Bondu a respeito dos projetos de mediação social com jovens (BONDU, 2000). Os trabalhos de L. Roulleau-Berger (1997) sobre as iniciativas coletivas de jovens da periferia salientaram bem os riscos de guetização: essas iniciativas podem tanto facilitar a integração profissional como acelerar

Mesmo quando um clima de confiança emerge, ele é frágil. Ele é regularmente posto em xeque por decepções e rancores, quando um projeto não funciona ou quando as mulheres esperam demais dele. Ele também é ameaçado por rivalidades, desacordos, às vezes por conflitos de diversas origens. Particularmente, a heterogeneidade das formas e dos graus de engajamento é uma fonte de tensão permanente; enquanto algumas mulheres militam com força e determinação, outras se limitam a um engajamento mínimo, distanciado e freqüentemente descontínuo, ou ainda “perolado”, para retomar a expressão de Laurence Roulleau-Berger (1997).

Abordemos agora a espinhosa questão do caráter quase exclusivamente feminino do dispositivo. Não é o melhor meio de reforçar as responsabilidades femininas em termos de orçamento familiar e mais amplamente em termos de obrigações familiares, pois a questão dos filhos é, ela também, muito evocada? Correndo o risco de decepcionar o leitor, consideramos que não há uma justificação única e definitiva. Em certas circunstâncias, a especificidade feminina se justifica na medida em que ela responde a uma demanda. Algumas mulheres reencontraram sua auto-estima precisamente porque organizaram grupos de mulheres. Elas não hesitam em reconhecer isso: desse modo elas podem se expressar livremente sobre sua vida afetiva e familiar, sobre o peso das obrigações materiais, sobre o controle do estresse etc.¹¹.

Não se trata aqui de enunciar direitos coletivos e pleitear um direito especificamente coletivo, ainda menos um direito para as mulheres pobres de fazer cursos de economia doméstica. Limitar-se a grupos locais de reflexão e de troca femininos não faria senão isolá-los em suas particu-

um processo de desfiliação social que conduz ao isolamento ou à entrada num mundo paralelo, particularmente quando o saber — individual e coletivo — construído por meio desses espaços não é reconhecido socialmente.

11. A mesma constatação foi feita no que diz respeito aos dispositivos de acompanhamento à criação de empresas especificamente femininas que podem ser encontrados tanto na Europa como na América do Norte. O estabelecimento de redes e as trocas entre mulheres empresárias aparecem como um ponto-chave: debater o *business plan*, obter informações sobre clientes ou fornecedores potenciais, mas também compartilhar problemas comuns referentes a quem cuida das crianças, sobre a articulação entre vida familiar e vida profissional, sobre a gestão do tempo etc. (GUÉRIN, 2002).

laridades. Para que o procedimento fosse plausível, seria preciso que esses grupos fossem também uma abertura e um trampolim para a sociedade civil, um meio para expressar publicamente as suas dificuldades. Além de ações pontuais que permitem aliviar o peso das obrigações às quais as mulheres se sentem vinculadas, o que se pode esperar em termos de mudança institucional? A exemplo do movimento da economia solidária em seu conjunto, a questão-chave é a seguinte: trata-se apenas de espaços comuns de gestão ou pode-se ver neles verdadeiros modos de interpelação das políticas públicas (FRAISSE, 2002)?

Encontrar parceiros sem se deixar instrumentalizar

Toda ação coletiva é não apenas limitada por seu ambiente, mas frequentemente levada a delegar uma parte de seu modo de funcionamento a entidades externas. A questão é saber até que ponto as trajetórias coletivas correspondem realmente a lógicas internas (isto é, aos interesses e às expectativas dos membros) e em que medida são determinadas por lógicas externas. Aqui, neste caso, a exemplo de toda ação associativa, as relações com as autoridades públicas, principais financiadores, se baseiam em um equilíbrio sempre instável: como chegar à institucionalização sem sofrer uma instrumentalização? Cada escola funciona em parceria com múltiplas organizações públicas e parapúblicas, cujo objetivo é melhorar os serviços oferecidos aos públicos desfavorecidos e coordená-los melhor. Cada parceiro procura impor seus próprios objetivos. Quando é a caixa de auxílios familiares, a atenção se concentra nas famílias com crianças e nas mães de família monoparental; limitar o sobreendividamento e a dependência em relação aos serviços sociais é o principal objetivo. Quando se trata de uma municipalidade no quadro dos contratos da cidade, acentua-se a dinâmica do bairro e do agrupamento associativo. Quando é o conselho geral que financia, maximizar o número de beneficiários da RMI faz parte da lista de objetivos, o que obriga as animadoras de tempos em tempos a orientar o “recrutamento” e a fazer a sondagem inicial. Essa rigidez tende a limitar a flexibilidade e

a espontaneidade do dispositivo. Ela também vai de encontro a um fator decisivo na dinâmica coletiva: a heterogeneidade do público.

Inversamente, a ação das mulheres questiona as práticas e as disfunções das instituições. Aqui, os eleitos locais passam a reconhecer que as mulheres imigrantes não têm apenas necessidade de alfabetização, mas também um real potencial empresarial. Os responsáveis pelas caixas de auxílios familiares tomaram consciência de que era inútil lutar contra o sobreendividamento por meio de cursos de economia doméstica, e de que era mais produtivo ajudar as famílias a (re)construir para si mesmas um projeto de vida. Ali, os representantes da política do município não olham mais as mães de família monoparental como “mães que falharam”; eles aprenderam a medir as pressões que elas tinham de enfrentar e a avaliar seu potencial de resistência e de dinamismo. Em outro lugar ainda, as mulheres são solicitadas pelo pessoal administrativo para ajudar a renovar e a adaptar as relações estabelecidas com o público. Por exemplo em Saint-Denis, as mulheres da associação das *femmes-relais* de Clichy-sous-Bois intervieram na formação do pessoal da prefeitura para o pré-acolhimento dos solicitantes de visto permanente. Em Marselha, as mulheres da associação Les Amies de l’Espoir participam da formação dos policiais para a prevenção da toxicomania. Em um nível local, observa-se pois que a ação dos grupos de mulheres não deixa de ter efeitos sobre a ação pública.

Que papel social?

Assim que se passa da escala local, a aptidão das mulheres para entrar no debate público e para avaliar os modos de regulação é algo mais delicado. Seria preciso que as próprias mulheres, além do desejo de se reunir para responder a necessidades concretas e práticas, tivessem a vontade de promover uma mudança tanto institucional como organizacional e de questionar a divisão dos papéis e dos poderes. Ora, esse nem sempre é o caso¹².

12. Essa também é a constatação de E. Buccolo a respeito dos grupos de mulheres de Palermo na Sicília: localmente, esses grupos representam verdadeiros lugares de expressão das necessidades, mas raramente se transformam em instâncias de reivindicação (BUCCOLO, 2002).

Um papel social balbuciante e frágil

Algumas experiências, na França e em outros países, mostram que a ação local, no entanto, quando se estrutura em rede e é representada em um nível regional ou nacional, é totalmente capaz de provocar mudanças institucionais. No Québec, as ações comunitárias conduzidas por grupos de mulheres (particularmente nos domínios da saúde, dos cuidados dispensados às pessoas dependentes e da segurança alimentar) originaram, na primavera de 1995, a Marcha das Mulheres Contra a Pobreza. Sua primeira reivindicação dizia respeito ao aumento das infra-estruturas sociais. Não apenas ela foi ouvida, mas também logo após essa marcha o governo quebequense se comprometeu oficialmente a apoiar a economia solidária (mais comumente qualificada no Québec de “nova economia social”). A iniciativa quebequense logo se ampliou, dando nascimento a um movimento mundial de defesa dos direitos das mulheres (a Marcha Mundial das Mulheres).

Na Itália, há grupos de mulheres que estão na origem do vasto movimento de harmonização dos tempos da cidade. As mulheres começaram a responder ao problema das desigualdades sexuais em relação ao tempo criando “bancos de tempo” (BELLONI et al., 1998). Após um primeiro reconhecimento oficial em 1990 na lei sobre a autonomia local, essa questão foi realmente institucionalizada em 2000 em um artigo de lei intitulado “Ritmo das cidades”¹³. Essa lei obriga os municípios com mais de 30 mil habitantes a adotar um plano local de coordenação das diferentes formas de tempo. Observemos, por fim, que o “modelo” italiano se difundiu atualmente para a maior parte dos países europeus, dando nascimento a múltiplas experiências.

Na França, a mobilização das *Femmes-relais* ao longo dos anos 1990, em conjunto com a associação Profession Banlieue [Suburbano] e com o Instituto Regional de Trabalho Social de Paris, acabou por dar nascimento ao programa governamental dos *adultes-relais*. Esse programa, que reconhece o trabalho de mediação feito pelas mulheres e por outros mediadores de

13. O artigo VII da lei nº 13, de 8 de março de 2000, obriga os municípios italianos que tenham mais de 30.000 habitantes a estabelecer um plano local de coordenação dos tempos; propõe financiar uma parte desse plano; incita os municípios a criar bancos de tempo; por fim, prevê uma avaliação anual dos resultados.

bairro — tanto em termos de melhoria da qualidade dos serviços públicos como de coesão social local —, visa a sua profissionalização. Adotado em dezembro de 1999 pelo Comitê Interministerial das Cidades e operacional desde o final de 2000, o programa prevê o recrutamento de 10.000 *adultes-relais* durante três anos, assim como o estabelecimento de planos de formação adequados. Em janeiro de 2002, 1.418 postos haviam sido criados, dos quais 70% eram ocupados por mulheres¹⁴.

Quaisquer que sejam os casos evocados, e a exemplo de todo movimento social, o equilíbrio com os poderes instituídos sempre é precário e constantemente colocado à prova. No Québec, os movimentos feministas estão muito atentos a esse risco de desvio e já têm a sensação de ter progressivamente perdido a liderança sobre o movimento da nova economia social (DUVAL e SABOURIN, 1998, p. 19). Também se cita o risco de uma ruptura entre as “especialistas” e a “base” (ibid., p. 20). Na Itália, aproximadamente 75% dos bancos de tempo que existem hoje foram impulsionados pelas autoridades públicas locais. Algumas pessoas vêem nisso um fator de rigidez incompatível com a construção de relações de confiança e de proximidade, que garantiriam a eficiência do dispositivo; no entanto, sem o auxílio público, o movimento jamais poderia ter atingido essa amplitude (MORALEVA, 2002). Na França, o processo em cursos de profissionalização das *femmes-relais* também suscita polêmicas: com isso elas não perderão uma parte de sua função contestatória e cívica? Seria preciso, para isso, recusar-se a reconhecer seu estatuto por inteiro e aceitar a precariedade de suas condições (MADELIN, 2000)? Essa questão se junta ao dilema permanente ao qual os mediadores sociais estão expostos: deve-se profissionalizar os mediadores ou, pelo contrário, privilegiar a capacidade de criar um espaço de debate em vez da detenção de um saber especializado (BASTARD, 2001)?

14. As condições de implementação desse plano foram fixadas em uma circular do dia 26 de abril de 2000. O Estado paga 80% do valor do salário (pelo menos igual ao salário mínimo). A contratação não pode ser inferior a meio período e deve se inscrever em um projeto de mediação que participa da melhora da vida do bairro e de seus habitantes, em uma zona urbana sensível (ZUS) ou em outro local prioritário dos contratos municipais. Observamos também a existência de uma reforma iniciada em 2001 com o objetivo de inscrever as missões de mediação no quadro de certos empregos da função pública.

A menor parceria implica debate, negociação, até mesmo enfrentamento entre linguagens que podem ser incompatíveis, limitações, temporalidades e objetivos freqüentemente divergentes, às vezes contraditórios e, portanto, conflituosos. A saída dessa deliberação é necessariamente um “compromisso negociado” que freqüentemente pressupõe que as diferentes partes envolvidas renunciem a algumas de suas prioridades (ELSTER, 1992). Aqui também a questão é saber até que ponto. Para os interessados no projeto, toda a dificuldade consiste em fazer entender reivindicações sem que elas sejam desviadas de seu objetivo inicial, até mesmo completamente desvirtuadas e instrumentalizadas em proveito de novos objetivos.

A história dos restaurantes de bairro ilustra os perigos de recaída que estão à espreita de toda experiência inovadora. Consideradas inicialmente com desconfiança pelos trabalhadores sociais, nem um pouco convencidos do potencial empresarial das mulheres imigradas, essas iniciativas atualmente estão muito presentes na mídia, apresentadas como o símbolo da vitalidade e da força criativa de mulheres que, no entanto, acumulam limitações. A tal ponto que a concorrência às vezes é forte entre essas mulheres, desejosas de empreender mas necessitadas de conselhos e de meios, e os trabalhadores sociais, cada vez mais incitados a estimular o espírito de empreendimento do público que está sob a sua responsabilidade. Eles têm dificuldade de acompanhá-lo sem tomar o seu lugar, embora os restaurantes de bairro continuem tendo as mesmas dificuldades para ser implementados (HERSANT, 2002). Pode-se esperar que a rede Re-ativas, criada em 1998 e operacional desde o início de 2002, chegará a ter influência sobre as políticas públicas em favor de um maior reconhecimento dessa forma de empreender e das condições de sua perenidade. A rede das Atrizes Sociais dos Territórios Europeus Rurais (ASTER) procura realizar o mesmo tipo de projeto. Ela agrupa empresas individuais e coletivas criadas principalmente por mulheres no domínio dos serviços de proximidade, e seu objetivo é explicitamente político: constituir-se como força coletiva para evitar toda forma de recaída e dotar as mulheres com as competências necessárias para a reivindicação junto às autoridades públicas nacionais, mas também européias. Suas integrantes definem essa rede como um laboratório de experimentação, de formação e

de exercício da política (SEMBLAT, 1998). A evolução dos serviços de proximidade durante as últimas décadas na França é ainda mais sintomática dos desvios da instrumentalização: o seu próprio objetivo é que foi desvirtuado, enquanto na verdade é de importância decisiva o que está em jogo nas desigualdades de sexo no mercado de emprego.

O que está em jogo atualmente: um acesso ao emprego que não seja uma fonte de desigualdades suplementares

A divisão do trabalho e o desenvolvimento dos serviços de proximidade estão no cerne das políticas de emprego das últimas décadas na França. Ora, essas duas medidas podem tanto exacerbar as desigualdades entre os sexos como oferecer a possibilidade de atenuá-las. Pensar seu desenvolvimento em termos de economia solidária é precisamente um meio de escolher a segunda opção. Esse ponto já foi exposto, particularmente por Jean-Louis Laville (1999); nós nos contentaremos aqui em resumir seus principais argumentos.

A divisão do trabalho. Até agora, a divisão do trabalho foi impulsionada sobretudo pela retração do emprego à custa de certas categorias sociais, por meio da inatividade e do desenvolvimento do trabalho em tempo parcial. Por exemplo, nestes últimos anos na França as pessoas com mais de 50 anos e as mulheres (com a extensão do auxílio parental de educação para as mães de dois filhos) foram estimuladas a se retirar do mercado (CONSEIL D'ANALYSE ÉCONOMIQUE, 2000)¹⁵. Ora, todos os dados convergem para este ponto: o trabalho em tempo parcial — que é majoritariamente o caso na França — e as licenças parentais de longa duração penalizam a carreira das mulheres, ao mesmo tempo em que reforçam a divisão sexual das tarefas, o que explica, aliás, que apenas as mais desfavorecidas recorram a esse tipo de trabalho (SILVERA, 2002).

15. Observa-se um crescimento significativo do trabalho em tempo parcial na França durante os últimos dez anos. A França está agora na média europeia, com uma proporção de 15% dos economicamente ativos ocupados trabalhando menos de 30 horas por semana; em compensação, a singularidade do caso francês pode ser medida pela grande proporção de trabalho em tempo parcial realizado especialmente pelas mulheres: em 1995, essa taxa era de 40%, contra 10%, por exemplo, dos Países Baixos (COMISSARIAT GÉNÉRAL DU PLAN, 2001, p. 33).

No que diz respeito à redução do tempo de trabalho, observa-se que na França a lei das 35 horas já se traduziu em um aumento das desigualdades entre sexos, entre categorias socioprofissionais e entre gerações. As conclusões do primeiro balanço estabelecido em 2001, quatro anos após a implementação da lei, não apresentam ambigüidades (BRUNHES et al., 2001; COMMISSARIAT GÉNÉRAL DU PLAN, 2001). O tempo liberado só melhora as condições de vida quando os assalariados realmente têm liberdade para empregar como quiserem os diferentes tempos da vida e de descanso. Para algumas pessoas, especialmente os quadros superiores do sexo masculino, a redução do tempo de trabalho prefigura uma sociedade do tempo livre na medida em que a escolha dos períodos de férias lhes pertence e em que eles têm meios para consagrá-los realmente ao lazer. Ocorre algo totalmente diferente quando a articulação dos diferentes tempos sociais não é controlada. As mulheres não-qualificadas são as que ficam com a pior parte. Por um lado, suas condições de trabalho tendem a se degradar; essa degradação afeta em primeiro lugar os assalariados, homens ou mulheres, cujos níveis de qualificação e de autonomia no trabalho são menores; para eles, as exigências de ganhos de produtividade se traduzem em uma intensificação do trabalho¹⁶. Por outro lado, o aumento dos horários atípicos e pouco previsíveis (horários deslocados, trabalho à noite ou durante o fim de semana) limita a participação nos lazeres coletivos ou a obtenção de verdadeiros períodos de férias e acentuam as dificuldades de articulação dos diferentes tempos sociais (tempo da escola, tempo do trabalho, tempo dos serviços administrativos, tempo de abertura das lojas). Por fim, no que diz respeito ao impacto da redução do tempo de trabalho sobre a divisão das tarefas domésticas no âmbito da família, não apenas essa divisão não muda, mas as mulheres tendem a trabalhar nelas durante a semana para liberar o fim de semana, “sob o risco de torna-las invisíveis e de reforçar assim a divisão sexual das tarefas domésticas” (COMMISSARIAT GÉNÉRAL DU PLAN, 2001, p. 223). De cada quatro mulheres qualificadas, três citam uma

16. Das mulheres não-qualificadas, 35% consideram ter sofrido uma degradação de suas condições de trabalho (COMMISSARIAT GÉNÉRAL DU PLAN, 2001, p. 361).

melhora de sua vida cotidiana; esse é o caso de apenas 40% das empregadas e das operárias não-qualificadas (ibid., p. 214).

Esse primeiro balanço confirma as preocupações de Daniel Mothé (1997) referentes à dimensão essencialmente desigual da redução do tempo de trabalho entre classes sociais e as de Dominique Méda (1999) referentes às desigualdades entre os sexos. Não é a divisão do trabalho que está em causa e sim a maneira de dividir. Pensar a divisão sem discriminar ainda mais pressupõe a ampliação da questão, associando a ela a questão do acesso ao tempo e a do acesso às atividades fora do trabalho. Várias pistas podem permitir avançar nesse caminho: redistribuir simultaneamente o tempo de trabalho e os tempos familiares, assim como o conjunto dos tempos sociais, encorajando a pluriatividade ao longo da vida; facilitar a articulação e o controle das temporalidades cotidianas por meio de medidas territoriais de harmonização e de coordenação dos serviços públicos e privados; desenvolver a oferta de serviços coletivos em vez de licenças longas reservadas apenas às mulheres; e, por fim, facilitar a participação em atividades não-assalariadas, sejam elas culturais, esportivas, sociais ou políticas (LAVILLE, 1999; MÉDA, 2001; SIVERA, 2002).

Algumas dessas medidas estão sendo experimentadas. O exemplo italiano dos “tempos da cidade” criou concorrentes, como observamos há pouco. Na França, várias coletividades locais se lançaram nessa via ao adotar, a justo título, uma atitude combinada e participativa¹⁷. Embora, ao que tudo indica, esteja emergindo uma conscientização¹⁸, as experiências francesas ainda são “embrionárias” (COMMISSARIAT GÉNÉRAL DU PLAN, 2001, p. 227). A lei do dia 19 de janeiro de 2000 relativa à redução negociada do tempo de trabalho (chamada de lei Aubry II) convida os municí-

17. Em junho de 2002 era o caso das municipalidades de Saint-Denis, Poitiers, Charleville-Mézières, Strasbourg, do Belfort e do conselho geral de Gironde.

18. Isso é demonstrado, por exemplo, pela conferência governamental que ocorreu em 2000, pelo relatório Hervé intitulado “Le temps des villes”, entregue ao primeiro-ministro em 2001 (Hervé, 2001), pelo programa de pesquisa da RATP ou ainda pelo apoio da DATAR [Délégation à l'aménagement du territoire et à l'action régionale] e da Délégation Interministérielle de la Ville (DIV) a diversas experiências.

pios a entrar nesse caminho, mas, contrariamente à legislação italiana, ela tem apenas uma função de sensibilização e de sugestão metodológica. Quanto às outras medidas, independentemente de considerações de ordem orçamentária, elas pressupõem antes de tudo um debate público sobre um tema que já debatemos amplamente: o fato de reconhecer que outras atividades, além do trabalho remunerado, merecem ser valorizadas socialmente e que, inversamente, o trabalho remunerado não é necessariamente incompatível com relações personalizadas e afetivas.

Os serviços de proximidade. Louvados por algumas pessoas, que apresentam neles uma fonte de geração de empregos, fortemente atacados por outras, que vêem neles apenas trabalhos servis e alienantes, um fator suplementar de colonização dos mundos vividos e de fragilização das solidariedades familiares, os serviços de proximidade despertam muitas polêmicas. Deve-se ver neles a emergência de “novas servidões” ou o estabelecimento de “verdadeiros empregos” (FRAISSE, 1998b)? Esses serviços cobrem em grande parte, mesmo que não se reduzam a elas, as obrigações familiares assumidas tradicionalmente pelas mulheres (tarefas domésticas, cuidar dos idosos e dependentes, cuidar das crianças, auxílio ao ensino e à educação, acompanhamento de jovens em dificuldades etc.). Há implicações importantes, como se vê, no que diz respeito às desigualdades entre os sexos. Em primeiro lugar, é um meio de facilitar o acesso das mulheres ao emprego, seja como assalariadas, seja como usuárias desses serviços. Em segundo lugar, é a ocasião para revalorizar as atividades do cuidar de outrem; ora, essa revalorização, como já vimos, ao que parece é o único meio de se chegar a uma divisão intrafamiliar mais igualitária.

O surgimento de uma certa forma de neodomesticidade não deve ser excluído. Sabe-se, por exemplo, que na França as condições de trabalho no setor do auxílio em domicílio e das empregadas(os) domésticas(os) são particularmente difíceis (MINISTÈRE DE L'EMPLOI ET DE LA SOLIDARITÉ, 1999, p. 162 ss.). Frequentemente são empregos mal remunerados, pouco qualificados e pouco valorizados. Além de condições físicas frequentemente difíceis (ter de levantar e deslocar várias vezes por dia uma pessoa inválida), os assalariados são expostos a dois riscos permanentes: o do isolamento,

pois a residência das pessoas auxiliadas freqüentemente é o único local de trabalho; o do encerramento, devido às relações às vezes difíceis com as pessoas idosas e com as famílias. Por fim, a despeito das diferentes medidas com vistas a solvibilizar a demanda, esse tipo de serviço ainda é um luxo reservado aos meios sociais mais favorecidos. O desenvolvimento dos serviços de proximidade se alimentaria, portanto, de uma redução das desigualdades entre os sexos e entre os meios sociais (ibid.).

Por causa disso, renunciar a eles é algo que não deve ser cogitado. Trata-se de uma questão tanto de equidade — equidade entre os sexos e entre as gerações — como de eficiência coletiva. A quantidade crescente de famílias monoparentais, a importância cada vez maior do emprego assalariado feminino, o peso demográfico da terceira idade e, por fim, a transformação dos modos de vida são elementos que continuam a gerar novas necessidades¹⁹. Tendo-se em vista as evoluções sociodemográficas, a legitimidade desse novo setor de serviços parece ser de difícil contestação. A questão diz respeito antes aos meios que deveriam ser utilizados para acompanhar o seu desenvolvimento para que eles fossem ao mesmo tempo portadores de bem-estar individual, de igualdade entre os sexos e de desenvolvimento coletivo (LALLEMENT, 1998; LAVILLE e NYSENS, 2001).

Profissionalizar a oferta de serviços é uma primeira prioridade, para garantir tanto a qualidade do serviço prestado como a dos empregos criados. Essa profissionalização passa pela revalorização dos salários, mas também pela criação de formações adequadas e de procedimentos de certificação. Isso pressupõe que se admita que a atividade de cuidar de outrem não se limita a um saber presumidamente natural e sim que exige um saber *construído* que coloca em jogo uma multiplicidade de competências de ordem relacional, emocional e pedagógica (CODELLO, 2002). Simultaneamente, organizar os serviços de proximidade em termos de economia solidária deve permitir pensar a sua ampliação em uma perspectiva de

19. Na França, citemos, por exemplo, o sucesso da alocação personalizada de autonomia (APA), que entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 2002. Desde os primeiros meses, o afluxo de cadastramentos foi muito maior do que o esperado, evidenciando a existência de uma real demanda.

nivelamento das desigualdades, tanto entre os sexos como entre os meios sociais (LIPIETZ, 2001; NYSENS e LAVILLE, 2001). Por definição, os serviços de proximidade comportam um forte componente relacional; neles, há poucos ganhos de produtividade, o que necessariamente os torna custosos. Daí a necessidade de completar a cobrança dos serviços com um financiamento público, única maneira de garantir a universalidade de acesso. Sabe-se, além disso, que a implementação desse tipo de serviço, além das limitações de ordem orçamentária, desperta verdadeiros freios culturais. As pessoas reticentes ao emprego de uma terceira pessoa se referem a uma situação de servilismo; é um luxo ou ainda uma prática contrária aos seus princípios (MINISTÈRE DE L'EMPLOI ET DE LA SOLIDARITÉ, 1999, p. 106 ss.). Os deficientes e os idosos temem a perda de autonomia. As famílias, e mais particularmente as mulheres, experimentam um sentimento de culpabilidade ao passar para outra pessoa uma parte de seus deveres. Daí a necessidade de enquadrar esse tipo de serviço por meio de debates coletivos que permitam ajudar as pessoas, até agora condenadas a resolver seus problemas na esfera privada, a discuti-los coletivamente e a socializar as soluções. Associar as famílias à definição de um projeto de ajuda, envolvê-las na oferta de serviços com o fim de definir a complementaridade entre a família e a intervenção assalariada, conduzi-las a confrontar suas experiências e suas vivências com as de outras famílias também são meios para aliviar as tensões (BERGER e MICHEL, 1998) e de envolver os homens (CODELLO, 2002). A relação triangular entre a associação, os usuários e os assalariados “confere um papel ativo às famílias ao mesmo tempo em que facilita um certo distanciamento por meio da reflexão coletiva” (LAVILLE, 1994, p. 157). Para os assalariados, o quadro coletivo limita os riscos de isolamento e de encerramento evocados há pouco, estimula a solidariedade de equipe e os sentimentos de pertencimento a um grupo profissional e faz surgir necessidades de uma formação qualificante. Uma “co-construção da oferta e da demanda por meio dos espaços públicos de proximidade”, para retomar a expressão de Bernard Eme e Jean-Louis Laville (1994), aparece pois como um meio de garantir tanto a qualidade do serviço como a dos empregos.

Na França e na Europa, já há várias décadas, diversas experiências caminham nesse sentido, e algumas delas se constituíram em redes regionais ou nacionais. Elas mostram que os serviços de proximidade, longe de se reduzir a “pequenos bicos” desvalorizados, fontes de precariedade e de subordinação, se apresentam como locais de ação coletiva e de debate público sobre a educação, as relações pais-filhos, as aspirações sociais etc., e são assim ocasiões de encontro e de aprendizagem da democracia. No entanto, essas experiências representam ainda uma parte pequena do setor. Embora sem o apoio público não seja possível solvibilizar a demanda, garantir a universalidade de acesso e a proteção dos assalariados, a maior dificuldade consiste em negociar formas de institucionalização e de perenização compatíveis com o objetivo de aprendizagem da democracia. Na França, o setor público assumiu parte desses serviços, mas sobretudo em nome da “geração de empregos” que esse setor supostamente representaria, com o desenvolvimento de serviços em domicílio tendo rapidamente sido associado à reinserção de desempregados pouco qualificados. Por mais louvável que seja, o objetivo da luta contra o desemprego é pouco compatível com o da profissionalização do setor, e ainda menos com o da aprendizagem da democracia, justamente quando ambos condicionam a qualidade dos serviços oferecidos e a dos empregos criados (EME, 2001).

A mediação feminina no Senegal. O exemplo do microcrédito

No Senegal, assim como na maior parte dos países da África ocidental, sempre existiram espaços intermediários, com freqüência especificamente femininos. Para enfrentar suas múltiplas tarefas domésticas e agrícolas, assim como suas obrigações rituais e religiosas, as mulheres não tiveram outra escolha: elas precisaram se organizar. O movimento coletivo feminino não data de hoje. Em compensação, ele evolui em um contexto que, por sua vez, mudou. Incentivados e apoiados ao mesmo tempo pelas autoridades públicas — que não hesitam em “responsabilizar” as populações para atenuar a sua própria ineficiência —, pelos poderes políticos e religiosos constantemente em busca de clientela e, por fim, pelas políticas de fomento ao desenvolvimento dirigidas aos mais pobres — portanto, às mulheres —, os grupos femininos vivem atualmente uma realidade inédita e têm o benefício de *meios* sem precedentes.

Embora essas parcerias ofereçam às mulheres novas oportunidades, sua legitimidade, por outro lado, é questionável. A desagregação, às vezes a inexistência de Estados de direito, assim como a dimensão essencialmente hierárquica das solidariedades locais tornam esse questionamento ainda mais

inevitável. Passa-se rapidamente de ajudar as mulheres a resolver coletivamente seus problemas para responsabilizá-las ainda mais, e aumentar assim o peso de suas obrigações. Há uma margem muito estreita também entre aproveitar as solidariedades locais, único meio de resolver a questão dos custos, e reforçar o poder dos mais favorecidos e a dependência dos mais desfavorecidos; a questão torna-se ainda mais delicada porque essa hierarquia é ao mesmo tempo uma fonte de proteção. É preciso moderação sobretudo diante dos argumentos de inspiração neo-institucionalista, que vêm nos grupos de aldeões(ãs) uma ocasião inesperada para atenuar as carências do mercado, assim como as falhas dos poderes públicos. Os efeitos esperados são vários: favorecer a coordenação, diminuir o oportunismo, facilitar a reciprocidade e a confiança social, consideradas “lubrificantes” das transações políticas e econômicas, ou ainda incentivar a circulação da informação e desse modo diminuir os custos de transação.

O caso do *microcrédito*, apresentado como um instrumento de emancipação e de promoção da condição feminina, é particularmente sintomático das potencialidades e dos limites da ação coletiva feminina. Por meio da oferta de serviços financeiros de baixos montantes (ênfatisa-se a oferta de crédito¹) são visados vários objetivos: aumentar a renda das mulheres e facilitar sua independência financeira (particularmente em relação ao crédito de agiotas), estabilizar e profissionalizar sua atividade empreendedora, mas também, e talvez sobretudo, melhorar sua condição na família, aumentar sua auto-estima ou ainda favorecer sua capacidade de auto-organização e portanto de expressão e de reivindicação.

Na história do crédito aos pobres², dirigir-se às mulheres é algo inédito. Elas foram deliberadamente excluídas das primeiras experiências, quer

1. Três critérios definem o microcrédito: montantes baixos, curta duração e clientela — em primeiro lugar os excluídos dos bancos comerciais. O limite máximo geralmente é de 15.000 euros nos países do Norte, de 1.000 euros nos países do Sul, mas os montantes podem ser muito mais baixos, particularmente para as mulheres. Segundo as estatísticas do IFPRI, o montante médio é de 268 dólares e representa em média 62% do PNB por habitante (LAPENU e ZELLER, 2001). No programa feminino com o qual trabalhamos no Senegal, o montante dos empréstimos varia entre 7 e 90 euros.

2. Sobre esse ponto, ver D. Vallat (1999).

pelos bancos de desenvolvimento, quer pelo movimento cooperativo (FOURNIER e OUEDRAOGO, 1996); atualmente elas representam uma clientela privilegiada. Segundo as estatísticas do IFPRI (International Food Policy Research Institute³), que abarcam a África e a América Latina, as mulheres representam 45% da clientela (LAPENU e ZELLER, 2001). No que diz respeito à África ocidental, o último banco de dados realizado pelo BIT [Bureau International du Travail] dá resultados similares (44%), e dos 174 dispositivos inventariados, 46 (ou seja, 26%) destinam-se exclusivamente às mulheres (BIT/BCEAO [Banco Central dos Estados da África do Oeste], 1999). Reconhece-se que elas são as primeiras vítimas dos planos de ajuste estrutural. Consta-se também que elas aplicam suas rendas mais no bem-estar familiar, e deduz-se disso que é melhor financiá-las⁴. Por fim, reconhece-se que os programas mistos tendem a ser desviados e monopolizados pelos homens. Por outro lado, as mulheres tendem a acumular desvantagens quando se trata de ter acesso a um financiamento: baixa renda, insuficiência ou ausência de poupança e de garantias por ter um acesso muito limitado à propriedade, analfabetismo e limitações de disponibilidade são obstáculos mais pronunciados nas mulheres e justificam uma adaptação da oferta⁵. Esta passa pela concessão de créditos antes da poupança, por uma oferta de serviços complementares (especialmente em termos de formação ou ao menos de difusão da informação), assim como por um funcionamento suficientemente flexível e capaz de se adequar à sua disponibilidade de tempo e, enfim, por uma sensibilização dos agentes de crédito às limitações que pesam sobre as mulheres.

3. Atualmente essa base de dados é, ao que parece, a mais completa. Ela procura recensar o conjunto dos organismos de microcrédito existentes na África, na América Latina e na Ásia, mantendo como critério o de organismos que fazem empréstimos inferiores, na média, a 1.000 dólares (LAPENU e ZELLER, 2001).

4. Essa constatação foi feita notadamente na Índia, no México, na Guatemala, na República Dominicana, no Brasil, no Marrocos, no Egito, em Camarões, na Costa do Marfim, em Burkina Faso, em Gana, na Nigéria (GUÉRIN, 2000).

5. Um outro argumento consiste em dizer que as mulheres apresentam a incontestável vantagem de ser um “bom risco”, pois são boas pagadoras. Ver, por exemplo, a declaração do plano de ação da Cúpula do microcrédito.

Por fim, levar em consideração a exclusão bancária feminina é algo louvável; propor serviços financeiros específicos e adequados também o é. Essa focalização — que às vezes chega à obsessão em uma clientela feminina —, contudo, suscita várias questões. Em primeiro lugar, de que clientela feminina se trata? O que há de comum entre uma camponesa do Saara, cuja única atividade remunerada consiste em vender alguma lenha, e as *mama-benz* do Togo, as matronas de Gana ou iorubá, que são atacadistas de tecido, as negociantes de ouro *wolof*, ligadas às redes de peregrinação para Meca, ou ainda as negociantes de diamantes contrabandeados provenientes de Serra Leoa ou do Zaire? Esses poucos exemplos são uma provocação, claro. O comércio internacional continua a ser privilégio de algumas mulheres, e para a maior parte delas o horizonte de negócios continua a ser muito modesto. Ainda assim, a categoria “mulher” é muito heterogênea. Vangloriar-se por atrair uma clientela majoritariamente feminina — critério ao qual muitos dispositivos de microcrédito se limitam — não basta para demonstrar qualquer efeito em termos de luta contra a pobreza ou contra as desigualdades. Vem a seguir a espinhosa questão do impacto dessas políticas, ainda frequentemente negligenciado, quando na verdade é decisivo. De que serve incentivar a implementação de dispositivos e esforçar-se para tornar perenes os que já existem — é este ponto que cristaliza todas as energias — se nem ao menos se sabe qual é seu alcance para os beneficiários? Os efeitos observados também recomendam prudência: o microcrédito pode tanto libertar as mulheres de certos vínculos de dependência como forjar novas dependências, reforçando assim as desigualdades entre homens e mulheres e também entre as próprias mulheres.

Os efeitos contrastados do microcrédito

Começemos com uma primeira constatação: além de nossos próprios trabalhos, realizados a partir de um estudo de impacto conduzido no Senegal sobre um dispositivo estritamente feminino implementado pelo *Crédit Mutuel*, diversas pesquisas evidenciaram os efeitos positivos do microcrédito, ainda que sejam contrastados. Esse contraste diz respeito à diversidade do

contexto socioeconômico local, ao perfil dos tomadores, à oferta do crédito e, provavelmente, também aos métodos de coleta de dados. Essas diferentes constatações são compartilhadas tanto por centros de pesquisa universitários ou especializados como por organismos de pesquisa-ação especializados em microcrédito⁶.

Melhorar o cotidiano

Devido ao fato de suas taxas de rentabilidade elevadas (em média entre 50 e 100%), o microcrédito pode gerar excedentes consideráveis. Uma grande parte desses excedentes — aproximadamente 50%, em média — e, frequentemente, uma parte do próprio crédito destinam-se a gastos que melhoram sensivelmente o cotidiano, ainda que possam ser considerados “não-produtivos”. Essa constatação vem justamente mostrar as prioridades dos tomadores. Por exemplo, entre a clientela do programa feminino do *Crédit Mutuel* do Senegal, as mais pobres se preocupam mais com gastos com alimentação, roupas, saúde, escolaridade e cerimônias, enquanto as de melhor renda investem para desenvolver sua atividade, construir sua casa, mandar seus filhos ao exterior.

Há vários estudos longitudinais que mostram que os efeitos às vezes são de longo prazo. Essa constatação foi feita no domínio da segurança alimentar em Gana, no da educação em Camarões (SCHRIEDER e SHARMA, 1999), nos da saúde, do vestuário e da construção em Bangladesh (DOLIGEZ e LE BISSONNAIS, 1996) e na Guiné (DOLIGEZ, 2002). Na Nigéria, as mulheres investem prioritariamente no dote de suas filhas, o que normalmente lhes garante um casamento mais respeitável e, portanto, um melhor futuro (SCHRIEDER e SHARMA, 1999). Observa-se também que em certas circuns-

6. Ver, sobre este ponto, a resenha bibliográfica de G. Schrieder e M. Sharma (1999) e a de F. Doligez e A. Le Bissonnais (1996). Para os estudos propriamente ditos, ver por exemplo a tese de C. Lapenu, cujo resumo aparece em Lapenu (1999), e as que estão em curso de S. Djeflal, doutoranda no centro Walras, e de F. Doligez, pesquisador no IRAM, da qual há um resumo em Doligez (2002). Ver também os trabalhos do IFPRI, particularmente de M. Zeller (1998), e os de J. Morduch (1999).

tâncias os efeitos superam a escala familiar e são medidos em termos de desenvolvimento local. Na Guiné, por exemplo, 30% das rendas produzidas pelo crédito são alocadas na renovação da moradia, o que dinamiza o mercado imobiliário local (DOLIGEZ, 2002). No Senegal, o acesso ao crédito permite que as mulheres controlem melhor certos setores, evitando um ou vários intermediários, particularmente os setores do peixe e do tecido.

Limitar a dependência...

No final de um estudo relativamente exaustivo sobre treze dispositivos implantados em diferentes continentes, Paul Mosley e David Hulme (1998) chamam a atenção para a fragilidade dos tomadores mais pobres. Seus trabalhos evidenciam uma clara correlação entre o nível de renda inicial dos tomadores e o aumento de renda induzido pelo crédito: quanto mais abaixo do limiar de pobreza e quanto menor a renda induzida — quando não negativa —, mais os tomadores são forçados a se endividar para pagar o crédito logo após uma eventualidade qualquer que os conduz à descapitalização⁷. Por conseguinte, os dois pesquisadores se mostram céticos sobre uma generalização maciça desse instrumento, que não levaria em consideração a instabilidade financeira dos mais desfavorecidos. Eles se pronunciam não a favor do abandono da clientela frágil, mas antes a favor de uma adequação da oferta por meio de uma conexão sistemática dos produtos de crédito, de poupança e de seguros que permita que a clientela em questão seja menos exposta ao risco. Nossas observações no Senegal vão no mesmo sentido. As mulheres mais pobres⁸ são sub-representadas nas situações de perda, isto é, quando os lucros da atividade não bastam para pagar as dívi-

7. Os projetos estudados se encontram na Bolívia (BancoSol), na Indonésia (Unit Desa System, do Banco Rayat Indonesia, Badan Kredit Kecamatan, Kredit Usaha Rakyat Kecil), em Bangladesh (Grameen Bank, Bangladesh Rural Advancement Committee, Thana Resource Development and Employment Programme), Sri Lanka (Primary Thrift and Co-operative Society), Quênia (Kenya Rural Enterprise Programme Juhudi, Kenya Industrial Estates-Industrial Sector Programme), Índia (Regional Rural Bank), Malawi (Malawi Mudzi Fund, Smallholder Agricultural Credit Administration).

8. As que qualificamos, no capítulo 4, de “dependentes”.

das. Inversamente, para os mais favorecidos as margens de lucro são maiores. O resultado só é dramático, portanto, quando as mulheres aderem, formalmente ou não, a um sistema de seguros. Aqui, neste exemplo, nada desse tipo é previsto pelo programa, talvez erroneamente; mas as mulheres fazem um seguro mútuo em uma forma próxima da tontina.

Além disso, se se raciocina em termos de bem-estar e de sensação de independência e não estritamente em termos de rendas, o impacto é realmente significativo e torna-se totalmente convincente no caso das mais vulneráveis. Na Índia e no Sri Lanka, o SEWA Bank (o banco da Self-Employed Women's Association) permite que as mulheres mais desfavorecidas, provenientes das castas inferiores, saldem antigas dívidas, colocando assim um fim a uma relação de quase exploração (SCHRIEDER e SHARMA, 1999⁹). Para as clientes do Grameen Bank em Bangladesh, as das caixas autogestionadas dos dogons e de Kafo Jiginew no Mali ou ainda as das caixas aldeãs da planície dos *joncs* no Vietnã, o crédito permite sobretudo evitar a descapitalização ou o recurso aos agiotas (DOLIGEZ e LE BISSONNAIS, 1996). Fizemos a mesma constatação no Senegal. A sensação de autonomia resultante disso se destaca muito nos testemunhos: as mulheres se sentem “mais à vontade”, “menos presas”, “com menos obrigações”. Elas também dizem que “se viram” melhor e que têm de “mendigar” menos. Ora, uma mulher que não “mendiga” é ainda mais respeitada. É preciso pensar em termos não tanto de renda gerada quanto de economias realizadas, especialmente no meio rural. Antes do acesso ao microcrédito, ora a atividade não existia, ora era financiada a partir de um crédito muito caro ou ainda da venda de produtos agrícolas normalmente destinados ao consumo familiar, e muito freqüentemente os lucros eram dedicados em parte ao pagamento de dívidas¹⁰.

9. Diante da existência de relações desse tipo, muito difundidas em certos países e que se aparentam a uma neo-escravidão (que às vezes envolve famílias inteiras), o Bureau International du Travail lançou vários programas de microcrédito que têm como meta precisamente lutar contra essa “servidão pela dívida”, particularmente no subcontinente indiano e na Mauritânia (BALKENHOL, 2001).

10. Não retomaremos aqui os dados estatísticos (taxa de rentabilidade do crédito, margens de lucro mensais etc.). Para mais detalhes, ver Guérin (2000); para um resumo, ver Guérin (2001).

Também ocorre de certas mulheres aproveitarem o microcrédito para tentar evitar as solicitações do círculo próximo, que vimos até que ponto são múltiplas, incessantes e sobretudo ambivalentes — fontes de proteção e ao mesmo tempo desestabilizadoras, por ser imprevistas. Outrora, as mulheres tinham o costume de usar como pretexto a contribuição da tontina, mas esse argumento tende a perder um tanto de sua credibilidade, tanto para as próprias mulheres como para seu círculo próximo, especialmente para os homens, que as acusam de “torrar o dinheiro”. O argumento do crédito a ser pago, em compensação, tem muito mais probabilidade de ser aceito, já que ele é algo mais “sério”. Nem todas compartilham essa atitude; é mais uma escapatória para aquelas que procuram limitar a pressão do círculo próximo do que uma pressão real. Aliás, são as mais pobres que a evocam como desculpa, mais preocupadas que são em limitar o seu sentimento de submissão. No meio rural, invocar o microcrédito também é um pretexto para justificar o fato de se deslocar para os mercados: como tiveram acesso a um empréstimo, elas têm de ir ao mercado para fazer bom uso dele.

... e estabilizar as atividades comerciais

Ainda no Senegal, o efeito mais marcante diz respeito à estabilização da atividade das mulheres, que até então tinham estado expostas a uma ansiedade permanente quanto à possibilidade de continuidade de seu comércio. Esse resultado vai de encontro a uma boa quantidade de estudos de impacto que concluem pelo alcance limitado do microcrédito sobre a acumulação. Não apenas as necessidades de consumo absorvem uma boa parte dos excedentes, mas, mais que isso, os tomadores freqüentemente preferem a diversificação em vez de se arriscar em economias de escala ao apostar em uma única atividade. Compreende-se facilmente que em um contexto de grande incerteza seja bem mais seguro optar por uma divisão dos riscos. Para outros, o fato de não haver acumulação é simplesmente resultado do fato de que eles não têm de modo algum a ambição de ampliar seu comércio, nem mesmo de estabilizá-lo. Por exemplo, no Senegal, para algumas mulheres, a atividade comercial ainda é uma resposta pontual e provisória a uma necessidade bem determinada (uma cerimônia, a

volta às aulas etc.). Um processo evolucionista — em virtude do qual os empreendedores passariam naturalmente de uma gestão “doméstica” a uma gestão “profissional” — não é, portanto, nem automático nem espontâneo. Admitindo-se este ponto, é possível até mesmo assistir a certas formas de acumulação por capitalização do capital de giro comercial, ou ao menos a uma *estabilização* da atividade. A vontade de se desvincular de obrigações comunitárias julgadas opressoras faz parte disso. Esse processo pode ser observado particularmente quando os tomadores têm um acesso constante ao crédito de curto prazo (DOLIGEZ, 2002), e sob a condição de que ele não se transforme em uma relação de dependência com respeito ao organismo responsável pelo crédito (DIARRA DOKA, 1998). Quando o crédito é destinado a grupos de tomadores, também ocorre que o grupo aproveite essa oportunidade para desenvolver uma atividade regular de crédito em relação a seus membros. Constatamos isso no Senegal: o microcrédito participa, fortemente, da emergência das tontinas de tipo “poupança-crédito permanente”, já descritas neste trabalho¹¹. Recordemos resumidamente o seu princípio, que ilustra muito bem as tensões e contradições que dividem as mulheres, cujas inclinações individualistas são permanentemente refreadas pelo peso do coletivo: em vez de ganhar o lote completo da tontina sozinhas, as mulheres preferem beneficiar-se todas ao mesmo tempo — e, portanto, de modo regular — de uma soma menor, a qual pode atingir montantes importantes graças ao microcrédito. Obrigando-se a dar uma contribuição regular (o vencimento geralmente é mensal), as mulheres se estimulam a estabilizar sua atividade comercial. Todos os grupos que praticam esse sistema se beneficiaram de uma linha de crédito externa. Esta última, por meio da alavancagem que provoca, acelera consideravelmente a capacidade de mediação financeira dos grupos.

... mas também aumentar o peso das obrigações

No que diz respeito às mulheres, coloca-se com acuidade a questão do *controle* do crédito, a cuja posse os cônjuges ou outros membros masculinos

11. Ver o capítulo 3.

da família podem ser incitados. Por exemplo, segundo um estudo realizado sobre quatro programas de microcrédito em Bangladesh, 10% das tomadoras do Grameen Bank têm pouco ou até mesmo nenhum controle sobre o uso de seu crédito; essa proporção sobe para 40 a 60% nos outros três programas (GOETZ e GUPTA, 1996). No que diz respeito às clientes do Grameen Bank e à maneira pela qual elas decidiram postular um microcrédito, outras pesquisas revelam a influência freqüentemente determinante do marido. Essa influência provavelmente é valiosa quando incita as mulheres a desafiar a tradição; no entanto, quando ela se assemelha a uma verdadeira manipulação, a mulher apenas empresta o seu nome (RAHMAN, 1999). As dificuldades encontradas pelo Pequeno Projeto de Crédito Rural em Burkina Faso ilustram uma outra forma de desvio ligada à concentração sobre uma clientela feminina. Em um contexto saeliano¹² em que as oportunidades de atividades geradoras de renda são limitadas, tanto para os homens como para as mulheres, a autonomização delas e o surgimento de uma relativa concorrência feminina em relação aos empreendedores masculinos enfrentaram a resistência masculina, a qual se traduziu em um aumento crescente dos desvios, a tal ponto que se pode perguntar se a concentração sobre as mulheres era realmente pertinente¹³. Num contexto de patriarcado muito marcado, no qual as mulheres são quase proibidas de sair de casa, por exemplo em certas regiões da Nigéria, várias experiências que excluía os homens fracassaram; a ausência de um acordo com o setor masculino provocou uma grande desestabilização das relações sociais locais (SCHRIEDER e SHARMA, 1999). Por fim, um último risco merece ser citado: o fato de que a oferta de crédito feminino pode resultar, em certas situações, em um aumento ainda maior de suas responsabilidades, com os homens usando esse “privilégio feminino” para escapar de suas próprias obrigações¹⁴.

12. Morador das estepes do sul do Saara. (NDE)

13. Apresentado como a réplica do modelo do Grameen Bank em um contexto saeliano, a experiência durou apenas onze anos (1988-1999). A dificuldade mencionada aqui participou do fracasso do dispositivo, mas é apenas um problema entre outros. Sobre esse ponto, ver E. Baumann (2001).

14. Esse ponto é evocado por M. Diarra Doka (1998), F. Doligez (2002) e L. Mayoux (1999), mas sem que, pelo que sabemos, estudos precisos tenham sido feitos. Nas famílias

A ambivalência da abordagem coletiva

Se o interesse pelo microcrédito deixa entrever a idéia de um direito das mulheres ao crédito, esse direito tem a especificidade de se assemelhar a um direito coletivo, ainda que não seja enunciado nestes termos. São cada vez mais numerosas as mulheres do Sul a ter direito ao crédito, sob a condição de que se juntem e de que se afiancem mutuamente. As estatísticas do IFPRI [International Food Policy Research Institute] mostram que o princípio da caução solidária é adotado principalmente pelas mulheres, que representam 80% da clientela, mesmo que representem menos de um terço da clientela de empréstimo individual (LAPENU e ZELLER, 2001). É uma questão de eficiência, pois por meio da redução dos custos de transação e das assimetrias de informação o empréstimo coletivo supostamente garante a eficiência da intermediação financeira e permite assim a esperança de uma viabilidade dos dispositivos. É também uma questão de apoio à mobilização e à emancipação das comunidades femininas, pois por meio da gestão coletiva do crédito espera-se reforçar sua capacidade de auto-organização. Ao reconciliar os partidários do neoliberalismo — preocupados sobretudo com os problemas de racionamento do crédito e a ineficiência dos mercados financeiros —, com os defensores do desenvolvimento dito participativo — mais preocupados em revalorizar o poder das comunidades locais —, o empréstimo coletivo desperta assim expectativas e esperanças múltiplas e muito ambiciosas, se não desmedidas.

É evidente que a capacidade de auto-organização das sociedades locais, especialmente no que diz respeito às mulheres, é algo louvável. Entretanto, limitar-se a uma abordagem funcionalista ou romântica dos grupos oculta a complexidade das relações sociais e a ambivalência da ação coletiva, da qual os grupos femininos não escapam. O empréstimo coletivo pode tanto favorecer a autonomia pessoal como negá-la ao reforçar vínculos de dependência existentes, até mesmo forjando novos; ele pode tanto consolidar as redes sociais como desestabilizá-las, tanto apoiar competências cole-

poligâmicas, o crédito também pode conduzir a uma exacerbação dos conflitos entre as esposas se elas tiverem acesso desigual a ele.

tivas de organização e de gestão como suscitar e incentivar a criação de grupos fictícios ou monopolistas.

***A heterogeneidade dos agrupamentos femininos:
dos “assistidos” aos “corretores do desenvolvimento”***

Interessar-se pela capacidade de organização coletiva das mulheres dos países do Sul não é algo novo. Alguns trabalhos acentuam a função de emancipação individual dos agrupamentos, considerando-os espaços privilegiados de intimidade e de sociabilidade e, portanto, de existência feminina (LECOUR GRANDMAISON, 1970; REVEYRAND-COULON, 1993), até mesmo verdadeiros modos de acumulação econômica e de acesso ao poder (SARR, 1998). Outros trabalhos insistem em sua instrumentalização pelos partidos políticos ou pelos movimentos religiosos, especialmente as confrarias islâmicas, que sabem tirar proveito da capacidade de mobilização feminina para ampliar sua clientela (LECARME, 1993). A *heterogeneidade* dos agrupamentos impede qualquer generalização. Ela diz respeito, primeiramente, ao contexto, urbano ou rural, e ao tamanho dos grupos. Por exemplo, no Senegal, alguns são muito restritos e se limitam a dez mulheres, enquanto outros reúnem várias centenas de mulheres, particularmente na zona rural. Essa diversidade diz respeito, em segundo lugar, às atividades, desde a importação/exportação até a organização de manifestações religiosas ou políticas, passando pelas “reuniões para bater papo”, momentos de troca e de debate sobre assuntos extremamente variados. Durante o mesmo encontro, ao mesmo tempo em que bordam seus vestidos para a próxima festa e entre duas brincadeiras freqüentemente nem um pouco complacentes com homens “que não fazem nada”, as mulheres podem abordar a questão da concepção, os problemas de segurança na aldeia ou ainda o lugar da mulher na religião muçulmana.

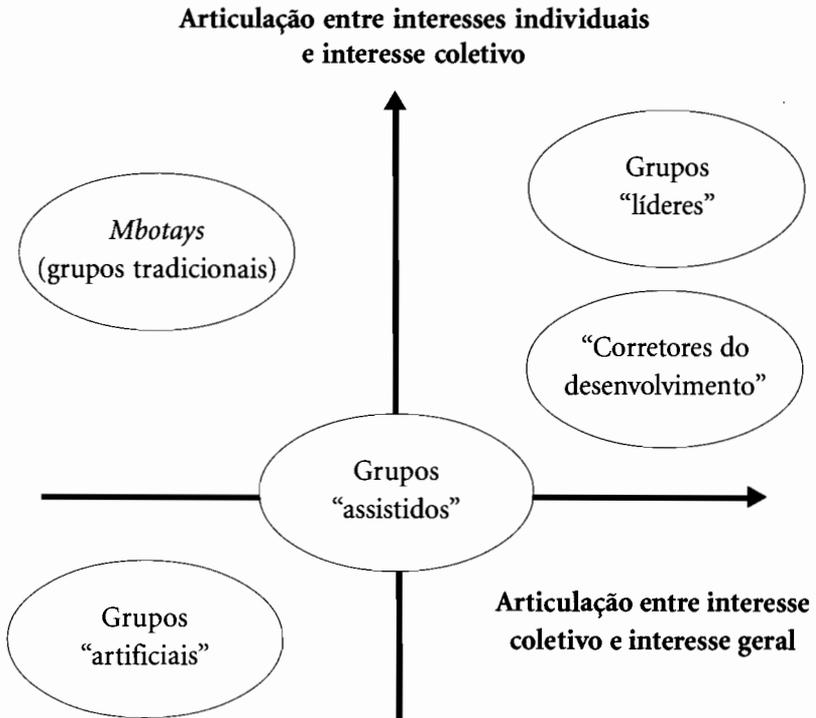
Dessa diversidade resultam diferentes graus de autonomia intelectual e financeira, de coesão social e de dinamismo econômico. Embora alguns grupos se baseiem em redes tradicionais de auxílio mútuo, há outros que só são criados para captar financiamentos externos ou apoiar a autoridade

política de algumas mulheres. A esse primeiro risco se pode acrescentar o de uma forte hierarquia, que pode bloquear toda aspiração pessoal. Tudo depende, pois, da maneira pela qual o grupo articula interesses individuais e coletivos, interesse coletivo e interesse geral. A grade de leitura proposta algumas páginas atrás, quando procurávamos decifrar o funcionamento dos grupos franceses questionando-nos sobre sua legitimidade, permite, aqui também, evidenciar as suas principais tendências.

O esquema a seguir apresenta os diferentes casos que encontramos.

O eixo vertical expressa a *articulação entre interesses individuais e interesse coletivo*. Essa articulação se baseia ao mesmo tempo no grau de coesão interna do grupo e na maneira pela qual o grupo responde às expectativas das mulheres. Ela leva em consideração as atividades realizadas: mutualização dos riscos (caixa de socorro e auxílio mútuo), mediação financeira, atividades geradoras de renda (comércio, horticultura, transformação, agricultura variada); em certos grupos, essas atividades asseguram uma renda regular às mulheres. É freqüente que os grupos realizem simultaneamente atividades educativas (formação) e festivas (organização de cerimônias), que são ocasiões de estreitar os laços. O eixo horizontal expressa a *articulação entre interesse coletivo e interesse geral*. Ela leva em consideração as relações estabelecidas com o ambiente (colaborações ou parcerias com organismos de apoio, empresas comerciais, instituições bancárias, personalidades religiosas e políticas), a aptidão do grupo para mobilizar recursos externos sem inibir a dinâmica interna e sem se deixar instrumentalizar pelos parceiros, e, por fim, a influência que o grupo consegue exercer sobre seu ambiente (envolvimento em instâncias de reflexão e de decisão, qualquer que seja seu nível). Combinando os dois eixos, obtém-se a seguinte tipologia, muito esquemática e provavelmente muito redutora, mas cujo objetivo, insistimos nisso, é tão-somente pedagógico.

O quarto noroeste do esquema combina uma forte coesão interna com a ausência de parceiros. A principal atividade gira em torno da tontina tradicional (*mbotay*), da organização de cerimônias e de atividades religiosas. Na utilização do crédito há dois casos típicos que podem ser observados. No primeiro deles, mais freqüente, o crédito permite impulsionar novas dinâmicas, limita-



das até então por falta de parceiros. O reconhecimento adquirido por meio do acesso ao crédito suscita uma verdadeira emulação coletiva. O risco, contudo, e este é o segundo caso típico, é que o acesso a fontes de financiamento desperte a cobiça de certas pessoas, freqüentemente exteriores ao grupo. Com o pretexto do analfabetismo das mulheres, elas podem oferecer seus conselhos e se aproveitar disso para imiscuir-se nas atividades internas do grupo.

O quarto nordeste combina uma forte coesão interna com a presença de parceiros que permitem estimular as atividades coletivas. Alguns fazem apenas mediação financeira. Outros fazem comércio, horticultura, agricultura ou ainda artesanato (tingimento e costura). Nós os qualificamos de grupos “líderes”. Por meio de sua presidente, que se tornou uma interlocutora inevitável, alguns grupos estão fortemente envolvidos em instâncias de decisão locais, às vezes regionais. Pessimistas em relação ao governo

senegalês e à sua aptidão para responder aos problemas da população, quaisquer que sejam eles, elas raramente têm o projeto de fazer ouvir a sua voz em um nível mais elevado. As que têm ambição preferem se voltar para os financiadores, com o objetivo de participar de redes internacionais. Parece, contudo, que na maior parte das vezes suas reivindicações estão mais centradas em seu próprio grupo que a serviço de uma causa de ordem mais geral. No que diz respeito ao impacto do crédito, constata-se que ele reforça as dinâmicas já iniciadas e que às vezes ele está em sua origem. Tanto pelos meios materiais proporcionados como pelo reconhecimento que ele promove, o crédito pode ser o ponto de partida de uma grande mobilização, até então hesitante, balbuciante ou até mesmo inexistente.

No extremo leste da figura, encontram-se os “corretores do desenvolvimento”¹⁵, que essencialmente buscam juntar parceiros e financiadores por meio de sua presidente. No Senegal, a afluência de ONGs de todos os tipos durante as últimas décadas contribuiu amplamente para a modificação dos critérios de escolha das elites locais, homens ou mulheres. Os critérios tradicionais não desapareceram, pois na maior parte do tempo as presidentes são mulheres das classes sociais superiores (as *géer*), e não as das castas inferiores (as *neeno*) ou as de origem cativa (as *jaam*). No entanto, aqui intervém um novo critério: a capacidade de mobilizar redes exteriores — redes de auxílio ao desenvolvimento mas também redes políticas, religiosas e comerciais —, ao mesmo tempo em que há associação com as estruturas locais de poder. Alguns grupos se constituíram sem nenhum projeto preciso, a não ser o de ter acesso a recursos externos. As fundadoras compreenderam o discurso do desenvolvimento e procuram desenvolver contatos estratégicos. Aqui também observamos dois casos típicos. No primeiro caso, é evidente que o acesso ao crédito reforça a posição estratégica da presidente, mas isso não é incompatível com o estabelecimento ou com o reforço das atividades coletivas. No segundo caso, em compensação, a atividade de busca de parceiros tem mais importância que as atividades internas — o grupo perde progressivamente qualquer atividade e acaba por se tornar completamente “artificial”.

15. Utilizamos aqui a expressão de J.-P. Olivier de Sardan (1995), retomada e prolongada em T. Bierschenk et al. (2000).

Os “assistidos” foram implementados porque “era a moda”. Eles foram auxiliados inicialmente pelo chefe da aldeia, pelo professor, pela monitora rural, ou ainda por uma mulher influente politicamente. Cada um deles tem um “padrinho” (ONG, missão religiosa, um político), cuja influência condiciona a inserção do grupo na paisagem institucional e seu acesso aos recursos externos. Poucas iniciativas são tomadas endogenamente, eles vivem ao sabor das ajudas exteriores. A exemplo de toda tomada de decisão, a repartição do crédito se faz conjuntamente com o “padrinho”.

Por fim, os grupos “artificiais” (quarto sudoeste da figura) são apenas cascas vazias, criadas por uma pessoa ou por um grupo muito restrito com o único objetivo de obter fundos e de utilizá-los de modo pessoal. O uso do crédito não escapa dessa regra.

Os custos sociais da pressão social

As pessoas influentes geralmente são as de mais idade, que não têm mais nenhuma atividade econômica, mas para as quais é difícil recusar o convite a entrar no grupo. Dentro dele, elas ocupam uma posição dominante e será difícil pressioná-las na hora do vencimento dos pagamentos. Ninguém irá pressionar uma presidente de grupo que utiliza o crédito para financiar o casamento de sua filha. Por esse motivo, muitas são as mulheres que manifestam uma preferência pelo empréstimo individual. Inversamente, as mulheres em uma situação de dominação podem ser conduzidas a aderir ao grupo e podem se beneficiar de um crédito quando não precisarem dele. Para a escolha da atividade financiada, elas tendem a imitar as bem-sucedidas, mas sem necessariamente dispor das mesmas vantagens (transporte gratuito, vantagens preferenciais nos fornecedores, clientela bem estabelecida¹⁶ etc.).

16. Por meio destes diferentes exemplos, vê-se até que ponto o processo de decisão está afastado dos modelos teóricos de inspiração neo-institucionalista que procuram dar conta das vantagens e dos inconvenientes do empréstimo coletivo. Ao reduzir o processo de decisão a uma arbitragem custo/vantagem, eles esvaziam diversas opções possíveis e se mostram incapazes de apreender os diferentes efeitos perversos evocados. Para maiores detalhes, ver I. Guérin (2000b).

PERFIL DE UMA PRESIDENTE DE GRUPO

Sagar N. é presidente do agrupamento And Liggey, em uma aldeia próxima da cidade de Thiès. Ela ouviu falar dos grupos de mulheres no rádio e na televisão, então quis mostrar o seu. Inicialmente ela reuniu 108 mulheres do bairro pedindo-lhes para contribuir, mas “isso não funcionava muito bem”. Foi preciso fazer “reuniões e mais reuniões”. Por fim, apenas 24 mulheres aceitaram se associar. O diretor do centro social a ajudou muito. Ele a acompanhava em todas as reuniões de bairro. Elas começaram com um projeto de reflorestamento, mas as mulheres não “estavam muito motivadas”. Passaram então a se dedicar ao comércio de peixe defumado e de peixe seco. Os lucros eram baixos mas o fornecimento era garantido, o que já era alguma coisa em um local relativamente distante do litoral. Elas também criaram um sistema de crédito interno, o que permitia que as mulheres fizessem “outras coisas além do trabalho doméstico”. Após quatro anos de atividade, reuniram um capital de 250.000 F CFA, e obtiveram seu primeiro crédito bancário na Caixa Nacional de Crédito Agrícola. Segundo a presidente, suas relações pessoais com o diretor da Caixa facilitaram muito as coisas. O início, portanto, foi progressivo, mas ela tem muito orgulho dos resultados: graças à criação de uma central de compras, e sobretudo de vários créditos bancários, o grupo é capaz de fornecer um crédito permanente de 90.000 F CFA ao conjunto de seus membros. O acesso ao grupo tornou-se muito seletivo.

Sua vida pessoal mudou muito. Em outras épocas ela era comerciante, mas atualmente não tem mais tempo para isso — sua filha mais velha tomou seu lugar nessa atividade. Ela também reconhece que sua família a ajudou muito. Suas filhas assumiram as tarefas domésticas, seu marido a sustenta financeiramente, pois tem uma aposentadoria. Por meio de seus contatos políticos, ele também a ajudou a encontrar “personalidades importantes”. Ela também criou outros grupos no bairro e até mesmo nas aldeias vizinhas, “para lhes passar a minha experiência”. Ela os visita regularmente, lhes dá conselhos e os coloca em contato com ONGs. Ela desempenha, de alguma maneira, um papel de “madrinha”.

Ela tem responsabilidades no nível da federação comunal dos agrupamentos de promoção feminina, mas também criou sua própria federação de agrupamentos, a UGAN (Union des Groupements et Associations Villageoises), pois, como ela diz, as condições exigidas pela federação são inacessíveis aos grupos que estão começando (52.000 F CFA de contribuição). Por fim, ela é presidente da União Local para o Desenvolvimento da Mulher (união de agrupamentos federados e não-federados). Muito mais que uma simples presidente de agrupamento, ela tornou-se para a federação um interlocutor privilegiado, na medida em que controla certos agrupamentos aos quais a federação não tem acesso. Ela tem ótimas relações com o diretor do centro de ação social, junto com o qual se relaciona com os agrupamentos. Todas as ONGs que desejam se comunicar com os agrupamentos femininos têm de entrar em contato primeiramente com os centros de ação social. Sagar, portanto, é informada previamente sobre todos os novos projetos.

Além disso, desde que ela se tornou membro do Comitê de Crédito da caixa local de Crédito Mútuo, os grupos de mulheres têm um acesso mais fácil ao crédito. O Crédito Mútuo é a única instituição financeira implantada localmente: fazer parte do Comitê de Crédito é uma posição estratégica absolutamente essencial. Além de suas responsabilidades locais, ela participa da Rede de Informação das Terras Áridas (RITA); mantém contato regular com as ONGs Paysannes Africaines e Afrique 2000; obteve um financiamento de 4 milhões de F CFA para um projeto de horticultura de um dos grupos que criou. Seu marido é bem relacionado politicamente e a ajudou muito a ampliar seu círculo de relações. Em compensação, ela diz que não faz política. “Os financiadores não gostam de política”, afirma. Ela também tem um “primo” na Assembléia Nacional que a aconselha e lhe permite fazer ligações para o exterior. Tem também um amigo que é diretor da OXFAM (Oxford Committee for Famine Relief), uma das grandes ONGs presentes no Senegal. Por meio desse amigo ela pôde estabelecer contato com várias ONGs internacionais. Hoje em dia ela tem ambições maiores ainda: fazer contato direto com os financiadores em seus próprios países, sem passar por intermediários. Por esse motivo, o auxílio de seu “primo” é importante. No entanto, para atingir seus objetivos, ela deve se manter “muito ativa”. Os “discursos” não bastam, ela precisa demonstrar dinamismo e mostrar que “seus” grupos são muito ativos.

Como a inadimplência equivale a uma exclusão social, as tomadoras de empréstimos são obrigadas, para evitar a desonra geral e a humilhação, a encontrar uma solução a qualquer custo: a pressão social se transforma assim em verdadeiros “custos sociais”. Esses custos são de ordem individual: a humilhação e a desonra da “má pagadora”. Eles também são de ordem coletiva: fazer pressão sobre as tomadoras inadimplentes pode despertar sentimentos de injustiça e de desconfiança, provocando então em escala local diversos tipos de disfunção, de conflitos, e às vezes de desorganizações. Aminur Rahman fez essa constatação quando estudou certas agências do Grameen Bank, nas quais o princípio de caução solidária impõe às tomadoras verdadeiras escaladas de violência (RAHMAN, 1999, p. 72). O autor descreve grupos de co-tomadoras seqüestradas em uma sala da agência de crédito até que a tomadora inadimplente viesse saldar a dívida (ibid., p. 72); ou ainda o caso de uma mulher que foi tão humilhada pelo agente de crédito — que a impediu de sair antes que ela encontrasse uma solução —, que acabou por dar o seu sári (ibid., p. 70).

A ambivalência da liderança e da hierarquia

Os grupos mais dinâmicos se baseiam no carisma e na personalidade de sua presidente. No programa do Crédito Mútuo do Senegal, o modo de gestão do crédito pelos grupos depende totalmente do perfil das presidentes dos grupos e das relações que elas estabelecem com o seu ambiente exterior: decidir por uma repartição igualitária ou reservada a uma minoria, demonstrar ter carisma e autoridade para incitar ao pagamento das dívidas, pagar a parte das inadimplentes para preservar sua própria honra ou então bloquear os pagamentos com o fim de manifestar seu desacordo com o dispositivo ou solucionar um conflito pessoal com um dos representantes da instituição financeira. Quando os grupos beneficiários do crédito se baseiam em uma estruturação hierárquica, o risco de monopolização da informação por uma minoria é patente. E, concomitantemente, o gerenciamento da informação reforça o poder daqueles que a detêm.

Entretanto, nos lugares em que o observador ocidental tende a ver uma estrita relação de dominação entre superiores e inferiores, a observação detalhada das práticas mostra na verdade uma realidade mais sutil. Por trás dessa relação vertical, dissimulam-se todos os tipos de arranjos mais ou menos implícitos. Em certos casos, o grupo na verdade se tornou um pretexto para a presidente, que o utiliza apenas para desenvolver suas redes de relações e para estabelecer sua autoridade. De um modo mais generalizado, contudo, prevalece um compromisso de interesses, entre o individual e o coletivo, baseado no exercício de um poder que alia centralização e redistribuição. O sucesso e a acumulação individuais são considerados legítimos no imaginário coletivo somente se os benefícios, ao menos em parte, são redistribuídos, qualquer que seja a forma. O sucesso dessas mulheres “líderes” se baseia, na maior parte das vezes, na combinação de atividades comerciais e políticas. Se elas querem ser reconhecidas, devem fazer com que seu(s) grupo(s) se beneficie(m) de redes comerciais que elas conhecem ou que estão à sua disposição, por exemplo fornecendo um acesso privilegiado a certas redes de venda ou concedendo um adiantamento para comprar produtos no atacado. Munificência e generosidade permitem reforçar regularmente a autoridade, pois um “líder” que não cumpre seus deveres de proteção e de redistribuição desperta desconfiança. O recurso possível à

bruxaria, o papel ainda importante dos feiticeiros na difusão da informação também são meios que permitem que a regra da redistribuição seja respeitada¹⁷. O caso a seguir, que se apresenta freqüentemente, é um exemplo de acordos tácitos. A maior parte dos grupos não mantém qualquer tipo de contabilidade. Embora essa ausência de transparência abra o caminho para todos os tipos de desvios, percebe-se que todos os membros do grupo se beneficiam dessa confusão. Com efeito, além dos empréstimos “oficiais” feitos pelo coletivo, é freqüente que a presidente sozinha faça um empréstimo a uma mulher de seu próprio grupo para suas necessidades imediatas... discretamente. As mulheres vão vê-la em casa, protegidas dos olhares importunos. É seu próprio dinheiro ou são fundos do grupo? As próprias mulheres não sabem, não falam disso entre si, mas é fácil perceber como elas podem ganhar nessa gestão “subterrânea” dos fundos.

No fim das contas, os dispositivos de microcrédito estão permanentemente diante de um dilema: utilizar as redes preexistentes é a melhor maneira de conseguir uma inserção natural no tecido social local, mas corre-se então o risco de reproduzir as hierarquias preexistentes (SERVET, 1997).

A questão da perenidade: uma abordagem em termos de economia solidária

Essas diferentes constatações não devem conduzir ao abandono da idéia de uma oferta especificamente feminina, elas apenas levam a dar mais aten-

17. Sobre a feitiçaria como modo de ação dos “pequenos”, ver, por exemplo, os trabalhos de J.-F. Bayart (1989), P. Geshiere (1995) e A. Marie (1995). Citemos o exemplo do grupo feminino senegalês Ouf Sa Njaboot. Esse grupo existe há dez anos. Atualmente há um certo equilíbrio, mas depois de um percurso particularmente caótico foi necessária a sucessão de várias presidentes que procuraram, a cada vez, monopolizar o poder sem “redistribuir” suficientemente. Inicialmente com cinquenta mulheres, o grupo se desagregou progressivamente, até que por fim a presidente se sentisse “enfeitiçada” e deixasse seu posto por conta própria. Não sabemos muito mais sobre essa história; as mulheres mantêm a discrição sobre essas práticas, que fazem parte do cotidiano e cujo sucesso é condicionado justamente por sua opacidade. Compreende-se, contudo, que em certas situações o recurso à feitiçaria representa um verdadeiro modo de ação política das “pequenas” para protestar contra os abusos de poder das “grandes” e chamá-las à ordem em sua função redistributiva.

ção aos diferentes perigos e desvios possíveis. O primeiro ensinamento diz respeito aos limites do desenvolvimento “vindo de baixo”. Nos grupos que conseguiram encontrar um equilíbrio entre suas próprias atividades e suas relações exteriores, o acesso ao crédito contribuiu para a autonomização das mulheres. Mas a delegação de responsabilidades não deve, por causa disso, conduzir a conceber os grupos como “caixas-pretas”. A complexidade das relações sociais mostra que uma abordagem solidária não se dá com improviso. Uma abordagem pragmática e progressiva é inevitável. Um conhecimento apurado das lógicas sociais e culturais é essencial, assim como a consideração dos jogos de poder e de contrapoder. Quando os interesses coletivos têm maior importância que os interesses individuais, o benefício de um crédito pode ser mais prejudicial que benéfico: ter acesso a um crédito sem ter necessidade dele, pagar a qualquer preço mesmo endividando-se em outros lugares, dedicar-se a uma atividade não-rentável etc. Além disso, reconhecer o papel das organizações “na base”, tais como os grupos femininos, não deve fazer com que se subestime a responsabilidade das autoridades públicas e das organizações internacionais, tais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Embora pareça totalmente legítimo e justificado que essas iniciativas sejam apoiadas e reforçadas, atribuir-lhes a responsabilidade de resolver as falhas dos governos dos Estados e de absorver os custos sociais dos planos de ajuste estrutural parece no mínimo contestável. Por um lado, os atores de uma sociedade civil (grupos locais como os grupos femininos, ONGs) não podem agir sem a existência de um quadro institucional mínimo e, por outro, eles não bastam por si sós para restaurar ao mesmo tempo a eficácia dos governos e a dos mercados.

Para uma hibridação dos recursos e uma repartição das responsabilidades entre autoridade pública, mercado e sociedade civil

Defender uma repartição das responsabilidades é algo necessário também para limitar os efeitos perversos da ideologia da “viabilidade financeira”, amplamente dominante hoje em dia. Apostar na autonomização financeira dos dispositivos de microcrédito e em sua plena integração aos meca-

nismos de mercado é uma outra especificidade dessa nova onda da concessão de crédito aos pobres. A maior parte das experiências precedentes, impulsionadas e enquadradas por um Estado que se pretendia planejador e desenvolvimentista, fracassou. Inadimplência catastrófica, custos exorbitantes, desvios e generalização dos “créditos a fundo perdido”: o fracasso é patente, quer se trate das experiências de crédito subvencionado ou dos bancos públicos. Acusados de frouxidão em termos de gestão bancária, de predação e de busca de rendimentos, os Estados estão na primeira fila do banco dos réus, e toda ingerência de sua parte passará a ser vista com suspeição. Hoje em dia, há uma aposta ao mesmo tempo nas virtudes dos mecanismos de mercado e nos princípios de *good governance*. Economias de escala e viabilidade das instituições são as palavras-chave das políticas conduzidas pelos grandes operadores: Banco Mundial, é claro, mas também USAID (cooperação americana), CGAP (Multidonor Consultative Group to Assist the Poor) — grupo que organizou a cúpula sobre o microcrédito — ou ainda ONGs de grande envergadura, como a Accion. A internalização de uma grande parte dos custos pelos grupos de tomadores permite a esperança de uma viabilidade financeira dos programas. O instrumento do microcrédito pode então ser considerado não apenas um meio para lutar contra a pobreza, mas também um verdadeiro meio de tornar a economia de mercado acessível a todos e de otimizar a alocação dos recursos escassos. Sob a pressão dos financiadores, que cada vez mais exigem programas viáveis, se não rentáveis, é necessário constatar a hegemonia dessa abordagem; os operadores, por mais refratários que sejam, são obrigados a ceder a essa pressão.

São conhecidos hoje todos os riscos de uma concentração excessiva no objetivo da viabilidade financeira, com um crescimento rápido e descontrolado estando geralmente na origem da fragilização dos dispositivos (GENTIL, 2002; LABIE, 2002). Esse objetivo parece realista em certos contextos (forte densidade demográfica, que permite economias de escala, contexto econômico e político estável), ou ainda quando os dispositivos são dirigidos a uma clientela considerada “rentável”, mesmo que permaneça excluída dos circuitos bancários clássicos. Para todo o resto, ele é inconcebível, particularmente quando os promotores pretendem lutar contra a

pobreza. É provável que essa insistência no equilíbrio financeiro conduza ao abandono dos clientes mais pobres, como demonstram a evolução histórica dos sistemas mutualistas e cooperativos ocidentais, mas também a reviravolta já efetuada por certos dispositivos dos países do Sul (BENNETT e CUEVAS, 1996). Dirigir-se aos mais pobres custa caro. É preciso ser capaz de estabelecer relações de proximidade nos planos relacional (pagamentos freqüentes de prestações financeiras), cultural (com procedimentos extremamente simplificados destinados a analfabetos) e espacial (limitar o deslocamento espacial dos tomadores graças a guichês ambulantes, ou até mesmo tornando esse serviço disponível em domicílio). Mas essa exigência de proximidade mostra ser dificilmente compatível com ganhos de produtividade. Os dispositivos são confrontados então com um dilema recorrente: como conciliar um tamanho economicamente viável com uma exigência de proximidade em relação aos usuários?

Quando os clientes estão prontos a se envolver como voluntários na gestão da organização, a internalização de uma parte dos custos é possível. As caixas autogeridas de Kafo Jiginew em Mali são uma ilustração disso; essa experiência mostra que solidariedade e viabilidade financeira podem ser compatíveis, mesmo em zonas particularmente isoladas (CHAO BEROFF, 1997). Mas em muitos casos os clientes, homens ou mulheres, não estão de modo algum prontos a “participar”, para retomar o jargão dos desenvolvedores. Isso é tanto uma questão de vontade como de disponibilidade, particularmente para as mulheres. A maior parte delas não tem controle sobre a sua disponibilidade de tempo, o que contribuiu amplamente, aliás, para a sua exclusão do movimento cooperativo (BISILLIAT, 1985). Essa reticência à participação é ainda mais forte quando as oportunidades de acesso ao crédito se diversificam e quando a renda aumenta; isso foi observado, por exemplo, no Grameen Bank e em certos bancos aldeões da fundação FINCA (Foundation for International Community Assistance), particularmente em Uganda (MAYOUX, 1999).

Definitivamente, a perenização dos organismos de microcrédito não pode ser pensada nem em termos estritamente mercantis nem em termos de autogestão. Ela tampouco pode ser encarada sob a forma de uma sim-

ples substituição das instâncias públicas. Diante dos diferentes obstáculos evocados, parece mais realista conceber a perenização em termos de economia *plural e solidária* — no sentido de uma repartição das competências e das responsabilidades entre sociedade civil, mercado e poderes públicos — e apostar na complementaridade entre recursos mercantis, não-mercantis e não-monetários.

A tarefa mais delicada consiste em convencer os financiadores da legitimidade de um apoio público de longo prazo. No entanto, a intervenção pública se justifica plenamente, tanto em nome da justiça social, por meio da luta contra diversas formas de desigualdade, como em nome da eficiência econômica. Ao propor métodos inovadores de luta contra os riscos, o microcrédito permite aliviar as “imperfeições” do mercado, atenuar os problemas de “acionamento” de crédito, assim como as dificuldades de mobilização da poupança (DOLIGEZ, 2002; STIGLITZ, 1990). Em certos países, o montante dos créditos representa aproximadamente 10% do total de créditos bancários na economia. Essa proporção é muito maior em certas regiões (zonas rurais) ou em certos setores (financiamento da agricultura). A importância quantitativa do microcrédito não é negligenciável, portanto, e está longe de ter alcançado todo o seu potencial de desenvolvimento.

Alguns universitários¹⁸ e alguns operadores de campo¹⁹ fizeram sugestões nesse sentido, propondo subvenções estruturais de longo prazo ou acordos fiscais — mas a idéia ainda tem muitos obstáculos em seu caminho. Até agora, somente alguns países do sudeste asiático parecem estar tomando esse caminho. Durante os anos 1990, a Índia, a Indonésia e as Filipinas implementaram programas governamentais visando o incentivo de uma dinâmica de parcerias entre bancos comerciais, ONGs e grupos de auxílio mútuo locais (MAC GUIRE e CONROY, 1997; LAPENU, 1999). O exemplo da Índia é particularmente instrutivo. O microcrédito conseguiu se desenvolver em grande escala graças a parcerias públicas/privadas solidamente ancoradas (PALIER, 2002). O programa nacional Self-Help Groups-Banks Linkage, implementado pelo Banco Nacional da Agricultura e do Desenvolvimento

18. Ver, por exemplo, J. Morduch (1999).

19. Ver, por exemplo, F. Doligez e D. Gentil (2001).

Rural, em 1992, está presente atualmente em todo o território; em 1997 existiam 4 mil Self-Help Groups (grupos de poupadores e de tomadores de menos de vinte pessoas), e eles passaram para mais de 80 mil em 1999-2000. Desde o começo do programa, 1 milhão e 800 mil famílias tiveram acesso ao crédito, e o objetivo para 2008 é responder às necessidades de um terço da população rural pobre. Além do acesso ao crédito individual, observa-se uma forte sinergia entre bancos comerciais, ação pública *via* Estado ou coletividades locais e grupos locais para projetos de desenvolvimento local, particularmente nas *slums* (favelas). Nesses bairros, a hibridação dos recursos e a repartição das competências entre esses três tipos de atores são o único meio para permitir que as populações locais tenham acesso à moradia e à infra-estrutura sanitária (PALIER, 2002). Quanto aos Self-Help Groups especificamente femininos, eles se apresentam como locais de fala e de troca sobre problemas da vida cotidiana (a violência doméstica, o alcoolismo dos casais, os problemas ligados ao dote etc.), às vezes com uma verdadeira abertura para o espaço público. Durante os últimos anos, observa-se um aumento considerável da participação feminina nos *panchayats* (conselhos de sábios, que correspondem de fato aos conselhos municipais); ora, a maior parte dessas mulheres veio dos Self-Help Groups, nos quais elas aprenderam a se expressar, a apresentar suas idéias e a fazê-las valer (HOFMANN e MARIUS-GNANOU, 2001).

Unir a ação econômica a uma ação política

A ideologia da autonomia financeira do microcrédito é portadora de um outro perigo: os programas que defendem esse objetivo geralmente se inscrevem em uma política mais global que visa restringir o acesso a outros serviços sociais (MAYOUX, 1999). As declarações recentes do Banco Mundial podem facilmente ser interpretadas dessa maneira. O microcrédito é apresentado não apenas como um instrumento a serviço da luta contra a pobreza, particularmente a pobreza feminina, mas também como um elemento da proteção social, concebida como “modo de administração do risco” e sustentada pelas duas seguintes hipóteses principais (BANCO MUNDIAL, 2000).

Em primeiro lugar, a assistência custaria caro demais. Menos de um quarto da população mundial tem acesso a uma proteção social institucionalizada, e menos de 5% podem contar com uma forma privada de proteção. Eliminar a pobreza por meio de transferências públicas ultrapassa consideravelmente a capacidade fiscal da maior parte dos países. Daí a necessidade de ir além de uma redistribuição passiva de renda e de perceber a proteção social mais como um “investimento” que como um “custo”. Daí a necessidade, também, de incitar as populações a tomar a iniciativa: garantir-lhes uma rede de segurança não é mais suficiente, convém oferecer-lhes um “trampolim” para atividades geradoras de renda (BANCO MUNDIAL, 2000, p. 12).

Em segundo lugar, a pobreza seria resultado em parte de uma incapacidade de controle do risco. Os pobres estão mais expostos a ele (quer se trate de riscos naturais como terremotos, inundações, doenças, ou riscos humanos como o desemprego, a degradação do meio ambiente, a guerra etc.). Por conseguinte, os pobres teriam dificuldades de se dedicar a atividades geradoras de renda por serem arriscadas demais. Essa superexposição ao risco também os incitaria a desenvolver técnicas de proteção específicas, inevitáveis a curto prazo: descapitalizar, diversificar as fontes de renda, recorrer a formas informais de poupança e de crédito, fazer com que as crianças trabalhem (o que não apenas contribui para sacrificar sua educação, mas implica também uma pressão sobre os salários dos adultos) ou ainda “investir” na rede comunitária (por exemplo, mediante alianças matrimoniais). Daí a necessidade de favorecer-lhes o acesso a instrumentos “eficazes” de administração do risco (ibid., p. 10 e 15).

Com o fim de evitar dispositivos caros e não-perenes, o Banco Mundial propõe que seja incentivada a combinação entre mecanismos “mercantis” e “comunitários”. Não apenas o recurso à “comunidade” permite a internalização de uma certa parte dos custos, mas também responde ao conceito de *community-driven development*, definido como um processo “que dá às organizações a autoridade e o controle sobre suas decisões e seus recursos”, e que é considerado um “fator-chave” da proteção social (ibid., p. 22).

As desigualdades em relação aos riscos existem e insistimos bastante nesse ponto. Mas não há um paradoxo entre, por um lado, a vontade de suprimir

os mecanismos informais de administração dos riscos, considerados contra-producentes a longo prazo, e, por outro lado, o fato de se basear nesses mesmos mecanismos para realizar economias de escala e de custos de transação?²⁰ Mais que isso, esse raciocínio serve para justificar um descomprometimento ainda mais pronunciado dos Estados com priorizar a integração dos pobres aos mecanismos de mercado — e isso à custa de seu acesso aos direitos econômicos e sociais básicos —, ao mesmo tempo em que aposta na aptidão das ONGs e da autogestão das populações para enfrentar os problemas de pobreza mais dramáticos, sendo que o microcrédito é considerado uma encenação por trás da qual se dissimularia um vasto empreendimento de desregulamentação e de recuo da ação pública²¹.

Os movimentos feministas foram os primeiros a denunciar os perigos dessa abordagem. Eles não questionam a legitimidade do instrumento mas defendem que ele seja ancorado politicamente: os projetos de microcrédito só se justificam se estabelecem vínculos estratégicos com outras forças de mudança, entre as quais as redes e os movimentos femininos, assim como as organizações de defesa e de *lobby* das mulheres (MAYOUX, 1999; HOFMANN e MARIUSGNANOU, 2001). O Bureau International du Travail adotou a mesma posição ao reconhecer que o microcrédito não tem nenhuma vocação para eliminar os problemas da pobreza, inclusive a pobreza feminina, e que ele se torna legítimo apenas se integrado a uma reflexão mais global sobre a *valorização dos direitos fundamentais*, particularmente para as mulheres (BIT, 1999b).

Observa-se, aliás, que o microcrédito, na medida em que responde a uma necessidade real, pode servir como suporte para a mobilização femini-

20. Isso só faz traduzir a contradição na qual se baseiam vários modelos teóricos neo-institucionalistas, particularmente aqueles que analisam o empréstimo coletivo.

21. A Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NPDA), acordo multilateral adotado em 2001, é uma ilustração disso. A consideração da pobreza feminina se limita a dar às mulheres prioridade em projetos de desenvolvimento (quer se trate de projetos nas áreas da saúde, da educação, de formação ou do microcrédito), enquanto a NPDA permanece em silêncio sobre as origens estruturais das desigualdades entre os sexos (leis discriminatórias, normas culturais etc.) e sobre as transformações a ser efetuadas no nível macroeconômico (políticas fiscais, gastos públicos, prioridades de investimento, reforma agrária etc.). Ver, sobre esse ponto, as críticas da Marcha Mundial das Mulheres, da qual trataremos mais adiante.

na. Aqui também o exemplo mais evidente parece ser o da Índia. Desde os anos 1970, a Self Employment Women Association (SEWA) luta para “servir”²² às trabalhadoras independentes do setor informal (pequenas comerciantes, vendedoras ambulantes, trabalhadoras domésticas e operárias). Ao longo do tempo, a SEWA ampliou consideravelmente suas atividades, mas perseguindo sempre o mesmo objetivo — melhorar a autonomia das mulheres — e com o mesmo método, amplamente inspirado na filosofia de Gandhi: agir simultaneamente nos planos político, econômico, social e cultural, apostando na articulação entre ação nas bases e mudança institucional (HOFMANN e MARIUS-GNANOU, 2001; PALIER, 2001).

Uma primeira vertente de ação consiste em responder de modo muito pragmático às exigências das mulheres: satisfazer às necessidades básicas (segurança alimentar, saúde, moradia, creches etc.) e ajudá-las a exercer atividades geradoras de renda (acesso ao crédito, cooperativas de produção). O SEWA Bank é reconhecido pelas autoridades bancárias indianas desde 1974. Ele oferece empréstimos para o empreendedorismo, mas também para o financiamento de moradias, de obras para obter água, obras de drenagem e de esgoto. Uma segunda vertente diz respeito a ações de educação popular, com a Academia da SEWA, cujo objetivo explícito é aumentar a capacidade das mulheres em termos de gestão coletiva e de ação política.

No que diz respeito a esta última vertente, a SEWA intervém em vários níveis. Ela colabora com planos de desenvolvimento local, por exemplo, em programas de saúde, de água encanada e de esgotos (MARIUS-GNANOU, 1998). No que diz respeito à melhoria das condições de trabalho, ela trata diretamente com os empregadores e empresários (acordos de negociação coletiva, acordos internos de fábricas, contratos salariais, assessoria na obtenção de autorizações comerciais etc.). Ela também participa das decisões governamentais por meio da Comissão nacional das mulheres trabalhadoras independentes e das mulheres trabalhadoras do setor informal (Comissão Shramshakti, criada em 1986). Além das reivindicações em favor dos direitos femininos, a SEWA intervém também em problemas es-

22. A palavra indiana *sewa* significa “servir”.

pecíficos; ela se mobilizou fortemente, por exemplo, no período de seca de 1995. Por fim, ela participa da elaboração de convenções internacionais, particularmente as da Organização Internacional do Trabalho, com a qual colabora estreitamente há várias décadas. Uma de suas maiores vitórias foi a adoção por parte da OIT, em 1996, de uma convenção sobre o trabalho em domicílio (KRAUSS e OSNER, 1999).

Um outro exemplo, tomado da América Latina, mostra como iniciativas locais, arraigadas no cotidiano das mulheres, podem substituir uma ação política feminina. A experiência de Villa El Salvador, na periferia de Lima, no Peru, é apresentada agora como uma das referências em termos de comunidade urbana autogerida. Apoiados por várias ONGs, particularmente de militantes cristãos inspirados pela teologia da libertação, os movimentos comunitários conseguiram ser parceiros na administração da cidade. Há duas décadas eles dividem o poder com a municipalidade; e essa experiência mostra como microprojetos podem participar da organização do espaço urbano na escala de toda uma região. Os grupos de mulheres desempenharam um papel particularmente ativo, se não determinante, nesse processo. Elas participaram fortemente das reivindicações junto às autoridades públicas para a obtenção de vários serviços essenciais, como esgotos, eletricidade ou água encanada. Elas conseguiram mobilizar uma grande parte da população, tanto as mulheres como suas famílias, primeiramente por meio das cozinhas coletivas, respondendo a uma necessidade básica como a da segurança alimentar²³. A Federação Popular das Mulheres, criada pelos grupos das cozinhas coletivas, faz parte dos atores representados na administração da cidade. Muito além da cidade ou do país, a experiência das cozinhas coletivas está na origem de um importante movimento feminino no meio popular, provavelmente um dos mais avançados da América Latina (FAVREAU e FRÉCHETTE, 1999).

Ainda na América Latina, evoquemos as iniciativas recentes no domínio sindical. Com o avanço da terceirização (as *maquilodaras*) proveniente dos acordos sucessivos de livre-comércio adotados nas últimas décadas, as

23. No final dos anos 1990, estimava-se que as cozinhas coletivas envolviam aproximadamente 30% da população (FAVREAU e FRÉCHETTE, 1999).

condições de trabalho dos operários e operárias se degradaram consideravelmente. Diante da incapacidade dos sindicatos clássicos de responder aos problemas encontrados especificamente pelas mulheres (particularmente o problema das creches e o do assédio sexual), elas imaginaram novas formas de organização e de reivindicação, cuja especificidade consiste em ultrapassar a distinção público/privado (MEMBREÑO e GUERRERO, 2001). No México, por exemplo, o movimento sindical se baseia em duas dinâmicas: uma ação nas bases, com grupos locais de apoio que propõem às mulheres acompanhamento, aconselhamento e formação em termos de direitos humanos, de saúde, de proteção contra o assédio sexual e a violência doméstica, casada com um funcionamento em uma rede fortemente articulada com os movimentos norte-americanos (VALADEZ, 1998).

Na África, parece que o papel político dos grupos de mulheres ainda é balbuciante, particularmente na África francófona. Outros trabalhos parecem confirmar nossas próprias observações. Com exceção de certas associações profissionais, os movimentos femininos se contentam em responder às necessidades concretas e práticas das mulheres, sem questionar a divisão dos papéis e dos poderes. Quando há mobilização em favor de certos direitos, a reivindicação frequentemente se limita ao acesso à saúde. Mesmo a eliminação dos obstáculos jurídicos que mantêm a mulher em um estatuto de dependente (particularmente os códigos da família) raramente é objeto de reivindicações (RYCKMAS, 2001). As iniciativas femininas sofrem das mesmas fraquezas que as da economia solidária dos países do Sul em seu conjunto: privilegiar o local em detrimento do global (poluição, migração, termos da troca etc.) (FAVREAU e FRÉCHETTE, 2000). A esse respeito, a criação de redes internacionais desempenha um papel decisivo.

Enquanto assistimos aos primeiros passos de uma sociedade civil internacional (FAVREAU e TREMBLAY, 2001), duas iniciativas recentes, visando explicitamente a promoção da igualdade entre os sexos, merecem ser mencionadas. A primeira, inspirada na experiência quebequense, é a Marcha Mundial das Mulheres; iniciada em 2000, ela ocorre anualmente. Os objetivos são os seguintes: reforçar e manter um movimento de solidariedade dos grupos de mulheres “da base”, incentivar um processo de educação

popular que permita que mulheres de todos os meios sociais se engajem e dêem sua opinião, construir reivindicações comuns, particularmente nos domínios da violência e do acesso aos direitos econômicos e sociais básicos, e, por fim, fazer pressão sobre as autoridades públicas — os governos mas também, e sobretudo, os organismos multilaterais, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização das Nações Unidas. No que diz respeito a este último ponto, trata-se tanto de negociar novas medidas como de monitorar o conteúdo dos diferentes acordos multilaterais. O impasse gerado nas primeiras negociações com o Banco Mundial e o FMI mostra que o caminho a ser percorrido pode ser muito longo²⁴. Em compensação, no que diz respeito à luta contra a violência, uma vitória qualificada de “histórica” foi obtida com o reconhecimento — em outubro de 2000, pela ONU — da necessidade de tomar medidas específicas para as mulheres no estabelecimento dos acordos de paz (envolvendo, por exemplo, a repatriação e a reinstalação das pessoas e de suas famílias).

A segunda iniciativa foi colocada em ação com base no modelo da SEWA indiana. Trata-se da organização Women in Informal Employment Globalising and Organising (WIEGO), cujo objetivo é melhorar a condição das mulheres no domínio das atividades ditas informais. Criada em 1997, a WIEGO se baseia em uma parceria entre atores de campo, pesquisadores (especialmente o Instituto de Desenvolvimento Internacional de Harvard) e organizações internacionais, particularmente a Organização das Nações Unidas para as Mulheres e as Crianças (a UNIFEM). Combinando pesquisa, ação e *lobby*, essa organização fixou cinco prioridades: a melhora da percepção do setor informal nas políticas urbanas; a medição do impacto da liberalização sobre esse setor; uma reflexão sobre o estabelecimento de dispositivos de proteção social — particularmente o microcrédito — em colaboração com o programa STEP do BIT (Strategies and Tools Against Social Exclusion and Poverty); o apoio à organização e à criação de redes; a análise estatística do setor informal, em estreita relação com os serviços estatísticos das Nações Unidas e do Bureau International du Travail.

24. Ver as diferentes comunicações apresentadas no site da Marcha Mundial: <www.marche.mondiale.org>.

Na conclusão trataremos da articulação desse tipo de iniciativa com outros movimentos, pois há implicações atuais importantes nessa articulação, na aptidão dos múltiplos atores da economia solidária para ultrapassar as fronteiras mas também os particularismos de sua ação, para que se constituam em forças capazes de fazer propostas em âmbito mundial.

Conclusão

Ao optar por uma avaliação estritamente mercantil da riqueza e ao se recusar a entrar nas relações intrafamiliares sob o pretexto de respeitar a vida privada, o saber econômico contribuiu muito para a exacerbação das desigualdades entre os sexos. Não apenas a contribuição das mulheres para o bem-estar coletivo foi desvalorizada, para não dizer negada, mas, além disso, sua liberdade individual foi sacrificada em nome de argumentos supostamente científicos e de um objetivo de eficiência coletiva — a felicidade para a maioria. Se a história da disciplina revela, ao que tudo indica, se não uma hostilidade, ao menos uma indiferença em relação à condição feminina, suas renovações recentes deixam entrever um cenário mais otimista. A reconciliação entre ética e economia, e a noção de justiça como “processo racional”, tomada de Amartya Sen, mostram que a disciplina é totalmente capaz de trazer elementos de resposta à questão das desigualdades entre os sexos. Inspirando-se ora em Smith, ora em J. S. Mill ou ainda em Marx, o que faz Sen é voltar às origens da economia política e reabilitar alguns de seus fundamentos: uma abordagem plural dos comportamentos individuais que leve em consideração a inscrição social dos processos de

decisão; uma avaliação das desigualdades não em termos de recursos ou de direitos, mas de capacidade real de agir, ser e pensar, inclusive no espaço familiar; e, por fim, um reconhecimento da sinergia entre liberdade econômica e liberdade política. Esse quadro conceitual global não oferece uma resposta universal ou definitiva. Aliás, esse não é o seu objetivo; de modo muito mais pragmático, trata-se de criar instrumentos que permitam chegar a um “progresso racional” (SEN, 2000b).

Colocar a teoria a serviço da compreensão do real e da resolução — uma resolução sempre provisória — de problemas concretos: foi isso que tentamos fazer aqui, baseando-nos em dois estudos de caso de pobreza feminina, um deles no Senegal, o outro na França. Resumamos nossas principais observações e as questões que elas suscitaram, antes de voltar aos esboços de resposta propostos.

Observa-se em primeiro lugar a complexidade dos comportamentos pessoais, a multiplicidade dos móveis de ação e seu caráter evolutivo, às vezes contraditório e conflituoso. A análise da vivência das mulheres revela também como a articulação entre autonomia e pertencimento social é sutil e freqüentemente incômoda. Se o si abstrato e emancipado, desencarnado e anistórico não tem qualquer existência real, o mesmo ocorre com um si aprisionado em sua comunidade de pertencimento. A problemática da autonomia, indissociável da da identidade, diz respeito a essa estranha tensão entre dois pólos, o do “eu”, da singularidade, que separa cada pessoa das outras, e o do “nós”, um “nós” que também pode ser múltiplo e remeter a diversas formas de pertencimento mais ou menos amplas. Embora essa tensão entre o individual e o coletivo não se expresse da mesma maneira dependendo dos contextos — os dois estudos de caso descritos aqui são uma ilustração disso —, ela não deixa por isso de ser menos irreduzível. Como, depois disso, promover uma autonomia que não seja um fator de individualismo e de isolamento? Como conceber formas de pertencimento que permitam simultaneamente a construção de uma capacidade de julgamento prática, a libertação em relação a normas conjugais, familiares, comunitárias que inibem todo processo de decisão autônomo, sem com isso conduzir à ruptura dos vínculos de pertencimento?

Observa-se que a relação entre os direitos formais, tal como definidos pela lei, e a autonomia real — o que cada pessoa é realmente capaz de fazer — é não apenas delicada, mas sobretudo fonte de desigualdade. O peso das obrigações familiares — das quais a maior parte da carga recai sobre as mulheres, qualquer que seja o contexto — é um primeiro obstáculo, sem ser o único. Entram em jogo também a capacidade das mulheres de tomar consciência de seus direitos e de fazê-los valer. Ora, essa capacidade se exerce de um modo muito heterogêneo. Ela exige aptidões cognitivas, cada vez mais necessárias devido a um ambiente institucional cada vez mais complexo. Exige também o julgamento moral de cada mulher (“quais são meus direitos?”, “em que medida sou responsável por minha própria situação?”). Devido a essa heterogeneidade, como fazer com que as pessoas — homens ou mulheres — sejam capazes de *converter* seus direitos, para retomar a expressão de Sen, e como compensar o caráter desigual de uma justiça universalista, e portanto cega às dificuldades experimentadas por certas pessoas, em razão de particularidades individuais ou sociais, para transformar seus recursos e seus direitos em reais potencialidades?

Em face dessas diferentes questões, um primeiro elemento de resposta consiste em admitir que não existem critérios objetivos de validade em termos de justiça social. A definição do que é justo e injusto e mais globalmente a do interesse geral não podem depender unicamente de uma harmonização espontânea entre interesses individuais e coletivos ou de uma solução única imposta por uma autoridade superior. Essas definições são necessariamente o resultado de um *processo pluralista*. Um pluralismo moral, no sentido em que existe uma diversidade de concepções do “bem”, inclusive na comunidade científica, cuja objetividade absoluta é um logro. Um pluralismo político, no sentido em que é a ação coletiva, representativa dos interesses dos diferentes grupos sociais, que permite que seja respeitada a diversidade dos valores. Esse pluralismo não é somente uma garantia de liberdade individual: ele condiciona a eficácia econômica, pois permite a expressão e a formulação das necessidades econômicas, sua reivindicação e às vezes sua resolução. Processo democrático e crescimento econômico são pois indissociáveis, pois os dois processos se alimentam mutuamente. Ini-

ciada pela filosofia pragmática, durante muito tempo rejeitada por uma abordagem positivista preocupada com a busca de uma solução última e objetiva — da qual a teoria do bem-estar representa o apogeu —, essa concepção pluralista da justiça social tende atualmente a ser reabilitada.

Admitindo-se a necessidade de uma democratização das práticas econômicas, permanece uma questão central: a de sua implementação prática. Uma pista possível — ao menos é a hipótese defendida neste trabalho — consiste em superar as fronteiras usuais entre o privado-doméstico e o público, entre o monetário e o não-monetário, e em incentivar a criação de espaços *intermediários*. Esse é o caminho da economia solidária. Ninguém pensa em contestar a pertinência de uma liberdade expressa em termos de direitos formais. Embora esta seja indispensável e ainda restem muitos esforços a ser feitos para ampliá-la, especialmente no Sul, ela ainda é insuficiente. Se conquistar direitos ainda é uma preliminar inevitável, fazê-los ganhar vida deve ser o objetivo. Caso não haja reflexão sobre sua implementação prática, corre-se o risco de chegar a uma autonomia inacabada, até mesmo sem consistência. A economia solidária responde a várias implicações decisivas para a igualdade entre os sexos.

Em primeiro lugar, ela participa da revalorização dos comportamentos de cuidados ministrados a outrem e de reciprocidade; reconhecer que esses comportamentos participam do bem-estar individual e social e que eles são fatores de desenvolvimento pessoal é o único meio de se chegar a uma divisão mais igualitária das obrigações familiares. Reduzir o dom a uma pretensa virtude feminina reduz-se a atribuir às mulheres a maior parte das obrigações familiares; ora, sabe-se que é na divisão sexual do trabalho doméstico que reside o nó das desigualdades, o epicentro da dominação masculina. Além disso, reconhecer a necessidade das práticas recíprocitárias é hoje o único meio de sair do dualismo Estado/mercado, que somos obrigados a reconhecer como incapaz de fornecer respostas ao aumento das desigualdades e às dificuldades de integração social. No Norte, o círculo virtuoso da época fordista que se baseava na sinergia Estado/mercado não passa de um parêntese da história. No Sul, essa sinergia jamais funcionou realmente. Oferecer paliativos para o esgotamento ou para a inexistência de

recursos públicos não é a única tarefa a ser realizada. O dom/contradom — como Marcel Mauss mostrou admiravelmente — está na base do funcionamento de toda sociedade, qualquer que ela seja. Simplesmente porque a existência e a dignidade de cada um de nós passam por essa tripla capacidade de dar, de receber e de entregar, e porque a coesão social se baseia na aptidão das pessoas para trocar com base na reciprocidade.

Em segundo lugar, as práticas da economia solidária se baseiam na sinergia entre liberdade econômica e liberdade política, e se apresentam como locais de diálogo social. Esse diálogo social é possível quando são ultrapassadas as fronteiras usuais entre espaços privados-domésticos e espaços públicos. No passado, nas sociedades ditas modernas, o espaço público era o local por excelência da liberdade, da igualdade e do progresso. Ele não era afetado pelo que ocorria no espaço privado — por seus egoísmos, suas injustiças ou até mesmo suas violências, que negavam a autonomia individual. Assiste-se hoje a um embaralhamento das fronteiras. Já é um primeiro passo que o Estado de direito se preocupe com as injustiças intrafamiliares. Mas as próprias pessoas precisam de espaços intermediários que propiciem uma forma de autogestão coletiva dos problemas particulares de cada uma delas, assim como a expressão e a reivindicação das necessidades. Ao facilitar a visualização das desigualdades e o reconhecimento de seu caráter multi-dimensional, esses espaços desempenham de algum modo o papel de uma *justiça de proximidade*, no sentido de que adaptam os direitos formais às exigências locais, respondendo a uma tripla finalidade: avaliar a autonomia real das pessoas, ajudá-las a tomar consciência de seus direitos e a converter esses direitos em reais potencialidades, e, por fim, conciliar a promoção do ideal de autonomia com a do pertencimento.

Essa justiça de proximidade dificilmente pode ser proclamada; ela frequentemente é resultado de um processo progressivo, de compromisso entre diferentes atores, do qual resulta um equilíbrio frágil sempre questionável entre três pólos: o do individual, o do coletivo e o do geral. Aliás, é mais que um simples equilíbrio, pois os três pólos se constroem e se influenciam mutuamente: daí o conceito de *mediação*, que procura dar conta desse processo contínuo de geração recíproca. Esse termo tem ao mesmo tempo um

elemento positivo (descrever os mecanismos que estão em ação) e normativo (colocar limites aos riscos de desvio).

Assiste-se primeiramente a uma mediação entre os pólos do singular e do pessoal, o que constitui a singularidade e a unicidade de cada pessoa, e o pólo do coletivo, que permite a partilha de uma certa comunidade de valores. Ao se apresentar como um modo de interconhecimento e de reconhecimento mútuo que ajuda a formular as escolhas de cada pessoa e a validá-las, esses espaços permitem a crítica, até mesmo o desapego em relação ao meio de pertencimento de origem ao mesmo tempo em que oferecem a oportunidade de um pertencimento alternativo. Essa dinâmica é possível apenas por meio da preservação permanente de um equilíbrio entre as aspirações pessoais e a finalidade coletiva. No Norte, o desenvolvimento pessoal dentro dos grupos ocorre em um clima de confiança que incita cada pessoa a se expressar e a sair de um fechamento sobre si mesma. No Sul, ele às vezes é ameaçado por um reforço das relações hierárquicas, até mesmo pela emergência de novas formas de hierarquia que só fazem fortalecer as relações de dependência às quais certas mulheres estão sujeitas.

Assiste-se, em segundo lugar, a uma mediação entre o grupo e seu ambiente externo, entre interesse coletivo e interesse geral. Toda ação coletiva contém em seu próprio princípio dois riscos. O primeiro deles é o de espaços fechados em si mesmos, de entidades separadas, que reconstituiriam uma certa forma de segregação espacial, até mesmo uma espécie de gueto que excluiria todo sentimento de pertencimento à comunidade global. Ora, o objetivo é precisamente ligar as mulheres ao resto da sociedade. O segundo risco é o de espaços organizados e regulados a partir do exterior, que veriam assim sua finalidade escapar de seu controle ou, pior que isso, que veriam seu objetivo ser corrompido. Contentar-se em conciliar interesse coletivo e interesse geral não basta: é a questão de sua aptidão para influenciar *a elaboração do interesse geral* que é decisiva.

O risco permanente, que abordamos várias vezes, é o de que a economia solidária se torne tão-somente um subterfúgio neoliberal que se traduza em um abandono público ainda mais pronunciado. Nos países que conseguiram se dotar de um Estado de direito esse risco é preocupante, mas naqueles

que estão pensando para construir um esse risco é assustador. No que diz respeito às mulheres, esse perigo é ainda mais pronunciado. Muitas experiências de economia solidária visam assumir atividades de proximidade que tradicionalmente estão a cargo das mulheres; essas experiências são animadas em grande parte, por enquanto, por mulheres e para mulheres. Limitar-se a ações localizadas e pulverizadas sem se perguntar pelos fundamentos estruturais da desigualdade teria como efeito um reforço ainda maior do caráter feminino dessas atividades de proximidade. Ora, se a economia solidária deve ter um sentido e merecer que nos interessemos por ela, não é apenas pelas ações que ela realiza no cotidiano; é também, e talvez sobretudo, por sua capacidade de contribuir para mudanças institucionais mais favoráveis às mulheres, contribuição que passa tanto por sua participação na elaboração das políticas públicas como por sua aptidão para fazer evoluir os sistemas de representações.

Esse papel social, como já vimos, é balbuciante. Seu futuro depende primeiramente da maneira pela qual a economia solidária, em seu âmago, reconhecerá o justo valor das desigualdades entre os sexos, o que ainda não é sistematicamente o caso. Ele depende, em segundo lugar, da capacidade de contribuição da economia solidária em seu conjunto para a definição do interesse geral. O estabelecimento de uma justiça social realmente pluralista provavelmente não se tenha revelado tão necessário e complexo ao mesmo tempo. Diante da internacionalização das economias, é forçoso admitir, hoje em dia muito mais que ontem, a perda de soberania dos Estados, quaisquer que sejam, e sua dificuldade em se impor tanto no domínio do mercado como no da proteção social. Os interlocutores não são mais os mesmos: em muitos domínios não são os Estados que é preciso convencer, mas formas supranacionais de autoridade pública como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, assim como as grandes empresas. Nessas condições, a sociedade civil só poderá se fazer ouvir se ela se internacionalizar.

E ao mesmo tempo — e aí está o paradoxo — essas práticas provavelmente nunca foram tão particularizadas, fragmentadas e, portanto, pouco aptas a representar o interesse geral. A especificidade das práticas associativas contemporâneas — da qual fazem parte as práticas femininas descritas neste trabalho — é que elas tendem a ser muito mais especializadas e monofun-

cionais que nas gerações anteriores. Como indica Alain Caillé, é precisamente isso que constitui ao mesmo tempo sua força e sua fraqueza. Sua força, porque é precisamente ao responder a necessidades estreitamente determinadas e ao socializar problemas privados que elas conseguem mobilizar seus membros, mais atraídos por formas específicas e concretas de engajamento. Sua fraqueza, no sentido de que essa especialização, esse particularismo não lhes dão nenhuma credibilidade para participar do debate sobre o interesse geral. Daí a proposta do autor em favor “de associações civis cívicas”, cuja razão de ser consistiria precisamente em construir uma sociedade civil, e uma sociedade civil de envergadura internacional: elas não teriam como missão responder a esta ou àquela necessidade particular, e sim estabelecer as “condições de aparecimento, de desenvolvimento e de sucesso do engajamento associativo em geral” (CAILLÉ, 2001, p. 203).

Acreditar na possibilidade dessas práticas associativas pressupõe uma aposta na capacidade do espírito associacionista de “transcender a si próprio”, de superar não apenas as fronteiras geográficas, mas mais ainda os interesses deste ou daquele grupo, e, portanto, de imaginar “regras de funcionamento substanciais de coexistência conflitual entre os particularismos mais diversos” (ibid.). Essa hipótese não é completamente utópica. Vários acontecimentos recentes anunciam o surgimento de uma sociedade civil em âmbito europeu (DACHEUX, 2001), e a mesma constatação pode ser feita em âmbito internacional: são demonstrações disso as conferências referentes à economia social e solidária que se sucederam desde a que ocorreu em Ostende em 1997, a organização regular de contracúpulas que se contrapõem às do G8 ou da Organização Mundial do Comércio, ou ainda o nascimento da Aliança para um mundo responsável e solidário na qual se construiu um pólo de socioeconomia da solidariedade (FAVREAU e TREMBLAY, 2001). Cada uma dessas iniciativas procura conciliar, de um modo mais ou menos bem-sucedido, as aspirações e as reivindicações de uma grande quantidade de grupos, entre os quais os grupos e redes feministas, particularmente as redes internacionais mencionadas no último capítulo.

Seria ingênuo, a exemplo de muitos pensadores da tradição liberal, acreditar na capacidade espontânea das pessoas de organizar um pluralis-

mo eficaz e representativo do conjunto dos grupos sociais. O acesso ao espaço público, como se sabe, é fundamentalmente desigual, e essa forma de desigualdade se junta a outras: com muita freqüência, os pobres e as mulheres estão entre os mais desfavorecidos. Se se admite que a liberdade de expressão é tão necessária quanto a liberdade econômica, se se admite também que essa liberdade de expressão não se resume ao exercício de uma democracia representativa mas pressupõe o de uma democracia *participativa*, capaz de favorecer a deliberação, a formulação e a expressão das necessidades, então é responsabilidade dos Estados corrigir essas desigualdades em relação à fala pública. A necessidade de Estado provavelmente jamais tenha sido tão grande, mas sob outras formas. O futuro da economia solidária depende precisamente de seu reconhecimento pelos Estados e pelas organizações internacionais. É incumbência dos atores da economia solidária prosseguir suas ações, suas reivindicações, assim como seus esforços em busca de união; mas é responsabilidade das autoridades públicas apoiar esses esforços sem demora, sem esperar por resultados tangíveis, o que pressupõe o reconhecimento de que elas próprias precisam dessa força de contestação para que sejam ao mesmo tempo mais justas e mais eficazes.

Referências bibliográficas

- AFFICHARD, J., FOUCAULT, J.-B. de (orgs.). *Pluralisme et équité*. La justice sociale dans les démocraties. Paris, Editions Esprit, 1995.
- AGLIETTA, M., ORLÉAN, A. (orgs.). *La monnaie souveraine*. Paris, Odile Jacob, 1998.
- ALLAIN, L., SÉDILLOT, B. 'L'effet de l'allocation parentale d'éducation sur l'activité des femmes. In: CONSEIL D'ANALYSE ÉCONOMIQUE, 1999b, 177-195.
- ALCOUFFE, A., ALCOUFFE, C.H. Le travail féminin et les économistes français et anglais du XIX^e siècle. In: ALCOUFFE et al., 2000, t. I, 43-58.
- , FOURCADE, B., PLASSARD, J.-M., TAHAR, G. *Efficacité versus équité en économie sociale*. Paris, L'Harmattan (col. "Logiques sociales"), 2t, 2000.
- ANDREONI, J., VERSTELUND, L. Which is the Fair Sex? Gender Differences in Altruism. *The Quarterly Journal of Economics* (fev. 2001), 293-312.
- ARCHAMBAULT, É. *Le secteur sans but lucratif*. Associations et fondations en France, Paris, Economica, 1996.
- ASTIER, I. *Revenu minimum et souci d'insertion*. Paris, Desclée de Brouwer, 1997.
- ATD QUART-MONDE. *Le RMI vu par les familles du quart-monde de la région lyonnaise*. Lyon, ATD, nov. 1990.
- BALANDIER, G. *Le détour*. Pouvoir et modernité. Paris, Fayard, 1985.

- BASTARD, B. La médiation sociale. Enjeux de la professionnalisation. *Territoires. La revue de la démocratie locale*, n° 422 (nov. 2001), 32-35.
- BALKENHOL, B., GUEYE, E. H. Tontines and Banking System: Is there a Case for Building Linkages? *Working Paper n° 2*, International Labour Organisation, 1994.
- BANCO MUNDIAL. Gestion du risque social. Cadre théorique de la protection sociale. *Document de travail* n° 0006 (sobre a proteção social), Washington, Banco Mundial, fevereiro de 2000.
- . *Sénégal. Stratégie*, s. 1, abr. 1998a.
- . Case Studies in Microfinance. Burkina Faso: le projet de promotion du Petit Crédit rural. *Sustainable Banking with the Poor*. Washington D.C. Banco Mundial, <<http://www-esd.worldbank.org>>, 1998b.
- . Inventaire mondial des institutions de microfinance. *Sustainable Banking with the Poor*. Washington D.C. Banco Mundial, 1997.
- BAUMANN, E. Burkina Faso: heurts et quelques malheurs de la microfinance. In: SERVET E VALLAT (orgs.). 2001, 185-198.
- . Société civile et microfinance. Réflexions à partir d'exemples ouest-africains. In: SERVET et al. (orgs.). 1999a, 291-304.
- . Travail et mondialisation au Sénégal. *Document de travail*, jun. 1999b.
- . 15 %? Mais c'est trop cher! Coût du crédit et représentation du temps em milieu populaire à Dakar. In: SERVET E VALLAT (orgs.). 1998a, 35-41.
- . L'ajustement structurel au service de la société civile? Réflexions à partir d'exemples sénégalais. In: GESCIVIA (coletivo). 1998b, 27-62.
- BAYART, J.-F. (org.). *La réinvention du capitalisme*. Paris, Karthala, 1993.
- . *L'État en Afrique: la politique du ventre*. Paris, Fayard, 1989.
- BAZIN, L., SÉLIM, M. *Motifs économiques en anthropologie*. Paris, L'Harmattan (col. "Anthropologie critique"), 2001.
- BAZZOLI, L. *Action collective, travail, dynamique du capitalisme: fondements et actualité de l'économie institutionnaliste de J. R. Commons*. [Tese: Doutorado em ciências econômicas.] Universidade Lyon-2, 1994.
- BEKOLO-EBE, B. Le système des tontines: liquidité, intermédiation et comportement d'épargne. *Revue d'économie politique*, n° 4(1989) 616-638.
- BELLONI, M.-C., BOULIN, J.-Y., JUNTER-LOISEAU, A. Du temps de travail aux temps des villes. In: MARUANI (org.). 1998, 171-182.
- BENNETT, L., CUEVAS, C. Sustainable Banking with the Poor. *Journal of International Development*, v. 8, n. 2(1996), 145-152.
- BERGER, A., MICHEL, G. *Des services de proximité*. Pour la création de services solidaires. Paris, Desclée de Brouwer, 1998.

- BIERSCHENCK, T., CHAUVEAU, J.-P., OLIVIER DE SARDAN, J.-P. *Courtiers en développement. Les villages africains en quête de projet*, Paris, APAD-Karthala, 2000.
- BIHR, A., PFEFFERKON, R. *Déchiffrer les inégalités*. Paris, Syros (col. "Alternatives économiques"), 1999.
- BISILLIAT, J. (org.). *Femmes du Sud, chefs de famille*. Paris, Karthala, 1996.
- . *Relations de genre et développement*. Paris, Orstom, 1992.
- . Les femmes et les coopératives. *Revue Tiers Monde*, 1985.
- BISILLIAT, J., VERSCHUUR, Ch. (orgs.). *Genre et économie: un premier éclairage*. Paris, L'Harmattan (col. "Cahiers Genre et développement", AFED – EFI, n° 2), 2001.
- BIT (Bureau International du Travail), BCEAO (Banco central dos Estados da África do Oeste). *Banque de données sur les systèmes financiers décentralisés 1997-1998*. Dakar, UEMOA, OIT, 1999.
- . International Labour Standards and Finance: a Review. *Working Paper n° 20*, OIT, 1999a.
- . Gender and the Access to Financial Services. OIT, 1999b.
- BLANC, J. *Les monnaies parallèles. Unité et diversité du fait monétaire*, Paris, L'Harmattan (col. "Logiques économiques"), 2000, 351 p.
- . *Les monnaies parallèles. Approches historiques et théoriques*. [Tese: Doutorado em ciências econômicas.] Universidade Lumière Lyon-2, 1998, 738 p.
- BLAUG, M. *La méthodologie économique [The Methodology of Economics, 1992]*. Trad. A. e Ch. Alcouffe, Paris, Economica.
- BLOY, E. Les tontines: une analyse financière. In: SERVET (org.). 1995, 105-120.
- ., DUPUY, C. Adaptation des règles de gestion aux contraintes du financement informel: réflexion dans le cadre du contexte africain. In: HÉNAULT E M'RABAT (orgs.), 1990, 65-76.
- ., MAYOUKOU, C. Analyse du risque et intermédiation de l'épargne en Afrique subsaharienne. *African Review of Money, Finance and Banking*, n° 1(1994), 73-95.
- BOP, C. Les femmes chefs de famille. In: BISILLIAT (org.). 1996, 129-149.
- BOLTANSKI, L., THÉVENOT, L. *De la justification. Les économies de la grandeur*, Paris, Gallimard, 1991.
- BONDU, D. *Nouvelles pratiques de médiation sociale. Jeunes en difficulté et travailleurs sociaux*. Éditions ESF (col. "Actions sociales/Société". Paris), 2000.
- BOUCHARD, M., BOURQUE, G., LÉVESQUE, B. L'évaluation de l'économie sociale dans la perspective de nouvelles formes de régulation socio-économique de l'intérêt général. *Cahiers du CRISES*, n. 13, 2000.

- BOULIANNE, M. Le potentiel des jardins communautaires pour le développement des collectivités locales: éléments pour l'analyse d'une intervention au Mexique et au Québec. *Cahiers du CRISES*, n. 10, 1999.
- BOURDIEU, P. *La domination masculine*. Paris, Seuil (col. "Liber"), 1998.
- BUCCOLO, E. Les réseaux féminins en Sicile. *Intervention au séminaire "Femmes et économie solidaire"*. Paris, CRIDA, jun. 2002.
- BRIANT, V. de, PALAU, Y. *La médiation*. Définition, pratiques et perspectives. Paris, Nathan (col. "Université"), 1999.
- BROUSSE, C. La répartition du travail domestique entre conjoints reste très largement spécialisée et inégale. In: *INSEE* (1999), 135-161.
- BRUNHES, B., CLERC, D., MÉDA, D., PERRET, B. *35 heures: le temps du bilan*. Paris, Desclée de Brouwer (col. "Sociologie économique"), 2001.
- CAILLÉ, A. La société civile mondiale qui vient. In: LAVILLE, J.-L. et al., 2001, 183-208.
- . *Anthropologie du don*. Le tiers paradigme. Paris, Desclée de Brouwer (col. "Sociologie économique"), 2000.
- CAPLOW, Th. Christmas Gifts and Kin Networks. *American Sociological Review*, v. 47 (jun. 1982), 383-392.
- CASTEL, R. *Les métamorphoses de la question sociale*. Une chronique du salariat. Paris, Fayard, 1995.
- CÉRÉZUELLE, D., ROUSTANG, G. *Autoproduction et développement social*. Paris, Argo, 1998.
- CHANIAL, PH. Société civile, société civique? Associationnisme, libéralisme et républicanisme. In: LAVILLE, J.-L. et al., 2001, 141-163.
- ., LAVILLE, J.-L., 2002, L'économie solidaire: une question politique. *Mouvements*, n. 19 (jan.-fév. 2002), 11-20.
- CHAO-BEROFF, R. Développer des services financiers en milieu défavorisé: le cas des caisses villageoises d'épargne et de crédit autogérées du pays dogon. In: SCHNEIDER (org.). 1997, 95-118.
- CHEAL, D. Showing them You Love them: Gift Giving and the Dialectic of Intimacy. *Sociological Review*, v. 35, n. 1, 1987, 151-169.
- CODELLO, P. La professionnalisation des services de proximité. *Intervention au séminaire "Femmes et économie solidaire"*. Paris, CRIDA, jun. 2002.
- CONSEIL D'ANALYSE ÉCONOMIQUE. *Plein emploi*. Rapport de Jean Pisani-Ferry. Paris, La Documentation française, 2000.
- . *Emplois de proximité*. Rapport de Gilbert Cette. Paris, La Documentation française, 1999a.
- . *Égalité entre femmes et hommes: aspects économiques*. Rapport de Béatrice Majnoni d'Intignano. Paris, La Documentation française, 1999b.

- CONSEIL SUPÉRIEUR DE L'EMPLOI, DES REVENUS ET DES COÛTS. *Minima sociaux, entre protection et insertion*. Paris, La Documentation française, 1997.
- COMMAILLE, J. *Les stratégies des femmes*. Travail, famille et politique. Paris, La Découverte (col. "Textes à l'appui/série sociologie"), 1993.
- COMMISSARIAT GÉNÉRAL DU PLAN. *Réduction du temps de travail: les enseignements de l'observation*. Rapport de la Commission présidée par Henri Rouilleaut. Paris, La Documentation Française, 2001.
- COMMISSION DES COMMUNAUTÉS EUROPÉENNES. La pauvreté monétaire dans l'Union européenne: la situation des enfants, les différences entre sexes et l'écart de pauvreté. *Statistiques en bref. Populations et conditions sociales*, thème 3, 12/2000, 2000a.
- . Pauvreté monétaire et exclusion sociale dans l'Union européenne. *Statistiques en bref. Populations et conditions sociales*, thème 3, 13/2000, 2000b.
- COQUERY-VIDROVITCH, C. *Les Africaines*. Histoire des femmes d'Afrique noire du XIX^e au XX^e siècle. Paris, Éditions Desjonquères, 1994.
- . *Afrique Noire*. Permanences et ruptures. Paris, L'Harmattan, 1994.
- DACHEUX, É. Les associations dans l'espace public européen. In: LAVILLE, J.-L. et al., 2001, 165-182.
- DARES. Familles professionnelles. *Les Dossiers de la DARES*, n. 1-2.99, Ministère de l'Emploi et de la Solidarité, 2000.
- . Emploi et salaires: les inégalités entre hommes et femmes en mars 1998. *Premières synthèses*, n. 99-08/32.2, Ministère de l'Emploi et de la Solidarité, 1999.
- DEFALVARD, H., GUIENNE, V. (orgs.). *Le partage du travail*. Bilan et perspectives. Paris, Desclée de Brouwer (col. "Sociologie économique"), 1998.
- DEFOURNY, J., DEVELTERE, P., FONTENEAU, B. (orgs.). *L'Économie sociale au Nord et au Sud*. Bruxellas, De Boeck Éditions, 1999.
- DEFOURNY, J., DEVELTERRE, P. Origines et contours de l'économie sociale au Nord et au Sud. In: DEFOURNY et al., 1999, 25-58.
- DELCROIX, C., BESKI, C., MATHIEU, Z. R., BERTAUX, S. *Médiatrices dans les quartiers fragilisés: le lien*. Paris, La Documentation française ("Droits des femmes"), 1996.
- DELPHY, CH. *L'ennemi principal*. Économie politique du patriarcat. Paris, Éditions Syllepse (col. "Nouvelles questions féministes"), 1998.
- DEMOUSTIER, D. *L'Économie sociale et solidaire*. S'associer pour entreprendre autrement. Paris, Syros (col. "Alternatives économiques"), 2001.

- DIARRA DOKA, M. Femmes et micro-économie au Niger: le petit crédit. In: PREISWERK (org.). 1998, 195-206.
- DIENG, A. *Pratiques financières des migrants sénégalais et maliens en France*. [Tese: Doutorado em ciências económicas.] Universidade Lyon-2, out. 2000.
- DIOP, A.-B. *La famille wolof*. Paris, Karthala, 1985.
- . *La société wolof, traditions et changements*. Paris, Karthala, 1981.
- DOCKÈS, P. (org.). *Ordre et désordre dans l'économie-monde*. Paris, PUF, 2002.
- . The Birth of Concept of the Trading Space in the XVIth and XVIIIth Century. *Journal of the History of Economic Thought*, n. 12, 1990, 127-132.
- DOLIGEZ, F. Dix ans d'études de l'impact de la microfinance: synthèse de quelques observations de terrain. In: SERVET e GUÉRIN (orgs.). 2002, 88-112.
- , GENTIL, D. Les approches du financement local: une perspective historique. In: SERVET E VALLAT (orgs.). 2001, 185-198.
- , LE BISSONNAIS, A. *Étude bibliographique*. Programme régional d'appui aux opérations de crédit décentralisé. Étude financement et développement. Paris, Ministère de la Coopération/IRAM, jun. 1996.
- DROMAIN, M. Un adage à l'épreuve des faits: la place des femmes dans les tontines au Sénégal. In: SERVET (org.). 1995, 121-140.
- DUMONT, L. *Essai sur l'individualisme*. Une perspective anthropologique sur l'idéologie moderne. Paris, Éditions du Seuil, 1985.
- DURUFLÉ, G. *Le Sénégal peut-il sortir de la crise? Douze ans d'ajustement structurel au Sénégal*. Paris, Karthala, 1994.
- DUVAL, M., SABOURIN, C. L'économie sociale du point de vue des femmes: bilan d'une démarche de formation. *Atelier de recherche sur l'économie sociale et la lutte contre l'appauvrissement des femmes, Document de travail*, Montreal, 1998, 18-25.
- ÉBIN, V. Les commerçants mourides à Marseille et à New York?. In: Emmanuel GRÉGOIRE e Pascal LABAZÉE (orgs.). *Grands commerçants d'Afrique de l'Ouest*. Logiques et pratiques d'hommes d'affaires contemporains. Paris, Karthala, 1993, 101-123.
- EGG, J., LAMBERT, A. Commerce, réseaux et marchés. L'approvisionnement dans les pays de l'espace sénégalien. *Cahiers des sciences humaines*, 30 (1-2), 1994, 229-254.
- ELDER, S., JOHNSON, L. S. Indicateurs du marché de travail: la situation comparée des hommes et des femmes. *Revue internationale du travail*, v. 138, n. 4, 1999, 497-516.
- ELSTER, J. Emotions and Economic Theory. *Journal of Economic Literature*, v. XXXVI, mar. 1998, 47-74.

- . *Local Justice: How Institutions Allocate Scarce Goods and Necessary Burdens*. New York, Russel Sage Foundation, 1992.
- . *Le laboureur et ses enfants*. Deux essais sur les limites de la rationalité [States that Are Essentially By-products. Imperfect Rationality: Ulysses and the Sirens, 1983, trad. A. Gerschanfeld]. Paris, Éditions de Minuit, 1986a.
- . *The Multiple Self*. Cambridge, New York, Cambridge University Press, 1986b.
- EME, B. Les associations ou les tourments de l'ambivalence. In: *Laville, J.-L. et al.*, 2001, 27-60.
- . Économie plurielle et recomposition des temps sociaux. In: DEFALVARD E GUIENNE (orgs.). 1998, 215-250.
- . Aux frontières de l'économie: politiques et pratiques de l'insertion. *Cahiers internationaux de sociologie*, V. CIII, nov.-dez. 1997, 313-334.
- . Insertion et économie solidaire. In: EME E LAVILLE (orgs.). 1994, 157-194.
- EME, B., LAVILLE, J.-L. (orgs.). *Cohésion sociale et emploi*. Paris, Desclée de Brouwer (col. "Sociologie économique"), 1994.
- ENJOLRAS, B. *L'économie solidaire et le marché*. Paris, L'Harmattan, 2002.
- EPHESIA (coletivo de autores). *La place des femmes*. Les enjeux de l'identité et de l'égalité au regard des sciences sociales. Paris, La Découverte, 1995, 740 p.
- EVERS, A. Les dimensions sociopolitiques du tiers secteur, *Sociologie du travail*, v. 42, n. 4, out.-dez. 2000, 567-585.
- . Allemagne: des expériences sans politique. In: EME e LAVILLE (orgs.). 1994, 211-229.
- EWALD, F. *L'État providence*. Paris, Grasset, 1986.
- FAVEREAU, O. Marchés internes, marchés externes. *Revue économique*, v. 40, n. 2, mar. 1989, 273-328.
- FAVREAU, L. Économie sociale, coopération internationale et développement des sociétés du Sud. *Cahiers du CRISES*, n. 18, 2000.
- . Économie sociale et mondialisation: une perspective globale. In: DEFOURNY et al. 1999, 241-256.
- . L'économie sociale mise en perspective: renouvellement au Nord et émergence au Sud. *Cahiers du CRISES*, n. 19, 1997, 707.
- , FRÉCHETTE, L. Économie sociale, coopération Nord/Sud et développement. *Cahiers du CRISES*, n. 2, 2000.
- . Développement communautaire et économie sociale: l'expérience péruvienne de Villa El Salvador. *Cahiers du CRISES*, n. 9, 1999, 908.
- , TREMBLAY, D. Conjoncture internationale, société civile, économie sociale et solidaire dans une perspective Nord/Sud. *Cahiers du CRISES*, n. 0114, 2001.

- FAYET-SCRIBE, S. *Associations féminines et catholicisme. XIX^e-XX^e siècle*. Paris, Éditions Ouvrières, 1990.
- FERBER, M., NELSON, J. (orgs.). *Beyond Economic Man*. Feminist Theory and Economics. Chicago/London, Chicago University Press, 1993.
- FERRATON, C. *L'idée d'association (1830-1928)*. [Tese: Doutorado em ciências econômicas.] Universidade Lyon-2, 2002.
- , FROBERT, L. *L'enquête inachevée*. Paris, PUF (col. "Sciences, modernités, philosophies"), 2003.
- FISCHER, E., ARNOLD, S. J. More than a Labor of Love: Gender Roles and Christmas Shopping. *Journal of Consumer Research*, v. 17, dez. 1990, 333-345.
- FOLBRE, N. *De la différence des sexes en économie politique*. [Trad.: E. Ochs (coletânea de textos)]. Paris, Éditions des Femmes, 1997.
- FOUGEYRAS-SCHWEBEL, D. Entraide familiale: de l'universel au particulier. *Sociologie contemporaine*, n. 17 (1994), 51-73.
- FOUQUET, A., GAUVIN, A., LETABLIER, M.-T. Des contrats sociaux entre les sexes différents selon les pays de l'Union européenne. In: CONSEIL D'ANALYSE ÉCONOMIQUE, 1999b, 105-146.
- FOURNIER, Y., QUÉDRAOGO, L. Les coopératives d'épargne et de crédit en Afrique. *Revue Tiers Monde*, t. XXXVII, n. 145, jan.-mar. 1996, 67-83.
- FRAISSE, G. *Les femmes et leur histoire*. Paris, Folio (col. "Histoire"), 1998a.
- . Domesticité, emplois de service et démocratie. In: MARUANI (org.), 1998b, 154-156.
- FRAISSE, L. Espaces publics de proximité, économie solidaire et démocratisation de l'économie, comunicação no colóquio "Sociologie économique". Montreal, Association internationale des sociologues de langue française, mai 2002.
- FRÉCHETTE, L. *Entraide et services de proximité*. L'expérience des cuisines collectives. Presses de l'Université du Québec (col. "Pratiques et politiques sociales"), 2000.
- GADREY, J., GALLOUJ, F., GHILLEBAERT, E. *La Poste*. Mondes de production, types de produits et cohésion sociale. Relatório de pesquisa para a Direction de la stratégie de La Poste/laboratoire LAST-CLERSE (Universidade de Lille-I e IFRESI), 1996.
- GENTIL, D. Au bord du gouffre. In: SERVET E GUÉRIN (orgs.). 2002, 40-48.
- , FOURNIER, Y. *Les paysans peuvent-ils devenir banquiers? Épargne et crédit en Afrique*. Paris, Syros (col. "Les ateliers du développement"), 1993.
- GESCIVIA (coletivo de autores). *Individualisations citadines et développement d'une société civile: Abidjan et Dakar*. Relatório de pesquisa para o

- Ministère délégué à la Coopération et la Francophonie, Paris, IEDES/ Universidade Paris-I, 1998.
- GESHIERE, P. *Sorcellerie et politique: la viande des autres*. Paris, Karthala, 1995.
- GIDDENS, A. *Les conséquences de la modernité* [The Consequences of Modernity, 1990]. Trad. O. Meyer, Paris, L'Harmattan, 1994.
- GILARDONE, M. *Amartya Sen: le retour à l'esprit éthique de l'économie politique*. [DEA em ciências econômicas]. Universidade Lumière Lyon-2, 2001.
- GILLIGAN, C. *Une si grande différence* [In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development, 1982]. Trad. A. Kwiatek, Paris, Flammarion, 1986.
- GODBOUT, J. (colab. de A. Caillé). *L'esprit du don*. Paris, La Découverte, 1992.
- GOETZ, A.-M., GUPTA, R. S. Who Takes the Credit? Gender, Power and Control Over Loans Use in Rural Credit Programs in Bangladesh. *World Development*, v. 24, n. 1, 1996, 45-63.
- GORZ, A. *Métamorphose du travail, quête du sens: critique de la raison économique*. Paris, Galilée, 1988.
- GROENEWEGEN, P. (org.). *Feminism and Political Economy in Victorian England*. Brookfield, Edward Elgar, 1994.
- GUENEAU, Ch. Les besoins des personnes fragiles en matière de service bancaire. *Revue d'économie financière*, n. 58: *L'exclusion bancaire*, set-out. 2000, 47-56.
- GUERIN, I. La finance au coeur de l'entrepreneuriat féminin. Exemples sénégalais. *Tiers Monde*, 2003.
- . *La microfinance et la création d'entreprise par les chômeurs*. La situation dans quelques pays européens et en Amérique du Nord. Relatório para o Bureau International du Travail e o Secrétariat d'État à l'Économie solidaire. Lumiris, Centro Walras, mar. 2002.
- . Microfinance et autonomie féminine. *Working Paper*, Centro Walras, n. 240, set. 2001.
- . *Pratiques monétaires et financières des femmes en situation de précarité*. [Tese: doutorado em ciências econômicas]. Universidade Lumière Lyon-2, 2000a.
- . Le prêt collectif peut-il être considéré comme une innovation financière? *Savings and Development*, n. 2, XXIV, 2000b, 219-247.
- . *La Poste et le passage à l'euro*. Relatório para a mission Recherche de La Poste. Groupe pour la recherche opérationnelle par l'usage des sciences de l'homme/centro Walras, nov. 1998 (participação de Gilles Malandrin, Ababacar Dieng, David Vallat).

- . Systèmes d'échange local et insertion. Le don facteur de réinsertion. *Working Paper*, centro Walras, n. 210, 1997.
- ., GLOKOVIEZOFF, G. *Recherche action pour améliorer les relations entre les organismes financiers et les personnes en difficulté*. Relatório para Caisse des dépôts et consignations, Lumiris, centro Walras, mai. 2002, 3 t.
- HABERMAS, J. *L'espace public*. Archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise [Strukturwandel der Öffentlichkeit, 1962]. Trad. M. B. de Launay. Paris, Payot, 1992.
- . *Théorie de l'agir communicationnel*. Trad. J.-M. Ferry e J.-L. Schlegel. Paris, Fayard, 1987.
- HASHEMI, S., SCHULER, S. R., RILEY, A. P. Rural Credit Programs and Women's Empowerment in Bangladesh. *World Development*, v. 24, n. 1, 1996, 635-653.
- HÉNAULT, G., M'RABAT, M. (orgs.). *Entrepreneuriat en Afrique francophone. Culture, financement et développement*. London/Paris, John Libbey/Aupelf-Uref, 1990.
- HERSANT, M. Les restaurants associatifs. Facteurs de dynamisme, contraintes et limites. Intervenção no seminário "Femmes et économie solidaire". Paris, CRIDA, jun. 2002.
- HERVÉ, E. *Le temps des villes*. Relatório para o primeiro-ministro, Paris, jun. 2001.
- HIRSCHMAN, A. O. *Défection et prise de parole*. Théories et applications [Exit, Voice and Loyalty. Responses to Decline in Firms, Organizations and States, 1970]. Trad. Cl. Besseyrias. Paris, Fayard, 1995.
- . *Vers une économie politique élargie*. [Trad. A. O. Hirschman e I. Chopin (coletânea de textos)]. Paris, Éditions de Minuit (col. "Le sens commun"), 1986.
- HOFFMAN, E., MARIUS-GNANOU, K. L'approche genre dans la lutte contre la pauvreté: l'exemple de la microfinance. Comunicação no colóquio "Pauvreté et développement durable", cátedra Unesco da Universidade Bordeaux-IV, nov. 2001.
- HUGON, PH. *L'Économie de l'Afrique*. Paris, La Découverte (col. "Repères") 21999a.
- . Amartya Sen théoricien, expert et philosophe du développement. *Revue d'économie politique*, v. 4, n. 109, 1999b, 489-512.
- ., POURCET, G., QUIERS-VALETTE, S. (orgs.). *L'Afrique des incertitudes*. Paris, PUF/IEDES, 1995.
- IREDA. *Peuples et pouvoirs*. Organisations populaires en marche. Afrique-Amériques-Asie. Paris, L'Harmattan (col. "IREDA"), 1999.

- INSEE. *France. Portrait social 2001-2002*. Paris, La Documentation Française, 2001.
- . *Données sociales. La société des Français*. Paris, Éditions INSEE, 1999.
- ION, J. *La fin des militants?* Paris, Éditions les Aateliers, 1997.
- IRIGARAY, L. Femmes et hommes: une identité relationnelle différente. In: EPHESIA, 1995, 137-142.
- JEANTET, T. Les temps et l'économie sociale. *Le Monde Initiatives*, n. 8, mai, 2002, 26.
- JEVONS, W. S. *Methods of Social Reform*. London, Macmillan, 1883.
- KRAUSS, A., OSNER, K. SEWA – Inde. L'accès au pouvoir et l'expérience de la SEWA. In: IRED, 1999, 49-112.
- KYMLICKA, W. *Les théories de la justice. Une introduction* [Contemporary Political Philosophy. An Introduction, 1992]. Trad. M. Saint-Upéry. Paris, La Découverte, 1999.
- LABIE, M. De Finansol à Finamerica: quelques leçons d'une crise majeure dans le monde de la microfinance latino-américain. In: SERVET E GUÉRIN (orgs.), 2002, 49-55.
- LALLEMENT, M. Famille et emplois de services. In: MARUANI (org.). 1998, 157-167.
- LAPENU, C. Le système financier rural indonésien: des liens financiers au service du développement rural. In: SERVET et al. (orgs.). 1999, 119-129.
- . ZELLER, M. Distribution, Growth and Performance of Microfinance Institutions in Africa, Asia and Latin America. *FCND Discussion Paper*, n° 114, Washington, International Food Policy Research Institute, jun. 2001.
- LAUFER, J. Entre sphère publique et sphère privée: les enjeux des droits des femmes. In: MARUANI (org.). 1998, 107-114.
- LATOUCHE, S. Malaise dans l'association ou pourquoi l'économie solidaire me laisse perplexe. In: LAVILLE, J.-L. et al. 2001, 17-27.
- . *L'autre Afrique. Entre don et marché*. Paris, Albin Michel (col. "Bibliothèque Économie", 1998.
- LAVILLE, J.-L. Les raisons d'être des associations. In: LAVILLE, J.-L. et al. 2001, 61-141.
- . *Une troisième voie pour le travail*. Paris, Desclée de Brouwer (col. "Sociologie économique"), 1999.
- . Reconnaître l'économie solidaire au Nord comme au Sud. *La lettre du forum de Delphes*, n. 27, 1998, 2-3.
- . L'économie solidaire: une nouvelle forme d'économie sociale? *Revue des études coopératives, mutualistes et associatives*, n. 255, 1995, 70-80.

- . (org.). *L'économie solidaire: une perspective internationale*. Paris, Desclée de Brouwer (col. "Sociologie économique"), 1994.
- . Services, emplois et socialisation. In: EME e LAVILLE (orgs.). 1994, 115-157.
- . *Les services de proximité en Europe*. Paris, Syros, 1992.
- . CAILLÉ, A., CHANIAL, PH., DACHEUX, É., EME, B., LATOUCHE, S. *Association, démocratie et société civile*. Paris, La Découverte/MAUSS/CRIDA, 2001.
- . NYSENS, M. (orgs.). *Les services sociaux entre associations, État et marché. L'aide aux personnes âgées*. Paris, La Découverte/MAUSS/CRIDA, 2001.
- LEFAUCHEUR, N., SCHWARTZ, O. Féminin/masculin, privé/public. In: EPHESIA, 1995, 157-169.
- LECARME, M. *Marchandes à Dakar*. Négoce, négociation sociale et rapports sociaux de sexe en milieu urbain précaire. [Tese: Doutorado em antropologia urbana.] Paris, École des hautes études en sciences sociales, 1993.
- LE CLAINCHE, C., OUTIN, J.-L. L'insertion dans une problématique de justice locale. In: MONNIER (org.). 1999, 149-174.
- LECOUR GRANDMAISON, C. *Femmes dakaroises*. Paris, Éditions du CNRS, 1970.
- LE GALL, D., MARTIN, C. *Les familles monoparentales*. Évolution et traitement social. Paris, Éditions ESF, 1987.
- LELART, M. (org.). *La tontine, pratique informelle d'épargne et de crédit dans les pays en développement*. London/Paris, John Lybbey/Aupelf-Uref, 1990.
- LE QUÉAU, P., SALON, D. Les interdits de chéquier. *Revue d'économie financière*, n. 58, 2000, 97-112.
- LÉVESQUE, B. Le développement local et l'économie sociale: deux éléments devenus incontournables du nouvel environnement. *Cahiers du CRISES*, n. 9905, 1999.
- . Démocratisation de l'économie et économie sociale: un scénario radical pour de nouveaux partages. *Cahiers du CRISES*, n. 9705, 1997.
- , BOURQUE, G., FORGUES, E. *La nouvelle sociologie économique*. Originalité et diversité des approches. Paris, Desclée de Brouwer (col. "Sociologie économique"), 2001.
- . MALO, M.-C., GIRARD, J.-P. L'ancienne et la nouvelle économie sociale. Le cas du Québec. In: DEFOURNY et al., 1999, 195-216.
- LEWIS, J. Politique familiale et marché du travail: le cas de la Grande-Bretagne dans une perspective européenne. In: MARUANI (org.). 1998, 139-151.
- . Égalité, différence et rapports sociaux de sexes dans les États providence du XX^e siècle. In: EPHESIA, 1995, 407-422.

- LIPIETZ, A. Un outil pour la libération des femmes. *Mouvements*, "L'économie sociale et solidaire, un projet politique", n. 19, jan.-fév. 2002, 88-94.
- MAC GUIRE, P., CONROY, J.-D. Partenariats banques-ONG et coût du crédit collectif aux populations pauvres: exemples de l'Inde et des Philippines. In: SCHNEIDER, H. (org.). *Microfinance pour les pauvres*. Paris, FIDA/OCDE, 1997, 79-94.
- MAC KINNON, C. A. *Feminism Unmodified. Discourses on Life and Law*. Cambridge (Mass.), Harvard University Press, 1987.
- MARTIN, J. La politique familiale d'après-guerre: une politique de l'équité au détriment de l'égalité. In: ALCOUFFE et al. (orgs.). 2000, 211-220, t. II.
- MADÉLIN, B. Vers une professionnalisation des femmes-relais? *Lien social*, n. 518, fév. 2000.
- MAGA MAAZOU, A. Le crédit individuel *Adhasen-Mata*, Niger. In: PREISWERK (org.). 1998, 207-212.
- MAHER, V. Work, Consumption and Authority within the Household. A Moroccan Case. In: YOUNG et al. 1981, 117-135.
- MAHIEU, F. Les stratégies individuelles face à la pauvreté: Côte d'Ivoire versus Burundi. In: HUGON et al. 1995, 118-140.
- MALAMOUD, Ch. (org.). *Lien de vie, noeud mortel*. Les représentations de la dette en Chine, au Japon et dans le monde indien. Paris, Éditions de l'EHESS, 1988.
- MARIE, A. (org.). *L'Afrique des individus*. Paris, Karthala, 1995.
- MARIUS-GNANOU, K. L'impact des programmes de développement économique sur les femmes en milieu rural. Le cas de l'Inde. In: PREISWERK, Y. (org.). 1998, 177-194.
- MARTIN-FUGIER, A. *La bourgeoise*. Femme au temps de Paul Bourget, Grasset (poche), 1983.
- MARSHALL, A. *Principes d'économie politique* [Principles of Economics. Ninth Variorum Edition, 1961]. Trad. S. Bouyssy, F. Sauvaire-Jourdan, Gordon and Breach, Paris/London [1^a ed., 1890], 1971, 2 v.
- MARUANI, M. (org.). *Les nouvelles frontières de l'inégalité*. Hommes et femmes sur le marché du travail. Paris, La Découverte (col. "Recherches"), 1998.
- MAUCOURANT, J. *La monnaie dans la pensée institutionnaliste* (Veblen, Commons, Mitchell et Polanyi). [Tese: Doutorado em ciências econômicas.] Universidade Lyon-2, 1994.
- MAUSS, M. *Sociologie et anthropologie*. (Pref.: Georges Gurvitch. Introd. Claude Lévi-Strauss. Paris, PUF, 1993 [1^a ed., 1950]).
- MAYOUKOU, C. *Le système des tontines en Afrique*. Paris, L'Harmattan, 1994.

- MAYOUX, L. Microfinance and the Empowerment of Women. A Review of the Key Issue. *Working Paper n. 22*, International Labour Organisation, 1999.
- MÉDA, D. *Le temps des femmes*. Pour un nouveau partage des rôles. Paris, Flammarion, 2001.
- . *Le travail*. Une valeur en voie de disparition. Paris, Aubier, 1995.
- MEMBREÑO, R., GUERRERO, E. *Maquila* et organisation syndicale en Amérique centrale. In: BISILLIAT E VERSCHUUR. 2001, 303-305.
- MENDELL, M., TREMBLAY, D.-G. L'économie sociale, la démocratie économique et l'emploi des femmes: enjeux et défis. Documento de trabalho. Montreal, Atelier de recherche sur l'économie sociale et la lutte contre l'appauvrissement des femmes, 1998, 39-45.
- MESSU, M. L'utilisation des services sociaux: de l'exclusion à la recherche d'un statut. *Revue française de sociologie*, 1987, 41-55.
- MESURE, S., RENAUT, A. *Alter ego*. Les paradoxes de l'identité démocratique. Paris, Aubier, 1999.
- MILL, J. S. *L'asservissement des femmes* [Subordination of Women, 1869]. Trad. e pref. M.-F. Cachin. Paris, Payot, 1975.
- MINISTÈRE DE L'EMPLOI ET DE LA SOLIDARITÉ. *Rapport de l'Observatoire national de la pauvreté et de l'exclusion sociale*. Paris, La Documentation Française, 2002.
- . *L'aide à domicile et les employés de maison*. Paris, La Documentation Française (col. "Prospective, formation, emploi"), 1999.
- MONNIER, J.-M. (org.). *Dynamiques économiques de l'équité*. Paris, Economica (col. "Grands débats"), 1999.
- MORALEVA, R. Le cas italien: réflexions critiques à partir des expériences d'autoorganisation de l'échange de temps (banques du temps). *Intervenção nos II^{es} rencontres interuniversitaires de l'économie sociale et solidaire (Sens et portée de l'économie sociale et solidaire)*. Lyon, fev. 2002.
- MORDUCH, J. The microfinance promise. *Journal of Economic Literature*, v. XXXVII, dez. 1999, 1569-1614.
- MOSLEY, P., HULME, D. Microfinance Enterprise: is there a Conflict between Growth and Poverty Alleviation? *World Development*, v. 26, n. 5, 1998, 783-790.
- MOTHÉ, D. *L'utopie du temps libre*. Paris, Esprit (série "Société"), 1997.
- MOTTIN-SYLLA, M.-H. *L'argent, l'intérêt, l'épargne et le temps*. Tontines et autres pratiques féminines de mobilisation de moyens observées à Dakar. Dakar, ENDA, abr. 21993.

- NDIONE, E. S., *Le don et le recours*. Ressort de l'économie urbaine, Dakar, ENDA-Éditions, 1992.
- NUSSBAUM, M. Femmes et égalité: l'approche fondée sur les capacités. *Revue internationale du travail*, v. 138, n. 3, 1999, 247-267.
- NUSSBAUM, M., GLOVER, J. (orgs.). *Women, culture and Development. A Study of Human Capabilities*. Oxford, Oxford University Press, 1995.
- NYSENS, M. Les approches économiques du tiers secteur. Apports et limites des analyses anglo-saxonnes d'inspiration néoclassique. *Sociologie du travail*, v. 42, n. 4, out.-dez. 2000, 551-565.
- OLIVIER DE SARDAN, J.-P. *Anthropologie et développement*. Essai en socio-anthropologie du changement social. Paris/Marselha, Karthala/APAD, 1995.
- ORLÉAN, A. (org.). *Analyse économique des conventions*. Paris, PUF, 1994.
- PALIER, J. La microfinance en Inde: des pratiques d'économie solidaire. In: SERVET E GUÉRIN (orgs.). 2002, 67-87.
- . *Les pratiques urbaines de microfinance indienne: de l'efficacité à la pérennité*. DEA em ciências econômicas, Universidade Lumière Lyon-2, 2001.
- PAUGAM, S. (org.). *L'exclusion*. L'État des savoirs. Paris, La Découverte, 1996.
- . *La disqualification sociale*. Essai sur la nouvelle pauvreté. Paris, PUF 21993.
- PLANTENGA, J., HANSEN, J. Analyse comparative de l'égalité des chances dans l'Union européenne. *Revue internationale du travail*, v. 138, n. 4, 1999, 387-419.
- PERRET, B. Indicateurs sociaux. État des lieux et perspectives. *Rapport pour le Conseil économique des revenus et des coûts*, Paris, jan. 2002.
- PERROT, M. Les échanges à l'intérieur de la famille. Approche historique. In: SINGLY (org.). *La famille*. L'État des savoirs. Paris, La Découverte, 1991a, 91-106.
- . Sortir. In: DUBY e PERROT (orgs.). 1991b, 467-494.
- PÉTONNET, C. *On est tous dans le brouillard*. Paris, Galilée, 1985.
- PITROU, A. *Les solidarités familiales*. Vivre sans famille? Toulouse, Privat, 21992.
- PREISWERK, Y. (org.). *Les silences pudiques de l'économie*. Genebra, IUED/ UNESCO, 1998.
- RAHMAN, A. Microcredit Initiatives for Equitable and Sustainable Development: Who Pays?. *World Development*, v. 27, n. 1, 1999, 67-82.
- RAVEAUD, G. Justice et efficacité: le cas de l'attribution de logements par une association d'aide aux sans-abri. In: ALCOUFFE et al. (orgs.). 2000, 361-373, t. II.

- RAWLS, J. *Théorie de la justice* [A Theory of Justice, 1971]. Trad. C. Audart. Paris, Seuil, 1987.
- REVEYRAND-COULON, O. Les énoncés féminins de l'islam. In: BAYART (org.). 1993, 62-100.
- ROSANVALLON, P. *La nouvelle question sociale*. Repenser l'État providence. Paris, Seuil, 1995.
- . *Le sacre citoyen*. Histoire du suffrage universel en France. Paris, Gallimard, 1992.
- . *L'État en France*. De 1789 à nos jours. Paris, Seuil, 1990.
- ROULLEAU-BERGER, L. Les mondes de la petite production urbaine. *Rapport au Plan urbain, au ministère de l'Enseignement et de la Recherche (programme Ville-Emploi) et à la direction régionale des Affaires culturelles Provence-Alpes-Côte d'Azur*. LEST, jul. 1997.
- ROUSTANG, G., LAVILLE, J.-L., EME, B., MOTHÉ, D., PERRET, B. *Vers un nouveau contrat social*. Paris, Desclée de Brouwer (col. "Sociologie économique"), 1996.
- RYCKMAS, H. Les associations féminines en Afrique: une décennie d'ajustement après la décennie de la femme. In: BISILLIAT E VERSCHUUR (orgs.). 2001, 195-221.
- SALAI, R. À la recherche du fondement conventionnel des institutions économiques. In: Salais, CHATEL e RIVAUD-DANSET (orgs.). *Institutions et conventions*. La réflexivité de l'action économique. Paris, Éditions de l'EHESS, 255-292.
- SALMONA, M., 1999, *Anthropologie sociale et clinique des pratiques de l'argent en France*. In: SERVET et al. (orgs.), 1999, 364-377.
- SANYAL, B. Potentiels et limites du développement par le bas. In: DEFOURNY et al. 1999, 179-194.
- SARR, F. *L'entrepreneuriat féminin au Sénégal*. La transformation des rapports de pouvoir. Paris, L'Harmattan, 1998.
- SCHNAPPER, D. *L'épreuve du chômage*. Paris, Gallimard, 1981.
- SCHNEIDER, H. (org.). *Microfinance pour les pauvres*. Paris, FIDA/OCDE, 1997.
- SCHRIEDER, G., SHARMA, M. Impact of Poverty Reduction. *Savings and Development*, n. 1, XXIII, 1999, 67-93.
- SCHWARTZ, O. *Le monde privé des ouvriers: hommes et femmes du Nord*. Paris, PUF, 1990.
- SCHWEITZER, S. *Les femmes ont toujours travaillé*. Paris, Odile Jacob, 2002.
- SCOTT, J. La travailleuse. In: DUBY E PERROT (orgs.). *Histoire des femmes en Occident. Le XIX^e siècle*. Paris, Plon, 1991, 419-444.

- SCOTT, J., TILLY, L. *Les femmes, le travail et la famille* [Women, Work and Family, 1978]. Trad. M. Lebailly. Paris, Rivages-Histoire, 1987.
- SÉCRÉTARIAT D'ÉTAT AUX DROITS DES FEMMES. *Femmes et insertion dans les quartiers en développement social. Étude – Bilan 1982-1989*. Paris, La Documentation Française, 1999.
- SEMBLAT, A.-L. Des femmes rurales, pionnières de l'économie quaternaire. Exemples de pratiques en Europe. *Document de travail*. Atelier de recherche sur l'économie sociale et la lutte contre l'appauvrissement des femmes. Montreal, 1998, 53-58.
- SEN, A. K. *Repenser l'inégalité* [Inequality reexamined, 1992]. Trad. P. Chelma. Paris, Seuil, 2000a.
- . *Un nouveau modèle économique*. Développement, justice, liberté [Development and Freedom, 1999]. Trad. M. Bessières. Paris, Odile Jacob, 2000b.
- . *L'économie est une science morale*. [Sel. textos e trad. M. Saint-Upéry]. Paris, La Découverte (col. "Cahiers libres"), 1999a.
- . The Possibility of Social Choice. *The American Economic Review*, v. 89, n. 3, 1999b, 349-378.
- . *Éthique et économie* [On Ethics and Economics, 1987]. Trad. S. Marnat. Paris, PUF (col. "Philosophie morale"), 1993a.
- . Codes moraux et réussite économique. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 100, dez. 1993b, 58-65.
- . Gender and Cooperative Conflicts. In: TINKER (org.). *Persistent Inequalities*. Woman and World Development. Oxford, Oxford University Press, 1990, 123-149.
- . *Resources, Values and Development*. Cambridge (Mass.) Harvard University Press, 1997.
- SENEGAL/MINISTÈRE DE L'ÉCONOMIE, DES FINANCES ET DU PLAN/DIRECTION DE LA PRÉVISION ET DE LA STATISTIQUE. *Document de stratégie de réduction de la pauvreté*. Disponível em: <<http://www.finances.gouv-sn>>. Acesso em 2002.
- . Enquête sénégalaise auprès des ménages, mars 94-mai 95. *Rapport de synthèse*, Dakar, DPS, out. 1997.
- . *Femmes sénégalaises à l'horizon 2015*. Étude menée par The Population Council, financée par l'UNIFEM, UNICEF, PNUAP, BIT, USAID. Dakar, 1993.
- SERVET, J.-M. (org.). *Une économie sans argent: les systèmes d'échange local*. Paris, Suil, 1999.

- . Démonétarisation et remonétarisation en Afrique occidentale et équatoriale (XI^e-XX^e siècles). In: AGLIETTA E ORLÉAN (orgs.). 1998, 289-324.
- . Les limites du partenariat dans la mise en place et le développement de systèmes financiers décentralisés au Sud. Modèle démocratique du marché *versus* hiérarchie. In: *Rapport moral sur l'argent dans le monde*. Paris, AEF/Montchrestien, 1997, 399-416.
- . (org.). *Épargne et liens sociaux*. Études comparées d'informalités financières, Paris, AEF/AUPELF-UREF, 1995a.
- . Formes, raisons et devenir des modes informels d'épargne. In: SERVET (org.). 1995, 19-36.
- . Représentation de la monnaie et des supports d'épargne et limites de la mobilisation de l'épargne informelle: hypothèses de travail pour une enquête au Sénégal. In: HÉNAULT e M'RABAT (orgs.). 1990, 87-96.
- , BLANC, J., GUÉRIN, I., VALLAT, D. (orgs.). *Rapport exclusion et liens financiers 1998-1999*. Paris, Economica, 1999.
- , GUÉRIN, I. (orgs.). *Rapport du centre Walras 2002*. Exclusion et liens financiers. Paris, Economica, 2002.
- , VALLAT, D. (orgs.). *Rapport du centre Walras 2001*. Exclusion et liens financiers. Paris, Economica, 2001.
- . *Rapport du centre Walras 1997*. Exclusion et liens financiers. Paris, AEF/Monchrestien, 1998.
- SILVERA, R. *Articuler vie familiale et vie professionnelle en Europe*. Un enjeu pour l'égalité. Paris, La Documentation Française (col. "Droits des femmes"), 2002.
- . *Les salaires des femmes, toutes choses inégales para ailleurs*: discriminations salariales en France et à l'étranger. Étude réalisée pour le Conseil supérieur de l'égalité professionnelle entre les femmes et les hommes. Paris, La Documentation Française ("Service des droits des femmes"), 1996.
- SIMMEL, G. *Philosophie de l'argent* [Philosophie des Geldes, 1877]. Trad. S. Cornille e Ph. Ivernel. Paris, PUF (col. "Sociologies"), 1987.
- SINGLY, F. de. *Fortune et infortune de la femme mariée*. Paris, PUF (col. "Économie en liberté") 21989.
- SLEDZIEWSKI, E. Révolution française. Le tournant. In: DUBY E PERROT (orgs.). 1991, 43-56.
- STEINER, PH. *La sociologie économique*. Paris, La Découverte (col. "Repères"), 1999.
- STIGLITZ, J. E. Peer Monitoring and Credit Market. *World Bank Economic Review*, 4, 1990, 351-366.
- SWEDBERG, R. *Une histoire de la sociologie économique* [1987]. Paris, Desclée de Brouwer (col. "Sociologie économique"), 1994.

- THÉRY, I. Privé/public: la place du droit. In: EPHESIA, 1995, 214-219.
- THÉVENOT, L. L'action publique contre l'exclusion dans les approches pluralistes du juste. In: AFFICHARD E FOUCAULD (orgs.). 1995, 29-40.
- VALADEZ, C. L'ALENA et les travailleuses de la sous-traitance industrielle (*maquilodaras*). *Alternatives Sud*, n. esp. "Rapports de genre et mondialisation des marchés", v. 5, n. 4, 1998, 123-131.
- VALLAT, D. *Exclusion et liens financiers de proximité (financement de micro-activités)*. [Tese: Doutorado em ciências econômicas.] Universidade Lumière Lyon-2, 1999.
- VEBLEN, TH. *Théorie de la classe de loisirs* [The Theory of the Leisure Class, 1899]. [Trad. L. Evrard, prefácio de R. Aron. Paris, Gallimard 21970.
- VECA, S. *Éthique et politique* [Ética e Política, 1989]. [Trad. E. Buissière. Paris, PUF (col. "Philosophie morale"), 1999.
- VIVERET, P. Reconsidérer la richesse. Mission "Nouveaux facteurs de richesse". *Rapport pour le secrétariat d'État à l'Économie solidaire*, Paris, jan. 2002.
- WHIPPEN, P. Les familles monoparentales dans l'Union européenne: un phénomène qui prend de l'ampleur. *INSEE Première*, n. 620, dez. 1998.
- WIERINK, M. *Le travail à temps partiel aux Pays-Bas, un choix de société*. [Tese: Doutorado em sociologia.] Universidade Paris-I, 2001.
- YEPÈS DEL CASTILLO, I., CHARLIER, S. Les logiques plurielles des acteurs dans les initiatives économiques populaires. In: DEFOURNY et al. 1999, 146-158.
- YOUNG, K., WOLKOWITZ, C., MACCULLAGH, R. (orgs.). *Of Marriage and the Market: Women's Subordination Internationally and its Lessons*. London/Boston/Melbourne/Henley, Routledge and Kegan Paul, 1981.
- ZELIZER, V. A. La construction des circuits de commerce: note sur l'importance des circuits personnels et impersonnels. In: SERVET E GUÉRIN (orgs.). 2002, 425-430.
- ., *The Social Meaning of Money*, New York, Basic Books, 1994.
- ZOHOR, D. Femmes et hommes: les inégalités qui subsistent. *INSEE Première*, n. 834, mar. 2002.

Este livro foi composto nas famílias tipográficas
Avant Garde e Minion
e impresso em papel *Offset 75g*



Editoração, Impressão e Acabamento
Rua 1822, n. 347 • Ipiranga
04216-000 SÃO PAULO, SP
Tel.: (0**11) 6914-1922

No Norte como no Sul a pobreza se feminiza e as desigualdades entre os sexos persistem. Por isso é necessário encontrar novas formas de solidariedade. Cada vez mais, em escala mundial, diante das carências do Estado e do mercado, o recurso à “economia solidária” aparece como a solução para “re-inserir” o econômico no social e no político. Mas esta formulação permanece muito abstrata e insensível às diferenças de gênero. De fato, não só as mulheres são frequentemente as primeiras agentes de práticas de economia solidária — e é preciso se perguntar por que e como —, mas também oferecem uma oportunidade inédita para lutar contra as desigualdades de sexo.

Realizando uma preciosa síntese dos debates sobre a questão do gênero e das desigualdades entre os sexos, tirando algumas lições de múltiplas experiências realizadas no mundo e apoiando-se particularmente em pesquisas rigorosas realizadas na França e no Senegal, esta obra analisa as vastas potencialidades oferecidas pelas novas formas de empreendimentos coletivos. Com estilo claro e linguagem direta, ela interessa a um vasto público: estudantes, pesquisadores e cidadãos que se importam com as questões da justiça e, mais ainda, militantes do mundo associativo que se interrogam sobre a especificidade do papel das mulheres.

Isabelle Guérin, doutora em economia, é pesquisadora do Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento (IRD). Além de seus trabalhos sobre a desigualdade entre os sexos, é especialista em exclusão bancária e financeira e é uma das responsáveis pelo relatório anual Exclusion et liens financiers, publicado pelo centro Waltras (Universidade Lumière Lyon 2).



Edições Loyola

visite nosso site:

www.loyola.com.br

ISBN 85-15-03052-7



9

788515 030521

Cód. 8748